

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

CLÉRIO PLEIN

**OS MERCADOS DA POBREZA OU A POBREZA DOS MERCADOS?
As instituições no processo de mercantilização da agricultura familiar na
Microrregião de Pitanga, Paraná**

Porto Alegre

2012

CLÉRIO PLEIN

**OS MERCADOS DA POBREZA OU A POBREZA DOS MERCADOS?
As instituições no processo de mercantilização da agricultura familiar na
Microrregião de Pitanga, Paraná**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Série PGDR – Tese n° 55

Porto Alegre

2012

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

CIP - Catalogação na Publicação

Plein, Clério

Os mercados da pobreza ou a pobreza dos mercados?
as instituições no processo de mercantilização da
agricultura familiar na Microrregião de Pitanga,
Paraná / Clério Plein. -- 2012.

266 f.

Orientador: Eduardo Ernesto Filippi.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2012.

1. desenvolvimento rural. 2. pobreza rural. 3.
instituições. 4. mercados. 5. agricultura familiar.
I. Filippi, Eduardo Ernesto, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CLÉRIO PLEIN

**OS MERCADOS DA POBREZA OU A POBREZA DOS MERCADOS?
As instituições no processo de mercantilização da agricultura familiar na
Microrregião de Pitanga, Paraná**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi - Orientador
UFRGS

Prof^a. Dra. Anelise Graciele Rambo
UFFS

Prof. Dr. Leonardo Xavier Da Silva
UFRGS

Prof. Dr. Octavio Augusto Camargo Conceição
UFRGS

Prof. Dr. Ricardo Rippel
UNIOESTE

À minha esposa Ivonete, companheira fiel na jornada da vida e que faz tudo valer à pena.

Àqueles que, num país rico como o Brasil, ainda padecem na pobreza.

Àqueles que acreditam num mundo melhor para todos, fazem do seu trabalho um instrumento e da sua vida um exemplo a ser seguido para concretizar este sonho.

AGRADECIMENTOS

Na tarefa de fazer uma lista de agradecimentos, inevitavelmente, comete-se algumas injustiças, esquecendo-se de citar todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, estiveram presentes durante a jornada da pesquisa. Entretanto, não fazê-lo, seria uma injustiça ainda maior. Portanto, quero dizer simplesmente OBRIGADO:

A Deus, energia maior e inexplicável, pois a fé preenche os vazios da alma e nos dá força nos momentos mais difíceis da vida quando nenhuma ciência é capaz de fazê-lo.

À mulher da minha vida, Ivonete, pelo seu amor incondicional e por estar ao meu lado para encarar qualquer desafio.

Aos meus pais, Erno (*in memoriam*) e Hedi Maria, por saberem que estudar é preciso.

Ao orientador Eduardo Ernesto Filippi, pelo voto de confiança, por compartilhar seu conhecimento acadêmico e valorizar as coisas simples e importantes da vida, tornando-se, além de mentor, um grande amigo.

Aos professores da banca examinadora, Anelise Graciele Rambo, Leonardo Xavier da Silva, Octavio Augusto Camargo Conceição e Ricardo Rippel, pela dedicação na leitura do texto final, críticas e sugestões que serão indispensáveis para a continuidade do trabalho.

A Pedro Hespanha, orientador durante o estágio no CES/FEUC/UC, por me receber com entusiasmo e pelas brilhantes lições sobre a questão agrária e história portuguesa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação “Governança, Instituições e Políticas Públicas” do CES/FEUC/UC (João Rodrigues, Vitor Neves, José Castro Caldas) pela oportunidade de ser ouvinte durante algumas aulas e em especial a José Reis que se tornou co-orientador do estágio no CES/FEUC/UC.

Ao Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, em especial aos professores Pedro Fonseca e Octavio Augusto Camargo Conceição, aulas inesquecíveis!

À UNIOESTE, instituição pública que através de sua política de qualificação docente proporcionou este privilégio de fazer um curso de Pós-Graduação contando com afastamento integral remunerado.

À UFRGS, em especial aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural: foi uma satisfação retonar a casa!

Ao CNPq pelo financiamento da pesquisa AFNM (2010).

A CAPES pela oportunidade de realizar um estágio no exterior.

Ao Centro de Estudos Sociais, Laboratório Associado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, que proporcionou as condições para a realização do estágio no exterior.

À Alexandra Pereira, assessora do Conselho Científico do CES, por todo apoio prestado nas tratativas burocráticas necessárias para a realização do estágio.

Aos colegas do Colegiado de Economia Doméstica que precisaram empenhar-se ainda mais para cobrir lacunas na minha ausência.

Aos colegas do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Economia da UFRGS, por compartilhar intensos debates acadêmicos e saudosas gargalhadas na hora do café.

A toda gente de Coimbra (Portugal) por proporcionar as possibilidades de desfrutar de um ambiente tranquilo, acolhedor e enriquecedor. Uma oportunidade única e inesquecível. Saudades de Coimbra!

A Francesco Marconi, senhorio do apartamento que se tornou nosso lar em Coimbra, pela recepção e convívio fraternos.

Aos motoristas da UNESUL, por proporcionar idas e vindas, tranquilas e seguras, entre Francisco Beltrão (PR) e Porto Alegre (RS).

Aos velhos e novos amigos, poucos, porém verdadeiros, presentes nas comemorações e nas dificuldades!

A Sueli Baleiro de Lacerda, por tornar este texto mais agradável ao leitor, realizando uma minuciosa revisão ortográfica e gramatical.

A Vívian Cristiane Eisenhut Carravetta, Bibliotecária da Faculdade de Ciências Econômicas (UFRGS), pela competente revisão das normas da ABNT na versão final.

E principalmente, aos agricultores familiares, lideranças, representantes do poder público, da sociedade civil organizada, comerciantes, empresários, enfim, todas as pessoas com quem mantive contato na região central do Estado do Paraná e, mais especificamente, nos municípios da Microrregião de Pitanga, que me receberam de braços abertos e dedicaram parte do seu precioso tempo para sentar e conversar comigo durante as diversas incursões que realizei na pesquisa de campo.

CAMINHO PEABIRU

Peregrino,
Seus passos cansados
Nas terras vermelhas
Marcam um destino:
Caminho pisado
Em distintas eras
Por índios ligeiros,
Missionários,
Bandeirantes,
Mineradores,
Imigrantes
e boiadeiros.
Caminho Peabiru,
Do tempo distante
Quando era sertão.
Agora plantado
Até os horizontes
Com milho e soja
Café e algodão.
Peabiru,
É o eco da história,
Um momento de contemplação
Mecanizado na memória.
O milharal a se perder de vista,
Alguma árvore solitária
A ofertar de graça
Sombra e proteção.
Pássaros em revoada
A bicar laranjas maduras
Na beira da estrada.
A mata ciliar,
O rio murmurante
Da fazenda Água Azul
E a beleza da flor
São carícias
Perfumando a alma do turista.
Peabiru *na América do Sul,*
Aventura e história,
Turismo rural.
Eis a bandeira nova
Ecológica, a tremular
A favor dos ventos

Porque outra vez disseram:
Por aqui passou São Tomé.
Os índios falaram
Ao padre Montoya
Que em tempos remotos
Um homem branco,
Pai Sumé ou Tomé
Ensinou as mesmas coisas:
A crer num só Deus,
A usar os remédios da natureza
E a plantar, viver como irmãos
Na mesma fé.
Caminho Peabiru
Um dia foi mato,
Já foi paraíso
Da terra sem mal,
Mas sofreu conflitos
Por conquistadores
Espanhóis e portugueses
Milênios atrás.
Peregrino,
O caminho ensina
A harmonia do ser
Feito à imagem de Deus.
O amor do Pai Divino
Vai nos guiar
Fora do labirinto tecnológico,
E da competição
Para descansar
Da modernidade exagerada
Ou consumismo sem fim.
Observamos felizes
Os bezerros mugindo
No pasto orvalhado!
E as borboletas
Colorindo o Caminho,
Inconscientes de tanta beleza!
E nós, conscientes,
Precisamos caminhar,
Seguir para frente
Em busca da “terra sem mal”.
Se não está aqui,
Estará noutra lugar!

(Terezinha Aguiar Vaz, 2002?, p. 12)

RESUMO

Esta tese de doutorado investiga a estrutura e a dinâmica dos mercados acessados pelos agricultores familiares na Microrregião de Pitanga, uma das mais pobres do estado do Paraná, que apresenta um histórico com baixos índices de desenvolvimento. Através das contribuições do economista institucional Douglass North, complementada pelos contributos da Sociologia Econômica, e, de uma intensa pesquisa de campo, pretende-se fazer uma análise institucional do desenvolvimento rural, com ênfase em três dinâmicas de troca mercantil (leite, plantas medicinais e Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar). Pretende-se demonstrar de que forma as instituições interferem (motivando ou restringindo) no funcionamento dos mercados e estabelecer a sua relação com a pobreza rural. Os resultados obtidos permitem dizer que, apesar das novas possibilidades de comercialização que promoveram uma mudança institucional, com a criação dos novos mercados a partir da década de 1990 (leite e plantas medicinais) e 2000 (Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar), persiste um conjunto de instituições que caracterizam a “pobreza” das formas de inserção mercantil, tais como questões de gênero, analfabetismo, assistencialismo político, aspectos culturais voltados unicamente à produção de subsistência, tradição com bovinocultura de corte e monoculturas, a não valorização da pequena produção diversificada e a fragilidade das relações de poder quando os agricultores não estão organizados. Estes aspectos – observados a partir da análise institucional comparada dos “mercados da pobreza” – estão inseridos num processo histórico maior, que permite compreender a pobreza dos municípios da Microrregião de Pitanga, ou seja, o ambiente macroinstitucional representado pelo Estado e suas políticas de desenvolvimento desde os tempos da colonização. Nesse sentido, a forma desigual de acesso a terra é a instituição mais emblemática.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Pobreza rural. Instituições. Mercados. Agricultura familiar. Microrregião de Pitanga - Paraná.

ABSTRACT

This thesis investigates the structure and dynamics of markets accessed by farmers in Microregion Pitanga, one of the poorest in the state of Paraná, which has a history with low levels of development. Through the contributions of the institutional economist Douglass North, complemented by the contributions of Economic Sociology, and an intense field research, we intend to make an institutional analysis of rural development, with emphasis on three dynamic market exchange (milk, medicinal plants and Food Acquisition Programme of Family Agriculture). It is intended to demonstrate how institutions affect (encouraging or restricting) the functioning of markets and establish its relationship with rural poverty. The results obtained allow us to say that, despite new marketing possibilities that promote institutional change with the creation of new markets from the 1990s (Milk and medicinal plants) and 2000 (Food Acquisition Programme of Family Agriculture), persists a set of institutions that characterize the "poverty" of the forms of market integration, such as gender, illiteracy, welfare policy, cultural aspects geared solely to the production of subsistence tradition with beef cattle and monocultures, not the recovery of small production diversified and the fragility of power relations when farmers are not organized. These aspects - observed from the comparative institutional analysis of "markets of poverty" - are included in a larger historical process, which allows us to understand the poverty of the municipalities Microregion Pitanga, ie the environment macroinstitucional represented by the state and its development policies since colonial times. In this sense, the uneven access to land is the most iconic institution.

Keywords: Rural development. Rural poverty. Institutions. Markets. Family farms. Microregion Pitanga - Paraná.

RESUMEN

En esta tesis se investiga la estructura y la dinámica de los mercados de acceso de los agricultores en Microregión Pitanga, una de las más pobres del estado de Paraná, que tiene una historia con bajos niveles de desarrollo. A través de las aportaciones del economista Douglass North institucional, que se complementa con las aportaciones de la sociología económica, y un intenso trabajo de campo, se pretende hacer un análisis institucional del desarrollo rural, con énfasis en tres dinámica de cambio de mercado (leche, plantas medicinales y Alimentos Programa de Adquisición de la Agricultura Familiar). Su objetivo es demostrar cómo las instituciones afectan (alentar o restringir) el funcionamiento de los mercados y establecer su relación con la pobreza rural. Los resultados obtenidos nos permiten afirmar que, a pesar de nuevas posibilidades de mercado que promueven el cambio institucional con la creación de nuevos mercados a partir de la década de 1990 (Leche y plantas medicinales) y 2000 (Adquisición de Alimentos de la Agricultura Familiar), persiste un conjunto de instituciones que caracterizan a la "pobreza" de las formas de integración de los mercados, como el género, el analfabetismo, la política de bienestar social, los aspectos culturales orientados exclusivamente a la producción de subsistencia tradición con ganado vacuno y monocultivos, no la recuperación de la pequeña producción diversificada y la fragilidad de las relaciones de poder en que los agricultores no están organizados. - Estos aspectos observados en el análisis institucional comparativo de los "mercados de la pobreza" - se incluyen en un proceso histórico más amplio, lo que nos permite comprender la pobreza de los municipios Microregión Pitanga, es decir, el medio ambiente macroinstitucional representado por el Estado y sus políticas de desarrollo desde la época colonial. En este sentido, la forma de desigualdad en el acceso a la tierra es la institución más emblemática.

Palabras clave: Desarrollo rural. Pobreza rural. Instituciones. Mercados. Granjas familiares. Microregión Pitanga - Paraná.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Relação teórico/empírica dos domínios da economia institucional e os objetivos da pesquisa.....	35
Figura 02: A construção do modelo teórico explicativo da tese.....	43
Figura 03: Temas teóricos centrais da tese.....	45
Figura 04: Esquema analítico para uma Teoria Econômica das Instituições.....	67
Figura 05: Sociologia econômica e teoria econômica.....	73
Figura 06: Capitalismo e outras formas de organização dos processos e interesses econômicos.....	75
Figura 07: As divergências da economia ortodoxa e institucionalista sobre as preferências e a tecnologia no mercado.....	81
Figura 08: Um modelo conceitual de mercado “aninhado” (<i>nested market</i>).....	83
Figura 09: A taxonomia geral dos arranjos institucionais.....	84
Figura 10: Esquema analítico para uma análise institucional dos mercados.....	87
Figura 11: A sugestão de Polanyi e o significado da produção no processo de reprodução da agricultura familiar.....	106
Figura 12: Perspectiva teórica da tese.....	111
Figura 13: Evolução político-administrativa dos municípios do Paraná (1853-1965).....	117
Figura 14: Comunidades paranaenses.....	118
Figura 15: As Mesorregiões do Paraná com destaque para a Microrregião de Pitanga.....	120
Figura 16: Imagem aérea do município de Pitanga.....	123
Figura 17: Avenida principal do município de Mato Rico, um dos mais pobres do Estado do Paraná.....	124
Figura 18: Residência representativa das condições de moradia de muitos agricultores familiares pobres.....	133
Figura 19: Antiga residência de uma família de agricultores que venderam as terras para uma empresa de celulose.....	139
Figura 20: O processo de integração e “desintegração” dos agricultores com a COAMO.....	144
Figura 21: Família de agricultores familiares sem a presença dos filhos.....	144

Figura 22: O arame farpado delimita as grandes propriedades dedicadas à criação de gado de corte no trecho de 45 km de estrada de chão que liga os municípios de Pitanga e Mato Rico.....	146
Figura 23: Os mercados da pobreza.....	150
Figura 24: A criação de gado de corte de forma extensiva em grandes propriedades é uma das principais atividades econômicas dos municípios.....	152
Figura 25: A vaca como uma estratégia de segurança alimentar na propriedade.....	153
Figura 26: Características genéticas das vacas destinadas á produção de leite.....	159
Figura 27: Características das pastagens destinadas ao gado leiteiro.....	160
Figura 28: Local e condições de ordenha.....	161
Figura 29: Os vasilhames para acondicionar o leite exigem alguns cuidados para evitar a contaminação.....	161
Figura 30: A legislação exige que o leite deve permanecer refrigerado.....	162
Figura 31: Os resfriadores comunitários do Programa Paraná 12 meses.....	163
Figura 32: O “leiteiro”.....	164
Figura 33: Laticínios com capacidade instalada de 40 mil litros por dia.....	164
Figura 34: O cooperativismo como estratégia de desenvolvimento rural.....	166
Figura 35: Estrutura e dinâmica do mercado do leite.....	171
Figura 36: O Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort, em Turvo (PR), e sua missão na defesa da preservação ambiental conjugada à melhoria de vida da população.....	174
Figura 37: Características do processo de produção de plantas medicinais das famílias assistidas pelo IAF do município de Turvo, Paraná.....	178
Figura 38: Características do processo de desidratação de plantas medicinais das famílias assistidas pelo IAF do município de Turvo, Paraná.....	179
Figura 39: Os selos para produtos orgânicos das certificadoras que atendem os agricultores familiares da Microrregião de Pitanga, Paraná.....	181
Figura 40: Produção de Plantas medicinais em Boa Ventura de São Roque.....	182
Figura 41: Produção de plantas medicinais na Vila Rural de Boa Ventura de São Roque.....	183
Figura 42: “Masculinização” da produção de plantas medicinais em Boa Ventura de São Roque e Santa Maria do Oeste.....	184
Figura 43: O Sindicato dos Trabalhadores Rurais como elo de ligação entre Produtores e compradores de plantas medicinais.....	185

Figura 44: O processo de comercialização das plantas medicinais através da CERCOPA de Guarapuava, Paraná.....	186
Figura 45: O processo de comercialização das plantas medicinais através da COOPAFLORA de Turvo, Paraná.....	188
Figura 46: O processo de comercialização das plantas medicinais através da NATIVO ERVAS MEDICINAIS de Santa Mario do Oeste, Paraná.....	189
Figura 47: Estrutura e dinâmica do mercado de plantas medicinais.....	192
Figura 48: O PAA cria um mercado para os produtos que eram destinados ao consumo..	198
Figura 49: Condições socioeconômicas das famílias que participam do PAA nos municípios da Microrregião de Pitanga, Paraná.....	205
Figura 50: O PAA como alternativa de renda nas Vilas Rurais e nos Assentamentos da Reforma Agrária.....	206
Figura 51: Os principais produtos comercializados no PAA: hortaliças e frutas.....	207
Figura 52: Pequenas agroindústrias de panificação.....	208
Figura 53: Leite e carne exigiram estratégias diferenciadas.....	208
Figura 54: As entidades recebendo os produtos.....	209
Figura 55: O papel das cooperativas no processo de acesso aos projetos do PAA.....	210
Figura 56: Estrutura e dinâmica do Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.....	213
Figura 57: A pobreza dos mercados.....	215
Figura 58: As redes sociais nos mercados acessados pelos agricultores familiares da Microrregião de Pitanga.....	228
Figura 59: A distribuição de poder nos arranjos institucionais dos mercados acessados pelos agricultores familiares da Microrregião de Pitanga.....	234
Figura 60: Elementos da matriz institucional da pobreza dos municípios da Microrregião de Pitanga.....	242

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Evolução dos preços médios anuais nominais e deflacionados (R\$/litro) recebidos pelos produtores de leite no Estado do Paraná, 1995-2011.....167

Gráfico 02: Evolução mensal do preço do leite padrão no Estado do Paraná no ano de 2011..... 171

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Proposta de classificação dos mercados acessados pelos agricultores familiares pobres da Microrregião de Pitanga – Paraná.....	39
Quadro 02: Variáveis conceituais, dimensões e operacionalização de indicadores.....	42
Quadro 03: A nova economia do desenvolvimento.....	48
Quadro 04: Resumo dos principais pontos de vista do desenvolvimento.....	49
Quadro 05: Histórico das ideias dominantes no desenvolvimento rural.....	50
Quadro 06: Cinco teorias sobre pobreza e os programas comunitários de combate à pobreza.....	51
Quadro 07: Reprodução autônoma (agricultura camponesa) x reprodução dependente do mercado (agricultura familiar) nas esferas da produção e circulação.....	103
Quadro 08: Diferentes formas de produção mercantil.....	104
Quadro 09: Uma tipologia de mercados para agricultura familiar.....	108
Quadro 10: Visão geral sobre os mercados da agricultura familiar.....	109
Quadro 11: Vantagens, desvantagens e tendências da produção familiar do tipo C e D, conforme as especificidades dos produtos.....	109
Quadro 12: Aspectos históricos da formação dos municípios da Microrregião de Pitanga.....	123
Quadro 13: As principais fraquezas e ameaças da região.....	137
Quadro 14: Relação de espécies (nome comum e científico) cadastradas pela COOPAFLORE junto à ECOCERT.....	180
Quadro 15: Fatos históricos e institucionais marcantes relacionados ao PAA no Brasil, 2003 – 2010.....	194
Quadro 16: As diferentes modalidades do Programa Aquisição de Alimentos (PAA).....	194
Quadro 17: Perfil dos agricultores inscritos no PAA no município de Laranjal, Paraná....	204
Quadro 18: As organizações dos mercados acessados pelos agricultores familiares da Microrregião de Pitanga.....	218
Quadro 19: As regras formais dos mercados acessados pelos agricultores familiares da Microrregião de Pitanga.....	220
Quadro 20: As regras informais dos mercados acessados pelos agricultores familiares da Microrregião de Pitanga.....	221

Quadro 21: A aplicação das regras formais e informais nos mercados acessados pelos agricultores familiares da Microrregião de Pitanga.....	224
Quadro 22: A mudança institucional e <i>path dependence</i> nos mercados acessados pelos agricultores familiares da Microrregião de Pitanga.....	226
Quadro 23: A importância dos laços fracos nos mercados acessados pelos agricultores familiares da Microrregião de Pitanga.....	230
Quadro 24: A construção social dos arranjos institucionais nos mercados acessados pelos agricultores familiares da microrregião de Pitanga.....	232

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) dos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 1991 e 2000.....	125
Tabela 02: Índice FIRJAN de Desenvolvimento dos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2009.....	126
Tabela 03: Índice IPARDES de Desempenho dos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2009.....	127
Tabela 04: Evolução do Índice IPARDES de Desempenho nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2002, 2005, 2007, 2008 e 2009.....	127
Tabela 05: Evolução do Índice de Desempenho na Área de Renda e Emprego nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2002, 2005, 2007, 2008 e 2009.....	128
Tabela 06: Composição da Renda Per Capita nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 1991 e 2000.....	128
Tabela 07: Renda per capita e sua distribuição no meio rural nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2010.....	129
Tabela 08: Nível de renda mensal domiciliar por extrato da população (60% mais pobres e 20% mais ricos), nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 1991 e 2000.....	130
Tabela 09: Porcentagem da renda domiciliar apropriada por faixas da população (60% mais pobres e 20% mais ricos e indicadores da desigualdade de renda (Índice de Gini e Índice de Theil) nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 1991 e 2000.....	131
Tabela 10: Indicadores de pobreza nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 1991 e 2000.....	131
Tabela 11: Indicadores dos níveis de renda das pessoas nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2010.....	132
Tabela 12: Total de famílias, total de famílias pobres, taxa de pobreza e proporção de famílias pobres com domicílio rural dos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2000.....	133

Tabela 13: Porcentagem de domicílios com acesso a serviços básicos selecionados (energia elétrica) e acesso a bens de consumo selecionados (geladeira, televisão e computador) nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2000 e 2010.....	134
Tabela 14: População total, média de pessoas por domicílio, famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, valor do repasse e estimativas de famílias que deveriam ser atendidas nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2010.....	135
Tabela 15: Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) dos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2010.....	136
Tabela 16: População total, população rural (absoluta e relativa), área total e densidade demográfica dos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2010.....	138
Tabela 17: População total, rural e urbana da Microrregião de Pitanga (PR), 1991, 2000 e 2010.....	139
Tabela 18: População economicamente ativa, população ocupada e pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2006 e 2010.....	140
Tabela 19: Produto Interno Bruto, PIB per capita e proporção do valor adicionado por ramo de atividades nos Municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2009...	140
Tabela 20: Valor Bruto da Produção Rural, Valor Bruto da Produção por habitante e distribuição conforme produtos agropecuários, 2010.....	141
Tabela 21: Produção pecuária (bovinos e produção de leite) nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2006.....	142
Tabela 22: Produção agrícola (soja e milho) nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2006.....	142
Tabela 23: Número de estabelecimentos, área, valor bruto da produção (VBP) e pessoas ocupadas na agricultura familiar nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 1995/1996.....	143
Tabela 24: Estabelecimento e área da agricultura familiar nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2006.....	145
Tabela 25: Número e área dos estabelecimentos por estratos de área na Microrregião de Pitanga (PR), 2006.....	146

Tabela 26: Número de contratos, valor médio por contrato e proporção de agricultores familiares beneficiados com o PRONAF nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), ano safra 2006/2007 e 1009/2010.....	147
Tabela 27: Síntese de indicadores comparando a Microrregião de Pitanga com o Estado do Paraná.....	147
Tabela 28: Rebanho bovino, vacas ordenhadas e produção de leite na Microrregião de Pitanga (PR), 1990 – 2010.....	154
Tabela 29: Número total de estabelecimentos agropecuários, estabelecimentos com bovinos, estabelecimentos que produziram leite e estabelecimentos que venderam leite nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2006.....	156
Tabela 30: Número efetivo de bovinos, vacas ordenhadas, quantidade de leite produzida e vendida nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2006.....	157
Tabela 31: PIB, Valor adicionado da agropecuária, valor da produção de leite e valor da venda de leite nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2006.....	157
Tabela 32: Área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, área com pastagem, área com pastagem natural, área com pastagem plantada degradada e área com pastagem plantada em boas condições nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2006.....	160
Tabela 33: Quantidade de leite processado, capacidade instalada e perspectivas para o futuro dos laticínios da Microrregião de Pitanga (PR), 2012.....	165
Tabela 34: Evolução dos preços médios nominais mensais (R\$/litro) recebidos pelos produtores de leite no Estado do Paraná, 1995-2011.....	167
Tabela 35: Evolução mensal do preço do leite entregue na propriedade no Estado do Paraná, 2011.....	169
Tabela 36: Comparação de preços do leite entregue na propriedade entre os Estados de Santa Catarina e Paraná no segundo semestre de 2011.....	170
Tabela 37: Preço do leite entregue na propriedade, conforme novos padrões da Instrução Normativa 62, nos meses de maio, junho e julho no Estado do Paraná, 2012.....	170
Tabela 38: Evolução do número de famílias produtoras, produção anual de plantas desidratadas e renda média obtida com a comercialização de plantas medicinais pelas famílias atendidas pelo IAF no município de Turvo (PR), 1998-2009.....	175

Tabela 39: Relação de plantas medicinais, preço, rendimento por hectare, demanda e produção das famílias atendidas pelo IAF no município de Turvo (PR), 2011.....	190
Tabela 40: Produtividade (sacas de 60 Kg por hectare), preço por saca e valor bruto da produção de produtos selecionados (soja, milho, arroz e feijão) na microrregião de Pitanga, Paraná.....	191
Tabela 41: Evolução da execução do PAA no Brasil, 2003-2010.....	195
Tabela 42: Agricultores fornecedores, entidades beneficiadas, atendimentos, recursos fornecidos e peso dos produtos nas modalidades do PAA no Estado do Paraná, 2011.....	196
Tabela 43: Grupos de produtos, número de agricultores fornecedores, recursos e quantidades na modalidade Doação Simultânea (PAA Estadual) no Estado do Paraná, 2011.....	197
Tabela 44: Lista dos 20 produtos mais representativos em relação ao número de produtores na modalidade Doação Simultânea (categoria Estadual) no Estado do Paraná, 2011.....	199
Tabela 45: Agricultores fornecedores, entidades beneficiadas, atendimentos, recursos e peso dos produtos na modalidade Doação Simultânea (categorias PAA Estadual e PAA CONAB) nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2011.....	200
Tabela 46: Preços (convencional e orgânico) dos 20 produtos mais representativos em relação ao número de produtores na modalidade Doação Simultânea (categoria Estadual) no Estado do Paraná, 2011.....	212
Tabela 47: Comparativo dos preços recebidos (R\$/kg) pelos produtores do Paraná (SEAB) e preços da tabela da CONAB (convencional) para produtores do PAA para produtos selecionados no mês de julho de 2012.....	212
Tabela 48: Total de estabelecimentos agropecuários, total de estabelecimentos familiares e número de Declarações de Aptidão Agrícola dos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2006 e 2011.....	219

LISTA DE SIGLAS

ADARC – Associação de Desenvolvimento da Agroecologia da Região Centro
AFNM – Projeto de Pesquisa Agricultura Familiar e Novos Mercados
AMOCENTRO – Associação dos Municípios do Centro do Paraná
ASSITEC – Associação de Integração dos Agricultores da Cidade e do Campo
BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPRAL – Central das Associações dos Produtores Rurais Municipais de Palmital
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CERCOPA – Cercopa Beneficiamento e Comercialização de Produtos Alimentícios
CES – Centro de Estudos Sociais.
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAMAR – Cooperativa Agropecuária Matoriquense
COAMO – Agroindustrial Cooperativa
CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD – Consórcio Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSELEITE – Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná
COOPAFLORE – Cooperativa de Produtos Agroecológicos, Artesanais e Florestais de Turvo
COORLAF – Central das Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar
COOACEPA – Cooperativa Agroindustrial do Centro do Paraná
CRESOL – Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
DAP – Declaração de Aptidão Agrícola
DERAL / DEB – Departamento de Economia Rural / Divisão de Estatísticas Básicas
DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
ECOVIDA – Rede Ecovida de Agroecologia
EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e extensão Rural
EPAGRI / CEPA – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina /
Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola
FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FETAEP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná

FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
 FETRAF-SUL – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul
 FEUC – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
 FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
 FGV – Fundação Getúlio Vargas
 IAF – Instituto Agroflorestral Bernardo Hakvoort
 IBD – Instituto Biodinâmico
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
 IDF – Índice de Desenvolvimento Familiar
 IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
 IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
 IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
 IGP-DI – Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna
 IMO – *Institute for Marketecology*
 INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
 IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
 LOSAN – Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional
 MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
 MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 MESA – Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar
 NEI – Nova Economia Institucional
 NSE – Nova Sociologia Econômica
 OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
 ONGs – Organizações Não Governamentais
 ONU – Organização das Nações Unidas
 PAA – Programa Aquisição de Alimentos Agricultura Familiar
 PCM – Produção Capitalista de Mercadorias
 PD – Produção Doméstica
 PFZ – Programa Fome Zero
 PGDR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
 PIB – Produto Interno Bruto

PMEs – Pequenas e Médias Empresas

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e nutricional

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PPM – Pequena Produção de Mercadorias

PSM – Produção Simples de Mercadorias

RURECO – Fundação Econômica para o Desenvolvimento

SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SE – Sociologia Econômica

SEAB/PR – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.

SETP/PR – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária do Paraná

SINDILEITE – Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do
Paraná

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TEI – Teoria Econômica das Instituições

UC – Universidade de Coimbra.

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNAPRAL – União das Associações dos Produtores Rurais de Palmital

UNICAFES – União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do
Estado do Paraná

UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

VBP – Valor Bruto da Produção

APRESENTAÇÃO

O autor desta tese, Clério Plein, nasceu em 14 de junho de 1976 no distrito de São João (hoje município de São João do Oeste), localizado no Extremo Oeste de Santa Catarina. É filho de Erno Plein (*in memoriam*) e Hedi Maria Plein, agricultores familiares do município de Iporã do Oeste. Técnico em Agropecuária, Bacharel em Economia Doméstica e Mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Iniciou sua carreira docente em 1995, como professor do Ensino Básico. Em 2003, ingressa na UNIOESTE, como professor no Curso de Economia Doméstica. No mestrado, pesquisou o processo de mercantilização da agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina, cuja temática estava diretamente relacionada à trajetória de sua família. Em 2009, ingressa no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural com um projeto de pesquisa que propunha estudar o Programa Banco da Terra. Entretanto, durante o curso, abandona essa ideia e volta-se à nova temática – os mercados dos agricultores familiares pobres – e teoria que lhe era totalmente estranha – a Economia Institucional. Entretanto, uma questão intrigava: por que estudar pobreza num programa de Pós-Graduação em desenvolvimento rural?

A microrregião de Pitanga é uma das regiões mais pobres do Estado do Paraná, apresenta um dos piores índices de desenvolvimento. De modo geral a região central, também conhecida como “corredor da fome”, foi “historicamente esquecida” pelas instituições do Estado, sobretudo, do ponto de vista dos investimentos em infraestrutura. A população pobre concentra-se principalmente nas áreas rurais dos municípios e é composta, basicamente, por agricultores familiares. Entende-se que os mercados (com suas virtudes e problemas), são fundamentais no processo de desenvolvimento rural, e, portanto, compreender a sua estrutura e dinâmica torna-se um elemento importante que poderá servir de subsídio para projetos que tenham como foco o desenvolvimento rural e agricultura familiar num “território deprimido”. Um exemplo é o mercado do leite que envolve aproximadamente 90% dos produtores, no entanto, não atendem a demanda crescente pelo produto. Aparentemente, a produção enfrenta diversos “gargalos”, sobretudo do ponto de vista higiênico-sanitário, genético e de transporte. Por outro lado, apresenta uma boa organização social com sindicatos, associação de produtores e cooperativas de comercialização. Assim, compreender o aspecto institucional do mercado do leite poderá contribuir de forma significativa para esse projeto, de longo prazo, que envolve a maioria dos agricultores familiares.

Nos anos recentes, houve um incremento significativo na utilização da Economia Institucional como referencial teórico na compreensão dos processos de desenvolvimento

rural, porém, são raros os estudos que tenham como foco a relação entre pobreza rural e os mercados. Portanto, acredita-se que a pesquisa poderá contribuir teoricamente com o debate sobre esses temas e, principalmente, na operacionalização desse referencial teórico para quem se interessa pelo tema do desenvolvimento rural.

Por ser docente numa instituição de ensino pública que possui como missão “produzir, sistematizar e socializar o conhecimento, contribuindo com o desenvolvimento humano, científico, tecnológico e regional, comprometendo-se com a justiça, a democracia, a cidadania e a responsabilidade social” (UNIOESTE, 2012), os temas da pobreza são recorrentes nas disciplinas que ministra na graduação de Economia Doméstica, nos cursos de pós-graduação *latu sensu* e nos grupos de pesquisa em que participa. Nesse sentido, a produção de uma tese sobre pobreza rural reverterá diretamente na qualificação de um docente que possui compromisso com o ensino, a pesquisa e a extensão na instituição em que atua.

Considera, ainda, o fato de que estuda numa instituição pública, é funcionário público e contou com afastamento integral remunerado por quatro anos para a realização da pós-graduação, assim, o autor perguntou-se: “para quem dedicar esse tempo de estudo”? Considerando seu compromisso social, nada mais justo do que dedicar uma tese num programa sobre desenvolvimento rural para aqueles que mais precisam dele, ou seja, as pessoas pobres. Isso reconfortou e motivou o pesquisador para a realização desta jornada que foi produzir uma tese. Por outro lado, é interesse do pesquisador, uma vez concluído o curso de pós-graduação e do seu retorno à instituição, trabalhar com projetos de extensão que tenham como foco a melhoria das condições de vida das famílias pobres da região deste estudo, conhecida desde tempos pré-colombianos. Indígenas, jesuítas, cargueiros, bandeirantes e aventureiros, seguiam pelo “Lendário Caminho do Peabiru na Serra da Pitanga” (VAZ, 2002), uma trilha milenar com aproximadamente 3 mil km de extensão que ligava o Oceano Atlântico (São Paulo) ao Oceano Pacífico (Peru). Nesse caminho, todos procuravam uma “Terra sem mal”, que talvez não estivesse em outro lugar, mas está exatamente ali!

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	31
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA, HIPÓTESES E OBJETIVOS.....	33
1.2 MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO.....	36
2 O DESENVOLVIMENTO RURAL NUMA PERSPECTIVA INSTITUCIONAL: MERCADOS, POBREZA E AGRICULTURA FAMILIAR.....	44
2.1 DESENVOLVIMENTO, INSTITUIÇÕES E POBREZA.....	45
2.1.1 Um Breve Panorama das Ideias sobre Desenvolvimento (Rural).....	46
2.1.2 Abordagem Institucional do Desenvolvimento (Rural).....	52
2.1.2.1 As Instituições como um Sistema de Regras Formais e Informais.....	53
2.1.2.2 A Abordagem Institucional de Douglass North.....	57
2.2 MERCADOS, INSTITUIÇÕES E POBREZA.....	68
2.2.1 O Mercado no <i>Mainstream</i> da Economia: Críticas à Visão Neoclássica.....	69
2.2.2 Os Mercados na (Nova) Sociologia Econômica: Enraizamento e Construção Social.....	72
2.2.3 Os Mercados numa Perspectiva Institucional: Estruturas Socialmente Construídas Moldadas por Instituições.....	80
2.2.4 Mercados e Pobreza no Brasil.....	88
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS.....	91
2.3.1 Interpretações Clássicas sobre Agricultura Familiar no Marxismo e a Revisão de Autores Neomarxistas.....	92
2.3.2 Interpretações Alternativas ao Marxismo.....	97
2.3.3 Metamorfoses e Mercantilização da Agricultura Familiar no Brasil.....	100
2.3.4 Os Mercados da Agricultura Familiar.....	105

3 A MICRORREGIÃO DE PITANGA NO ESTADO DO PARANÁ: UM PROCESSO HISTÓRICO COM BAIXOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO E RURALIDADE CONTEMPORÂNEA BASEADA NA AGRICULTURA FAMILIAR EMPOBRECIDA.....	112
3.1 ASPECTOS GERAIS DA HISTÓRIA ECONÔMICA DO PARANÁ E SUAS DIFERENÇAS REGIONAIS.....	113
3.2 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE PITANGA.....	122
3.2.1 Um Histórico com Baixos Índices de Desenvolvimento e Muita Pobreza.....	124
3.2.2 Dinâmica Essencialmente Rural e de Agricultura Familiar.....	138
4 OS MERCADOS DA POBREZA: ANÁLISE DE DIFERENTES FORMAS DE INTEGRAÇÃO MERCANTIL DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	150
4.1 LEITE: UM MERCADO TRADICIONAL DE PRODUÇÃO DE <i>COMMODITIES</i>	151
4.1.1 Antecedentes e Estatísticas da Produção de Leite.....	152
4.1.2 Características do Processo de Produção de Leite.....	158
4.1.3 O Processo de Comercialização do Leite.....	162
4.1.4 Síntese do Mercado do Leite.....	171
4.2 PLANTAS MEDICINAIS: UM MERCADO INOVADOR E DIFERENCIADO.....	172
4.2.1 Antecedentes Históricos e Aspectos Gerais.....	173
4.2.2 Características do Processo de Produção de Plantas Medicinais.....	179
4.2.3 O processo de Comercialização das Plantas Medicinais.....	185
4.2.4 Síntese do Mercado das Plantas Medicinais.....	191
4.3 PROGRAMA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM MERCADO CRIADO PELO ESTADO.....	192
4.3.1 Antecedentes Históricos e Características Gerais do PAA.....	193
4.3.2 Características das Famílias e do Processo de Produção.....	203
4.3.3 O processo de Comercialização: uma Forma de Redistribuição.....	209
4.3.4 Síntese do Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.....	213

5 A POBREZA DOS MERCADOS: UMA ANÁLISE COMPARADA DOS MERCADOS E OS ELEMENTOS INSTITUCIONAIS DA POBREZA RURAL.....	215
5.1 ONDE ESTÁ A POBREZA DOS MERCADOS?.....	216
5.1.1 As Organizações e os Mercados: Quem são os Jogadores?.....	216
5.1.2 As Regras Formais do Jogo: Aspectos Legais.....	218
5.1.3 As Regras Informais do Jogo: Aspectos Culturais.....	221
5.1.4 A Aplicação das Regras do Jogo: <i>Enforcement</i>	223
5.1.5 Mudança Institucional e <i>Path Dependence</i>	225
5.1.6 Redes Sociais de Cooperação.....	228
5.1.7 A Importância dos Laços Fracos no Acesso aos Mercados.....	230
5.1.8 Construção Social dos Arranjos Institucionais nos Mercados.....	232
5.1.9 As Relações de Poder nos Mercados.....	233
5.2 AS INSTITUIÇÕES DA POBREZA.....	235
5.2.1 O Estado e as Políticas de Desenvolvimento.....	236
5.2.2 Particularidades Institucionais da Microrregião de Pitanga.....	239
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA NÃO CONCLUIR!.....	245
REFERÊNCIAS.....	251
APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	265

1 INTRODUÇÃO

A verdade absoluta é uma quimera, e não há nenhuma estrada principal que nos leve à ciência. Além do mais, a próxima ciência não é imutável nem absoluta.
(HODGSON, 1994, p. 47).

A reflexão sobre os processos de desenvolvimento rural no Brasil contemporâneo remete ao texto de Guilherme Octávio Velho intitulado “O fim dos grotões”, em que o autor afirma categoricamente que “não há mais pessoas isoladas e desinformadas [...] os grotões não existem mais” (VELHO, 2006, p. 28). Seguindo esta linha otimista, volta-se o olhar para o Estado do Paraná, caracterizado como “moderno” e “desenvolvido”, especialmente considerando as particularidades da sua moderna capital Curitiba, ou a potência hidrelétrica de Itaipu, instalada em Foz do Iguaçu, a alta produtividade agrícola da região Oeste (Cascavel e Toledo) ou ainda, a dinâmica econômica do Norte, sobretudo Maringá e Londrina.

Contudo, no ano de 2004, através da participação de um projeto de pesquisa (PROJETO TCP/2905, 2004), coordenado pelo professor Flávio Sacco dos Anjos, financiado pela Fundação das Nações Unidas para a Alimentação e o Desenvolvimento (FAO) e o então Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), atualmente Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o autor deparou-se com outro Paraná, muito diferente do descrito anteriormente. Circunscrito à área central do Estado, existe uma região em que os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) estão entre os mais baixos do Sul do Brasil, tanto que uma das denominações utilizadas para caracterizá-la era “corredor da fome”.

Diante de tal panorama, a opção por estudar os processos de desenvolvimento rural numa região pobre não foi fruto do acaso e tampouco considerando aspectos operacionais e logísticos, pois o autor possui residência na região Sudoeste, uma distância de aproximadamente 300 km do centro do Estado. Trata-se de uma opção baseada numa visão de mundo e de cunho teórico-metodológico. Diante de diferentes quadros teóricos que tentam explicar “o que é” desenvolvimento rural, optou-se por mergulhar no “abismo” e partir daquilo que “não é”, ou seja, a pobreza rural. Ao invés de procurar experiências bem sucedidas, optou-se por estudar uma região que apresenta um dos piores indicadores de desenvolvimento do Estado do Paraná, na expectativa de que isso possa ajudar a desvelar as

particularidades de um tipo de desenvolvimento que “estagnou” a região em questão.

A primeira pesquisa exploratória realizada nos dias 03 e 04 de maio de 2010 colocou o autor diante de um quadro eloquente¹. No caminho, predomina uma paisagem marcada pela baixíssima densidade populacional e a presença de muitas fazendas destinadas à criação extensiva de gado de corte. A energia elétrica inexistente para algumas famílias. Depois de percorrer aproximadamente 50 km por uma estrada de terra mal conservada, chega-se à sede de um pequeno município. Somente uma avenida com calçamento e duas ruas paralelas. Na avenida, algumas casas de comércio e, em frente a estas, uma curiosa contradição que reflete a realidade da concentração fundiária e as desigualdades sociais: cavalos e picapes de luxo. Da sede do município, segue-se por mais 30 km de estrada de terra para chegar à casa de um agricultor de um dos vários assentamentos da região. Não existe propriamente uma estrada até a propriedade, segue-se por um “caminho” de difícil acesso que passa pela área de pastagem permanente cercada com arame farpado. A casa é simples e foi construída através de um programa estadual, o “Paraná 12 Meses”. A família é jovem, um casal e dois filhos pequenos. Os porcos são criados soltos e vivem ao redor da casa. A família é beneficiada com o Programa Bolsa Família, produz leite e entrega hortaliças para a merenda escolar. Uma cena chama atenção: não há banheiro, apenas a tradicional “capunga” instalada do lado de fora, ao lado do galinheiro. O curioso é que nas paredes externas desta privada primitiva construída sobre a fossa, estão pendurados alguns baldes que são utilizados na ordenha e no transporte do leite. Inevitável não pensar no famoso e polêmico personagem de Monteiro Lobato! Mas como o próprio criador do personagem afirmou: “Jeca Tatu não é assim, ele está assim”². Então a pergunta certa é: porque ele está assim?

Portanto, para compreender esta realidade, partiu-se da teoria do Economista Institucional Douglass North, de que o desenvolvimento, bom ou ruim, é resultado das instituições e da sua evolução. Assim, esta pesquisa foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e está ligado à linha de pesquisa “Estado, Sociedade Civil e Políticas Públicas de

¹ O cenário contempla características de vários municípios e não se refere a nenhum de modo específico.

² Jeca Tatu é um personagem criado por Monteiro Lobato, na obra *Urupês*, publicada originalmente em 1918, considerada a obra-prima do autor. O livro é uma coletânea de contos e crônicas sobre o trabalhador rural paulista que, para Lobato, simbolizava as condições em que viviam os caboclos brasileiros, abandonados pelo poder público, cheios de doenças, considerados atrasados e indigentes, o que acaba com a visão romântica que se tinha do homem do campo. Em 1911, Monteiro Lobato herda uma fazenda, no entanto, desentende-se com os empregados, julgando-os preguiçosos e sem condições de melhorar de vida. Isso reflete na sua visão preconceituosa, publicada em artigos no jornal *O Estado de São Paulo*, de 1914, em que Lobato condena o caboclo como a praga nacional e o responsabiliza pelos problemas da agricultura. Porém, durante a campanha sanitária, no início da década de 1920, o autor conhece melhor a realidade e modifica a sua percepção, tornando o Jeca Tatu num símbolo de brasilidade.

Desenvolvimento Rural”. De modo geral, a pesquisa insere-se numa discussão mais ampla sobre economia regional ao tentar compreender as particularidades de uma das regiões mais pobres do Estado do Paraná. Do ponto de vista teórico, pretende-se dar continuidade ao estudo dos processos de desenvolvimento rural a partir da ótica da Economia Institucional, pesquisas já desenvolvidas pelo professor orientador Eduardo Ernesto Filippi (FILIPPI, 2004) e de seus orientados, que contemplaram bases teóricas semelhantes (BEROLDT, 2010, RAMBO, 2011, MAIA, 2012). Nesse sentido, a realização de um estágio de seis meses no Centro de Estudos Sociais (Laboratório Associado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra – Portugal), com a orientação do professor Pedro Hespanha, foi fundamental para compor o quadro teórico da tese, uma vez que, naquela instituição, há um núcleo de pesquisa inspirado nas teorias da Economia Institucional e da Sociologia Econômica.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA, HIPÓTESES E OBJETIVOS

A pobreza, mais especificamente a pobreza rural, ainda constitui um vasto campo de pesquisa e isso remete à necessária delimitação do tema para compreender aspectos mais específicos. A sobrevivência de um indivíduo pobre pode estar relacionada à produção de subsistência, ao acesso às políticas públicas, às relações de reciprocidade e a sua participação em mercados que visam proporcionar ingressos financeiros para a manutenção das famílias. Nesses termos, pretende-se estudar a pobreza rural a partir dos mercados, pois entende-se que estes (formais ou informais, envolvendo trocas financeiras ou não) são formas de acessar os meios de vida³ necessários à manutenção das famílias.

O processo de mercantilização da agricultura familiar, acentuado com a modernização da agricultura, transformou radicalmente as formas de reprodução social dessas famílias que dependem, cada vez mais, das relações que se estabelecem “da porteira para fora”. A mercantilização dessas relações pode ser caracterizada, por exemplo, via acesso aos bens de consumo, aquisição de insumos e equipamentos para produção, utilização de crédito e a comercialização da produção. O que interessa discutir nesta pesquisa são os mercados de comercialização de produtos, pois entende-se que a reprodução social da agricultura familiar está diretamente ligada a eles. De modo genérico, pode-se apontar para três dinâmicas de mercado bastante distintas. A primeira é a produção de *commodities*, como soja, milho, fumo,

³ A expressão “meios de vida” foi utilizada por Antonio Candido na clássica obra “Os parceiros do Rio Bonito” (CANDIDO, 2001), publicada originalmente em 1964.

leite, suínos e aves, que possuem uma ligação (a montante e a jusante) com as agroindústrias e atravessadores. A segunda dinâmica refere-se às iniciativas dos agricultores e a construção de sua autonomia contando com a participação de ONGs, como, por exemplo, na produção de orgânicos. A terceira dinâmica está relacionada às políticas públicas (de cunho estruturante e não assistencialista) que pretendem fortalecer a agricultura familiar criando espaços específicos de comercialização de seus produtos, como o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal.

Diante do exposto, o problema de pesquisa que se apresenta para esta tese é: de que forma as instituições interferem (motivações ou restrições) na estrutura e dinâmica dos mercados acessados pelos agricultores numa região que apresenta baixos indicadores de desenvolvimento? Como hipótese explicativa para a questão, acredita-se que existe uma matriz institucional que não estimula a produção e a produtividade para os mercados, e que a base dessas instituições se reproduz no tempo – gerando uma dependência histórica de uma trajetória percorrida – o que auxilia na compreensão da pobreza rural. Disso resulta deste que muitos agricultores não querem participar dos mercados devido às políticas públicas assistencialistas enquanto outros comercializam apenas alguns excedentes, praticando uma agricultura de subsistência e não (re)investem na produção, configurando um quadro de estagnação da economia dos municípios da Microrregião de Pitanga.

De modo amplo, a preocupação desta investigação é com o processo de desenvolvimento de um “território economicamente deprimido”⁴, que ficou historicamente “esquecido” pelas políticas econômicas, sobretudo as de cunho estrutural. Diante da necessária delimitação do tema, optou-se por analisar os mercados e sua matriz institucional na expectativa de que isso possa revelar aspectos que explicam a persistência histórica da pobreza. Portanto, o objetivo geral da pesquisa é analisar a estrutura e a dinâmica dos mercados dos agricultores e compreender sua relação com a pobreza rural na Microrregião de Pitanga (Paraná). Trata-se de uma abordagem institucional do desenvolvimento rural, considerando-se relevante definir os objetivos específicos a partir do que Reis (2009) considerou como os “três grandes domínios da economia institucional”.

[...] o domínio conceitual, onde se procura fixar uma noção útil de instituições [...] o domínio da condução dos fenômenos econômicos e da dimensão organizacional da economia [...] o domínio da compreensão das configurações concretas assumidas pelas instituições, pela economia e pela sociedade nos países, nos territórios ou nas

⁴ A expressão “território economicamente deprimido” foi utilizada por Ortega (2008) para caracterizar regiões com baixos indicadores de desenvolvimento. Nesta tese, utiliza-se o termo território como sinônimo de região, sem entrar nos meandros teóricos que cercam a noção de território. Para compreender as diferentes interpretações de território, sugere-se a leitura de Saquet (2007) e Saquet; Souza (2009).

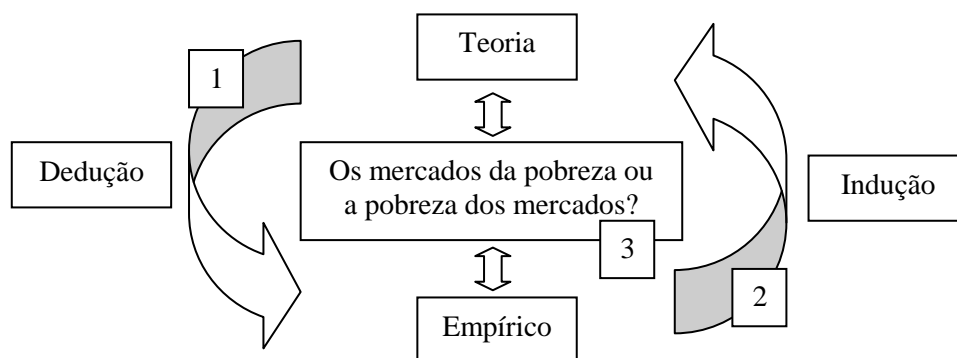
organizações (REIS, 2009, p. 21).

A partir desses domínios, estabeleceram-se os objetivos específicos desta tese:

- a) do ponto de vista teórico, buscar uma explicação institucional para o processo de desenvolvimento rural e das relações mercantis estabelecidas pelos agricultores familiares inseridos no modo capitalista de produção;
- b) resgatar o processo histórico de ocupação e formação do território e descrever as suas características socioeconômicas atuais, sobretudo focalizando os seus indicadores de desenvolvimento, identificando e caracterizando os agricultores pobres e os tipos de mercados por eles acessados, com ênfase no mercado tradicional (leite), inovador (plantas medicinais) e institucional (Programa Aquisição de Alimentos);
- c) compreender e analisar a matriz institucional que molda tais mercados, focalizando os processos de mudança institucional e a sua relação com a pobreza rural do território.

A dinâmica destes três domínios e respectivos objetivos está esboçada na figura 01. Na tese, através do capítulo 2 pretende-se estudar o primeiro domínio e o primeiro objetivo específico. Nos capítulos 3 e 4 o foco é o segundo domínio e o segundo objetivo específico. Finalmente, o terceiro domínio e o terceiro objetivo específico serão analisados no capítulo 5.

Figura 01 - Relação teórico/empírica dos domínios da economia institucional e os objetivos da pesquisa



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

1.2 MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO

A abordagem metodológica desta pesquisa está dividida em três dimensões, ou seja, teórica, estatística e empírica. Em relação às duas primeiras dimensões, Lakatos & Marconi (2000) identificam os seguintes níveis de métodos de investigação científica: i) o método de abordagem, que se refere a um nível mais elevado de abstração, e pode ser classificado em método indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético; ii) os métodos de procedimentos, que são as etapas mais concretas da investigação, tais como o método histórico, comparativo, monográfico, estatístico, tipológico, funcionalista e estruturalista. De maneira semelhante, Gil (1994) faz uma distinção entre os métodos mais gerais (hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico) e os métodos específicos (experimental, observacional, comparativo, estatístico e clínico).

Portanto, a proposição metodológica para esta pesquisa será feita em três níveis: i) o método de abordagem será um exercício simultâneo entre dedução e indução; ii) os métodos de procedimentos serão o estatístico, histórico e comparativo; e, iii) um conjunto de técnicas e instrumentos de coleta de dados. Por fim, opta-se pela descrição pormenorizada dos casos com análise qualitativa das entrevistas.

O método de abordagem utilizado na investigação é um exercício simultâneo entre dedução e indução. “O método dedutivo [...] é o que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. O raciocínio dedutivo parte de princípios considerados como verdadeiros e indiscutíveis para chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente da sua lógica” (GIL, 1994, p. 28). “O método indutivo procede inversamente. Parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares” (GIL, 1994, p. 29). Portanto, a indução será uma forma de conceber as hipóteses, derivando-as do conhecimento teórico preliminar. Por outro lado, a indução será a maneira de testar tais hipóteses com base nos dados empíricos, sejam primários ou secundários (figura 01).

Nesta pesquisa, o ponto de partida foi a discussão teórica sobre a importância dos mercados no processo de desenvolvimento rural em “territórios economicamente deprimidos”, em que prevalece a agricultura familiar; ou seja, entender o significado dos mercados no seu processo de reprodução social. Ainda, enquanto conhecimento teórico prévio, apresenta-se o debate sobre o papel das instituições na economia, procurando construir um quadro teórico que possa ser aplicado ao estudo dos mercados. Com base nesse conteúdo teórico preliminar, o passo seguinte foi a formulação do problema de pesquisa e a dedução de

hipóteses conforme apresentado anteriormente. O próximo passo foi o teste empírico das hipóteses (para tal tarefa foram utilizados os métodos de procedimentos e as técnicas de investigação apresentados na sequência) e análise dos resultados com base num conjunto de nove variáveis (conforme será destacado mais adiante). A partir da análise, os resultados passaram por um processo de corroboração ou refutação.

Os métodos de procedimentos utilizados na pesquisa foram o estatístico / quantitativo, histórico e comparativo. A aproximação estatística baseia-se análise de dados secundários (atuais e históricos) disponíveis sobre a Microrregião de Pitanga, sobretudo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A análise dos dados secundários possui dois objetivos principais. O primeiro, fazer um “retrato preliminar” da região. O segundo, demonstrar a “singularidade” desta em relação ao restante do estado do Paraná, sobretudo no que se refere à pobreza e indicadores de desenvolvimento. Para tal, analisam-se dados sobre um conjunto de variáveis socioeconômicas, tais como: área territorial, população (total, rural e urbana), densidade demográfica, Índice de Desenvolvimento Humano, taxa de pobreza e indigência, renda per capita, distribuição de renda, índice de Gini (terra e renda), ocupação da população economicamente ativa, acesso da população a bens de consumo e serviços básicos, acesso a programas sociais, produto interno bruto e sua composição, agropecuária (tipologia dos estabelecimentos, estrutura fundiária, força de trabalho, pessoal ocupado, utilização das terras, valor bruto da produção, principais produtos agropecuários).

De acordo com Lakatos e Marconi (2000, p. 93), “o papel do método estatístico é, antes de tudo, fornecer uma descrição quantitativa da sociedade”.

Os processos estatísticos permitem obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si. Assim, o método estatístico significa redução de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos etc. a termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado (LAKATOS; MARCONI, 2000, p. 93).

Os outros dois métodos de procedimentos da pesquisa são o histórico e o comparativo. Segundo o método histórico:

[...] as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função. Assim, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual por meio de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações (LAKATOS; MARCONI, 2000, p. 91).

Portanto, o método histórico foi fundamental para compreender a história de formação econômica e social do território bem como a formação histórica dos mercados investigados. De forma complementar, utilizou-se o método comparativo, pois:

Considerando que o estudo das semelhanças e diferenças entre os diversos tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano, este método realiza comparações com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. O método comparativo é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou diferentes estágios de desenvolvimento (LAKATOS; MARCONI, 2000, p. 92).

Nesta pesquisa, não se trata de comparar grupos de indivíduos, mas comparar os mercados, suas instituições, as organizações e o processo de constituição histórica. A comparação é fundamental para auxiliar na análise dos mercados possibilitando compreender como os conceitos do conhecimento teórico prévio permitem compreender, ou não, os diferentes mercados estudados com dados empíricos.

Do ponto de vista da imersão empírica nos estudos sobre pobreza, destaca-se a contribuição de José de Souza Martins:

A concepção de abismo tem aqui funções metodológicas, pelas revelações que podem ser sociologicamente obtidas quando o pesquisador se situa na perspectiva das populações cuja vida se desenrola nos extremos das situações sociais adversas. [...] o conhecimento crítico torna-se possível pela adoção do método de investigar e explicar sociologicamente, a partir da experiência e da visão de mundo da vítima das adversidades sociais. E, por esse meio, chegar às estruturas profundas e às contradições essenciais da sociedade e retornar ao visível, imediato e cotidiano, já situado e explicado [...]. Ao situar-se no fundo do abismo social que marginaliza e exclui é que o pesquisador pode ver e interpretar os significados da crise e as irracionalidades e contradições da sociedade contemporânea. Porque desse lugar ele pode ver na perspectiva dos que padecem, na dimensão reveladora do que é limite de quem está no limite (MARTINS, 2008, p. 24).

Conforme destacado por Martins (2008), entender o desenvolvimento do abismo refere-se ao fato de, metodologicamente, discutir a pobreza na perspectiva de quem é pobre, o que será feito através do trabalho empírico na Microrregião de Pitanga (PR), que pode ser considerado um “território economicamente deprimido”, ou seja, onde predominam os piores índices de IDH e pobreza.

O ponto de partida para o trabalho empírico consistiu na identificação dos mercados acessados pelos agricultores familiares pobres. Esses mercados podem ser classificados quanto ao tipo de produto, da forma de produção ou pela forma de comercialização⁵. Com

⁵ De acordo com Wilkinson (2008, p. 16), pode-se “identificar pelo menos quatro formas tradicionais de acesso aos mercados: acesso direto, sobretudo no caso do mercado local (informal); intermediação via atravessador;

base nas pesquisas exploratórias, realizadas em maio e setembro de 2010, foram identificados vários mercados acessados pelos agricultores da Microrregião de Pitanga: em relação a produtos específicos (milho, feijão, leite, fumo, bicho da seda), dependendo da forma de organização e informalidade (feiras municipais, venda direta nas casas dos consumidores), diferenciados na função da forma de produção (produtos orgânicos, ervas medicinais em agrofloresta), relacionados com programas governamentais (Programa Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Bolsa Família, Aposentadoria Rural), venda de força de trabalho (diarista ou temporário), mercado de terras (arrendamento ou venda). Esses diferentes tipos de mercados constituem fontes de renda para as famílias de agricultores, ou seja, não se trata de investigar os mercados nos quais as famílias gastam recursos, nem as relações de reciprocidade e solidariedade que não envolvem trocas monetárias. O foco são os mercados que garantem uma forma de renda monetária para os agricultores. O trabalho constitui-se, portanto, numa análise institucional dessas fontes de renda.

Entretanto, esse conjunto de mercados já identificados ainda é muito amplo e complexo, necessitando, para efeitos dessa pesquisa, de melhor classificação, visando a sua operacionalização, representatividade e diversidade. Assim, pretende-se abordar especificamente três mercados (conforme quadro 01).

Quadro 01 - Proposta de classificação dos mercados acessados pelos agricultores familiares pobres da Microrregião de Pitanga – Paraná

<i>Mercado</i>	<i>Características</i>
Tradicional	A produção de <u>leite</u> constitui a principal atividade de geração de renda para a maioria dos agricultores (mais de 90% das propriedades) e representa uma forma de comercialização com intermediários (leiteiros) e <u>agroindústrias</u> (pequenos laticínios). Trata-se de mercado fortemente marcado pela atuação dessas agroindústrias. Na classificação de Wilkinson (2008), trata-se de um mercado de <i>commodities</i> que possui uma intermediação via atravessador e integração com a agroindústria.
Inovador	É a produção e comercialização de <u>plantas medicinais</u> . É inovador, pois trata-se de uma forma diferenciada de produção, de comercialização e conta com a <u>força de organização dos agricultores e apoio de ONGs</u> . É um mercado socialmente construído. Com base na classificação de Wilkinson (2008) pode-se dizer que possui proximidade com os mercados de orgânicos, artesanais e solidários.
Institucional	Toma-se como exemplo o <u>Programa Aquisição de Alimentos</u> (PAA) do governo federal. Trata-se de uma <u>política pública</u> estrutural na luta contra a erradicação da pobreza. É um mercado organizado a partir de políticas públicas voltadas para os agricultores familiares pobres. É o que Wilkinson (2008) chamou de mercados institucionais ou compras por parte do poder público.

Fonte: Elaboração do autor, 2012.

integração com a agroindústria e compras por parte do poder público”. O autor ainda sugere uma tipologia de mercados para a agricultura familiar (commodities, especialidades, orgânicos, artesanais, solidários e institucionais), cada um com seus perfis e desafios próprios.

Obviamente essa classificação não contempla a diversidade de mercados acessados pelas famílias, entretanto, para efeitos dessa pesquisa, ela permite fazer uma avaliação institucional de mercados bastante diferenciados devido ao papel desempenhado pelas agroindústrias, organizações dos agricultores e políticas públicas. Os critérios para a escolha desses três mercados foram os seguintes: no caso do mercado tradicional (leite), a sua representatividade e por ser a principal “aposta” para o desenvolvimento rural da região, tanto nos discursos de representantes do poder público como de entidades representativas dos agricultores; o mercado inovador (orgânicos e plantas medicinais) faz um contraponto às atividades tradicionais (seja na forma da produção, comercialização e organização); o mercado institucional (PAA) por se tratar da atuação do Estado (de forma estrutural e não assistencialista), na luta contra a pobreza e no fortalecimento da agricultura familiar.

Uma vez identificados os mercados, o passo seguinte foi entrevistar os atores-chave do processo de transação mercantil, ou seja, os agricultores, os compradores e os mediadores (representantes de associações, sindicatos, cooperativas, organizações não governamentais, poder público etc.). De acordo com Gil:

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 1994, p. 113).

As entrevistas foram de cunho qualitativo⁶ a partir de uma perspectiva histórica, realizada com base num roteiro semi-estruturado (entrevista por pautas), e com “certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o investigador vai explorando ao longo de seu curso” (GIL, 1994, p. 117).

O registro das informações obtidas nas entrevistas foi realizado através de anotações no diário de campo. Essa técnica, apesar de apresentar a desvantagem de captar menos informações (em comparação com a gravação), apresenta a vantagem de não inibir o entrevistado, e facilitar e agilizar o processo de análise dos dados, uma vez que não é necessário fazer a transcrição das entrevistas. Considerando que o universo da pesquisa

⁶ Os estudos qualitativos informam sobre as motivações profundas das pessoas, quais são seus pensamentos e seus sentimentos; proporcionam informação para adequar a metodologia de um estudo quantitativo e a informação útil para interpretar os dados quantitativos. As técnicas qualitativas, por consequência, proporcionam uma profundidade na resposta e maior compressão do fenômeno estudado. Essas técnicas normalmente acarretam menor custo que as técnicas quantitativas, são de execução mais rápida, permitem maior flexibilidade em sua aplicação e favorecem estabelecer um vínculo mais direto com as pessoas (Velasco; Villa, 2011 p. 94).

engloba 3.549 agricultores e que, destes, aproximadamente 3.150 são produtores de leite, estima-se que 50 produzem plantas medicinais e 349 participam do PAA, utilizou-se o critério da saturação para definir o número⁷.

Outra técnica de coleta de dados utilizada na pesquisa de campo foi a fotografia, obtendo-se um total de 966 imagens, entre estas, algumas serão utilizadas, de forma individual ou em painel, na análise dos dados. O uso de imagens constitui, pelo menos, três desafios do ponto de vista da sua utilização e interpretação: o que ela realmente representa, o que o autor da fotografia quer representar e o que o leitor perceberá. Mesmo assim, considera-se que o uso da fotografia constitui uma ferramenta significativa que enriquece com detalhes a exposição do conteúdo.

A imagem mostra uma realidade e a reafirma como existente em um espaço e tempo já passado; esse instantâneo possui uma finalidade comunicativa e testemunhal, que posteriormente o leitor interpretará apoiando-se no texto que acompanha a imagem. Por tanto, a fotografia é objetiva porque guarda um acontecimento existente, real e é subjetiva na sua forma de realizar e observar. A fotografia é uma mensagem produzida por alguém e sempre com endereço determinado. Elas revelam espaços, lugares, fatos ou acontecimentos significativos e conduzem a uma rede de idéias de caráter intelectual e afetivo em diferentes espaços de sociabilidade (MARTELLI, 2008, p. 17).

Os mercados (tradicional, inovador e institucional) constituem a unidade de investigação e a interpretação dos dados primários, sobretudo das entrevistas, é feita através da análise qualitativa do conteúdo, comparando as categorias centrais do referencial teórico, tais como instituições (regras formais, regras informais e *enforcement*), organizações, *path dependence*, redes sociais, laços fracos, construção social dos mercados e relações de poder.

Uma vez definido o problema e as hipóteses, seguiu-se com o delineamento da pesquisa, sendo a operacionalização das variáveis uma tarefa indispensável para que se possam obter os dados necessários ao teste das hipóteses, ou seja, é “o processo que sofre uma variável (ou um conceito) a fim de se encontrar os correlatos empíricos que possibilitem sua mensuração ou classificação” (GIL, 1994, p. 81). Essas variáveis foram traduzidas em perguntas num roteiro semi-estruturado (Apêndice A), utilizado nas entrevistas com todas as organizações (jogadores) que participam de cada transação. A unidade de análise da pesquisa

⁷ Na pesquisa de campo foram realizadas 83 entrevistas com atores-chave, algumas pontuais não utilizaram o roteiro do apêndice. Também foram realizadas várias visitas a agricultores com o objetivo de observação da realidade, sem entrevista formal. As entrevistas são divididas da seguinte forma: 28 com agricultores (14 produtores de leite, 10 do PAA e 4 que produzem plantas medicinais); 7 com representantes das agroindústrias que adquirem leite; 9 com técnicos da EMATER, e com representantes: 6 das Secretarias de Agricultura; 6 das Secretarias de Ação Social; 5 nas Secretarias de Educação; 4 das associações de agricultores, 6 das cooperativas; 3 das empresas que adquirem a produção de plantas medicinais; 4 da AMOCENTRO, 2 de entidades beneficiadas pelo PAA; 3 de ONG's.

são os mercados (transações) e, para operacionalizar a pesquisa, cada variável foi decomposta em indicadores que permitem a sua observação empírica, conforme se pode observar no quadro 02.

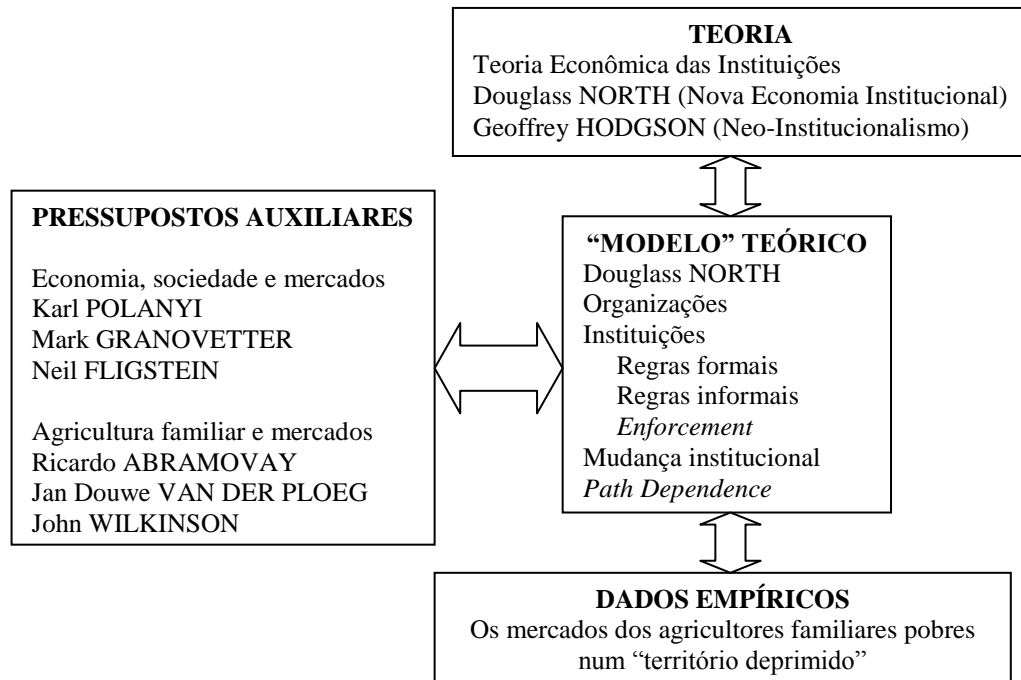
Quadro 02 - Variáveis conceituais, dimensões e operacionalização de indicadores

Variável	Operacionalização de indicadores
1. Organizações	São os “jogadores” que, de forma direta ou indireta, interferem na transação. Identificar o conjunto de organizações que interferem na transação de forma direta: vendedor (agricultura familiar) e comprador (consumidor final, agroindústria, atravessador, Estado, outros agricultores, empregadores); e indireta (intermediadores): Poder Público nos três níveis, associações, sindicatos, cooperativas.
2. Regras formais	Base legal e formal que regulamenta a transação. Expressa nos contratos formalizados, leis, códigos, normas, regulamentos.
3. Regras informais	É aquilo que não está escrito, entretanto, interfere nas transações. Hábitos, costumes, crenças, cultura, códigos de conduta. O que pensam e como agem em relação aos mercados.
4. <i>Enforcement</i>	É a aplicação das regras. As regras são seguidas? O que acontece quando as regras são quebradas? Quem fiscaliza e como ocorre a fiscalização?
5. <i>Path dependence</i>	Dependência histórica de uma trajetória escolhida. Retomar a história de cada mercado e entender o que permanece e o que modificou. Que instituições permanecem imutáveis por longos períodos de tempo e de que modo continuam influenciando os mercados e o desenvolvimento.
6. Redes sociais	É a estrutura de organizações sociais. Existência de organizações dos agricultores para defender os seus interesses nos mercados. Trata-se das organizações específicas dos agricultores, como, por exemplo, associações, cooperativas e ONGs.
7. Laços fracos	Relações sociais “frágeis”. Identificar a existência de vínculos sociais “secundários” e sua interferência no funcionamento dos mercados.
8. Construção social	Capacidade dos agricultores em interferir no funcionamento e na construção de novos mercados. Os agricultores conseguem interferir? De que maneira? Analisar de que forma fatores econômicos, políticos, culturais e relacionais interferiram na emergência do mercado.
9. Poder	Estrutura e hierarquia de poder no “território do mercado”. Identificar as relações de poder (quem manda e quem obedece) dentro de cada mercado.

Fonte: Elaboração do autor com base no referencial teórico do capítulo 2, 2012.

Portanto, a análise dos três mercados (tradicional, inovador e institucional) é feita com base em nove dimensões (organizações, regras formais, regras informais, *enforcement*, *path dependence*, redes sociais, laços fracos, construção social e poder). Assim, do ponto de vista epistemológico (figura 02), a construção do modelo explicativo da tese possui inspiração no modelo teórico de Douglass North, entretanto, dialoga com a teoria institucionalista de autores como Geoffrey Hodgson. Por outro lado, possui alguns pressupostos auxiliares inspirados na Sociologia Econômica de autores como Karl Polanyi, Mark Granovetter e Neil Fligstein na tentativa de compreender as relações entre economia, sociedade e os mercados. Do ponto de vista da agricultura familiar e seu processo de mercantilização são significativas as contribuições de Ricardo Abramovay, Jan Douwe Van Der Ploeg e John Wilkinson.

Figura 02 - A construção do modelo teórico explicativo da tese



Fonte: Organização do autor a partir da sugestão de Nunes (2004, p. 50).

Esta investigação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro (capítulo 2) constitui o marco teórico e nele abordam-se as definições centrais que darão suporte à análise: desenvolvimento, agricultura familiar, mercados e instituições. No segundo (capítulo 3) o foco é a análise da Microrregião de Pitanga e objetiva-se caracterizar o seu processo de desenvolvimento em contraponto com os indicadores do Estado do Paraná, procurando demonstrar a sua singularidade em relação à pobreza rural. No terceiro (capítulo 4) a atenção volta-se para os processos de inserção mercantil dos agricultores familiares pobres, através dos mercados do leite, plantas medicinais e o Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Com base na abordagem institucional dos “mercados da pobreza”, pretende-se compreender a pobreza na Microrregião de Pitanga, o que será constará último capítulo (capítulo 5).

2 O DESENVOLVIMENTO RURAL NUMA PERSPECTIVA INSTITUCIONAL: MERCADOS, POBREZA E AGRICULTURA FAMILIAR

[...] na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho.
(MARTINS, 1994, p. 30).

Uma das obras mais relevantes para compreender as particularidades do desenvolvimento brasileiro (suas características, seus limites e suas possibilidades) é o livro “O poder do atraso” (MARTINS, 1994) do renomado sociólogo José de Souza Martins, do qual deriva a epígrafe acima. Em sua obra mais recente, “A política do Brasil lúmpen e místico”, Martins (2011) retoma a obra anterior, atualiza e amplia a discussão, porém, mantém a argumentação, qual seja: o poder da tradição dificulta as mudanças no país, a combinação do moderno e do tradicional freia o desenvolvimento social e político e está se renovando a cada momento, tornando o Brasil vítima de um atraso político e econômico. O texto “*Economic performance through time*” (NORTH, 1994) do economista institucional Douglass North representa um elo para o aporte teórico da tese. O desenvolvimento é resultado das instituições e da sua evolução que é dependente de uma trajetória histórica.

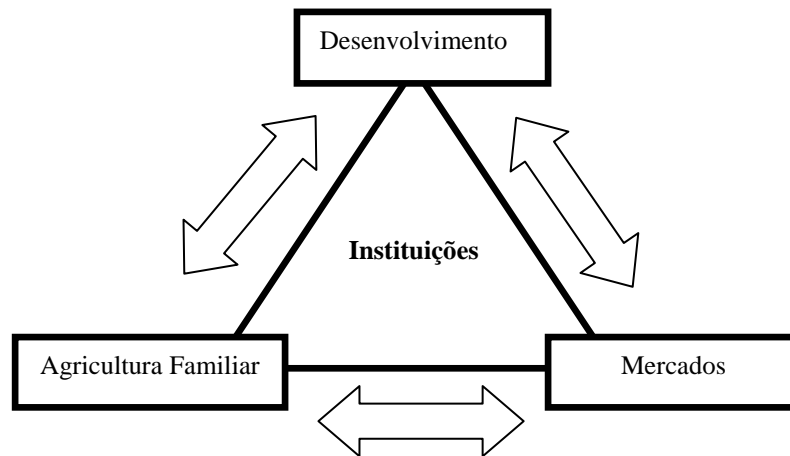
Analisar o desenvolvimento numa perspectiva institucional implicou a escolha de uma unidade de análise, atores e contexto. Assim, considerando os interesses desta pesquisa, optou-se por estudar o desenvolvimento rural a partir dos mercados acessados por agricultores familiares numa região que apresenta baixos índices de desenvolvimento. Portanto, o objetivo deste capítulo teórico é aprofundar a discussão em torno dos três temas centrais da tese, ou seja, desenvolvimento (e seu par dialético pobreza), mercados e agricultura familiar. Este debate será feito à luz da Teoria Econômica das Instituições (figura 03).

Para tanto, o capítulo está dividido em três seções. Na primeira, apresenta-se uma revisão das diferentes teorias sobre desenvolvimento, com ênfase na Teoria Econômica das Instituições, basicamente inspirada na abordagem institucional de Douglass North.

Na segunda parte, buscam-se elementos teóricos que permitam uma análise do

mercado para além da simples relação de compradores e vendedores da tríade neoclássica oferta-demanda-preço e procura-se inspiração na Sociologia Econômica, de Karl Polanyi; na Nova Sociologia Econômica, de Mark Granovetter e Neil Fligstein e, sobretudo, nos autores institucionalistas, Douglass North e Geoffrey Hodgson.

Figura 03 - Temas teóricos centrais da tese



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

Na terceira e última parte, a atenção volta-se para os mercados da agricultura familiar e, nesse sentido, a discussão teórica remonta à compreensão do processo de transformação da agricultura familiar no interior do capitalismo, tornando-se o processo de mercantilização central para compreender as particularidades dessa forma social de produção baseada na mão de obra familiar.

2.1 DESENVOLVIMENTO, INSTITUIÇÕES E POBREZA

O debate sobre o que é e como promover o desenvolvimento é complexo e cercado de polêmica. Conforme destacado por Abramovay (2003, p. 74), “não existe consenso sequer entre os especialistas sobre o significado da palavra desenvolvimento”. O autor alerta, ainda, para o fato de que “frequentemente, até hoje, é confundido com crescimento econômico”, o que pode ser conferido nos dicionários de economia⁸.

⁸ O “novíssimo dicionário de economia” define desenvolvimento econômico como “crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto *per capita*) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia”. Destaca ainda que “o desenvolvimento de cada país depende de suas características próprias (situação geográfica, passado histórico, extensão territorial, população, cultura e recursos naturais)”. De maneira geral, considera que as mudanças que caracterizam o desenvolvimento econômico são “o aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola,

Apesar das diversas e diferentes interpretações, o que talvez seja comum à maioria delas é que desenvolvimento está relacionado com qualidade de vida dos indivíduos e, para tanto, as condições econômicas são importantes, porém, existem outras variáveis relevantes. Se durante muito tempo, sobretudo na “era de ouro” do capitalismo (1945-75), a concepção de desenvolvimento estava associada às ideias de progresso e crescimento do Produto Interno Bruto, a partir dos anos 1980 e principalmente 1990, outros elementos começam a ganhar corpo nesse debate, principalmente as questões ambientais, a justiça social e a necessidade de participação dos atores no processo de planejamento e gestão. A seguir, algumas das teorias sobre o desenvolvimento e a evolução do debate.

2.1.1 Um Breve Panorama das Ideias sobre Desenvolvimento (Rural)

O debate sobre desenvolvimento sempre esteve presente na economia. Para os economistas clássicos ingleses, como Adam Smith, Robert Malthus e David Ricardo, a questão chave estava em compreender a relação entre o progresso tecnológico e o crescimento da população. Portanto, para estes autores, o desenvolvimento consistia numa transformação da agricultura para a indústria. Com a Revolução Marginalista, a temática do desenvolvimento praticamente desapareceu da agenda de pesquisa da economia uma vez que a preocupação estava em compreender como as relações entre indivíduos egoístas e motivados pelo lucro poderiam gerar uma ordem macro, determinista e que levaria para um estado de equilíbrio. Desse modo, as variáveis do desenvolvimento de longo prazo (população, acúmulo de capital, progresso tecnológico e mudança institucional) foram eliminadas (DOPFER, 1994).

O processo de integração econômica entre 1870 e 1914 proporcionou a base para duas interpretações de desenvolvimento: i) a de Schumpeter, que propõe que o empreendedor e a inovação são as principais forças de desenvolvimento⁹; ii) a dos economistas russos, na década de 1920, que consideravam que o crescimento econômico era proporcional ao investimento realizado em bens de capital, interpretação que inspirou economistas de 1950 a 1990 (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2010).

Após a Segunda Guerra Mundial, a questão do desenvolvimento ganha atenção renovada, sobretudo pelo “desejo” de desenvolvimento de um conjunto de países

migração da mão-de-obra do campo para as cidades, redução das importações de produtos industrializados e das exportações de produtos primários e menor dependência de auxílio externo” (SANDRONI, 1999, p. 169).

⁹ De acordo com Dopfer (1994), é Schumpeter quem faz uma importante distinção entre crescimento econômico (mudanças quantitativas) e desenvolvimento econômico (mudanças qualitativas).

subdesenvolvidos. Nesse momento, a teoria moderna do desenvolvimento deparava-se com duas questões cruciais: i) como explicar a perpetuação do subdesenvolvimento e quais seriam as variáveis estratégicas para o planejamento da ação política?; ii) como explicar o rápido desenvolvimento dos países mais industrializados? A questão geral era entender se os países subdesenvolvidos seriam capazes de embarcar num processo de desenvolvimento uma vez que atingissem as “condições prévias”. Nesse sentido, as teorias do subdesenvolvimento¹⁰ tentavam explicar como um conjunto de recursos específicos e restrições institucionais mantêm um sistema em um estado de subdesenvolvimento. Essa ideia está presente na noção de “causação circular cumulativa” de Myrdal (economista institucionalista) ou, ainda, nas formas de “círculos viciosos de pobreza” dos estruturalistas (DOPFER, 1994).

O período pós Segunda Guerra (1945-1973), originalmente denominado por Hobsbawm (1995) de "os anos dourados da era de ouro do capitalismo", foi marcado por profundas mudanças políticas, tecnológicas, econômicas, sociais e culturais. Coincide com a fase desenvolvimentista da economia brasileira, profundamente marcada por três fases: intenso crescimento com os “50 anos em 5”, no governo JK; a “estagnação”, que representou o declínio do Programa de Substituição de Importações; e o “milagre” econômico, do período militar. Do ponto de vista intelectual, trata-se de um momento de debate e efervescência de ideias em que diversos autores se debruçaram sobre o tema do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos ou, como denominados na época, do Terceiro Mundo. Diversos autores brasileiros (Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Gilberto Freyre, Ignácio Rangel, Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda) procuraram explicar o “atraso” do Brasil tentando entender as raízes do problema através de uma abordagem histórica e todos convergem no sentido de que o nosso “atraso” é uma questão histórica, não genética, climática ou geográfica como queriam muitas teorias da época.

Uma das teorias mais difundidas nesse período, que enfatizavam a “objetividade histórica”, é o caso de Rostow (1964) para o qual, todas as sociedades passariam por cinco etapas ou estágios: sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa. Com base nessa ideia de “estágios” ou “etapas” do desenvolvimento histórico, Rostow acreditava que uma vez satisfeitas as “condições prévias”, a sequência de desenvolvimento seria repetível e aplicável em todos os tempos históricos e espaços geográficos.

¹⁰ No caso da América Latina, são emblemáticas as teorias da CEPAL e a Teoria da Dependência.

Uma mudança significativa ocorreu no início dos anos 1970 devido à sensibilização em relação aos recursos não renováveis, o que pôs em xeque a viabilidade de desenvolvimento a longo prazo. Por outro lado, houve o reconhecimento de que o modelo de desenvolvimento ocidental para superar a pobreza em massa havia falhado (DOPFER, 1994). A obra “O mito do desenvolvimento econômico”, de Celso Furtado (FURTADO, 1974), é um exemplo emblemático e pioneiro desse debate no Brasil. Para o autor, o mito residia no fato de que o modelo de desenvolvimento perseguido gerava uma dupla contradição, expressa no esgotamento dos recursos naturais e nas desigualdades sociais (PLEIN; FILIPPI, 2012).

Um novo período de integração econômica, a partir de meados dos anos 1980, abriu um novo cenário de desenvolvimento inspirado no fundamentalismo de mercado e com base no fracasso de muitas políticas implementadas em países em desenvolvimento. Todavia, também a partir dos anos 1980, retomam-se algumas teorias que podem ser denominadas de “desenvolvimento endógeno”. Tal perspectiva considera o desenvolvimento como um processo territorial e não funcional; metodologicamente baseia-se em estudos de caso e não, na análise transversal; considera que as políticas de desenvolvimento são mais eficazes se concebidas e implementadas por atores locais e não, por uma administração central (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2010). Isso provoca uma mudança nos modelos e nas políticas de desenvolvimento (quadro 03).

Quadro 03 - A nova economia do desenvolvimento

Modelo de desenvolvimento	
Do fundamentalismo de mercado...	...para o desenvolvimento endógeno
Das políticas regionais e industriais...	...para políticas de desenvolvimento territorial
Política de desenvolvimento	

Fonte: VÁZQUEZ-BARQUERO (2010, p. 26, tradução nossa)¹¹.

De acordo com Schneider (2011), a partir da década de 1990, questões políticas, econômicas, ambientais e sociais entraram em pauta e reanimaram as discussões sobre o desenvolvimento, retomando preocupações como a relação entre crescimento econômico e distribuição das riquezas e avançando para novas questões relacionadas à sustentabilidade, democracia e justiça social. Para o autor, “a questão do desenvolvimento está de volta” (SCHNEIDER, 2011, p. 14).

Em período recente (1990 e 2000) duas abordagens sobre desenvolvimento ganham ênfase, em especial pela obtenção de Prêmios Nobel pelos seus autores; trata-se da abordagem

¹¹ Do original em Inglês.

das capacitações de Amartya Sen (SEN, 2000)¹² e da abordagem institucional de Douglass North, a opção teórica que será esboçada mais adiante.

Com base nos diferentes pontos de vista sobre desenvolvimento apresentados no quadro 04, entende-se que, no caso brasileiro, é necessário compreender as particularidades do desenvolvimento “com o capitalismo”.¹³ No entanto, o Estado possui um papel intervencionista fundamental com o propósito de alcançar objetivos sociais e ambientais. Assim, o Estado é um agente de desenvolvimento bem como a sociedade civil organizada. O Estado interfere na economia de diferentes formas como, por exemplo, criando um mercado específico para ser acessado por agricultores familiares pobres; é o caso do PAA, que será analisado no capítulo 4.

Quadro 04 - Resumo dos principais pontos de vista do desenvolvimento

	Desenvolvimento <i>do</i> capitalismo	Desenvolvimento <i>com o</i> capitalismo		Desenvolvimento <i>contra o</i> capitalismo		Rejeição do desenvolvimento
	Neo-liberalismo	Intervencionismo		Estruturalismo	"Alternativa" Desenvolvimento centrado nas pessoas	"Pós-desenvolvimento"
		"Eficiência do mercado"	"Governo que rege o mercado"			
Visão: estado "desenvolvido" desejável	O capitalismo liberal (moderna sociedade industrial e da democracia liberal) (mais alcançar objetivos sociais / ambientais)			Moderna sociedade industrial (mas não capitalista)	Todas as pessoas e grupos atingirem seu potencial	["desenvolvimento" não é desejável]
Teoria da mudança social	Dinâmica interna do capitalismo	Necessidade de remover "barreiras" para a modernização	A mudança pode ser dirigida de forma deliberada	Luta entre as classes (e outros interesses)	[não está claro]	[não está claro]
Papel do "desenvolvimento"	Processo imanente dentro do capitalismo	Para "melhorar as falhas desordenadas de progresso [capitalista]"		Planejamento abrangente / transformação da sociedade	Processo de empoderamento individual e grupal	A "brincadeira" que fortaleceu a hegemonia dos EUA
Agentes de desenvolvimento	Empreendedores individuais	As agências de desenvolvimento ou "curadores" do desenvolvimento (estados, ONGs, organizações internacionais)		Ação coletiva (geralmente através do Estado)	Indivíduos, movimentos sociais	Agências de desenvolvimento

Fonte: Thomas (2000, p.780). Tradução nossa¹⁴.

Thomas (2000) destaca que o termo desenvolvimento tem três sentidos principais: a) uma visão ou percepção do Estado sobre o que seria uma sociedade desejável; b) um processo histórico de mudança social no qual as sociedades são transformadas durante longos períodos; c) um esforço deliberado, das agências, governo, organizações e movimentos sociais, no sentido de promover melhorias (THOMAS, 2000, p. 777). Para o autor, o terceiro sentido

¹² O desenvolvimento é definido como uma ampliação das capacidades dos indivíduos para fazer escolhas, e, portanto, trata-se de uma definição que não é baseada em fatores materiais ou indicadores econômicos, mas, sim, na ampliação da vida social dos indivíduos, o que fica bastante evidente no título sugestivo do livro “Desenvolvimento como Liberdade” (SEN, 2000.).

¹³ Por esse motivo, mais adiante será dedicada uma atenção especial às particularidades da agricultura familiar no interior do modo capitalista de produção.

¹⁴ Do original em inglês.

tornou-se dominante no século 21, ou seja, o desenvolvimento visto apenas como prática, o que, segundo ele, é uma visão limitada do processo.

Para compreender os desdobramentos das diferentes interpretações do desenvolvimento rural, Ellis e Biggs (2001) apresentam um histórico da evolução das discussões sobre o tema, retratando as principais ideias presentes em cada década do período pós-guerra (quadro 05).

Quadro 05 - Histórico das ideias dominantes no desenvolvimento rural

1950	1960	1970	1980	1990	2000
Principais ideias sobre desenvolvimento rural					
Modernização Modelo de economia dual Agricultura “atrasada” Desenvolvimento de comunidade Camponês preguiçoso	Abordagem de transformação Transferência de tecnologia Mecanização Extensão agrícola Crescimento do papel da agricultura Revolução Verde (início) Camponês racional	Redistribuição com crescimento Necessidades básicas Desenvolvimento rural integrado Estado (Políticas agrícolas) Estado (Crédito agrícola) Viés urbano Inovação induzida Revolução Verde (continuação) As ligações do crescimento rural	Ajustamento estrutural Mercados livres “Correção dos preços” Retirada do Estado Aumento das ONGs Diagnóstico rural rápido Sistemas agrícolas de pesquisa Segurança alimentar e análises da fome Desenvolvimento rural como processo e não como produto As mulheres no desenvolvimento Alívio da pobreza	Microcrédito Diagnóstico rural participativo Ator-orientado Análise das partes interessadas Redes de proteção rural Gênero e desenvolvimento Meio ambiente e sustentabilidade Redução da pobreza	Meios de subsistência sustentáveis Boa governança Descentralização Crítica da participação Abordagens setoriais Proteção social Erradicação da pobreza
Paradigmas dominantes					
Modernização, economia dual		Rendimentos crescentes em pequenas propriedades eficientes			
Processo, participação, empoderamento			Abordagem dos meios de subsistência sustentáveis		
Ênfases contínuas do desenvolvimento rural					
Desenvolvimento de comunidade		Crescimento de pequenas explorações agrícolas		Desenvolvimento rural integrado	
Liberalização do mercado			Participação		
					Documentos Estratégicos de Redução da Pobreza

Fonte: Ellis & Biggs (2000, p. 439 e 442). Tradução nossa¹⁵. Com adaptações.

A década de 1950 representa o início do processo de modernização da agricultura, em que predomina o modelo dual da economia e o camponês era visto como um sujeito “preguiçoso”. Nos anos 1960, prevalece a abordagem de transformação e de transferência de tecnologias com forte presença da extensão agrícola. É o início da “revolução verde” e o

¹⁵ Do original em inglês.

camponês era visto como um sujeito “racional”. Os anos 1970 destacam-se pela ação do Estado através das políticas agrícolas, principalmente de crédito, para dar continuidade ao processo de “revolução verde”. Na década de 1980, ocorre o ajustamento estrutural pós-crise e a retomada do livre mercado, que culmina com uma retirada do Estado das políticas de desenvolvimento. Aparece pela primeira vez a ideia de “alívio” da pobreza. Os anos 1990 são marcados pelo microcrédito, a participação dos atores no processo, questões de gênero e preocupações com o meio ambiente e a sustentabilidade. O foco passa a ser o de “redução” da pobreza. Os anos 2000 são caracterizados por uma preocupação com os meios de subsistência sustentáveis, a descentralização e a boa governança bem como uma crítica da participação e foco na proteção social e na “erradicação” da pobreza (ELLIS; BIGGS, 2001, p. 439). Nota-se que é a partir dos anos 1980 que surge a preocupação com os efeitos negativos da “revolução verde”, ou seja, desigualdade, pobreza e destruição do meio ambiente.

Quadro 06 - Cinco teorias sobre pobreza e os programas comunitários de combate à pobreza

Teoria	O que causa a pobreza?	Como funciona?	Respostas potenciais de desenvolvimento da comunidade	Exemplos comunitários para a redução da pobreza
Individual	Preguiça individual, má escolha, incompetência, deficiência inerente.	A concorrência recompensa os vencedores e pune aqueles que não trabalham duro e fazem escolhas ruins.	Evitar e combater os esforços para individualizar a pobreza, fornecer assistência e rede de segurança.	Reabilitação de drogas, programas de segunda chance, fazer rede de segurança de mais fácil acesso, formação e utilização de aconselhamento para ajudar as pessoas pobres a superar problemas.
Cultural	Subcultura adota valores que não são produtivos e são contrários às normas do sucesso.	Grupos de pares definem valores errados e reforçam comportamentos errados.	Uso da comunidade em benefício dos pobres; valor de culturas diversas, aculturação e construção da comunidade; socialização de alternativas através da formação de novos grupos de pares.	Desenvolvimento de lideranças dentro das subculturas, bem como o desenvolvimento da comunidade.
Estrutura político-econômica	Barreiras sistemáticas impedem o acesso dos pobres às principais instituições sociais, incluindo postos de trabalho, habilitação, educação, saúde, segurança, representação política, etc.	Os critérios de seleção direta ou indiretamente excluem alguns grupos de pessoas com base em critérios inadequados.	Organização comunitária e advocacia para ganhar o poder político e econômico para conseguir uma mudança para criar organizações alternativas.	Políticas para reforçar a inclusão e a execução.
Geográfica	Vantagens e desvantagens sociais concentradas em áreas específicas	Aglomeración, distância, as economias de escala e distribuição de recursos reforçam as diferenças.	Redistribuições nacionais, a concentração de desenvolvimento em recursos locais.	Áreas de reabilitação, centros, redes rurais, revitalização urbana.
Cumulativa e cíclica	Espiral de pobreza, problemas para os indivíduos (salário, moradia, saúde, educação, autoconfiança) são interdependentes e estão fortemente relacionadas às deficiências da comunidade (perda de negócios e empregos, escolas inadequadas, incapacidade de prestar serviços sociais), etc.	Fatores interagem de forma complexa. Crises em nível comunitário levam a crises individuais e vice-versa, e cada uma acumula nas espirais de pobreza.	Quebrar a espiral de pobreza com uma espiral de sucesso através de um programa abrangente que aborda tanto questões individuais e da comunidade.	Programas abrangentes que constroem a autossuficiência em uma comunidade reforçando o ambiente, os programas que ligam indivíduos e organizações comunitárias, baseados em abordagens de ativos.

Fonte: Bradshaw (2006, p. 22). Tradução nossa¹⁶.

¹⁶ Do original em inglês.

Diante deste panorama geral percebe-se que a preocupação com a pobreza rural, que pode ser considerada o par dialético do desenvolvimento rural (o não-desenvolvimento), surge em período mais recente. Ellis e Biggs (2001) demonstram a evolução dessa preocupação nas últimas três décadas: “alívio da pobreza” nos anos 1980, “redução da pobreza” nos anos 1990 e “erradicação da pobreza” nos anos 2000. Do ponto de vista das interpretações sobre as causas e soluções da pobreza, algumas das principais teorias estão no quadro 06. As cinco teorias sintetizadas apresentam pontos de vista muito distintos sobre as causas da pobreza, destacando aspectos individuais, culturais, estruturais (políticos e econômicos), geográficos e cumulativos, o que interfere na maneira de solucionar o problema.

A preocupação com a pobreza surge justamente num período caracterizado por Navarro (2001) como “impossibilidade do desenvolvimento”, que revela os efeitos negativos de uma opção ou trajetória histórica adotada pelo Brasil, que North (1994a, p. 365) chamou de *path dependence*, ou seja, “a direção da mudança é determinada pela dependência do curso adotado” (NORTH, 1994b, p. 14). Portanto, a perspectiva teórica que será adotada nesta tese aborda a importância das instituições no processo de desenvolvimento, ou seja, a pobreza é resultado das instituições e da sua evolução. É o que será analisado na sequência.

2.1.2 Abordagem Institucional do Desenvolvimento (Rural)

Na longa trajetória das ideias sobre desenvolvimento, este já foi associado à evolução, progresso e crescimento. Como elementos-chave para explicar o desenvolvimento e o crescimento econômico de longo prazo, figuram, por exemplo, os mercados, a população, a tecnologia, a variável ambiental, a exploração e as instituições. De acordo com Favareto (2007, p. 59), “a explicação institucional parece ser a mais completa porque ela permite um diálogo que absorve, sem negar, os elementos explicativos de outras teorias”. Verifica-se um exemplo no trabalho de North (2005), quando salienta que, para compreender as mudanças econômicas, é necessário considerar as modificações na demografia, no estoque de conhecimento (tecnologia) e nas instituições.

De acordo com Dopfer (1994), as bases para uma interpretação institucional do desenvolvimento estão em Thorstein Veblen que enfatizava a importância da ação humana num contexto evolutivo, ou seja, para compreender o desenvolvimento seria necessário analisar o material humano (as propensões humanas). Portanto, o desenvolvimento numa perspectiva institucional é visto como uma sequência do estado das instituições econômicas, que se constituem requisito e resultado da ação humana num princípio de co-evolução.

O desenvolvimento ocorre quando as ações individuais geram instituições instrumentais que sustentam a dinâmica dessas ações cumulativamente reforçando as consequências circulares. Subdesenvolvimento ocorre nesse quadro quando as instituições não fornecem um quadro instrumental adequado para a ação humana e são degeneradas a meras instituições cerimoniais (DOPFER, 1994, p. 149).

A economia institucional possui suas origens nos trabalhos clássicos de Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchell, configurando o “Antigo Institucionalismo” que durante muito tempo, ficou “na sombra” das discussões econômicas, talvez ofuscado por outros trabalhos ou mesmo, pela incompreensão das ideias fundadoras de Veblen¹⁷. Posteriormente, surgiu outra corrente, a “Nova Economia Institucional”, ligada sobretudo aos trabalhos de Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North. É nesse momento que a economia institucional ganha maior visibilidade e reconhecimento, o que pode ser percebido com a atribuição do Prêmio Nobel de Economia a Ronald Coase em 1991, a Robert Fogel e Douglass North em 1993, a Elionor Ostrom e Oliver Williamson em 2009. Nos anos mais recentes, uma terceira corrente ganha força, a “Neo-Institucionalista”, que procura resgatar as contribuições do Antigo Institucionalismo (praticamente ignorada pela Nova Economia Institucional) e possui grande proximidade com o Evolucionismo. Um dos principais expoentes é Geoffrey Hodgson, autor que, nos trabalhos mais recentes, faz esforços no sentido de dialogar com Douglass North.

2.1.2.1 As instituições como um sistema de regras formais e informais

Para compreender o que são instituições esta exposição será feita em quatro tópicos:

- a) apontar as características gerais do pensamento institucionalista e suas divergências com o *mainstream* econômico neoclássico;
- b) localizar as diferentes abordagens dentro do que se poderia chamar de Teoria Econômica das Instituições;
- c) apresentar os principais conceitos de instituições e as possibilidades de diálogo ou síntese;
- d) fazer a opção teórico-metodológica para esta investigação.

Na apresentação da edição brasileira da obra clássica de Veblen (1983), Maria

¹⁷ De acordo com Hodgson (2007), os expoentes da “nova” economia institucional quase não se referem aos seus antecessores por duas razões: pelo abandono da disciplina de História do Pensamento Econômico o que favorece um desconhecimento do “velho” institucionalismo estadunidense; o declínio do “velho” institucionalismo nos EUA, após 1930, deu-se por não proporcionar um enfoque sistemático e viável sendo considerado, de maneira equivocada, como anti-teórico e descritivo.

Hermínia Tavares de Almeida aponta alguns elementos que considera a essência do pensamento institucionalista:

[...] a economia devia ser analisada em sua totalidade [...] ‘a atividade econômica não é meramente a soma das atividades de indivíduos movidos pela busca de um ganho econômico máximo. Na atividade econômica é possível discernir padrões de ação coletiva, que não se reduzem à pura soma dos atos individuais’. Assim, era enfatizada a importância das instituições na vida econômica. [...] criticavam o empenho dos economistas neoclássicos em buscar as leis imutáveis da Economia e a sua preocupação com a idéia de equilíbrio do sistema econômico [...] o fundamental era captar o movimento e a evolução das instituições econômicas. [...] rejeitavam a idéia de que os sistemas econômicos tendessem espontaneamente ao equilíbrio [...] acreditavam na vigência de mudanças cumulativas e na existência de ajustes inerentes à vida econômica [...] defendiam o planejamento econômico [...] reconheciam a existência de profundos choques de interesses entre grupos no interior da sociedade. [...] defendiam reformas democráticas que permitissem uma distribuição mais equânime dos bens e da renda. Negavam que o sistema de preços e o livre jogo das forças de mercado, por si mesmos, levassem a alocação adequada dos recursos e a distribuição equânime da renda. [...] opunham-se [...] natureza humana hedonista; negavam que o comportamento econômico pudesse ser entendido como uma ação racional e inteligente (ALMEIDA *in* VEBLER, 1983, p. ix-x).

De acordo com Hodgson (1998), as idéias centrais do institucionalismo são as preocupações com as instituições, hábitos, regras e sua evolução, sendo que os institucionalistas não tentam criar um modelo único e geral sobre a base dessas idéias. Para o autor, a abordagem institucionalista move-se a partir de idéias gerais sobre a ação humana, instituições e à natureza evolutiva dos processos econômicos. Particularmente, um institucionalista sublinha a necessidade de mostrar como grupos específicos de hábitos comuns embutidos (*embedded*) e reforçados por instituições determinam o comportamento das pessoas nos mercados.

Percebe-se, portanto, que o institucionalismo opõe-se à abordagem neoclássica¹⁸ na maioria dos seus fundamentos, utilizando-se de uma abordagem mais heterodoxa.

Em geral, o ideário conceitual e metodológico do pensamento institucionalista está mais próximo do campo analítico heterodoxo do que do *mainstream* neoclássico, visto que os princípios institucionalistas originaram-se a partir da oposição aos fundamentos de equilíbrio, otimalidade e racionalidade substantiva. Qualquer abordagem analítica que se pretenda institucionalista deve incluir *path dependency*, reconhecer o caráter diferenciado do processo de desenvolvimento econômico e pressupor que o ambiente econômico envolve disputas, antagonismos, conflitos e incertezas (CONCEIÇÃO, 2002, p. 01-02).

O pensamento institucionalista não constitui um corpo homogêneo, existem diversas

¹⁸ De acordo com Hodgson (1998), a economia neoclássica pode ser definida como uma abordagem que: i) assume um comportamento racional, a maximização dos agentes com dados e funções de preferência estável; ii) centra-se em atingir os estados de equilíbrio; iii) exclui os problemas de informação como, por exemplo, a incerteza.

correntes com diferentes abordagens e definições. Fazendo uma revisão das escolas, Conceição (2007) sugere a seguinte classificação: “o Antigo Institucionalismo de Veblen, Commons e Mitchell, a Nova Economia Institucional de Coase, Williamson e North, e a corrente neo-institucionalista, que reivindica sua filiação ao “velho” institucionalismo e uma grande proximidade com o evolucionismo” (p. 04). Na última corrente, são significativas as contribuições de Hodgson.

Não há espaço neste texto para discutir as diferenças dessas abordagens, entretanto, torna-se necessário entender o que são instituições. De modo geral, existem três definições diferentes (Veblen, Commons, North) e uma que busca aproximação com as anteriores (Hodgson). Pode-se dizer que cada definição envolve aspectos de natureza ontológicos e epistemológicos diferentes. “*Veblen defined an institution as a habit of thought common to the generality of men*”¹⁹ (SAMUELS, 1995, p. 575). De acordo com Commons “*an institution is defined as collective action in control, liberation and expansion of individual action*”²⁰ (COMMONS, 1931, p. 648). Para North:

*Institutions are the humanly devised constraints that structure human interaction. They are made up of formal constraints (e.g., rules, laws, constitutions), informal constraints (e.g., norms of behavior, conventions, self-imposed codes of conduct), and their enforcement characteristics. Together they define the incentive structure of societies and specifically economies*²¹ (NORTH, 1994, p. 360).

Já Hodgson parece buscar um diálogo ou uma síntese. “*Institutions are the kinds of structures that matter most in the social realm: they make up the stuff of social life. [...] we may define institutions as systems of established and prevalent social rules that structure social interactions*”²² (HODGSON, 2006, p. 02). Como exemplo de instituições, o autor cita a linguagem, dinheiro, direito, sistemas de pesos e medidas, modos à mesa, as empresas e outras organizações. De forma conclusiva, no mesmo texto, afirma que “*institutions are systems of established and embedded social rules that structure social interactions*”²³ (HODGSON, 2006, p. 18). Num texto mais recente, o autor destaca que “*institutions are*

¹⁹ Veblen definia instituição como um hábito de pensamento comum à generalidade dos homens.

²⁰ Uma instituição é definida como a ação coletiva no controle, liberação e expansão da ação individual.

²¹ As instituições são os constrangimentos humanamente concebidos que estruturam a interação humana. Elas são feitas de restrições formais (por exemplo, regras, leis, constituições), restrições informais (por exemplo, normas de comportamento, convenções, códigos de conduta), e suas características de execução. Juntos, elas definem a estrutura de incentivos das sociedades e, especificamente, as economias.

²² As instituições são os tipos de estruturas de maior importância no âmbito social: elas compõem o material da vida social. [...] pode-se definir as instituições como sistemas de regras socialmente estabelecidas e prevalentes que estruturam a interação social.

²³ Instituições são sistemas de regras estabelecidas e socialmente incorporadas que estruturam as interações sociais.

enduring systems of socially ingrained rules”²⁴ (HODGSON, 2009, p. 16).

No que pode ser considerado um texto síntese sobre a Teoria Econômica das Instituições publicado recentemente, Hodgson reconhece que “*we are all institutionalists now*” (HODGSON, 2009, p. 03), ou seja, “agora somos todos institucionalistas”. O autor reconhece que existe uma grande possibilidade de diálogo entre o antigo e o novo institucionalismo, principalmente com Douglass North. Demonstra que há uma crescente sobreposição de áreas de pesquisa entre as duas tradições institucionalistas destacando que o conceito central deve ser focado nos mercados como instituições ou sistemas de regras, propondo, conforme será visto mais adiante, um diálogo com a sociologia econômica.

Hodgson (2009) faz uma análise da evolução da “Nova Economia Institucional” destacando que foi Williamson que, em 1975, cunhou esse termo para diferenciá-lo do Antigo Institucionalismo. A crítica feita por Hodgson é de que as análises são feitas com base no indivíduo e tomando como uma primeira instituição-livre, dada em “estado de natureza”. Isso traz consigo o que chamou de problema de regressão infinita, ou seja, o que veio primeiro: os indivíduos ou as instituições?; onde deve parar a análise? Argumenta que essa pergunta é semelhante à clássica questão sobre o “ovo e a galinha”. Conclui que o ponto chave dessa regressão infinita é que nem o indivíduo e nem a instituição tem legítima primazia explicativa. Para Hodgson, a ideia de que todas as explicações têm de ser, em última análise, em termos de indivíduos ou instituições não procede. Defende a necessidade de uma teoria de processo, desenvolvimento e aprendizagem. Esse processo pode ser caracterizado pela expressão “*reconstitutive downward causation*”²⁵ (HODGSON, 2009, p. 17), ou seja, não importa saber o que veio antes (indivíduo ou instituição), mas compreender o processo como as instituições servem de informação moldando o comportamento dos indivíduos e como as indivíduos criam e modificam as instituições através da sua ação. Essa mesma crítica aplica-se à origem dos mercados. Williamson escreveu que “no início havia mercados”²⁶. Para Hodgson (2009), esse argumento demonstra a crença de que o mercado é o “éter universal da interação humana” e não reconhece que o próprio mercado constitua uma instituição que envolve normas, costumes sociais e redes de informação instituídas pelas relações de troca.

Qual o aprendizado com essa breve revisão sobre a Teoria Econômica das Instituições? Pode-se responder que:

- a) ao voltar a atenção para as instituições, pode-se perceber aspectos totalmente

²⁴ As instituições são sistemas duradouros de regras socialmente enraizados.

²⁵ Causação descendente reconstitutiva.

²⁶ “*In the beginning there were markets*” (WILLIAMSON, 1975, p. 20, 1985, p. 143).

ignorados ou diminuídos pelos neoclássicos, tais como a racionalidade limitada, a assimetria de informações, a incerteza, os conflitos, o processo de evolução e uma visão não-teleológica do desenvolvimento;

- b) as instituições podem ser entendidas como um sistema de regras formais (leis, normas, constituições), informais (crenças, costumes, cultura, hábitos) e a sua aplicação (*enforcement*) na estruturação das interações sociais;
- c) as instituições servem de informação, moldando o comportamento dos indivíduos, e estes, através da sua ação, também interferem na construção e modificação das instituições, num processo circular de causação cumulativa e com o surgimento de propriedades emergentes através da intencionalidade dos indivíduos.

Dentro da chamada Teoria Econômica das Instituições, optou-se pela abordagem de Douglass North, sobretudo pela influência decisiva da leitura do texto “*Economic performance through time*” (NORTH, 1994), destacado no início deste capítulo. Essa, portanto, será a opção teórico-metodológica central, com as devidas complementações quando for o caso. Assim, o próximo passo será uma revisão do quadro conceitual deste autor.

2.1.2.2 A abordagem institucional de Douglass North

Antes de apresentar as concepções teóricas de Douglass North²⁷, é importante advertir que não existe uma leitura consensual do autor²⁸. Favareto (2007, p. 60) ressalta que “ao menos duas leituras de North são possíveis”. Alguns ressaltam os elementos de ruptura ou de tensão com a economia neoclássica devido à introdução da história como parte do método, pela incorporação dos atritos e conflitos sociais como dimensões explicativas e a indução como procedimento de análise. Por outro lado, há os que destacam as permanências, apontando que, “apesar da tentativa de trazer história e conflitos para dentro do modelo, ainda seriam os preços relativos o que determina a mudança” (p. 60). Para compreender essa interpretação ambígua de North, uma explicação razoável foi elaborada por Gala (2003b), quando argumenta que Douglass North é um bom retórico e, como tal, faz esforços de convencimento, passando pela identificação e interação com as teorias existentes, fazendo a

²⁷ Reis (1998 e 2009) reconhece que o novo institucionalismo possui raízes neoclássicas, entretanto, destaca diferenças entre os seus três principais expoentes, que caracterizariam dois campos de trabalho distintos. Por um lado está o campo das organizações e da empresa, representado por Coase e Williamson. De outro, está a análise da mudança institucional, da compreensão do desempenho de longo prazo das economias, das interações e da eficiência adaptativa que possui North como principal expoente. O interesse desta tese é pelo processo de mudança (institucional) e os mercados. Por isso, a opção por North parece mais apropriada.

²⁸ Hodgson (2006) também concorda que North é mal interpretado, o que, em alguns casos, deve-se ao próprio autor por deixar de dizer ou aprofundar determinados aspectos conceituais da sua teoria.

comunicação num “terreno comum”. Gala faz uma análise da obra de 1990 destacando que:

Apesar de um movimento insistente de conciliação, percebemos, ao longo do livro, que a complementaridade entre a teoria de North e a escola neoclássica é, no mínimo, controversa [...]. Podemos citar dois dos principais pilares do pensamento de North que podem ir contra a teoria neoclássica [...] i) A defesa de uma teoria de racionalidade “processual” [...] ii) A utilização de uma teoria de múltiplos equilíbrios e retornos crescentes (GALA, 2003b, p. 128).

Num outro texto (2003a), Gala faz uma revisão da obra de Douglass North, destaca que atualmente este autor é referência importante para o estudo do desenvolvimento das economias de longo prazo, pois, através de sua obra, “procura demonstrar como o crescimento de longo prazo, ou a evolução histórica, de uma sociedade é condicionado pela formação e evolução de suas instituições” (p. 89). Para entender melhor a obra do autor, Gala (2003a, p. 90) sugere que existem dois grandes movimentos ao longo do tempo. “No primeiro, o autor migra da cliometria para a análise institucional” e conclui que “a mudança se dá a partir do *insight* de que uma evolução institucional pode ser mais importante do que avanços tecnológicos para o desenvolvimento econômico”. No segundo, North baseia-se em estudos institucionais históricos e procura construir uma “teoria econômica institucional”. Conforme destaca Gala (2003a), “a partir da constatação e do entendimento do que foi o *processo histórico do desenvolvimento econômico*, procura formular uma *teoria (institucional) do desenvolvimento econômico*” (p. 90, grifos do autor).

Para compreender a concepção de Douglass North será feita uma breve revisão com base em quatro obras do autor (NORTH, 1990, 1991, 1994 e 2005). Tais obras referem-se especificamente ao segundo movimento apontado por Gala (2003a). Nelas percebe-se a evolução teórico-metodológica do próprio autor que, por um lado, vai abandonando determinados conceitos e, por outro, incorpora e avança para outras questões. Entende-se que, no início da obra (1990 e 1991), o conceito de custos de transação teve um papel central, ao passo que, nas últimas (1994 e 2005), é a cultura, a história, a evolução e a mudança que assumem maior importância na análise de North.

Douglas North inicia o prefácio da sua obra clássica *Institutions, institutional change and economic performance* (1990), com uma expressão que pode ser considerada a marca essencial da sua teoria: “*history matters*”, ou seja, a história importa! Para o autor, o presente e o futuro estão ligados ao passado pela continuidade das instituições de uma sociedade que moldam as nossas escolhas. Assim, incluir as instituições e a história é essencial para melhorar a teoria econômica. A obra realiza um esboço da teoria das instituições e da mudança institucional, aprofundando a compreensão da natureza das instituições políticas e

econômicas e como elas mudam. O foco central é o problema da cooperação humana e procura desenvolver um quadro analítico para explicar a evolução das estruturas institucionais que conduzem ao sucesso, à estagnação ou ao declínio econômico.

North (1990, p. 03) afirma que “*institutions are the rules of the game in a society or, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interaction*”.²⁹ Assim, as instituições formam uma estrutura de incentivos na interação humana, seja ela de ordem política, social ou econômica, moldando a forma como as sociedades evoluem através do tempo. As instituições reduzem a incerteza e fornecem uma estrutura de incentivos para a vida cotidiana, servindo com um guia para a interação humana, definindo e limitando o conjunto de escolhas dos indivíduos.

De acordo com North (1990), para fins de análise das instituições, é interessante considerar três dimensões: as restrições formais (regras, normas, leis, constituições), as restrições informais (convenções e códigos de comportamento) e a eficácia na forma de execução (*enforcement*). As instituições podem ser criadas de um dia para o outro, como, por exemplo, a promulgação de uma lei, ou elas podem evoluir ao longo do tempo.

Outra distinção fundamental elaborada por North (1990) é entre as instituições e as organizações, lembrando que ambas fornecem uma estrutura para a interação humana. O autor utiliza como metáfora um jogo em que as instituições seriam as regras do jogo e as organizações seriam os jogadores. Se o objetivo das regras é definir como o jogo é jogado, então, o objetivo da equipe nesse conjunto de regras é ganhar o jogo.

Organizations include political bodies (political parties, the Senate, a city council, a regulatory agency), economic bodies (firms, trade unions, family farms, cooperatives), social bodies (churches, clubs, athletic associations), and educational bodies (schools, universities, vocational training centers. They are groups of individuals bound by some common purpose to achieve objectives (NORTH, 1990, p. 05).³⁰

North destaca que sua abordagem sobre o comportamento humano é complementar à abordagem da escolha racional da teoria econômica neoclássica, pois as instituições constituem uma criação dos seres humanos e elas evoluem através da ação humana; ao mesmo tempo, as instituições impõem restrições sobre as escolhas individuais. “*Institutions*

²⁹ Instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, são os constrangimentos humanamente concebidos para estruturar a interação humana.

³⁰ Organizações incluem corpos políticos (partidos políticos, o Senado, o conselho da cidade, uma agência de regulação), os organismos econômicos (empresas, sindicatos, agricultores familiares, cooperativas), os órgãos sociais (igrejas, clubes, associações atléticas), e órgãos de educação (escolas, centros de formação das universidades, e de formação profissional). Eles são grupos de indivíduos vinculados por um objetivo comum para alcançar os objetivos.

are a creation of human beings. They evolve and are altered by human beings; hence our theory must be with the individual. At the same time, the constraints that institutions impose on individual choices are pervasive” (NORTH, 1990, p. 05).

De acordo com North (1990), as instituições afetam o desempenho da economia pelo seu efeito sobre os custos da troca (transação) e da produção. Juntamente com a tecnologia empregada, determinam os custos da transação e transformação (produção) que compõem os custos totais. Argumenta ainda que o principal papel das instituições na sociedade é reduzir as incertezas estabelecendo uma estrutura estável (que não é necessariamente eficiente) para a interação humana, entretanto, as instituições estão evoluindo e alterando constantemente as escolhas disponíveis para os seres humanos.

North (1990) destaca que apesar de as regras formais poderem mudar de um dia para o outro devido a decisões políticas ou judiciais, as restrições informais, que estão enraizadas (*imbeddedness*) nos costumes, nas tradições e códigos de conduta são muito mais difíceis de modificar. Tais limitações culturais não somente conectam o passado com o presente e o futuro, mas fornecem a chave para explicar o caminho da mudança histórica.

Para tentar entender a mudança histórica e os caminhos bastante divergentes (bem-estar econômico, estagnação ou declínio), North (1990) conclui que a resposta depende da diferença entre as instituições e organizações e a interação entre elas, que molda a direção da mudança institucional. As instituições, em conjunto com as restrições da teoria econômica padrão, determinam as oportunidades em uma sociedade. As organizações são criadas para aproveitar essas oportunidades e, como as organizações evoluem, elas alteram as instituições. O caminho (*path*) resultante da mudança institucional é formado pelo (1) bloqueio (*lock-in*) que vem da relação simbiótica entre as instituições e as organizações que têm evoluído como uma consequência da estrutura de incentivos oferecidos pelas instituições e (2) processo de *feedback* pelo qual seres humanos percebem e reagem a mudanças no conjunto de oportunidades. Nesses termos, as instituições são uma mescla: algumas induzem ao aumento da produtividade e outras reduzem a produtividade, ou seja, a mudança institucional cria oportunidades para ambos os tipos de atividades.

No artigo de 1991 (*Institutions*), North amplia a definição sobre instituições:

Institutions are the humanly devised constraints that structure political, economic and social interaction. They consist of both informal constraints (sanctions, taboos, customs, traditions, and codes of conduct), and formal rules (constitutions, laws, property rights). Throughout history, institutions have been devised by human beings to create order and reduce uncertainty in exchange. [...] They evolve incrementally, connecting the past with the present and the future; history in consequence is largely a story of institutional evolution in which the historical

*performance of economies can only be understood as a part of a sequential story. Institutions provide the incentive structure of an economy; as that structure evolves, it shapes the direction of economic change towards growth, stagnation, or decline*³¹(NORTH, 1991, p. 97).

Contudo, entende-se que é a partir do texto de 1994 (*Economic performance through time*) que o autor avança significativamente. O texto trata da conferência de Douglass North ao receber o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas em 1993 e o autor apresenta um quadro analítico para compreender a mudança econômica ao longo do tempo. Desenvolve importantes reflexões teóricas sobre alguns conceitos centrais: instituições, *enforcement*, custos de transação, organizações, a racionalidade em condições de incerteza e o processo de aprendizagem, ciência cognitiva, tempo histórico e *path dependence*.

De acordo com North (1994), a teoria neoclássica, baseada no princípio de um mundo estático e sem atritos, é inadequada para analisar o desenvolvimento, pois está preocupada com o funcionamento (estático) dos mercados e não com o seu processo de desenvolvimento, que é dinâmico, histórico e evolucionário. Destaca que o princípio de racionalidade da teoria neoclássica é falso nas condições de informação incompleta e de incerteza. Além do mais, essa teoria ignorou as instituições e a história. Para o autor, as instituições formam a estrutura de incentivos de uma sociedade e são fatores determinantes do desempenho econômico. Trata-se de um ensaio sobre as instituições e o tempo, desenvolvendo um quadro analítico que mantém o pressuposto da escassez, modifica o pressuposto da racionalidade e acrescenta a dimensão do tempo.

É no texto de 1994 que o autor apresenta uma definição mais completa de instituições, constituindo um esforço significativo de operacionalização do conceito:

*Institutions are the humanly devised constraints that structure human interaction. They are made up of formal constraints (e.g., rules, laws, constitutions), informal constraints (e.g., norms of behavior, conventions, self-imposed codes of conduct), and their enforcement characteristics. Together they define the incentive structure of societies and specifically economies*³² (NORTH, 1994, p. 360).

³¹ As instituições são os constrangimentos humanamente concebidos que estruturam a interação política, econômica e social. Elas consistem em restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e regras formais (constituição, as leis, os direitos de propriedade). Ao longo da história, as instituições foram criadas por seres humanos para promover ordem e reduzir a incerteza nas trocas. [...] Elas evoluem de forma incremental, que liga o passado com o presente e o futuro, a história, em consequência, é basicamente uma história da evolução institucional na qual o desempenho histórico da economia só pode ser entendido como parte de uma história sequencial. As instituições proporcionam a estrutura de incentivos de uma economia, como essa estrutura se desenvolve, molda a direção da mudança econômica para o crescimento, estagnação ou declínio.

³² As instituições são os constrangimentos humanamente concebidos que estruturam a interação humana. Elas são feitas de restrições formais (por exemplo, regras, leis constituições), restrições informais (por exemplo, normas de comportamento, convenções, códigos de conduta), e suas características de execução. Juntas, elas definem a estrutura de incentivos da economia na sociedade.

North (1994) retoma o conceito de custos de transação de Coase, destacando que as instituições e a tecnologia empregada determinam os custos de transação e de transformação que se somam aos custos de produção. Exemplifica com um estudo que demonstrou que, em 1970, 45% do PIB dos EUA foi dedicado ao setor de operação. Sua conclusão é que os mercados são imperfeitos, as informações são incompletas e os custos de transação, elevados. Critica a ideia neoclássica de equilíbrio, pois entende que as instituições não são criadas, necessariamente, para a eficácia. Criam-se regras formais para atender aos interesses de quem possui poder.

Outro aspecto significativo do autor é em relação à distinção entre instituições e organizações, que também pode ser lido como uma tentativa de operacionalizar os conceitos numa pesquisa.

*It is the interaction between institutions and organizations that shapes the institutional evolution of an economy. If institutions are the rules of the game, organizations and their entrepreneurs are the players. Organizations are made up of groups of individuals bound together by some common purpose to achieve certain objectives. Organizations include political bodies (e.g., political parties, the Senate, a city council, regulatory bodies), economic bodies (e.g., firms, trade unions, family farms, cooperatives) social bodies (e.g., churches, clubs, athletic associations), and educational bodies (e.g., schools, universities, vocational training centers)*³³(NORTH, 1994, p. 361).

Numa reflexão sobre o que se poderia denominar a tríade “racionalidade – incerteza – aprendizagem”, destaca que o quadro de escolha racional em condições de incerteza é falso. Lança duas perguntas centrais para compreender esse processo: como ocorre a representação subjetiva do ator diante do problema da tomada de decisão?; como ocorre a aprendizagem humana? Assim, busca respostas na chamada ciência cognitiva para compreender o processo de tomada de decisão na incerteza. Nesse sentido, destaca que as experiências do ambiente físico e sociocultural são essenciais na formação de modelos mentais que podem evoluir para um sistema de crenças estruturais e transformam-se em instituições. As crenças constituem o modelo mental (interno) e as instituições, externas ao indivíduo, estimulam ou constroem as decisões.

A história é fundamental para compreender o processo de desenvolvimento das

³³ É a interação entre as instituições e organizações que modela a evolução institucional de uma economia. Se as instituições são as regras do jogo, as organizações e seus empresários são os jogadores. As organizações são constituídas por grupos de indivíduos unidos por um objetivo comum para atingir certos objetivos. Organizações incluem corpos políticos (por exemplo, partidos políticos, o Senado, a Câmara Municipal, entidades reguladoras), agentes econômicos (por exemplo, empresas, sindicatos, agricultores familiares, cooperativas), corpos sociais (por exemplo, igrejas, clubes, associações atléticas), e estabelecimentos de ensino (por exemplo, escolas, universidades, centros de formação profissional).

sociedades. De acordo com North (1994), não há garantia de que as crenças e instituições, que evoluem com o tempo, vão produzir crescimento econômico. Argumenta que a maioria das sociedades, ao longo da história, está presa numa matriz institucional que não evoluiu para a troca impessoal, essencial para capturar os ganhos de produtividade que vieram da especialização e divisão de trabalho que produziu a riqueza das nações.

Para North (1994), o tempo é a soma das experiências atuais de aprendizagem e a experiência acumulada por gerações passadas incorporada à cultura. Aprender é um processo incremental filtrado pela cultura de uma sociedade. Os incentivos incorporados a sistemas de crenças e expressos em instituições determinam o desempenho econômico através do tempo, porém, a explicação econômica ao longo da história ainda é um grande enigma.

A contribuição do que North (1994) chamou de abordagem institucional-cognitiva para compreender o passado econômico pode ser expresso em três aspectos:

- a) é preciso considerar que existe um padrão muito desigual de desempenho econômico como, por exemplo, os sucessos de Holanda e Inglaterra e os fracassos de Espanha e Portugal³⁴;
- b) é necessário entender por que as economias, uma vez no caminho do crescimento ou da estagnação tendem a persistir (*path dependence*);
- c) considerar que existe uma complexa interação entre instituições, tecnologia e demografia no processo global de mudança econômica.

De forma conclusiva, North (1994) destaca algumas implicações da abordagem institucional-cognitiva para compreender a mudança econômica:

- a) a mistura de regras formais, normas informais e características de execução (*enforcement*) molda o desempenho econômico;
- b) as políticas são significativas no desempenho econômico porque definem e aplicam as regras econômicas;
- c) a chave para o crescimento a longo prazo é a adaptação (evolução das estruturas institucionais, flexibilidade para sobreviver aos choques e mudanças, longo prazo)

³⁴ Em entrevista concedida à Revista Veja, questionado sobre por que as instituições da América Latina registram um atraso histórico, North destaca que: “Nesses países, as instituições eram frágeis demais para criar uma engrenagem positiva que empurrasse a economia. México, Brasil e Argentina sempre tiveram recursos naturais suficientes para se tornarem nações ricas. O atraso institucional deixou esses países para trás. Há uma relação direta entre as instituições existentes nas metrópoles e o tipo de desenvolvimento que as colônias tiveram nesse campo. Quando chegaram ao Novo Mundo, os europeus carregaram sua variada cultura institucional. Os países da América Latina importaram seu modelo de Portugal e da Espanha e por isso largaram em desvantagem. A Península Ibérica colecionava instituições ineficientes, que não tinham calibre nem maturidade para estimular o crescimento econômico. Já os americanos foram fortemente influenciados pela Inglaterra e, sob a carga genética das instituições inglesas, tiveram como fonte um sistema bem mais moderno” (NORTH, 2003).

ao invés da eficiência alocativa.

Num dos seus livros mais recentes, *Understanding the process of economic change* (NORTH, 2005), aborda o esforço incessante dos seres humanos para obter maior controle sobre suas vidas e resolver problemas. Estuda as percepções que induzem a inovação institucional destinada a reduzir a incerteza ou converter a incerteza em risco. É um estudo da constante mudança da “paisagem” humana. De acordo com North (2005), compreender as mudanças econômicas implica considerar que estas sejam resultado de modificações em três aspectos:

- a) na demografia (quantidade e qualidade dos seres humanos);
- b) no estoque de conhecimento humano, especialmente aquele aplicado ao domínio do ser humano sobre a natureza;
- c) no quadro institucional que define a estrutura de incentivos de uma sociedade.

Entretanto, alerta que, apesar dos progressos, ainda se está longe de ter boas teorias de qualquer um dos três aspectos, muito menos dos três juntos.

Sobre o esforço deliberado dos seres humanos para controlar seu ambiente, North (2005) destaca que a estrutura que se impõe à vida para reduzir a incerteza é um acúmulo evolutivo de prescrições e artefatos, resultando numa mistura complexa de restrições formais e informais que estão *imbedded* (enraizadas) na linguagem, nos artefatos e nas crenças, definindo os padrões de interação humana. Considerando que na economia existe escassez, ocorre competição por recursos, assim, a estrutura de restrições imposta, ordena a concorrência e molda a forma como o “jogo é jogado”. Portanto, a estrutura concorrencial induz ao aumento da eficiência econômica ou à estagnação. Percebe-se que é uma visão muito diferente da ideia neoclássica teleologicamente orientada para o equilíbrio e a otimalidade.

North (2005) sugere um interessante “quebra-cabeça” com base num conjunto de questões: como conhecemos a realidade?; como as crenças se formam?; como crenças e convicções individuais se agregam num sistema de crença?; como as crenças mudam?; qual é a relação entre as crenças e as instituições?; como as instituições mudam?; como as instituições afetam o desempenho?; o que explica a extensa gama de padrões de desempenho da economia e das políticas?; qual é a natureza essencial do processo de mudança econômica? De acordo com este autor, para compreender o “esqueleto” do processo de mudança econômica é necessário considerar que:

- a) a "realidade" de um sistema político-econômico não é conhecida por ninguém, mas os seres humanos constroem crenças sobre essa “realidade”;
- b) a opinião dominante, ao longo do tempo, muda as instituições que determinam o

desempenho econômico e político;

- c) a matriz institucional resultante impõe severas restrições sobre a escolha;
- d) a chave para compreender o processo de mudança é a intencionalidade dos jogadores decretando a mudança institucional e sua compreensão das questões.

Para North (2005), a fonte da intencionalidade humana é o esforço “onipresente” para entender o seu ambiente e reduzir as incertezas. Portanto, o estudo do processo de mudança econômica deve começar explorando os esforços “onipresentes” do ser humano para lidar e enfrentar a incerteza num mundo de incertezas. Tal constatação traz para o autor uma preocupação pragmática com o grau em que a crença está de acordo com a “realidade”. Destaca que é necessário considerar que a realidade é mal entendida com muito mais frequência; que se deve ter consciência de quão a realidade está mudando; e, finalmente, considerar que a aceitação acrítica do pressuposto da racionalidade é devastador para as ciências sociais. Salienta que é necessário conhecer como a mente e o cérebro trabalham para entender como se constroem as explicações sobre o mundo. Mais uma vez busca explicações na ciência cognitiva e conclui que os seres humanos tentam usar suas percepções sobre o mundo para estruturar seu meio ambiente, com o objetivo de reduzir a incerteza na interação. As percepções são consequências da estrutura institucional, ou seja, uma combinação de regras formais, restrições informais e sua execução (*enforcement*).

Como já dito, a história é uma evolução institucional (North, 1991). As restrições institucionais acumuladas ao longo do tempo e a cultura de uma sociedade são a estrutura cumulativa de regras e normas (e crenças) herdadas do passado, que moldam o presente e influenciam o futuro (*path dependence*). A mudança institucional pode resultar de mudanças nas regras formais, normas informais, ou a execução (*enforcement*) de qualquer um destes (NORTH, 2005).

O autor ainda faz uma distinção entre outros dois conceitos: ordem e desordem. A ordem reduz incertezas. São instituições que oferecem maior previsibilidade na interação humana. Por outro lado, a desordem aumenta a incerteza, resultando em relacionamentos instáveis nos mercados políticos e econômicos (NORTH, 2005).

Para finalizar, North (2005) pergunta-se se os seres humanos são bem sucedidos em controlar o destino? Sua resposta aponta que a história, muitas vezes, pode ser absurda. O autor argumenta que a história econômica é um conto deprimente de erro de cálculo, levando à fome, à morte pela fome, à derrota e morte na guerra, à estagnação e decadência econômica, e mesmo ao desaparecimento de civilizações inteiras. Nesses termos, sugere considerar dois aspectos da mudança econômica: i) é difícil alterar o quadro social, pois os “jogadores”

possuem conhecimento imperfeito; ii) há muitos conflitos relacionados com a tentativa de superação da rigidez e crenças errôneas em sociedades que tentam fazer mudanças fundamentais. Pode-se até mudar as regras formais de um dia para o outro, porém, as informais persistem no tempo.

Gala (2003a) apresenta uma síntese do que poderia ser denominado de “Teoria Geral” proposta por Douglass North:

*O ambiente econômico e social dos agentes é permeado por *incerteza*. *A principal consequência dessa incerteza são os *custos de transação*. Estes podem ser divididos em problemas de *measurement* e *enforcement*. *Para reduzirem os custos de transação e coordenar as atividades humanas, as sociedades desenvolvem *instituições*. Estas são um contínuo de regras com dois extremos: formais e informais. *O conjunto dessas regras pode ser encontrado na *matriz institucional* das sociedades. A dinâmica dessa matriz será sempre *path dependent*. *A partir dessa matriz, definem-se os estímulos para o surgimento de *organizações* que podem ser econômicas, sociais e políticas. *Estas interagem entre si, com os recursos econômicos – que junto com a tecnologia empregada definem os *transformation cost* tradicionais da teoria econômica – e com a própria matriz institucional – que definem os *transaction costs* – e são, portanto, responsáveis pela *evolução institucional* e pelo *desempenho econômico* das sociedades ao longo do tempo (GALA, 2003a, p. 103).

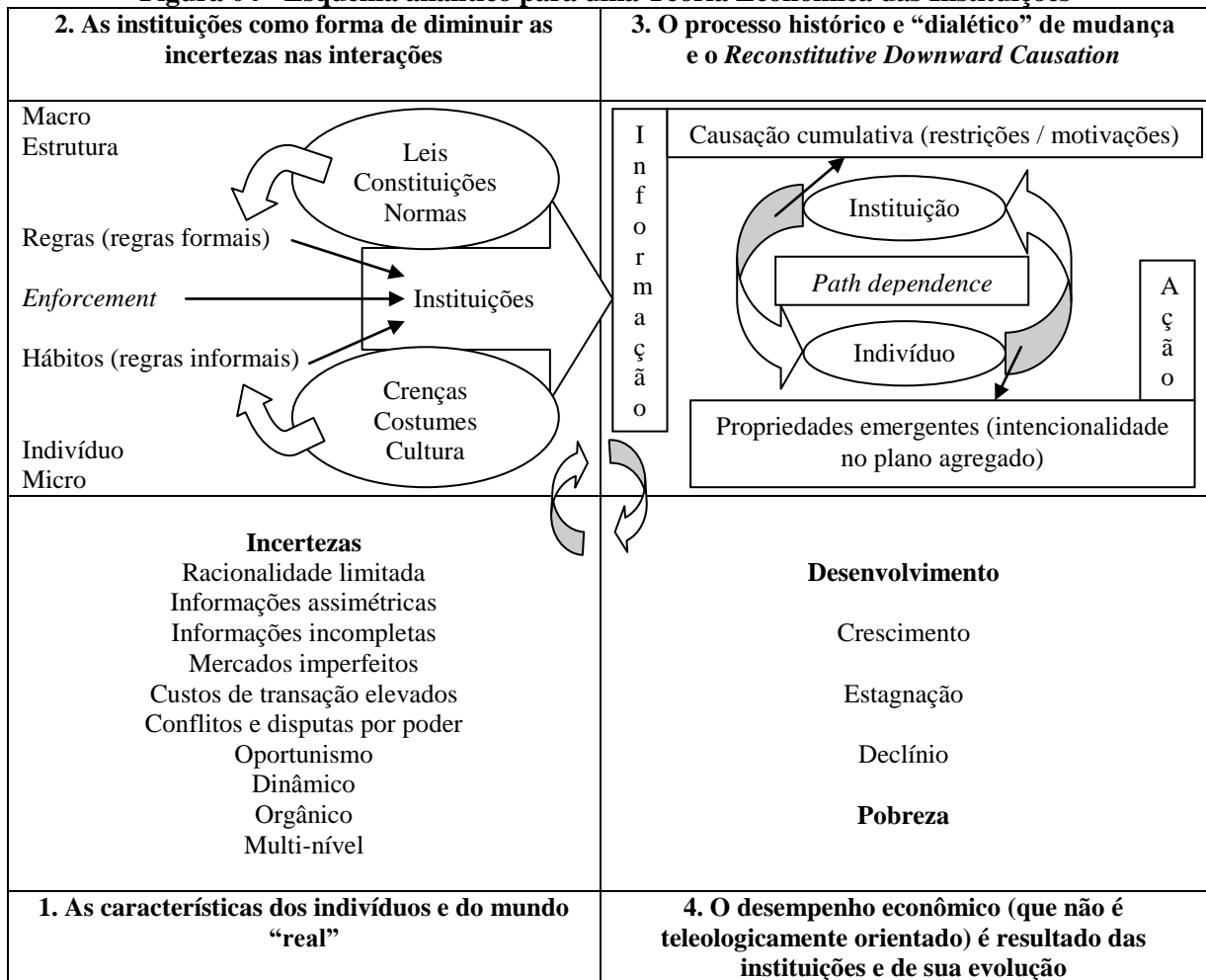
O que pode ser sintetizado de toda essa revisão sobre a Teoria Econômica das Instituições e de que forma esse quadro teórico poderá servir de referência para analisar os processo de desenvolvimento rural? Para tentar responder essa questão analise-se a figura 04, que deve ser lida no sentido horário seguindo a numeração proposta.

- a) o mundo real e as relações entre os indivíduos são marcadas por um conjunto de características muito diferentes do que a concepção neoclássica acreditava: incertezas, racionalidade limitada, informações assimétricas e incompletas, mercados imperfeitos, com elevados custos de transação, conflitos e disputas por poder, comportamento oportunista e uma realidade multifacetada, orgânica e dinâmica;
- b) quando os economistas voltaram sua atenção para a história e, sobretudo, para as instituições, perceberam essa complexidade muito diferente dos fundamentos de equilíbrio, otimalidade e racionalidade que predomina nas análises ortodoxas do neoclassicismo. Portanto, as instituições são uma forma de diminuir as incertezas nas relações sociais num mundo de incertezas. Por instituições entende-se um conjunto de regras formais (leis, constituições e normas que estão num plano macroestrutural), regras informais (hábitos, crenças, costumes, ou seja, a cultura no nível micro do indivíduo) e as características de aplicação dessas regras

(*enforcement*);

c) as instituições servem de informação e moldam o comportamento dos indivíduos, que, através da sua ação (intencionalidade), modificam e criam as instituições. No processo histórico, e porque não dizer dialético, de mudança (*reconstitutive downward causation*) há instituições que permanecem (causação cumulativa) e outras que se modificam (propriedades emergentes), porém, verifica-se uma dependência histórica do quadro institucional existente, ou seja, o *path dependence*;

Figura 04 - Esquema analítico para uma Teoria Econômica das Instituições



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

d) o desempenho econômico é resultado das instituições e da sua evolução. Esse desempenho, no entanto, é muito diferente do pressuposto teleológico de otimalidade, ou seja, o resultado pode ser tanto o crescimento e o desenvolvimento como a estagnação, o declínio ou mesmo verdadeiros “absurdos” como as guerras, as desigualdades sociais e a miséria.

Em suas conseqüências sociais adversas, o modelo de desenvolvimento econômico que se firmou no mundo contemporâneo leva simultaneamente a extremos de progresso tecnológico e de bem-estar para setores limitados da sociedade e a extremos de privação, pobreza e marginalização social para outros setores da população. Na medida em que hoje o objetivo do desenvolvimento econômico é a própria economia, podemos defini-lo como um modelo antidesenvolvimento: o desenvolvimento econômico é descaracterizado e bloqueado nos problemas sociais graves que gera, mais do que legitimado nos benefícios socialmente exíguos que cria e distribui (MARTINS, 2008, p. 13).

Esta tese pretende analisar o desenvolvimento rural a partir da sua negação, ou seja, a pobreza. Esta abordagem privilegia as instituições e, portanto, sua análise centrar-se-á nas transações. Assim, elegeram-se os mercados como unidade de análise dessas instituições. Portanto, é necessário caracterizar o que se entende por mercados e qual é o seu papel no processo de desenvolvimento. É o que será feito na sequência.

2.2 MERCADOS, INSTITUIÇÕES E POBREZA

O mercado é uma das instituições centrais nas análises econômicas, no entanto parece haver pouca teorização sobre a sua natureza, fato destacado por Douglass North, em 1977, num artigo em que faz uma homenagem a Karl Polanyi. *“It is a peculiar fact that the literature of economics and economic history contains so little discussion of the central institution that underlies neo-classical economics – the market”* (NORTH, 1977, p. 710)³⁵. De modo geral, as definições de mercado na economia tendem a privilegiar os aspectos estáticos e menos os processos dinâmicos e sociais na sua construção e funcionamento, conforme pode ser encontrado nos dicionários de economia.³⁶

No entanto, do ponto de vista da análise dos mercados e da interação humana, nas ciências sociais, Abramovay (2004) destaca importantes avanços na economia e na sociologia “no sentido de preconizar o estudo dos mercados como estruturas sociais e não simplesmente como um mecanismo abstrato” (p. 58). Para o autor, esses avanços estão fortemente ligados às

³⁵ É curioso que a literatura de economia e história econômica contenha tão pouca discussão sobre a instituição central em que se fundamenta a economia neoclássica – o mercado

³⁶ “MERCADO. Em sentido geral, o termo designa um grupo de compradores e vendedores que estão em contato suficientemente próximo para que as trocas entre eles afetem as condições de compra e venda dos demais. Um mercado existe quando compradores que pretendem trocar dinheiro por bens e serviços estão em contato com vendedores desses mesmos bens e serviços. Desse modo, o mercado pode ser entendido como o local, teórico ou não, de encontro regular entre compradores e vendedores de uma determinada economia. Concretamente, ele é formado pelo conjunto de instituições em que são realizadas transações comerciais (feiras, lojas, Bolsa de Valores ou de Mercadorias etc.). Ele se expressa, entretanto, sobretudo na maneira como se organizam as trocas realizadas em determinado universo por indivíduos, empresas e governos. A formação e desenvolvimento de um mercado pressupõem a existência de um excedente econômico intercambiável e, portanto, de certo grau de divisão e especialização do trabalho” (SANDRONI, 1999, p. 378).

contribuições da Nova Economia Institucional e da Nova Sociologia Econômica, respectivamente. “Mercados devem ser estudados sob o ângulo institucional, sociológico, histórico, como construções sociais” (p. 58).

Por sua vez, Richter (2001) faz uma comparação entre a Nova Sociologia Econômica e a Nova Economia Institucional, destacando que as duas abordagens, apesar de partirem de diferentes modelos de homem (escolha racional e racionalidade individual, respectivamente), tenham um objetivo em comum: a ação social, ou seja, ambas tratam de estruturas sociais ou organizações (instituições).

Nesse sentido, esta parte do texto tem como objetivo discutir a natureza do mercado, com ênfase nos seus aspectos institucionais. Portanto, esta seção está estruturada em quatro partes. Na primeira, introduzem-se aspectos críticos que caracterizam o mercado na visão neoclássica, o que é um ponto de discórdia para a Sociologia Econômica e a Economia Institucional. Na segunda, abordam-se elementos conceituais do mercado na Sociologia Econômica de Karl Polanyi e da Nova Sociologia Econômica de Mark Granovetter e Neil Fligstein. Na terceira, parte volta-se à abordagem institucional dos mercados, acrescida das contribuições da Sociologia Econômica e da Economia Institucional de Douglass North apresentadas anteriormente. Para finalizar, analisa-se um dos poucos estudos que faz uma relação dos mercados com a pobreza no Brasil.

2.2.1 O Mercado no *Mainstream* da Economia: Críticas à Visão Neoclássica

Recentemente, o economista Ha-Joon Chang lançou um livro atacando algumas “vacas sagradas” da economia, entre elas, o mercado. De acordo Chang (2011), normalmente escuta-se que: “Os mercados têm de ser livres. Quando o Estado interfere para ditar o que os participantes no mercado podem ou não fazer, os recursos não são aplicados onde seriam mais eficientes” (p. 19). Entretanto, o que não dizem é que:

O mercado livre não existe. Todo e qualquer mercado opera segundo determinadas regras e limitações, que restringem a liberdade de escolha. Um mercado apenas parece livre porque aceitamos de forma incondicional as restrições que lhe subjazem, o que nos impede de as ver. O grau de “liberdade” de um mercado não pode ser definido objectivamente. Trata-se de uma definição política. A pretensão habitual dos economistas defensores do mercado livre que dizem que estão a tentar defender o mercado de interferências por parte de um governo politicamente motivado é falsa. O Estado está sempre envolvido e esses defensores do mercado livre encontram-se politicamente tão motivados como qualquer pessoa. Superar o mito de que existe um “mercado livre” objectivamente definido é o primeiro passo para a compreensão do capitalismo (CHANG, 2011, p. 20).

Chang (2011) argumenta ainda que “o mercado livre é uma ilusão. Se alguns mercados parecem livres, isso deve-se apenas ao facto de aceitarmos incondicionalmente as leis que lhes subjazem, a ponto de estas se tornarem invisíveis” (p. 22). Para o autor, “os mercados revelam ser sustentados por regras – regras em grande quantidade” (p. 22). E é necessário perceber que “a economia não é uma ciência como a física ou química, mas um exercício político” (p. 28).

De modo geral, para a maioria dos economistas contemporâneos, “o mercado resume-se ao nome dado ao encontro de uma curva de oferta e de uma curva de demanda, resultante do comportamento de agentes cujas relações estão esvaziadas de qualquer conteúdo social” (STEINER, 2006, p. 31). Nessa interpretação, o mercado é um conceito totalmente abstrato, da mesma forma como o comportamento do famoso *homo oeconomicus*, que “age movido pelo único objetivo do ganho econômico e de acordo com uma regra econômica de maximização do resultado de sua ação, proporcionalmente aos meios empregados” (p. 33).

Hodgson (1994) critica os economistas ortodoxos (a tradição neoclássica originada em Jevons, Marshall e Walras)³⁷, argumentando que, “apesar do alto grau de sofisticação formal, a carroça ideológica segue quase sempre à frente dos bois teóricos” (p. xii). Além disso, o desemprego, a pobreza e a fome não estão entre as principais preocupações dos economistas. Para o autor, “a teoria convencional é orientada por uma perspectiva ultrapassada e teoricamente inaceitável do indivíduo, herdada do liberalismo clássico do século XIX” (p. xiv). De acordo com o autor:

A teoria neoclássica implica: 1. o comportamento racional, maximizador, por parte de todos os agentes económicos, partindo-se do princípio de que estes optimizam, de acordo com preferências exogenamente determinadas; 2. a ausência de problemas de informação crónicos, tais como a incerteza radical no que se refere ao futuro, a ignorância generalizada sobre as estruturas e os parâmetros num mundo complexo e divergências nas cognições individuais de fenómenos comuns; e 3. o acentuar teórico dos movimentos tendentes a estados de equilíbrio estável, ou dos equilíbrios adquiridos, mais do que dos processos contínuos de transformação ao longo do tempo histórico (HODGSON, 1994, p. xvi).

Possas (1990) constata que, por um lado, a abordagem neoclássica é insuficiente para compreender os mercados e, por outro, alerta que as contribuições não-neoclássicas são dispersas e contam somente com evidências empíricas. De acordo com o autor, é preciso procurar diretrizes básicas para uma reconstrução teórica, apoiada em termos dinâmicos e que adote “estruturas de mercado” e não a firma, os preços, os produtos ou a indústrias que estão

³⁷ Exemplos dessa abordagem são facilmente identificados na maioria dos “manuais de economia” de utilização consagrada nos cursos de graduação, sobretudo na análise do funcionamento do mercado. Veja-se, por exemplo, Montoro Filho (2001).

alicerçados no princípio marshalliano de equilíbrio. O autor critica os problemas da teoria convencional (teoria dos preços e teoria da firma) e apresenta uma abordagem alternativa baseada no que denomina de “estrutura-conduta-desempenho” e “dinâmica das estruturas de mercado”.

De acordo com Hodgson (1994), é preciso uma teoria da agência humana que: i) questione o pressuposto da racionalidade maximizadora; ii) esteja focalizada na evolução e dinamismo ao invés de na ideia de equilíbrio; iii) compreenda a importância das instituições na vida econômica. Desse modo, os processos cognitivos são essencialmente sociais e os indivíduos, através das normas, convenções, hábitos e instituições, aprendem com a experiência acumulada e podem corrigir erros através de sua intencionalidade.

De modo geral, os pressupostos da economia neoclássica enfatizam que o consumidor é racional; o mercado funciona sozinho; os preços são determinados pelo mercado não importando o papel das organizações; as instituições são dadas e neutras no processo. Para Steiner (2006), a economia apoia-se em duas premissas teóricas equivocadas:

- a) os indivíduos agem a partir de uma situação de informação perfeita, respeitam somente os sinais emitidos pelo repertório de preços do mercado;
- b) os atores agem sem nenhum grau de incerteza quanto às qualidades e propriedades dos bens de um mercado, ou quanto ao cenário futuro.

Resumidamente, para a economia neoclássica o mercado é entendido e definido como um mecanismo abstrato e asséptico onde ocorre a determinação dos preços das transações econômicas, definidas e realizadas livremente pelos indivíduos. A ideia é de que há um "ambiente" – o mercado – que exerce um papel de coordenação entre oferta e demanda, ou seja, entre a transferência do direito de propriedade daquele que vende para aquele que compra, segundo a noção de um tipo de comportamento universal do *homo economicus*, baseado na racionalidade econômica (IPARDES, 2007, p. 16).

De forma semelhante, Martes, Duran e Abramovay, na apresentação do livro de Steiner (2006), que trata da sociologia econômica, destacam que:

O mercado da teoria econômica é, antes de tudo, um ponto de equilíbrio entre oferta e procura ao qual se chega pela ação independente, soberana e atomizada de indivíduos que não guardam qualquer tipo de relação permanente uns com os outros. [...] De forma distinta, a Sociologia mostra, desde o início, as relações sociais que estruturam a troca entre os agentes presentes nos mercados. Mercados são, para a Sociologia, estruturas sociais, formas mais ou menos permanentes de interação em que os indivíduos estabilizam seus laços sociais e submetem-se, por aí, a recompensas e sanções (Martes; Duran; Abramovay in Steiner, 2006, p. xi).

De acordo com Hodgson (1994), “não é correto definir o mercado simplesmente como um local ou região em que se realizam transações e se trocam mercadorias” (p. 174).

Entende-se que a percepção do *mainstream* neoclássico é incompleta para compreender os mercados, uma vez que não dá a devida importância ao papel desempenhado pelas instituições. Nesse sentido (conforme será visto nos dois próximos blocos), acredita-se que a Sociologia Econômica fornece elementos para repensar os mercados, pois a principal característica desta teoria é estudar os mercados não como mecanismos abstratos de equilíbrio, mas como construções sociais. Os mercados são instituídos e organizados socialmente. A Economia Institucional, por sua vez, destaca que o indivíduo não possui racionalidade completa e há informações assimétricas, dando maior ênfase às instituições do que meramente os produtos. Considerando as contribuições da Sociologia Econômica e da Economia Institucional, a percepção de mercado da Economia Neoclássica é incompleta uma vez que não existe tendência ao equilíbrio; os indivíduos não são movidos unicamente pela racionalidade econômica e o mercado não é externo aos indivíduos, é construído por eles.

2.2.2 Os Mercados na (Nova) Sociologia Econômica: Enraizamento e Construção Social

De acordo com Lévesque (2009, p. 305), “a Sociologia Econômica é definida como o conjunto das teorias que buscam explicar os fenômenos econômicos a partir de elementos sociológicos”. As raízes da sociologia econômica remontam aos trabalhos dos clássicos da sociologia; sobretudo Weber e Durkheim ganham uma importante inspiração com Karl Polanyi³⁸ e uma retomada com Mark Granovetter nos anos 1980.

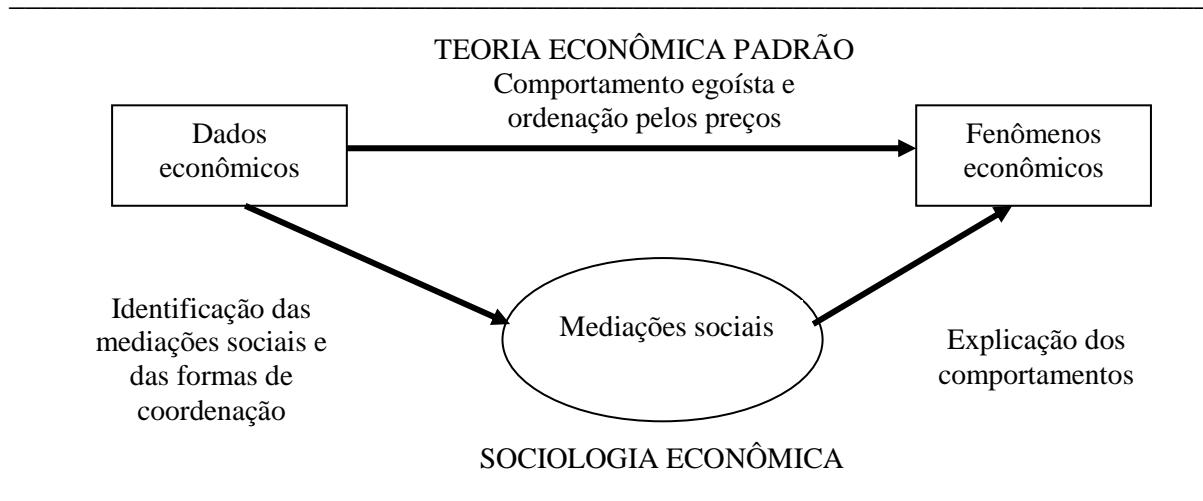
A sociologia econômica questiona a delimitação feita pelos economistas, que reduzem a economia ao cálculo racional concernente a recursos raros que devem ser alocados a necessidades consideradas ilimitadas. Mais positivamente, ela propõe uma definição mais ampla da economia, como representações sociais na tradição durkheimiana, atividades sociais que dizem respeito a uma racionalidade ampla na tradição weberiana, relações sociais de produção, distribuição e consumo conforme a tradição marxista e atividades que repousam sobre princípios econômicos plurais – mercado, redistribuição, reciprocidade e donativo – em uma perspectiva polanyiana (LÉVESQUE, 2009, p. 305).

A Sociologia Econômica, de acordo com Steiner (2006, p. 03), “assume uma postura crítica em relação à teoria econômica fundada no comportamento de um agente econômico não socializado, onisciente e movido unicamente pela busca do ganho máximo (o famoso *homo oeconomicus*)”. Trata-se de uma abordagem que foca suas análises nas mediações

³⁸ A publicação de “A Grande Transformação”, em 1944, é um marco para a sociologia econômica. Por outro lado, é um contraponto ao “Caminho da Servidão” de Friedrich Hayek, publicado no mesmo ano. Para uma análise das contribuições de Polanyi ao debate sobre desenvolvimento, veja-se o texto de SCHNEIDER e ESCHER (2011).

sociais para explicar os fenômenos econômicos, conforme figura 05.

Figura 05 - Sociologia econômica e teoria econômica



Fonte: Steiner (2006, p. 43).

De acordo com Ferreira (2007), o objeto científico da sociologia econômica é de natureza socioeconômica e focaliza o mercado de trabalho, a teoria das redes e a teoria das organizações e integra os conhecimentos do institucionalismo, da cultura, da antropologia e da história. Baseando-se em autores como Durkheim, Weber, Polanyi e Granovetter, destaca que a sociologia econômica “estuda as atitudes econômicas de produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços incrustados em estruturas sociais e relações sociais” (FERREIRA, 2007).

Apesar das diferentes abordagens, existem três proposições centrais que são comuns para os diferentes autores da Sociologia Econômica: “1) *Economic action is a form of social action*; 2) *Economic action is socially situated*; and 3) *Economic institutions are social constructions*” (SWEDGERG; GRANOVERTER, 1992, p. 06)³⁹.

A chamada Sociologia Econômica, “de acordo com Mark Granovetter, tem duas ideias básicas como ponto de partida: (a) a ação econômica é socialmente situada e não pode ser explicada apenas por motivos individuais; (b) as instituições econômicas são socialmente construídas” (MARTES, DURAND; ABRAMOVAY, 2006, p. xi).

De acordo com Steiner (2006), a sociologia econômica desenvolve-se em torno de três dimensões:

a) as relações sociais influenciam as ocorrências econômicas, ou seja, a “construção

³⁹ 1) A ação econômica é uma forma de ação social; 2) A ação econômica é socialmente situada; 3) As instituições econômicas são construções sociais. (Tradução livre).

social das relações econômicas”;

- b) uma dimensão analítica para explicar a formação das variáveis mercantis como preço, renda e volume de emprego;
- c) uma dimensão cultural e cognitiva. Para esse autor, a Nova Sociologia Econômica está associada aos trabalhos de Mark Granovetter e adota a seguinte definição:

Minha definição da sociologia econômica apóia-se em duas proposições sociológicas fundamentais: em primeiro lugar, a ação é sempre socialmente localizada e não pode ser explicada, fazendo-se referência, apenas, aos motivos individuais que possam tê-la ensejado; em segundo lugar, as instituições sociais não brotam automaticamente, tomando uma forma incontornável; elas são construídas socialmente (GRANOVETTER, 1990⁴⁰ *apud* STEINER, 2006, p. 27-28).

Para a sociologia econômica, a emergência do mercado, portanto, não se explica propriamente pelos fatores econômicos, pois fatores relacionais, políticos, culturais, entre outros, interferem na formação dos mercados uma vez que as relações mercantis não podem ser separadas da organização social (STEINER, 2006). Tais aspectos foram centrais para a sociologia econômica fazer escola a partir da obra de Polanyi (2000), publicada originalmente em 1944.

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos (POLANYI, 2000, p. 65).

Para compreender os mercados, Polanyi (1978) afirma que é necessário superar a “nossa obsoleta mentalidade mercantil”, confundida por dois axiomas⁴¹: primeiro, as motivações materiais do homem e; segundo, na sociedade, as instituições são determinadas pelo sistema econômico. “Numa economia de mercado, ambas as afirmações eram, evidentemente, verdadeiras. *Mas só numa tal economia*” (POLANYI, 1978, p. 03). Ao analisar os sistemas econômicos da antiguidade, o autor constatou que esses dois axiomas são falsos. Primeiro, os “motivos econômicos” são uma falácia, pois como Aristóteles já havia demonstrado, o homem não é um ser econômico, mas social, uma vez que “os seres humanos são capazes de trabalhar por uma grande variedade de razões” (p. 10). Segundo, “*a economia*

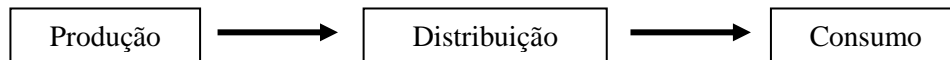
⁴⁰ GRANOVETTER, M. The old and the new economic sociology. In: FRIEDLAND, R.; ROBERTSON, A. F. (Ed.) *Beyond the marketplace*. Aldine de Gruyter, 1990.

⁴¹ Estes axiomas estão diretamente ligados aos três pilares do liberalismo das economia de mercado. “O trabalho deveria encontrar o seu preço no mercado; a moeda deveria ser fornecida por um mecanismo auto-regulado; as mercadorias deveriam circular livremente de país para país fossem quais fossem as consequências – em resumo, um mercado de trabalho, o padrão-ouro, e o livre câmbio” (POLANYI, 1978, p. 09).

do homem encontra-se, regra geral, submergida nas suas relações sociais” (p. 07, grifos do autor). Trata-se do conceito de *embeddedness*, ou seja, “o sistema econômico encontra-se invariavelmente submergido no social” (p. 08).

Figura 06 - Capitalismo e outras formas de organização dos processos e interesses econômicos

O processo econômico



Os processos econômicos segundo Karl Polanyi



Comentário: A Economia é tradicionalmente definida como o estudo da produção, distribuição e consumo. O elemento da distribuição pode, segundo Polanyi, ser organizado como *redistribuição* (por exemplo, pelo Estado), como *reciprocidade* (por exemplo, na família), ou como *troca mercantil* (num mercado). A troca mercantil caracteriza a organização capitalista da economia; e este tipo de economia deriva a sua dinâmica do fato de que o objetivo último do processo econômico não é exclusivamente o consumo, mas também o *lucro*. Quanto mais este lucro for reinvestido na produção, mais dinâmica será a economia.

Fonte: Adaptado de Swedberg (2003, p. xvi).

De acordo com Polanyi (2009), o mercado não é somente oferta-demanda-preço e as motivações humanas não são só materiais, mas podem ser políticas, religiosas, estéticas, enfim, “*los seres humanos trabajan por una gran variedad de razones*” (p. 65)⁴². Para o autor “*los individuos tienen personalidades, y la sociedad tiene una historia. La personalidad se forma a partir de la experiencia y la educación; la acción implica pasión y riesgo; la vida exige fe y creencia; la historia es lucha y engaño, victoria y redención*” (p. 69)⁴³. Isso demonstra que compreender os mercados implica analisar as instituições que moldam os comportamentos dos indivíduos nas transações, motivando ou restringindo. Polanyi reforça a ideia de *embeddedness* afirmando que a economia está “*incrustada*” na sociedade e, portanto, nas relações dos processos econômicos é necessário analisar os aspectos políticos e culturais. Para o autor, as principais formas de integração na economia são a reciprocidade (simetria), a redistribuição (centralização) e as trocas mercantis (mercados), conforme se apresentam as

⁴² Os seres humanos trabalhando por uma grande variedade de razões. (Tradução do autor).

⁴³ As pessoas têm personalidades, e a sociedade tem uma história. A personalidade é formada a partir da experiência e da educação; a ação envolve paixão e risco; a vida requer fé e crença; a história é luta e decepção, vitória e redenção.

formas de distribuição da produção econômica na figura 06. Porém, o autor chama atenção para o aspecto institucional dessas formas de integração, uma vez que “*el funcionamiento efectivo de las formas de integración depende de la presencia de estructuras institucionales definidas*”⁴⁴ (POLANYI, 2009, p. 99).

Dentro da chamada Nova Sociologia Econômica, uma contribuição relevante para compreender os mercados é dada por Mark Granovetter, sobretudo em três artigos seminais (1973, 1985 e 1992). O autor é representante de uma abordagem estrutural dos mercados⁴⁵ e, de modo geral, os principais fundamentos abordados nessas obras apontam que: as relações econômicas estão enraizadas (*embedded*) nas relações sociais; metodologicamente, os mercados são vistos como extrapolações de redes sociais; as instituições econômicas são construções sociais; os mercados são estruturas socialmente construídas.

De acordo com Wilkinson (2008, p. 86), é no artigo de 1985 (GRANOVETTER, 1985), que o autor “explora o conceito fundador da sociologia econômica: enraizamento”. As relações econômicas não constituem uma estrutura externa aos indivíduos como acreditavam os neoclássicos, mas estão enraizadas (*embeddedness*)⁴⁶ nas relações sociais.

Granovetter (2007) faz uma advertência crítica sobre as concepções “supersocializada” e “subsociada”. Para o autor, na sociologia moderna, o homem é visto de forma supersocializada, ou seja, “uma concepção das pessoas como decisivamente sensíveis às opiniões dos outros e, portanto, obedientes às diretrizes ditadas por sistemas consensualmente desenvolvidos de normas e valores” (p. 04). Já a economia clássica e neoclássica baseia-se numa concepção subsociada, pois “os argumentos teóricos rejeitam por hipótese todo o impacto da estrutura social e das relações sociais sobre a produção, a distribuição e o consumo” (p. 05). Diante desse impasse entre tese e antítese, o autor propõe uma nova síntese, uma “visão de imersão”, que altera a abordagem teórica e empírica sobre o comportamento econômico:

Uma análise proveitosa da ação humana implica que evitemos a atomização implícita nos extremos teóricos das concepções sub- e supersocializadas. Os atores não se comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica

⁴⁴ O funcionamento eficaz das formas de integração depende da presença de estruturas institucionais definidas.

⁴⁵ Além da abordagem estrutural de Mark Granovetter, existem outras ênfases como, por exemplo, uma abordagem política (FLIGSTEIN, 1996; 2003), que será analisada adiante, e cultural, como, por exemplo, em Zelizer (2003).

⁴⁶ Machado (2010) destaca uma diferença na interpretação de Karl Polanyi e da Nova Sociologia Econômica sobre o conceito de *embeddedness*. Polanyi é consensualmente conhecido como o “pai” do conceito de incrustação (*embeddedness*), no entanto, para Polanyi o conceito estava associado a um nível macroeconômico, evidenciando o caráter excepcional da economia capitalista de mercado. Já para a Nova Sociologia Econômica é normalmente associado a um nível meso e micro, preconizando que todas as economias estão incrustadas.

de categorias sociais que eles porventura ocupem. Em vez disso, suas tentativas de realizar ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais (GRANOVETTER, 2007, p. 09).

Para Granovetter (2007), “o argumento da imersão enfatiza, por sua vez, o papel das relações pessoais concretas e as estruturas (ou “redes”) dessas relações na origem da confiança e no desencorajamento da má-fé” (p. 12). Para o autor, “a maior parte do comportamento está profundamente imersa em redes de relações interpessoais” (p. 29), sustentando que “essa abordagem evita os extremos das visões sub- e supersocializadas da ação humana” (p. 29).

Referindo-se à construção social das relações mercantis, Steiner (2006) argumenta:

Os mercados não são resultado de um arranjo espontâneo de agentes econômicos que procuram otimizar as formas de suas transações mercantis: estas últimas são o resultado de um conjunto não coordenado de decisões institucionais (políticas, jurídicas, econômicas), de relações pessoais e culturais que sofrem e veiculam as contingências da história (STEINER, 2006, p. 75).

Nesse sentido, o contexto social no qual as relações mercantis estão inseridas é crucial. Neste, existem redes que influenciam no funcionamento dos mercados. A rede “é um conjunto de atores ligados por uma relação”, “é uma forma de interação social que põe os atores em contato” (STEINER, 2006, p. 77). Portanto, o mercado é entendido como “lugar abstrato de articulação entre agentes”, “o fato econômico é um fato social” e “estas relações oferecem acesso a recursos” (p. 106). Nesse sentido,

A contribuição de Granovetter, portanto, desdobra-se em três níveis. Em primeiro lugar, a reinterpretação de *embeddedness* em termos de redes sociais permite demonstrar a maneira em que a ação econômica é permanentemente filtrada por relações sociais. Em segundo lugar, essa noção de redes sociais é desdobrada em uma tipologia que permite correlacionar distintos padrões de comportamento econômico com determinados tipos de redes. E, finalmente, a noção da “força de laços fracos” permite analisar a relação entre as redes e o papel estratégico da posição de atores nessas redes (WILKINSON, 2008, p. 93).

A Nova Sociologia Econômica sofre algumas críticas, sobretudo seu fundador, Granovetter, como pode ser percebido num texto em que faz uma apreciação crítica do autor. Destaca-se, no entanto, que tal lacuna poderá ser preenchida com a contribuição da economia institucional.

De fato, por um lado, Granovetter se coloca na esteira da Sociologia Econômica weberiana, em particular pela postura que ele adota com relação à Ciência Econômica, ao retomar a definição weberiana de ação econômica e ao mostrar que se trata de uma ação social, ou ao lembrar a dimensão conflituosa do mercado. No entanto, Granovetter peca por se concentrar essencialmente na ação racional em

finalidade, esquecendo das outras formas de ação social da tipologia weberiana. Em particular, a influência dos valores culturais é quase ausente de sua análise. Além disto, ele não desenvolve uma reflexão consistente a respeito das interações existentes entre a atividade econômica e o contexto jurídico e político-institucional, uma das preocupações centrais de Max Weber (RAUD-MATTEDI, 2005, p. 78)

Outra contribuição da chamada Nova Sociologia Econômica é de Fligstein (2003)⁴⁷, que apresenta uma abordagem política do mercado. O autor analisa como os mercados e os estados estão fortemente interligados numa perspectiva conceitual que privilegia as instituições sociais que compõem os mercados. O quadro de análise do autor é baseado no que chamou de “perspectivas contemporâneas da sociologia econômica” (redes, ecologia populacional, teoria institucional e o problema da construção da ação). Segundo o autor, os estados interferem nos mercados, seja na formação, na estabilização ou na sua transformação. Portanto,

A metáfora “o mercado enquanto política” compreende duas dimensões. Em primeiro lugar, designa a formação dos mercados como parte da construção do estado. Os estados modernos que possuem economias capitalistas criam as condições institucionais para garantir a estabilidade dos mercados. (...) Em segundo lugar, espelha a forma como os processos ocorridos no seio do mercado reflectem dois tipos de projectos políticos: a luta pelo poder no interior das empresas e a luta pelo poder entre as empresas determinadas em dominar os mercados (FLIGSTEIN, 2003, p. 197).

De acordo com Fligstein (2003) a teoria institucional preocupa-se apenas com a construção das normas, mas falta-lhe uma teoria política da ação. “A produção das instituições de mercado constitui, em diversas vertentes, um projeto cultural. Os direitos de propriedade, as estruturas de governação, as concepções de controlo e as normas de transação definem as instituições necessárias para formar os mercados” (p. 197). No entanto, o autor argumenta que é necessário ter em conta que o mundo econômico é social e que a interação dos atores é orientada por ações políticas construídas em cada cultura local, ou seja, instituições.

Por “instituições” designamos as regras partilhadas, sob a forma de leis ou de entendimentos colectivos, mantidos por hábito, acordo explícito ou acordo tácito. Estas instituições – que assumem a forma de direitos de propriedade, estruturas de governação, concepções de controlo ou normas de transacção – permitem que os actores envolvidos nos mercados se organizem e desenvolvam entre si relações de competição, cooperação e transacção (FLIGSTEIN, 2003, p. 198).

Portanto, os Estados desempenham um papel importante na construção das instituições

⁴⁷ Publicado originalmente como *Market as politics: a political-cultural approach to market institutions* (FLIGSTEIN, 1996).

dos mercados, seja na sua formação, na manutenção da estabilidade e transformação. “Os direitos de propriedade, as estruturas de governação e as normas de transacção constituem arenas nas quais os estados modernos regulamentam a acção económica” (Fligstein, 2003, p. 203).

Os mercados são construções sociais que reflectem a singularidade da construção político-cultural das empresas e nações que os compõem. A criação dos mercados implica soluções sociais para os problemas relativos a direitos de propriedade, estruturas de governação, concepções de controlo e normas de transacção. Essas soluções podem adoptar diversos caminhos, sendo que todos eles podem promover a sobrevivência das empresas (FLIGSTEIN, 2003, p. 222).

De modo geral, o que ensina a (Nova) Sociologia Económica para pensar os mercados da agricultura familiar?

- a) faz uma crítica à racionalidade puramente económica dos indivíduos, que possuem também outras motivações para tomar decisões;
- b) o mercado (como relação económica) não é algo externo ao ser humano, é construído pelas pessoas nas suas relações;
- c) se o mercado é uma construção social, então, não pode ser entendido unicamente pelas motivações individuais dos agentes;
- d) entender os mercados como redes de relações entre os indivíduos mediados por instituições;
- e) as instituições também são construções sociais.

Estes dois últimos aspectos remetem a complementaridade que existe entre a (Nova) Economia Institucional e a (Nova) Sociologia Económica.

Quando a sociologia económica se interessa pela origem dos fenómenos mercantis, ela dirige sua atenção para as instituições (no sentido amplo do termo) nas quais está mergulhada a relação mercantil, instituições que a tornam possível. A sociologia económica está, portanto, perto do “institucionalismo”, no sentido como economistas americanos, posteriores a Veblen e John R. Commons (1862-1945), consideram que a economia deveria levar em conta as instituições e os hábitos mentais que cercam os comportamentos económicos, favorecendo-os ou impedindo-os (STEINER, 2006, p. 43-44).

Portanto, no próximo bloco a análise dos mercados centrar-se-á nas contribuições de autores institucionalistas para compreender como as estruturas, que constituem construtos sociais, moldam-se por um conjunto de instituições que interferem nas relações entre os indivíduos nas transações.

2.2.3 Os Mercados numa Perspectiva Institucional: Estruturas Socialmente Construídas Moldadas por Instituições

A visão institucionalista tradicional do processo de mercado é caracterizada pelo questionamento do *mainstream* da teoria de mercado, juntamente com alguns ou todos os seus pressupostos fundamentais. Os institucionalistas buscam construir uma análise mais realista das interações econômicas, baseados na observação empírica, na compreensão histórica ou evolutiva e *insights* antropológicos e sociológicos. A base dos institucionalistas tradicionais está nos estudos dos mercados antigos e primitivos realizados por Karl Polanyi (autor referenciado anteriormente), para quem os mercados eram estruturas sociais ou institucionais incorporadas (*embeddedness*) no tecido institucional da sociedade. (LOWRI, 1994).

Por sua vez, a Nova Economia Institucional e, em particular, a Economia dos Custos de Transação trouxeram a compreensão dos mercados mais próximos da realidade, com base na ideia de que a troca entre os agentes econômicos nos mercados tem custos e as instituições obrigam-se a reduzir o custo. A partir dessa perspectiva, as limitações institucionais são adicionadas ao modelo de mercado neoclássico. Para trabalhar como deveriam, os mercados exigem novas instituições ou alterações para resolver as limitações institucionais. Portanto, consideram-se os mercados como instituições que moldam o comportamento dos atores. As regras formais (leis, políticas, constituições, contratos) bem como as regras informais (resultantes de costumes estabelecidos e convenções sobre normas de comportamento e confiança) facilitam a coordenação ou governam as relações entre indivíduos ou grupos. Ao oferecer maior segurança à interação humana, as instituições têm uma influência sobre o comportamento dos atores e, portanto, nos resultados, tais como o desempenho econômico, eficiência, crescimento econômico e desenvolvimento. As instituições estabelecem e delimitam as condições em que se produzem e se trocam bens. As instituições representam um mecanismo de informação que coordena as ações dos diferentes agentes. Essa compreensão ressalta o ponto crítico da teoria econômica neoclássica, para a qual só o preço coordena o comportamento dos atores. Para os economistas da Nova Economia Institucional o comportamento dos atores é coordenado pelas instituições (HUYLENBROECK; VUYLSTEKE; VERBEKE, 2009).

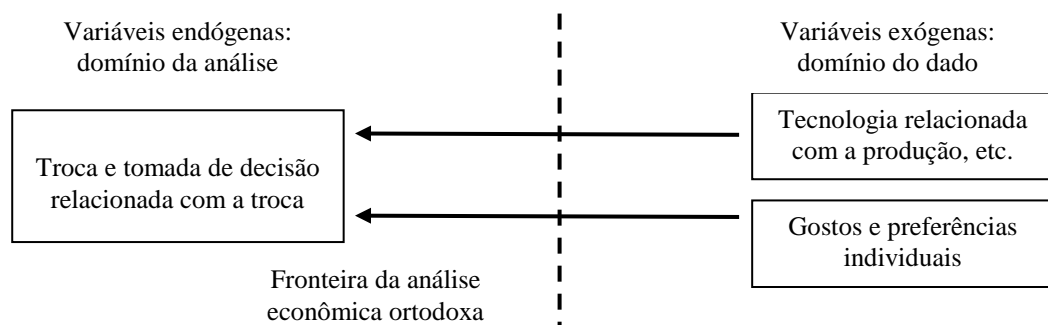
Samuels (1995) destaca que o cerne da posição institucionalista em relação aos neoclássicos é a concepção do mercado como orientador da economia, ou seja, a concepção da economia como sendo organizada e orientada pelo mercado. A ideia de que os recursos escassos são alocados entre usos alternativos pelo mercado não tem fundamento, pois, para o

autor, a determinação real em qualquer sociedade constitui a sua estrutura de organização, ou as suas instituições. O mercado só dará efeito às instituições predominantes, e, portanto, os mercados organizam-se através do efeito das instituições. Destaca ainda que os institucionalistas argumentam que o conceito de um “mercado” constitui uma metáfora das instituições que dão forma, estrutura e operam através dele. Portanto, os mercados tornam-se complexos institucionais em interação uns com os outros.

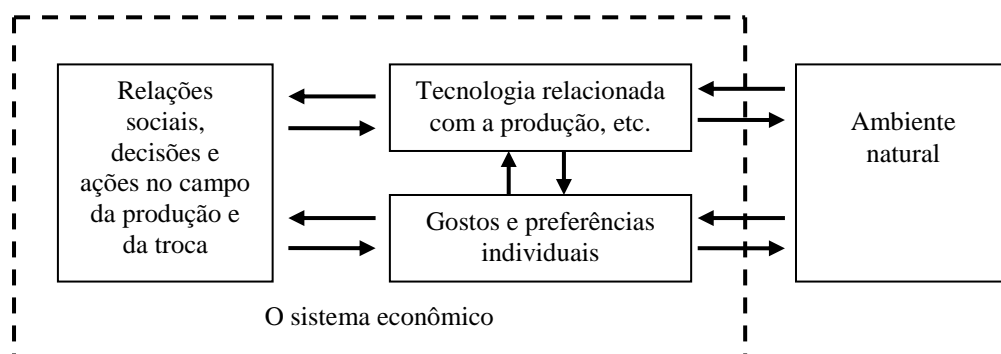
Outro ponto de discórdia entre a economia institucional em relação à economia ortodoxa refere-se à importância da tecnologia e das preferências dos indivíduos, conforme apresentado na figura 07.

Figura 07 - As divergências da economia ortodoxa e institucionalista sobre as preferências e a tecnologia no mercado

A. O âmbito e as fronteiras da teoria econômica ortodoxa



B. O domínio projetado da teoria econômica institucionalista



Fonte: Adaptado de Hodgson (1994, p. 13 e 15).

De acordo com Hodgson (1994), na interpretação da economia ortodoxa, a tomada de decisão é regida quase que por “leis físicas”, como se a produção e a tecnologia não fossem afetadas pelas relações sociais e instituições. Não consideram os processos e estruturas que regem a ação humana. Para o autor, “na teoria neoclássica, os gostos e preferências dos indivíduos e as possibilidades e as restrições tecnológicas que se fazem sentir sobre a

economia são considerados como exógenos ou dados, isto é, fora do sistema” (HODGSON, 1994, p. 13). Por outro lado, a economia institucional possui uma visão mais sistêmica, pois considera que a economia é inseparável das instituições sociais e políticas. Convém “considerar tanto a tecnologia como os gostos e preferências individuais como fazendo parte, pelo menos a longo prazo, do sistema econômico e, portanto, como fenômenos que têm de ser explicados pelos economistas” (HODGSON, 1994, p. 15).

Williamson (1995) salienta que no estudo dos custos de transação “*the transaction is the basic unit of analysis*”⁴⁸ (p. 27). Entretanto, originalmente Commons (1931) destacou que para a Economia Institucional a transação é a unidade básica de análise e que as três relações sociais implícitas nas transações são de conflito, dependência e ordem. Nas transações podem-se identificar quatro questões econômicas decorrentes: a concorrência, a discriminação, o poder econômico e as regras de funcionamento. Conclui que as transações são os meios, em operação através de leis e ou costumes, que atuam na aquisição e alienação de controle legal das mercadorias, ou o controle legal do trabalho e de gestão que produzirá e entregará ou trocará mercadorias e serviços para os consumidores finais.⁴⁹

Hodgson (2009) apresenta os mercados como instituições específicas ou sistemas de regras e não podem ser tomados como o “éter universal” da interação humana. Revendo as contribuições da antiga tradição institucionalista, da sociologia econômica e os avanços dos estudos sobre mercados, constata que estes demonstram que não existe uma entidade universal, como “o mercado”, mas diferentes sistemas de mercado que envolvem diferentes estruturas e regras.

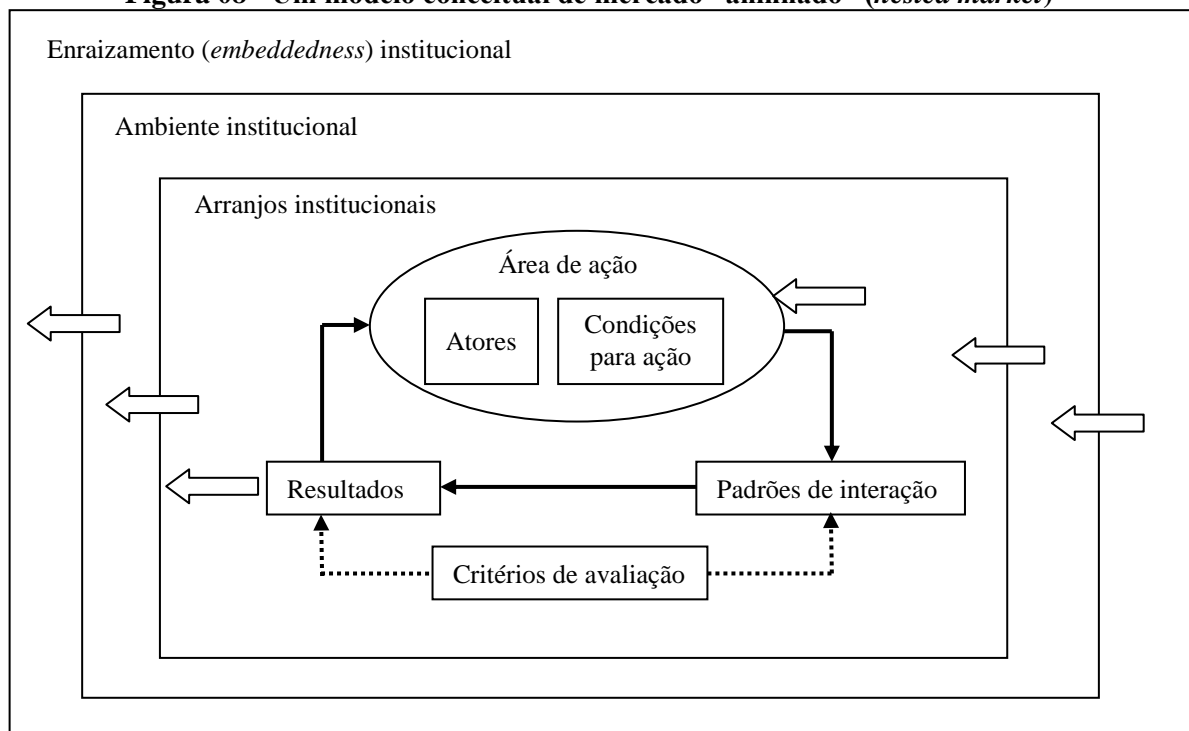
O mercado pode ser compreendido como circunscrito por um conjunto aninhado de instituições. O ambiente institucional refere-se ao conjunto de motivos políticos, sociais e legais que estabelecem a base da produção e distribuição. Em outras palavras, o ambiente institucional é o conjunto mais amplo de instituições em que as transações ocorrem. Os arranjos institucionais são acordos entre unidades econômicas que regem as maneiras em que estes podem cooperar e/ou competir. Constituem contratos ou convênios estabelecidos para transações específicas, também conhecidos como “estruturas de governança”. Eles podem ser considerados como um meio pelo qual se pode infundir ordem num relacionamento onde o conflito potencial ameaça desfazer ou perturbar oportunidades de realizar ganhos mútuos (HUYLENBROECK; VUYLSTEKE; VERBEKE, 2009).

⁴⁸ A transação é a unidade básica de análise.

⁴⁹ *Transactions are the means, under operation of law and custom, of acquiring and alienating legal control of commodities, or legal control of the labor and management that will produce and deliver or exchange the commodities and services, forward to the ultimate consumers* (COMMONS, 1931, p. 656-657).

Em resumo, a descrição na figura 08 supõe que os mercados são uma construção social com as operações coordenadas por fatores que vão além do mecanismo de preços neoclássico. Na área de ação, os atores do modelo recebem incentivos para a cooperação, mais especificamente, através da redução dos custos de transação. Os mecanismos utilizados para a coordenação resultam da interação social. Este modelo de mercado também reconhece que as redes contínuas das relações sociais entre as pessoas desencorajam a fraude. As pessoas orientam suas escolhas baseadas em interações passadas (experiências guardadas na memória) com outros atores e continuam a lidar com aqueles em que confiam. Eventualmente, experiências positivas de confiança mútua podem até render relações de oferta e demanda preferenciais, que podem permitir a redução ainda maior dos custos de transação. Dessa forma, a troca econômica precisa ser vista como um processo de troca social (HUYLENBROECK; VUYLSTEKE; VERBEKE, 2009).

Figura 08 - Um modelo conceitual de mercado “aninhado” (*nested market*)



Fonte: Kyeyamwa⁵⁰ (2007 *apud* HUYLENBROECK; VUYLSTEKE; VERBEKE, 2009, p. 179). Tradução nossa⁵¹.

Para entender como se dá a distribuição de poder e o lugar do mercado nos arranjos institucionais, Hollingsworth (2000) apresenta múltiplos níveis para a análise institucional,

⁵⁰ KYEYAMWA, H. *Integration of smallholder cattle farmers in the livestock market of Uganda*. PhD thesis, Faculty of Bioscience Engineering. Gent: Ghent University, 2007.

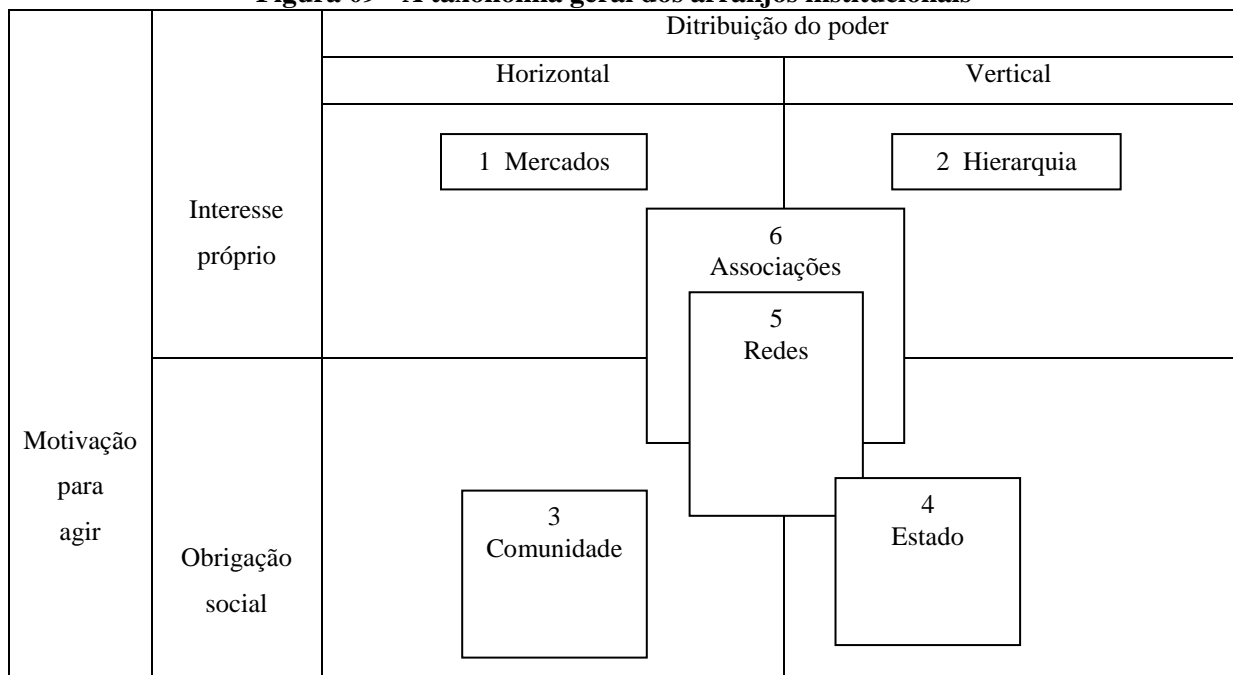
⁵¹ Do original em inglês.

conforme segue:

- a) instituições (normas, regras, convenções, hábitos e valores);
- b) arranjos institucionais (mercados, estados, hierarquias corporativas, redes, associações, comunidades);
- c) setores institucionais (sistema financeiro, sistema de educação, sistema de negócios, sistema de pesquisa);
- d) organizações (estrutura organizacional);
- e) resultados e desempenho (estatutos, decisões administrativas, quantidade e qualidade dos produtos industriais, desempenho setorial e social).

A distribuição de poder nos arranjos institucionais, entre eles o mercado, pode ser observado na figura 09.

Figura 09 - A taxonomia geral dos arranjos institucionais



Fonte: HOLLINGSWORTH (2000, p. 607). Tradução nossa⁵².

A primeira vista, a figura 09 revela que, nos mercados, há uma situação entre um comprador e um vendedor, sugerindo uma distribuição horizontal do poder em que todos são motivados pelo interesse próprio. Esse poder torna-se mais concentrado e hierarquizado (vertical) na medida em que uma agroindústria (por exemplo) adquire a produção de um grande número de produtores atomizados. Porém, o processo de criação de cooperativas pode tentar equilibrar essa relação. Por outro lado, a motivação do Estado para agir é a obrigação social e esta se dá numa relação vertical de poder. No entanto, quando o Estado prioriza a

⁵² Do original em inglês.

organização dos agricultores para acessar políticas públicas também proporciona uma distribuição mais horizontal do poder e reforça o compromisso social, situação que é o ponto de partida para a criação de ONGs, cooperativas, associações (HOLLINGSWORTH, 2000).

Para compreender o conceito de mercado, uma definição que parece apropriada é a de Bromley, para quem: *“the market is not a mechanism for making social choices. Markets, which are socially constructed means whereby the ownership of future value changes hands, simply reflect many individual choices that, once aggregated, hold social implications”* (BROMLEY, 1997, p. 1.383). O autor argumenta que o mercado não é um mecanismo para fazer escolhas sociais. Os mercados são meios construídos socialmente e refletem muitas escolhas individuais que, agregadas, têm implicações sociais.

De acordo com Hodgson (1994), “o mercado tem de ser definido em relação com um vasto conjunto de instituições” (p. 175), ou seja, os mercados devem ser definidos como instituições, um sistema legal e de costumes. Por um lado, isso implica num método, costumes, rotinas, definição de preço, publicidade, trabalho burocrático, transportes, armazenagem. Por outro lado, trata-se de aspectos lícitos e ilícitos, ou seja, de regras formais e informais.

Definiremos aqui o mercado como um conjunto de instituições sociais em que se verifica normalmente um grande número de trocas de mercadorias de um tipo específico, sendo essas trocas facilitadas e estruturadas por essas instituições. A troca, como já referimos, implica acordo contratual e intercâmbio de direitos de propriedade, e o mercado consiste, em parte, de mecanismos para estruturar, organizar e legitimar essas atividades. Em resumo, os mercados são trocas organizadas e institucionalizadas. A ênfase é conferida às instituições de mercado que ajudam a regular e a estabelecer consensos sobre os preços e, de uma forma mais geral, a comunicar informação quanto aos produtos, preços, quantidades, compradores potenciais e vendedores potenciais (HODGSON, 1994, p. 175, grifo nosso).

Para Hodgson (1994), “através do funcionamento das convenções, rotinas e regras de mercado, o indivíduo no mercado é, até certo ponto, ‘coagido’ a certo tipo de comportamento” (p. 180). Salienta ainda que “para os mercados funcionarem, são necessários certos mecanismos que estabeleçam normas nas mentes e práticas dos agentes” (p. 185). Numa perspectiva institucional do mercado, o preço não é algo mecânico e gravitacional, mas, sim, o resultado de um processo histórico. “As normas de preço dependem em parte das expectativas e das funções legitimadoras e informativas das instituições” (p. 187).

Resumidamente, as principais conclusões que podem ser abstraídas até aqui:

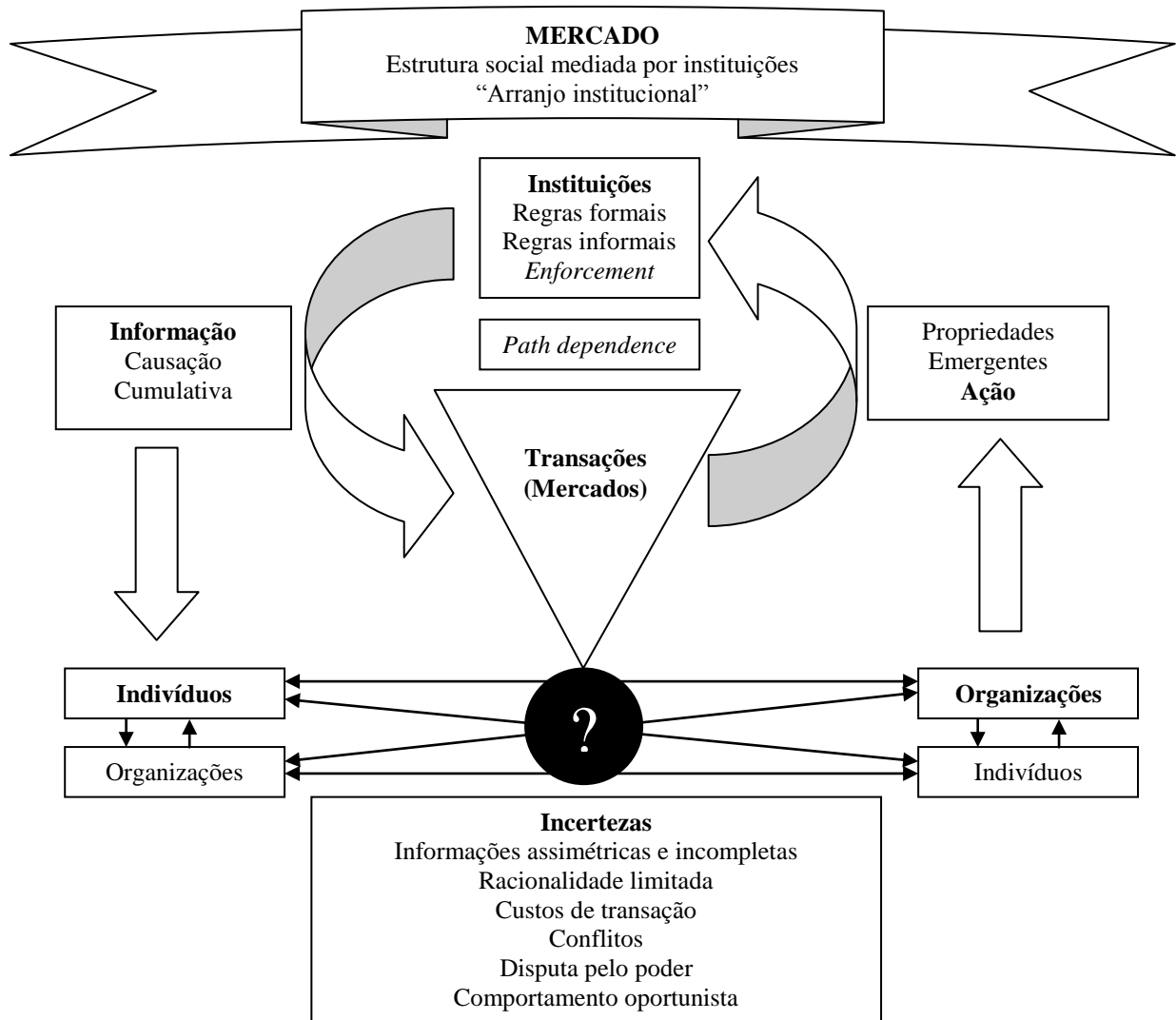
- a) a visão neoclássica de mercado, com base nos pressupostos da racionalidade, equilíbrio e otimalidade não refletem os mercados do mundo real, uma vez que os indivíduos não se movem unicamente pela racionalidade econômica; existe

assimetria de informações, conflito de interesses e o resultado não é teleológico, ou seja, pode ocorrer crescimento, estagnação, declínio ou verdadeiros “absurdos” como, por exemplo, as desigualdades sociais e a pobreza;

- b) quando os autores institucionalistas sugerem que as unidades de análise devem ser as transações, a opção aqui foi eleger os mercados como uma unidade representativa dessas transações;
- c) existe grande proximidade entre a economia institucional e a sociologia econômica, uma vez que ambas fazem críticas aos pressupostos da economia neoclássica e sugerem considerar as instituições, a história e a ação dos indivíduos na análise;
- d) os mercados (no plural) são estruturas socialmente construídas e moldados por um complexo institucional (sistema de instituições).

Com base na figura 10, analisa-se de que forma o quadro conceitual das instituições poderá ser útil para analisar os mercados. A unidade de análise são as transações, que constituem uma forma de interação humana e, porque não dizer, a essência do mercado, ou seja, uma relação de troca entre indivíduos, entre organizações ou, ainda, entre indivíduos e organizações. Essa transação ocorre num ambiente de profunda incerteza em função da racionalidade limitada dos agentes, da existência de informações assimétricas e incompletas, custos de transação, conflitos e disputas por poder bem como do comportamento oportunista dos agentes. Portanto, a função das instituições é justamente reduzir as incertezas nas transações. As instituições constituem de regras formais, regras informais e a sua aplicação. No processo histórico de evolução dos mercados, as instituições funcionam como informação que molda o comportamento dos indivíduos nas transações. Por outro lado, indivíduos e organizações também modificam e criam instituições. Nesse processo, algumas instituições permanecem (causação cumulativa) e novas são criadas (propriedades emergentes), porém, existe uma grande dependência histórica do quadro institucional existente.

Figura 10 - Esquema analítico para uma análise institucional dos mercados



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

Os mercados, portanto, são essa estrutura complexa que pode ser visualizada na figura 10 e, para compreendê-los, a Teoria Econômica das Instituições oferece algumas pistas interessantes como:

- metodologicamente, é interessante compreender as regras do jogo (instituições) e quais os jogadores (organizações) envolvidos no processo de transação;
- as regras formais podem ser analisadas através das normas, leis e contratos formais que regulamentam o mercado;
- por sua vez, as regras informais precisam ser buscadas nos hábitos, crenças e costumes, ou seja, na cultura dos indivíduos;
- não basta saber as regras, é necessário também conhecer de que forma aplicam-se e moldam o comportamento. Por exemplo, existem regras formais específicas que

regulamentam o mercado de alimentos, mas isso não significa que elas sejam seguidas, fato verificado na informalidade que acompanha a comercialização de alguns produtos que estão totalmente “fora da lei”;

- e) é importante, ainda, conhecer o processo histórico de formação e evolução dos mercados e analisar como as instituições foram sendo construídas, mantidas ou modificadas. Conforme já adiantado na introdução, nesta pesquisa, pretende-se fazer uma análise institucional dos mercados acessados por agricultores pobres e relacionar com a pobreza de uma região.

Entretanto, poucos trabalhos fazem essa relação. Portanto, na sequência serão apresentados os pontos centrais de um dos poucos estudos identificados que se debruçou sobre a temática no Brasil.

2.2.4 Mercados e Pobreza no Brasil

No início desta seção há uma observação de Douglass North de que a economia e a história econômica têm dado pouca atenção ao mercado, este, uma instituição central para as análises econômicas. “Essa observação é ainda mais verdadeira quando se refere aos mercados dos quais dependem os pobres” (ABRAMOVAY *et al.*, 2003, p. 235). Sobre a relação mercado e pobreza, uma hipótese defendida num estudo realizado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2003) é que a pobreza não deve ser tratada apenas por programas de cunho assistencialista e muito menos sob a ótica de que a superação da pobreza seja um subproduto do crescimento econômico. De acordo com o estudo, além disso, seria necessário ajustar os mecanismos de mercado para que possibilitem aos pobres se apropriarem dos ganhos de seu trabalho, seja através da criação de canais para comercializar sua produção, seja pelo acesso aos mercados de trabalho e de financiamento.

O conhecimento sobre a relação entre pobreza, miséria e os mercados dos quais os pobres fazem parte é bastante limitado na literatura econômica brasileira. A investigação sobre a pobreza concentra-se em questões como as suas causas, distribuição espacial, conceitos de linhas de pobreza, perfil do pobre, dentre outros assuntos, e menos nas questões associadas à natureza e funcionamento dos mercados em que os pobres estão inseridos. De um lado, essa deficiência parece ter relação com as políticas sociais e de combate à pobreza que predominaram no país por muitas décadas, as quais se baseavam em medidas compensatórias e assistencialistas. De outro lado, a limitação da literatura parece estar associada à visão predominante de que o fim da pobreza seria um subproduto do crescimento econômico. Esse entendimento levou os políticos e formuladores de política a terem uma visão passiva e tolerante com a pobreza, focando suas políticas em medidas que levariam ao crescimento econômico (ARBACHE, 2003, p. 11, grifo nosso).

Após fazer uma ampla revisão sobre as principais temáticas dos estudos sobre a pobreza, as políticas sociais de combate à pobreza no Brasil e um estudo sobre a inserção dos pobres nos mercados, o autor levanta duas questões cruciais para “entender se os mercados no Brasil funcionam em favor dos pobres: i) os mercados são integrados? ii) existem barreiras para a participação dos pobres nos mercados?” (ARBACHE, 2003, p. 53).

A integração dos mercados é condição para que os pobres possam desenvolver seus empreendimentos, conseguir contratos de trabalho, ter seus ativos valorizados, e, acima de tudo, possam se beneficiar do crescimento da economia. Algumas evidências empíricas, no entanto, sugerem que os mercados dos quais os pobres fazem parte não estão plenamente integrados ao restante da economia (ARBACHE, 2003, p. 53).

Uma evidência dessa falta de integração diz respeito à elevada estabilidade temporal dos índices de pobreza e desigualdade⁵³, que podem ser resultado do isolamento dos pobres dos mercados de crédito, de educação, de insumos, bens e serviços. Este isolamento também pode resultar da falta de infraestrutura, transportes, comunicação, energia elétrica, ou seja, bens públicos em geral, que “isolam os pobres em suas regiões e os mantém afastados das novas tecnologias. Esse seria o caso das áreas rurais e pequenas cidades espalhadas pelo imenso território nacional, e a causa do insucesso de inúmeros assentamentos feitos no âmbito da reforma agrária” (ARBACHE, 2003, p. 53).

Nas regiões de muita pobreza os mercados de produtos e serviços tendem a ser imperfeitos e incompletos.⁵⁴ A falta de acesso ao mercado de crédito, alta fragilidade financeira e a ausência do Estado isolam as pessoas pobres e as expõem aos riscos das emergências, quebras de safras, problemas de saúde, crises econômicas, dentre outros. Uma das conseqüências é que os pobres das áreas rurais acabam tornando-se reféns de intermediários, que lhes vendem víveres, sementes e utensílios domésticos durante a fase de plantio ou produção de bens agrícolas ou algum produto e compram toda a sua produção a preços baixos. O mesmo acontece com os agiotas que se aproveitam das fragilidades dos pobres das áreas urbanas e apoderam-se das rendas e até dos bens mesmos. Dessa forma, não existira uma clara separação entre os mercados de bens, insumos e crédito para os pobres, que acabaria ficando nas mãos dos aproveitadores e intermediários. Conseqüentemente, o acesso aos mercados se dá de forma indireta, o que reduz a renda dos produtores e as possibilidades de saírem da situação em que se encontram (ARBACHE, 2003, p. 53-54, grifo nosso).

A outra evidência sobre a baixa integração dos mercados é o fato de que “os índices de pobreza e indigência reagem muito pouco a choques econômicos positivos [...], o aumento da

⁵³ No Brasil, em 2000, os 20% mais ricos apropriavam 68,06% da renda, ao passo que os 20% mais pobres ficavam com apenas 1,5%. 32,75% da população brasileira era considerada pobre, com renda per capita média de até R\$75,50 por mês; e 16,32% indigente, com renda per capita média de até R\$37,75 por mês (PNUD, 2012).

⁵⁴ Essa interpretação de mercados imperfeitos e incompletos remonta ao trabalho de ELLIS (1988) que será analisado na próxima seção.

produtividade ou crescimento das exportações, por exemplo, não se traduzem em melhoria da condição dos pobres (ARBACHE, 2003, p. 54)⁵⁵.

Uma alternativa que tem sido experimentada para integrar os pobres aos mercados são as atividades solidárias como o associativismo. Entretanto, o associativismo por si só não é capaz de romper com as formas tradicionais de produção e comercialização. Isso porque embora a cooperação possa contribuir para melhorar a capacidade de inserção no mercado, ela não é suficiente para garantir o desenvolvimento, pois não raramente ela replica as mesmas estruturas de relações de exploração e poder sobre os indivíduos mais pobres e frágeis, e tampouco garante o acesso e uso de novas tecnologias de produção (ARBACHE, 2003, p. 54).

O autor argumenta que a principal barreira que dificulta a participação dos pobres nos mercados é a baixa qualificação e escolaridade. “A escolaridade aumenta a produtividade, abre oportunidades de acesso aos bons postos de trabalho e eleva a renda. [...] A educação capacita os pobres a vencer outra barreira aos mercados, que é o acesso às novas tecnologias” (ARBACHE, 2003, p. 54-55). O autor destaca outras dificuldades:

A pequena escala de produção, falta de padronização, irregularidade da produção e produção de baixa qualidade são também barreiras que dificultam o acesso dos pequenos produtores rurais e dos pequenos empreendedores dos centros urbanos aos mercados mais organizados e dinâmicos. De outro lado, a falta de assistência técnica também impede o sucesso dos pequenos produtores das áreas rurais e artesãos e pequenos empreendedores urbanos. A falta de informação adequada não apenas quanto a técnicas produtivas, mas, também, técnicas de gestão são responsáveis pelo fracasso de inúmeros empreendimentos e assentamentos rurais (ARBACHE, 2003, p. 55).

Além disso, Arbache (2003) destaca como barreiras que dificultam a participação dos pobres nos mercados: a fraqueza política dos pobres e a falta de uma identidade para criar uma entidade representativa que defenda os seus interesses; a legislação e a elevada carga tributária criam dificuldades para a formalização; discriminação racial e de gênero. De um modo amplo, as principais conclusões do trabalho são:

i) O conhecimento sobre os mercados dos quais dependem os pobres é muito limitado no Brasil; [...]; ii) O crescimento é condição necessária, mas não suficiente para reduzir a pobreza. [...]; iii) A elevada concentração de renda é uma das principais causas da estabilidade da pobreza no Brasil. [...]; iv) A má distribuição da educação é uma das principais causas da desigualdade de renda e uma barreira para a solução da pobreza; v) O elevado número de famintos e de miseráveis requer medidas assistencialistas; vi) A estabilidade da pobreza e da desigualdade está associada à elevação do desemprego e da informalidade na década passada. [...] Uma das conseqüências é que a inclusão dos pobres nos mercados mais dinâmicos

⁵⁵ Estudo recente do IPEA demonstrou que houve uma redução considerável na pobreza absoluta e extrema no Brasil entre o período de 1995 e 2008, entretanto, “O crescimento econômico, ainda que indispensável, não se mostra suficiente para elevar o padrão de vida de todos os brasileiros. A experiência recente do País permite observar que as regiões com maior expansão econômica não foram necessariamente as que mais reduziram a pobreza e a desigualdade” (IPEA, 2010, p. 14).

tornou-se mais difícil devido à mudança da estrutura de demanda em favor de mão-de-obra mais qualificada; vii) A segunda metade da década de 1990 presenciou o aparecimento das novas políticas sociais, que romperam com a velha visão das políticas anteriores. [...] é fundamental associar medidas assistencialistas e medidas estruturais [...]. As novas políticas sociais assumem que a inserção nos mercados é essencial para a redução da pobreza [...]; viii) As novas políticas sociais reconhecem a importância: das transferências diretas aos pobres, da descentralização da gestão das políticas, dos conselhos comunitários locais para acompanhamento dos programas e definição das necessidades [...]; ix) O combate à pobreza depende menos de novos recursos e mais de focalização das políticas sociais; x) A redução da informalidade passa pela [...] mudança da legislação trabalhista com a mudança da legislação tributária; xi) Dada a heterogeneidade da pobreza no Brasil, o sucesso das políticas sociais requer o desenho de políticas e ações que atendam às necessidades e às especificidades das comunidades [...]. Nesse sentido, o papel e a experiência das ONGs pode ser fundamental; xii) Os mercados em que os pobres se encontram não estariam perfeitamente integrados aos mercados dinâmicos (ARBACHE, 2003, p. 56-58). Grifo nosso.

Considera-se que a inserção dos agricultores nos mercados é um dos fatores que contribuem na promoção do desenvolvimento rural. Conforme já destacado, pretende-se fazer uma análise institucional do desenvolvimento com ênfase nos mercados (que constituem a unidade de análise) acessados pelos agricultores familiares pobres numa região que possui baixos índices de desenvolvimento. Isso implica compreender as particularidades desta forma social de produção, baseada na mão de obra familiar, no interior do modo capitalista de produção, ou seja, entender o processo de mercantilização da agricultura familiar e o papel dos mercados na sua dinâmica de reprodução social.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS

Os dados estatísticos dos dois últimos Censos Agropecuários (1996 e 2006) realizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) demonstram de forma consistente a relevância social e econômica da agricultura familiar⁵⁶ no Brasil. Atualmente, dos 5.175.489 estabelecimentos agrícolas do país, 84,4% são familiares, ocupam 24,3% da área total, representam 74,4% das pessoas ocupadas e são responsáveis por 38% do Valor Bruto da Produção. Além disso, a agricultura familiar é responsável pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 16% da soja, 58% do leite, 50% das aves, 59% dos suínos e 39% dos bovinos (BRASIL, 2009, IBGE, 2009).

⁵⁶ No Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar foi definida com base na Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece os seguintes critérios: a área do estabelecimento ou empreendimento rural não excede quatro módulos fiscais; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas é predominantemente da própria família; a renda familiar é predominantemente originada das atividades vinculadas ao próprio estabelecimento; o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família (BRASIL, 2009).

Por outro lado, de um ponto de vista histórico, e diferentemente do que aconteceu em outros países (europeus e Estados Unidos), sempre existiram muitas dúvidas sobre os atributos socioeconômicos da agricultura familiar enquanto “modelo” de desenvolvimento. Sobretudo, considerando qual seria o seu comportamento e seu futuro com a evolução e consolidação do modo capitalista de produção. Essa constatação fica muito evidente pela opção do Estado brasileiro por uma “modernização conservadora” da agricultura, que privilegiou as mudanças tecnológicas em detrimento de uma alteração na estrutura fundiária do país na segunda metade do século XX (PLEIN; FILIPPI, 2011). O debate sobre a agricultura familiar no capitalismo não é um tema novo. Na literatura, as discussões voltam-se para a permanência, ou não, dessa forma social de produção, com o desenvolvimento das relações capitalistas no campo. Outros procuram entender o seu modo de funcionamento, bem como a sua integração no sistema social e econômico dominante.

Diante desse panorama, o objetivo desta seção é buscar elementos teóricos para compreender o significado dos mercados no processo de reprodução social da agricultura familiar no sistema capitalista. Portanto, a seção está estruturada em três partes. Na primeira, retomam-se algumas contribuições consideradas clássicas de autores marxistas e neomarxistas, de enfoque econômico e estrutural. Se os primeiros demonstraram que não haveria lugar para os agricultores familiares no capitalismo, os segundos tentaram entender porque eles persistem apesar do avanço das relações capitalistas no campo. Na segunda parte apresentam-se algumas interpretações consideradas alternativas ao marxismo, com um enfoque antropológico e sociológico que enfatiza o papel dos indivíduos, os atores. Tais contribuições tentam demonstrar que existe lugar para os agricultores familiares no sistema capitalista. Na terceira parte, com base em autores que buscam uma síntese das abordagens anteriores, apresentam-se elementos que demonstram as transformações por que passaram os agricultores devido a sua maior inserção nos mercados, ampliando o processo de mercantilização da agricultura familiar. Por último, apresentam-se algumas tipologias dos mercados da agricultura familiar.

2.3.1 Interpretações Clássicas sobre Agricultura Familiar no Marxismo e a Revisão de Autores Neomarxistas

No que se refere ao desenvolvimento agrário, considera-se que a tradição marxista traz contribuições universais e conjunturais, entretanto, sobre o mundo rural é limitada e parcial, uma vez que o próprio Marx não se interessou diretamente pelo mundo rural, considerado “o

passado” do sistema capitalista. É possível sintetizar a contribuição de Marx sobre o mundo rural em três grandes blocos: a) O capital (MARX, 1982), sobretudo o Livro I (acumulação de capital) e Livro III (Renda da terra), que representa uma interpretação econômica e tecnológica; b) O 18 de Brumário (MARX, 1978), que corresponde a uma interpretação política e conjuntural; c) Marx e os populistas russos (FERNANDES, 1982), que demonstra a incerteza de Marx em relação à Rússia e ao lugar da agricultura familiar.⁵⁷ Entretanto, a tradição marxista está atrelada basicamente aos dois primeiros blocos, que dão ênfase ao desaparecimento dos camponeses com o desenvolvimento do capitalismo⁵⁸, porém, é no seu diálogo com os populistas russos que Marx desenvolve uma questão fundamental para compreender o desenvolvimento da agricultura familiar, isto é, “as particularidades históricas”, uma vez que aquilo que Marx observou na Inglaterra e na França não é necessariamente válido para compreender a agricultura familiar em todos os contextos.

As teses marxistas clássicas apontavam para o desaparecimento da agricultura familiar com o desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura, sobretudo nas obras de Kautsky e Lênin. Kautsky apontava para a superioridade técnica do grande estabelecimento, afirmando que “quanto mais a agricultura se identifica com os padrões capitalistas, tanto mais se diferenciam qualitativamente as diferenças técnicas empregadas pelos grandes estabelecimentos das empregadas pelos pequenos” (KAUSTKY, 1986, p. 87). Lênin falava da ruína, desintegração e diferenciação camponesa, dizendo que “o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista” (LENIN, 1985, p. 35). Porém, essas previsões não se confirmam.

⁵⁷ Veja-se o livro organizado por Fernandes (1982). Trata-se de uma coletânea de cartas trocadas entre Marx e os Populistas Russos que questionam Marx sobre o futuro da comuna rural. Marx mostra-se indeciso na resposta à Vera Zaslitch: escreve o primeiro rascunho (11 páginas) da resposta em fevereiro - março de 1881, mas não a envia. Posteriormente, (08 de março de 1881) reescreve a carta (somente 2 páginas), porém não envia novamente. Na carta, percebe-se que Marx está claramente indeciso em relação à comuna bem como chama atenção para o fato de que talvez não tenham compreendido sua teoria corretamente e, ainda, a necessidade de considerar as particularidades de cada lugar, conforme pode ser observado nas passagens abaixo: “[...] Mas espero que algumas linhas sejam suficientes para não lhe deixar qualquer dúvida sobre o mal-entendido a respeito de minha suposta teoria [...] No fulcro do sistema capitalista está, portanto, a separação radical entre o produtor e os meios de produção [...] A base de toda essa evolução é a *expropriação dos cultivadores*. Até agora, só na Inglaterra ela se completou de modo radical [...] Mas *todos os países da Europa Ocidental* percorrem o mesmo movimento [...] portanto, a “fatalidade histórica” desse movimento está *expressamente* restringida aos *países da Europa Ocidental* [...] A *propriedade privada*, fundada sobre o trabalho pessoal [...] será suplantada pela *propriedade privada capitalista*, fundada sobre a exploração do trabalho alheio, sobre o trabalho assalariado [...] Nesse movimento ocidental trata-se, portanto, da *transformação de uma forma de propriedade privada em outra forma de propriedade privada*. Entre os camponeses russos, tratar-se-ia, ao contrário, de *transformar sua propriedade comum em propriedade privada*. A análise feita em *O capital* não confere, portanto, razões nem a favor nem contra a vitalidade da comuna rural (...)”. Grifos do autor.

⁵⁸ Veja-se o texto de Mitrany (1957).

A morte anunciada das formas de produção estranhas ao capital não se consumou. Pelo contrário, constatou-se a sua elevada capacidade de se renovarem e de recriarem elementos de autonomia, num contexto de pressões contraditórias exercidas pelo quadro capitalista que as envolve. De todas elas, a pequena agricultura familiar veio a constituir o exemplo mais flagrante de resistência, de bloqueamento e até de conformação das relações capitalistas na esfera agrícola (HESPANHA, 1994, p. 41).

A força dos fatos tem demonstrado que a agricultura familiar, já denominada de “pequena produção”, “pequena agricultura”, “agricultura de baixa renda” ou “agricultura de subsistência”, não será eliminada com o processo de desenvolvimento do capitalismo, além do mais, é responsável por grande parte da produção agropecuária nacional. Na verdade, constituem “unidades produtivas capazes de incorporar mudanças tecnológicas importantes, de participar de mercados dinâmicos e de operar de forma responsável com crédito” (ABRAMOVAY et al., 2003, p. 245).

Assim, constatou-se o predomínio da agricultura familiar na estrutura agrária nos países onde o modo de produção capitalista mais se desenvolveu, sobretudo no período pós-guerra (1945-1973), fase denominada por Hobsbawm (1995) de os “anos dourados” da era de ouro do capitalismo⁵⁹. De acordo com Veiga (1991, p. 188), “durante o grande impulso do desenvolvimento capitalista (meados da década de 1930 ao início da década de 1970) foi a agricultura familiar que acabou se firmando em todos os países do chamado Primeiro Mundo”. Para Abramovay (1992, p. 19), “é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constitui a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas”. Nas palavras de Jean (1994):

Há mais de um século, o futuro da agricultura familiar tem sido alvo de um número impressionante de especulações as mais diversas. Se muitos tomavam sua defesa, mais de um profetizava seu desaparecimento próximo, ilustrava seu processo de decomposição para dar lugar a uma forma superior ou mais evoluída de exploração agrícola, seja a fazenda capitalista para uns ou a fazenda coletiva para outros. De todos os lados tentaram nos fazer crer que sua tarefa histórica se acabava [...]. Por outro lado, a produção familiar agrícola parece ter sido capaz de gerar uma curiosa capacidade de manter-se, de reproduzir-se ao longo das gerações, de adaptar-se aos movimentos da conjuntura sócio-econômica e isto, independentemente dos regimes políticos, tão diferentes de norte a sul, de leste a oeste, nos quais ela foi levada a evoluir (JEAN, 1994, p. 51).

Diante desse quadro, portanto, o debate passou a concentrar-se em torno da persistência, no capitalismo, das unidades agrícolas baseadas no trabalho familiar. Grosso modo, pode-se considerar como características básicas do modo de produção capitalista: i) as

⁵⁹ Apesar deste autor, de inspiração marxista, ter decretado o fim do campesinato, conforme pode ser visto nesta passagem: “A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato” (HOBSBAWM, 1995, p. 284).

relações de produção se baseiam na propriedade privada dos meios de produção; ii) trata-se de uma sociedade de classes, ou seja, capitalistas (donos dos meios de produção) e assalariados (que vendem sua força de trabalho aos primeiros); iii) acumulação de capital com extração de mais-valia, sendo que o objetivo é a produção de mercadorias que proporcionem lucro. Porém, o camponês ou agricultor familiar era visto como “anacrônico” dentro deste sistema, pois: i) é, ao mesmo tempo, administrador, proprietário dos meios de produção e força de trabalho; ii) a produção é tanto voltada para o autoabastecimento como para a geração de excedente. Metaforicamente, o agricultor familiar era considerado uma espécie de “ornitorrinco” dentro do sistema capitalista. Ou, como afirma Jean (1994), “o agricultor moderno apresenta-se então como um personagem híbrido acumulando nele mesmo uma tríplice identidade: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador” (p. 53).

Para Schneider (2003), o debate marxista sobre a agricultura familiar e as relações sociais por ele engendradas permaneceu circunscrito ao seu papel econômico no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo. O desafio era investigar se a instauração do modo de produção capitalista acarretava ou não determinadas formas de propriedade e certo tipo de estrutura de classes. O novo desafio⁶⁰ lançado para o materialismo histórico era sua capacidade, ou não, de explicar a persistência da agricultura familiar. A resposta foi positiva, entretanto os autores refutaram três ideias da teoria marxista:

- a) a teoria da renda da terra de Marx;
- b) a teoria da diferenciação social de Lênin; iii) a ideia e/ou conceito de camponês como categoria política.

As teses neomarxistas, destacadas por Schneider (2003), apresentam que a permanência da agricultura familiar no capitalismo deve-se a duas razões:

- a) os obstáculos naturais ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura (Susan Mann e David Goodman);
- b) as especificidades da agricultura familiar e a produção simples de mercadorias (Claude Servolin e Harriet Friedmann).

Na revisão, Schneider (2003) apresenta a seguinte argumentação:

- a) de acordo com Susan Mann (MANN; DIKCINSON, 1987), em comparação com a indústria, na agricultura, existe uma diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção bem como há o problema da perecibilidade dos produtos agrícolas. Como

⁶⁰ De acordo com Jean (1994, p. 52), “será necessário explicarmos porque esta agricultura, longe de ser uma forma social de organização da produção agrícola em perigo, não sendo, portanto, um anacronismo histórico, é um produto do próprio desenvolvimento da economia agrícola moderna”.

resultado de suas características naturais, as atividades agrícolas tornam-se um empreendimento de alto risco para o capital, que pode optar por atividades industriais para obter mais lucro;

- b) na concepção de David Goodman (GOODMAN, SORJ; WILKINSON, 1990), existe a incapacidade de converter a agricultura num ramo da indústria, ocorrendo apenas o apropriação (apropriação de elementos da produção agrícola, sua transformação em atividades agrícolas e sua reincorporação como insumos) e o substitucionismo (substituição dos alimentos agrícolas por produtos industrializados). A indústria não se apropria do processo produtivo agrícola, mas torna-se fornecedora de equipamentos e insumos e processa a matéria-prima;
- c) para Claude Servolin (SERVOLIN, 1972), ocorre a produção mercantil simples, articulada com o modo de produção capitalista através da troca de mercadorias entre pequenos agricultores e as agroindústrias. A agricultura familiar significaria, portanto, uma forma interessante para o capital (urbano-industrial), possibilitando alimentos a preços baixos para a classe trabalhadora, o que representaria vantagens comparativas em relação à produção capitalista;
- d) de acordo com Harriet Friedmann (FRIEDMANN, 1972), nas unidades familiares (produção mercantil simples), os proprietários da força de trabalho e dos meios de produção encontram-se reunidos em uma única unidade e possuem relações de parentesco entre si; já a produção mercantil capitalista implica a obtenção de mais-valia (acumulação de capital). Portanto, a produção mercantil simples busca atender, prioritariamente, aos interesses de reprodução do núcleo familiar.

Portanto, para Schneider (2003), de acordo com os autores neomarxistas, o que explica e permanência da agricultura familiar no capitalismo são os obstáculos naturais e a forma de organização do trabalho e da produção. Ao contrário das teses clássicas do marxismo, a agricultura familiar seria uma forma interessante para a acumulação de capital, uma vez que:

- a) o capitalismo só se sustenta pela acumulação de capital;
- b) a agricultura familiar não visa à taxa de lucro, mas a remuneração da mão-de-obra familiar, conseguindo, portanto, produzir alimentos mais baratos;
- c) o preço do alimento é fator essencial para o capitalista, do ponto de vista da reprodução da força de trabalho.

Dessa breve síntese do debate sobre o lugar da agricultura familiar no interior do desenvolvimento capitalista, desenvolvida por autores marxistas e neomarxistas, destacam-se alguns elementos importantes para o objetivo desta seção:

- a) é preciso pensar a agricultura familiar dentro do sistema capitalista – que, até hoje, não mostrou sinais de “ruína”, muito pelo contrário, tem demonstrado uma incrível capacidade de adaptação;
- b) se o modo de produção é capitalista, focar o entendimento dos mercados⁶¹ pode ser um recurso analítico interessante para compreender a reprodução social da agricultura familiar bem como as transformações que sofre;
- c) as concepções marxistas clássicas de que não haveria lugar para a agricultura familiar mostraram-se equivocadas, entretanto, foi o próprio Marx que alertou para as “particularidades”, questão esquecida por muitos de seus seguidores;
- d) a contribuição dos autores neomarxistas traz elementos significativos para a análise, ou seja, permanece a ênfase nas condições materiais em que ocorre a reprodução social da agricultura familiar, porém, considerando os obstáculos naturais e as vantagens da mão de obra familiar para o desenvolvimento da sociedade capitalista.

2.3.2 Interpretações Alternativas ao Marxismo

Conforme analisado anteriormente, para Marx, Lenin e Kautsky, devido à lógica de expansão do capitalismo na agricultura, as formas não capitalistas como a agricultura familiar seriam, inevitavelmente, eliminadas. A perspectiva de Chayanov (1974) contrapõe-se a essa abordagem. Ao invés de considerar a lógica capitalista (macro), formula uma perspectiva analítica que parte da lógica da família do agricultor (micro). Estuda a morfologia da unidade econômica camponesa, argumentando que os agricultores possuem uma racionalidade própria (fortemente baseada na relação trabalho e consumo) e estabelece diferentes estratégias de reprodução. Portanto, os agricultores não são simplesmente “vítimas” das leis do capitalismo, pelo contrário, eles reagem ao processo e buscam alternativas.

Mendras (1978), também apresenta elementos importantes para compreender os camponeses. De acordo com ele, "uma sociedade camponesa é um conjunto relativamente autônomo no seio de uma sociedade global mais larga" e aponta cinco traços básicos do que seria um tipo ideal de sociedade camponesa. Tais traços são relacionados entre si e formam um modelo geral.

⁶¹ Não se assume a ideia de que o mercado é sinônimo de capitalismo (questão que está na raiz do debate entre os defensores do conceito de campesinato x agricultura familiar), pelo contrário, partilha-se da ideia de Polanyi (1976) de que os mercados são anteriores ao capitalismo, uma vez que sempre existiram trocas, mais ou menos monetizadas.

1. A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina mas tolera as suas originalidades. 2. A importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade. 3. Um sistema econômico de autarcia relativa e que tem relações com a economia envolvente. 4. Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas. 5. A função decisiva do papel dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente (MENDRAS, 1978, p. 14-15).

Entretanto, uma das características que distingue o campesinato europeu do campesinato americano, já apontada por Weber (1974), é que na América, o mercado antecedeu o campesinato, ou seja, aqui, o agricultor sempre produziu para o mercado.

Êle é totalmente diferente do agricultor da Inglaterra ou da América. O primeiro é hoje, por vêzes, um empresário e produtor notável para o mercado; quase sempre, alugou a sua propriedade. O fazendeiro americano é um agricultor que habitualmente adquiriu, pela compra ou por ser o primeiro colonizador, a terra como sua propriedade pessoal; mas pôr vêzes a aluga. Na América, o agricultor produz para o mercado. O mercado é mais antigo do que êle na América. O camponês europeu do tipo antigo era um homem que, na maioria dos casos, herdou a terra e produzia principalmente para atender às suas próprias necessidades. Na Europa, o mercado é mais nôvo do que o produtor. É claro que durante muitos anos o camponês vendeu seus excedentes e, embora tecesse e fiasse, não podia satisfazer suas necessidades com o seu próprio trabalho. Os últimos dois mil anos não treinaram o camponês para produzir visando ao lucro (WEBER, 1974, p. 415, grifo nosso).

Porém, essa relação dos agricultores com o mercado possuía algumas particularidades. Nesse sentido, uma contribuição para entender esse processo é a de Ellis (1988), que considera que os camponeses se caracterizam pela sua inserção parcial em mercados incompletos. Para o autor, existem cinco aspectos que caracterizam a parcialidade e a imperfeição desses mercados. Em primeiro lugar, os mercados de capitais e crédito, são fragmentários ou inexistentes, sendo o crédito obtido de fontes locais e está ligado a condições pessoais de dominação dos proprietários de terras e/ou dos comerciantes sobre os camponeses. Segundo, não é num quadro competitivo que os camponeses têm acesso a insumos de origem industrial necessários a sua produção. Terceiro, as informações sobre a situação de mercado são pobres e erráticas, reforçando a dependência entre o camponês e os comerciantes locais. Além disso, os critérios de ocupação e transferência de terras submetem-se a regras estabelecidas no âmbito da comunidade local. Finalmente, as dificuldades de transporte e comunicação, reforçam o poder dos comerciantes locais sobre os camponeses.

Invertendo a ótica da análise, percebe-se, com base nesses autores, que a agricultura familiar possui lógicas próprias, entretanto, à medida que estabelece relações com os mercados, essa lógica vai sofrendo transformações, conforme o próprio Chayanov já chamava

atenção. Chayanov (1974) aponta para a transformação da economia camponesa quando é amplamente baseada nas transações mercantis:

Las faenas de la unidad de explotación adquieren un carácter totalmente distinto en cuanto ésta ingresa a la esfera de la circulación de dinero y mercancías. La actividad económica pierde su matriz cualitativo. Ahora las demandas pueden satisfacerse mediante compras; el interés por la “cantidad” – *obtención de la mayor cantidad* que, al ser intercambiada, puede tomar cualquier forma “cualitativa” necesaria para cubrir las necesidades familiares – pasa ahora al frente. Al desarrollarse su naturaleza monetaria, la “cantidad” obtenida se va liberando cada vez más de la “calidad” y comienza a adquirir el carácter abstracto de “valor”. (...) al desarrollarse la naturaleza productora de mercancías en la unidad de explotación, la organización de esta en un sistema no monetario, totalmente establecida por las necesidades de consumo de la familia, comienza a recibir cada vez más la influencia de la situación del mercado en lo que respecta a la *composición* de la unidad, y las necesidades de consumo sólo continuarán presionando para determinar el *volumen* total de actividad⁶² (CHAYANOV, 1974, p. 140-141, grifo do autor).

De acordo com Chayanov (1974), para que a agricultura ingresse no sistema capitalista mais geral não é necessária a criação de unidades de produção muito grandes, organizadas ao modo capitalista sobre a base da força de trabalho assalariada. A agricultura, saindo de uma existência semi-natural, submete-se ao capitalismo comercial que, muitas vezes, está sob a forma de empresas comerciais em grande escala, que conduzem massas dispersas de unidades econômicas camponesas à sua esfera de influência e vinculam ao mercado estes produtores de mercadorias em pequena escala, a fim de subordiná-los economicamente. De acordo com Chayanov,

Estos vínculos comerciales que convierten la explotación familiar natural aislada en una pequeña productora de mercancías son siempre las primeras maneras de organizar las unidades económicas campesinas dispersas y de abrir las primeras vías de penetración a las relaciones capitalistas en el campo. Mediante estas conexiones, cada pequeña empresa campesina se convierte en una parte orgánica de la economía mundial, experimenta en sí misma los efectos de la vida económica general del mundo, es poderosamente dirigida en su organización por las demandas económicas del mundo capitalista y, a su vez, junto con millones semejantes a ella, afecta todo el sistema de la economía mundial⁶³ (CHAYANOV, 1974, p. 306).

⁶² As atividades na unidade de exploração adquirem um caráter totalmente distinto quando esta ingressa na esfera da circulação de dinheiro e mercadorias. A atividade econômica perde sua matriz qualitativa. Agora as demandas podem satisfazer-se mediante compras; o interesse pela “quantidade” – obtenção da maior quantidade que, ao ser intercambiada, pode tomar qualquer forma “qualitativa” necessária para cobrir as necessidades familiares – passa agora a frente. Ao desenvolver sua natureza monetária, a “quantidade” obtida vai se liberando cada vez mais da “qualidade” e começa a adquirir o caráter abstrato de “valor”. (...) ao desenvolver-se a natureza produtora de mercadorias na unidade de exploração, a organização desta em um sistema monetário, totalmente estabelecido pelas necessidades de consumo da família começa a receber cada vez mais a influência da situação do mercado no que diz respeito a composição da unidade, e as necessidades de consumo somente continuaram pressionando para determinar o volume total da atividade. (Tradução do autor).

⁶³ Estes vínculos comerciais que convertem a exploração familiar natural isolada em uma pequena produtora de mercadorias são sempre as primeiras maneiras de organizar as unidades econômicas camponesas dispersas e de abrir as primeiras vias de penetração às relações capitalistas no campo. Mediante estas conexões, cada pequena

Qual o aprendizado com esses autores?

- a) a análise da agricultura familiar precisa considerar, além dos processos mais gerais que dizem respeito às lógicas do capitalismo, as lógicas das famílias camponesas, conforme destacam Chayanov, Mendras e Ellis;
- b) essas lógicas possuem outra racionalidade, entretanto, vão sofrendo influências externas à medida que estabelecem relações mercantis;
- c) a contribuição de Weber é central ao apontar a existência do mercado como anterior ao campesinato na América, o que reforça esta tentativa de compreender a reprodução social da agricultura familiar via mercados;
- d) através da relação com os mercados, a reprodução social da agricultura familiar passa a sofrer influências externas, conforme se verá adiante.

2.3.3 Metamorfoses e Mercantilização da Agricultura Familiar no Brasil

No Brasil, o debate sobre a agricultura familiar ganha força, a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, e a emergência da expressão "agricultura familiar" parece ocorrer, simultaneamente, nas esferas política e acadêmica (PLEIN, 2003). No cenário político, os movimentos sociais ligados à agricultura familiar ganham maior espaço com o processo de abertura comercial e econômica iniciado pelo governo Collor. Esses movimentos procuram discutir sobre o espaço e o papel dos pequenos produtores rurais, principalmente da região Sul do Brasil, no processo de integração comercial e econômica dos países que formam o Mercosul. A legitimação, perante o Estado, ocorre em meados dos anos 1990, especialmente com os dados da FAO/INCRA (1996)⁶⁴, elaborados a partir do Censo Agropecuário de 1995/96 e a criação de uma política específica para este segmento da agricultura brasileira, o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLEIN; SCHNEIDER, 2003). Segundo Schneider (1999), no ambiente acadêmico, os trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993, 1999), "mostraram que a agricultura

empresa camponesa se converte em uma parte orgânica da economia mundial, experimenta em si mesma os efeitos da vida econômica geral do mundo, é poderosamente dirigida em sua organização pelas demandas econômicas do mundo capitalista e, por sua vez, junto com milhões semelhantes a ela, afeta todo o sistema da economia mundial.

⁶⁴ Esses dados revelaram que, no Brasil, 85,2% dos estabelecimentos eram familiares, ocupando 30,5% da área, responsáveis por 37,9% do VBP e que recebiam somente 25,3% dos financiamentos. Importante lembrar que a definição de agricultura familiar da FAO/INCRA é diferente da definição adotada pelo PRONAF. No estudo FAO/INCRA, "o universo familiar foi caracterizado pelos estabelecimentos que atendiam, simultaneamente, às seguintes condições: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor; b) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado (Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO, 2000).

familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos", que reconheceram a importância desta temática.

Apesar da noção "agricultura familiar" ser recente no Brasil, as categorias sociais que ela pretende identificar não são novas. De acordo com Porto e Siqueira (1994), no período de 1950 a 1970, falava-se em campesinato, conceito carregado de conteúdo político e ideológico. A partir de 1970, a discussão centrava-se em torno do conceito de pequena produção ou produtores de baixa renda, tendo em vista as transformações políticas do Estado brasileiro e o processo conhecido como "modernização conservadora"⁶⁵. Havia ainda a discussão em torno da funcionalidade da agricultura para o desenvolvimento urbano-industrial do país.⁶⁶ Já a partir dos anos 1980, o debate sobre a pequena produção ganhou certa classificação entre integrados, excluídos e subsistência. Entre os excluídos, a discussão centra-se em torno dos sem-terra, parceiros, meeiros, trabalhadores temporários, posseiros, agregados e moradores. Nos anos 1990, o estudo FAO/INCRA (1996) também classifica os agricultores familiares entre consolidados, em transição e periféricos, de acordo com sua renda.

Atualmente, não existe um consenso em relação à definição de agricultura familiar, entretanto, a argumentação de Abramovay (1997) parece bastante apropriada, destacando-se alguns aspectos relevantes.

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de parentesco. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997, p. 03).

Como o estudo da agricultura familiar é uma discussão recente no Brasil, uma contribuição original foi a de Abramovay (1992), que, seguindo autores como Redfield, Shanin, Ellis, Mendras, entre outros, foi o primeiro, no Brasil, a distinguir o campesinato, também denominado de sociedades camponesas, da agricultura familiar. O autor demonstrou que a agricultura familiar é oriunda do campesinato, no entanto, ela representa uma forma de organização do trabalho e da produção bastante distinta, em função da sua crescente

⁶⁵ A denominação de modernização conservadora deve-se ao fato de que se alterou a base técnica da produção, porém, sem mexer na estrutura fundiária do país (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

⁶⁶ Oliveira (1988) destaca que a agricultura teve um papel central no processo de acumulação urbano-industrial do país. Por um lado, fornecendo o "exército industrial de reserva" e, por outro, produzindo alimentos baratos, rebaixava o custo de reprodução da força de trabalho urbana, assim, possibilitava a manutenção de baixos salários e, conseqüentemente, maior acumulação de capital.

integração aos mercados. Isso não significa que a agricultura familiar seja algo inteiramente distinto, ou completamente diferente. Ao contrário, a agricultura familiar tem as suas origens históricas no campesinato, só que ela é uma superação das formas camponesas, pois, a rigor, este representa um modo de vida. E quanto mais esse modo de vida vai sendo transformado pela sua interação, cada vez maior, com a sociedade capitalista, isso vai levar, ao mesmo tempo, ao desaparecimento desse modo de vida e ao surgimento de uma agricultura familiar "mercantilizada". De acordo com Abramovay (1992):

As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social (ABRAMOVAY, 1992, p. 117).

Nesse sentido, o que parece ter contribuído para a "ruptura" entre a agricultura camponesa e a agricultura familiar foi a crescente mercantilização. Essa crescente integração ao mercado acabou levando as decisões "para fora da porteira", aumentando a integração dos agricultores à sociedade capitalista. Abramovay (1992), referindo-se ao caso dos camponeses do Sul do Brasil, afirma que estes:

[...] integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformando não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social. *De camponeses, tornam-se agricultores profissionais*. Aquilo que antes era um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social (ABRAMOVAY, 1992, p. 126-127, grifo do autor).

De acordo com Ploeg (1992), o processo de trabalho agrícola, através da crescente mercantilização, torna a reprodução, que era autônoma (agricultura camponesa), cada vez mais externalizada e dependente do mercado (agricultura familiar), conforme quadro 07.

Quadro 07 - Reprodução autônoma (agricultura camponesa) x reprodução dependente do mercado (agricultura familiar) nas esferas da produção e circulação



Fonte: Adaptado de PLOEG (1992, p. 174), PLOEG (2006, p. 25) e PLOEG (2008, p. 62).

Na figura acima verifica-se que a produção para o mercado passa a comandar todo o processo produtivo. Essa produção para o mercado, que para os camponeses era mais esporádica, com a venda de alguns excedentes, aumenta cada vez mais. Por outro lado, os fatores de produção também precisam ser adquiridos fora da propriedade. A expressão mais clara disso são as novas tecnologias que vêm em forma de "pacote" com o processo de modernização da agricultura. Fecha-se um círculo em que a produção depende crescentemente da venda para o mercado bem como da compra dos fatores de produção como sementes, adubos, pesticidas, máquinas, ferramentas. Para Ploeg:

O resultado deste processo é uma divisão crescente do trabalho entre indústria e agricultura, assim como, entre diferentes unidades produtivas no interior do sistema agrícola. Porém, em contraste com a indústria, onde uma parte considerável da especialização crescente e da divisão do trabalho têm lugar no interior da fábrica (e portanto não implica um aumento importante na troca mercantil), o desenvolvimento agrícola implica um processo de externalização que gera uma multiplicação das relações mercantis. As tarefas que foram organizadas e coordenadas inicialmente, sob o mando do próprio agricultor, hão de ser coordenadas agora mediante o intercâmbio mercantil e por meio do sistema recém estabelecido das relações técnico-administrativas. Esta externalização crescente, não somente afeta as atividades de produção, mas resulta também numa transformação completa do processo de reprodução (PLOEG, 1992, p. 169-170, tradução nossa⁶⁷, grifo nosso).

Recentemente o autor avançou na análise das diferentes formas e graus de mercantilização da agricultura familiar. Segundo Ploeg (2006), as diferenças básicas entre as formas de produção residem nas diferentes inter-relações entre agricultura e mercado e no ordenamento associado ao processo de produção agrícola (quadro 08).

⁶⁷ Do original em espanhol.

Quadro 08 - Diferentes formas de produção mercantil

Forma de produção de mercadoria	Doméstica (PD)	Pequena (PPM)	Simples (PSM)	Capitalista (PCM)
Resultado da produção	não-mercadoria	mercadoria	mercadoria	mercadoria
Outros recursos	não-mercadoria	não-mercadoria	mercadoria	mercadoria
Força de trabalho	não-mercadoria	não-mercadoria	não-mercadoria	mercadoria
Objetivos	auto-abastecimento	sobrevivência	renda	mais-valia

Fonte: Ploeg (2006, p. 18). Entrada no processo de produção como mercadoria (+) e não-mercadoria (-).

No quadro acima, as colunas PD (Produção Doméstica) PPM (Pequena Produção de Mercadorias) e PSM (Produção Simples de Mercadorias), demonstram os diferentes graus de mercantilização da agricultura familiar, com diferentes graus de interação com o mercado (compra de insumos e venda da produção) e diferentes objetivos. No entanto, é comum a todas elas a força de trabalho familiar, o que as distingue radicalmente da Produção Capitalista de Mercadorias (PCM). O que Abramovay (1992) denomina de agricultura familiar altamente integrada ao mercado é o que Ploeg (2006) chamou de Produção Simples de Mercadorias e Hespanha (1994), de família agrícola moderna. Nesse caso, os agricultores obtêm recursos do mercado, produzem para o mercado com a finalidade de gerar renda, porém, a base da força de trabalho é familiar. É justamente essa interpretação, também feita por Friedmann (1978), que ajuda a entender a permanência da agricultura familiar no interior do capitalismo. Essa integração com os mercados foi ampliada com o processo de modernização da agricultura.

Wanderley (2009), analisando o processo de modernização da agricultura brasileira e de modernização do meio rural, faz uma análise das consequências para a agricultura familiar. Destaca que não ocorreu a decomposição anunciada do campesinato e que a agricultura familiar, enquanto forma social de produção, “ocupa um lugar importante no cenário atual da economia e da sociedade brasileiras” (Wanderley, 2009, p. 185). Entretanto, lança como hipótese que, “mais do que, propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar ‘moderno’, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais”. Portanto, seria importante “considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais” (p. 189).

Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino, e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando (...) as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido (...) a família

continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão (WANDERLEY, 2009, p. 189-190).

Entre o que muda e o que permanece, Wanderley (2009) faz alguns destaques:

- a) é falsa a suposição que os camponeses não estariam interessados em produzir além de suas necessidades, pois ficou provado que os agricultores familiares “podem demonstrar uma importante capacidade de investimento, tanto maior quanto são efetivamente integrados aos mercados modernos” (p. 291-192);
- b) mudança no princípio do rendimento indivisível, pois “ao se integrar ao mercado, nas condições modernas de produção, a unidade familiar introduz, em seu funcionamento, a necessidade de pagamentos diferenciados” (p. 192);
- c) em relação ao tempo, “enquanto o camponês tradicional enfatizava o “passado e suas tradições”, a agricultura moderna, ao introduzir a noção de progresso, transfere o primado ao futuro” (p. 192);
- d) a pluriatividade das famílias agrícolas, entendida como “uma estratégia da família, afim de, diversificando suas atividades, fora do estabelecimento, assegurar a reprodução deste e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família” (p. 193).

Qual o aprendizado?

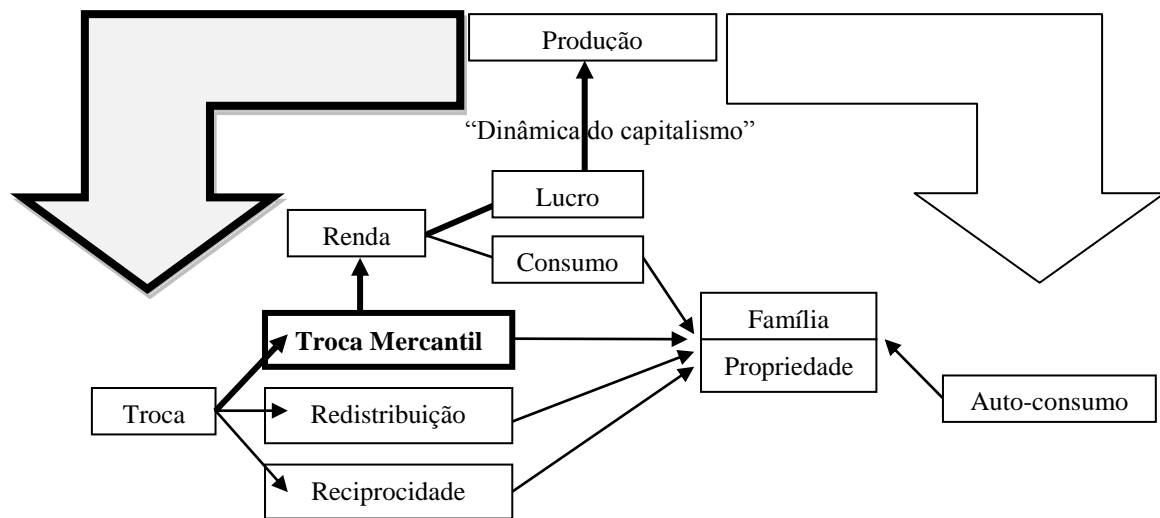
- a) no Brasil, a agricultura familiar é relevante do ponto de vista econômico e social;
- b) em função do processo de modernização da agricultura que, via de regra, significa a ampliação das relações capitalistas na agricultura, esses agricultores “metamorfosearam-se” através da crescente “mercantilização”;
- c) permaneceu o trabalho familiar, porém sua reprodução social passa a ser influenciada pela sua relação (cada vez maior) com os mercados;
- d) portanto, o novo desafio passa a ser compreender a “morfologia” dos mercados da agricultura familiar.

2.3.4 Os Mercados da Agricultura Familiar

A reprodução da agricultura familiar está associada a diferentes mecanismos, conforme destacado na figura 11. O processo de produção pode destinar-se para dois caminhos diferentes. O primeiro é o consumo familiar, seja diretamente para a família (como, por exemplo, os alimentos produzidos para o consumo) ou reincorporar no processo produtivo da propriedade (como, por exemplo, a produção de milho para alimentar os animais). O

segundo caminho é o da troca, que pode assumir feições de reciprocidade, redistribuição ou de troca mercantil. Conforme já destacado por Polanyi, a troca mercantil que gera lucros que são reinvestidos nos processos produtivos que garantem a dinâmica do modo capitalista de produção. Reconhece-se a importância de todos esses mecanismos no processo de reprodução social da agricultura familiar, no entanto, o recorte analítico desta tese está focado nas trocas mercantis.

Figura 11 - A sugestão de Polanyi e o significado da produção no processo de reprodução da agricultura familiar



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

Existe um grande vazio na literatura que trata da tipologia dos mercados acessados por agricultores familiares e que analise as particularidades de cada um. Nesse sentido, os trabalhos de Abramovay et al. (2003) e Wilkinson (2008) consistem bons exemplos de ensaios que tentam uma abordagem para compreender as particularidades das diferentes formas de integração mercantil da agricultura familiar.

Na última década ocorreram profundas mudanças nas formas de intermediação entre a produção familiar e o mercado, acesso ao qual agora exige maior autonomia e capacidades próprias por parte dos agricultores. Ao mesmo tempo, inexiste na literatura um respaldo analítico para pensar os novos espaços da agricultura familiar. Na visão ortodoxa, a pequena produção se caracteriza ou pela falta de acesso a recursos ou pelo uso inadequado destes. A teoria do oligopólio, por sua vez, vê a pequena produção essencialmente como um balizador de preços a favor das grandes empresas. Os enfoques, a partir da inovação, valorizam o setor de Pequenas e Médias Empresas (PMEs) apenas na medida em que se tratam os novos entrantes abrindo mercados de nicho com base em tecnologias de ponta. O desafio, portanto, é elaborar uma tipologia de mercados que seja relevante para a agricultura familiar, e construir uma base analítica que permita compreender a dinâmica destes mercados e que sirva, ao mesmo tempo, para treinar os quadros que trabalham neste campo (WILKINSON, 2008, p. 13, grifo nosso).

De acordo com Wilkinson (2008), a partir dos anos 1990, existem três enfoques dominantes na discussão sobre agricultura familiar. O primeiro trata de uma recuperação da noção de agricultura familiar, sobretudo na literatura americana e europeia que identifica o agricultor familiar como um ator estratégico para o modelo de desenvolvimento destes países. O segundo enfoque, também inspirado nas experiências dos países desenvolvidos, analisa o significado das atividades não-agrícolas (pluriatividade) no processo de reprodução social da agricultura familiar. O terceiro está nos estudos que se dedicam ao processo de integração da agricultura familiar com as agroindústrias.

Todas estas abordagens mostram fragilidades que apontam pela necessidade de uma nova síntese que já se desenha na convergência em torno da noção de território. Os estudos sobre a agricultura familiar tendem a superestimar o grau de consolidação de certas faixas de produtores por não levar em conta as fortes transformações na recente dinâmica dos mercados. Os estudos sobre pluriatividade, por sua vez, subestimam as oportunidades para a agricultura familiar nos novos mercados de nicho como também as crises do modelo dominante da agricultura especializada. E, finalmente, os estudos sobre agroindústria descuidam do significado dos espaços de mercados ocupados por PMEs e da dinâmica do setor informal (WILKINSON, 2008, p. 14).

A partir da década de 1990, Wilkinson (2008) identifica três tendências que considera decisivas para agricultura familiar. A primeira refere-se às mudanças na regulação, organização e formas de acesso aos mercados agrícolas tradicionais (*commodities* como trigo, algodão, soja, milho, aves, suínos, leite) devido a intervenção menor do Estado e na abertura e integração regional que promovem um novo ambiente concorrencial que exige uma produtividade em maior escala. Em segundo lugar, existe o surgimento de novos mercados de nicho, como os orgânicos, que se apresentam como uma oportunidade para os agricultores familiares, porém apresentam novas exigências do ponto de vista tecnológico e mercadológico, o que acaba motivando a ocupação destes nichos por novos entrantes (neorurais, chacaristas). A terceira tendência critica o modelo de agricultura dominante, que prioriza escala e redução de custos e o resultado é a degradação e contaminação do meio ambiente. Assim, as implicações destas tendências para a agricultura familiar resumem-se basicamente em duas.

Em primeiro lugar, para que a agricultura familiar mantenha-se nas cadeias de *commodities* ela precisa alcançar novos níveis de qualidade e novas escalas de produção. Isto exige inovações organizacionais de ação coletiva, além da incorporação de novas tecnologias e práticas agrícolas. Em segundo lugar, os agricultores familiares precisam desenvolver iniciativas autônomas e capacidades próprias que abram alternativas a formas tradicionais de intermediação dos mercados (ou pela agroindústria ou pela figura do atravessador). Neste ponto de vista, deve-se priorizar estratégias de verticalizar a produção agrícola (WILKINSON, 2008, p. 15)

De acordo com o autor pode-se “identificar pelo menos quatro formas tradicionais de acesso aos mercados: acesso direto, sobretudo no caso do mercado local (informal); intermediação via atravessador; integração com a agroindústria e compras por parte do poder público” (WILKINSON, 2003, p. 16). O autor sugere uma tipologia de mercados e seus respectivos perfis e desafios (quadro 09).

Hoje o acesso ao mercado local passa por uma maior fiscalização e pela necessidade da legalização com base na inspeção oficial. O atravessador continua, mas é crescentemente substituído pelo supermercado com exigências maiores em termos de classificação e logística. A agroindústria, por sua vez, exige patamares mais altos de qualidade e volume. Às compras do Governo federal acrescentam-se licitações para atender mercados públicos locais, com destaque para a merenda escolar. Assim, supermercados, poder local, ONGs e associações de consumidores são os novos intermediários estratégicos para a agricultura familiar (WILKINSON, 2008, p. 16).

Quadro 09 - Uma tipologia de mercados para agricultura familiar

Mercado	Perfil	Desafios
Commodities	Velhos e Novos Mercados Locais e à Distância	Padronização, Legislação, Qualidade Mínima e Escala
Especialidades	Discriminado por Grau de Associação com a Localidade / Tradição	Concorrência de Novos Entrantes
Orgânicos	Grau de associação a Saúde e/ou a um Modo Específico de Produção	Certificação, Escala, Pesquisa
Artesanais	Denominação de Origem ou Não	Qualidade, Normas Técnicas, Autenticidade, Ação Coletiva
Solidários	Identificação ou não com a Agricultura Familiar, Mercados de Alta e Baixa Renda	Escala, Variabilidade, Qualidade
Institucionais	Licitações, Oferta para Varejo	Qualidade, Variabilidade, Escala

Fonte: Wilkinson (2008, p. 17).

Abramovay *et al.* (2003) apresentam uma visão geral sobre os mercados da agricultura familiar e destacam algumas das principais características desses mercados, conforme quadros 10 e 11. Para os autores, no mercado de *commodities*, a tendência é a concentração e o aumento de escala, no caso de plantas medicinais, por exemplo, existe o interesse de multinacionais e a participação das ONGs é fundamental, sobretudo no que se refere à certificação. Os autores consideram ainda que a política pública deveria “permitir que mais agricultores pudessem ter acesso às condições necessárias a sua participação em mercados dinâmicos e promissores” (ABRAMOVAY *et al.*, 2003, p. 245) e aponta que o PRONAF talvez seja a principal política nacional que permite gerar renda para os agricultores familiares mais pobres.

Quadro 10 - Visão geral sobre os mercados da agricultura familiar

<u>Commodities</u> - Comercialização via cooperativas e agroindústrias - soja, milho, arroz, café, algodão, leite - Padronização - Exige escala e redução de custos de produção - intensiva em capital e tecnologia	<u>Alimentos processados</u> - Agregação de valor - Diminui a dependência - Dificuldades (assistência técnica; tecnologia e legislação; ausência de crédito; organização; capacitação e conhecimento do mercado)
<u>Orgânicos</u> - É um nicho de mercado (<i>nested market</i>) - Produção diferenciada (atributos específicos) - Produção diversificada - Importância dos movimentos sociais e ONGs - Pequena escala - Menor dependência de recursos externos e de capital - Intensiva em mão-de-obra (agricultura familiar) - Produção expressiva no Sul do Brasil (soja e hortaliças) - Possibilidade de financiamento (PRONAF) - Obstáculos: custos de conversão e certificação	<u>Frutas e legumes e verduras</u> - Alta elasticidade renda da demanda - Poucas barreiras tradicionais - Produção em pequena escala - Mercados locais são os principais canais de recepção (venda direta) - Alta perecibilidade e baixos custos de transação - Falta de padronização - Dificuldade na comercialização (falta escala) - Falta planejamento de safra

Fonte: Abramovay et al. (2003). Adaptado pelo autor.

Quadro 11 - Vantagens, desvantagens e tendências da produção familiar do tipo C e D, conforme as especificidades dos produtos

Produtos	Especificidades	Vantagens	Desvantagens	Tendências
Commodities	- Padronização oficial	- Venda do excedente de produção	- Competição via preço: necessidade de escala, baixo custo, produtividade	- Perda de participação na produção total
Frutas, legumes e verduras	- Atributo de Qualidade (uniformidade e padrão visual)	- Mão-de-obra intensiva - Tratos culturais mais adaptados para propriedades familiares	- Demanda mais sofisticada que exige padrões e certificação de qualidade	- Menor utilização de pesticidas; - Rígidos padrões de qualidade (certificação)
Frango/suínos	- Depende de contrato com a indústria e ou distribuidores	- Mais adaptada para propriedades familiares - Ganhos competitivos de pertencer ao mercado informal (não paga imposto) - Explorar a produção de produtos da fazenda (caipira)	- Escala das produções integradas - Padrões da legislação sanitária não adequadas ao porte	- Produção integrada e rastreamento - Alta concorrência via preço se não houver atributos de diferenciação
Orgânicos	- Tratos culturais específicos	- Produtores utilizam poucos insumos externos - Emprego de mão-de-obra familiar - Incorporar margens	- Custo da certificação e da conversão	- Preços tendem a cair com a expansão da oferta - Demanda crescente por produtos orgânicos
Alimentos processados	- Tecnologia (ativos específicos – irrecuperáveis)	- Agregar valor ao produto - Diminuir a perecibilidade - Incorporar margens	- Canais de distribuição mais complexos - Necessidade de investimentos - Capacitação - Padrões da legislação sanitária não adequada ao porte	- Crescimento de lojas de produtos especiais

Fonte: Abramovay et al. (2003, p. 307).

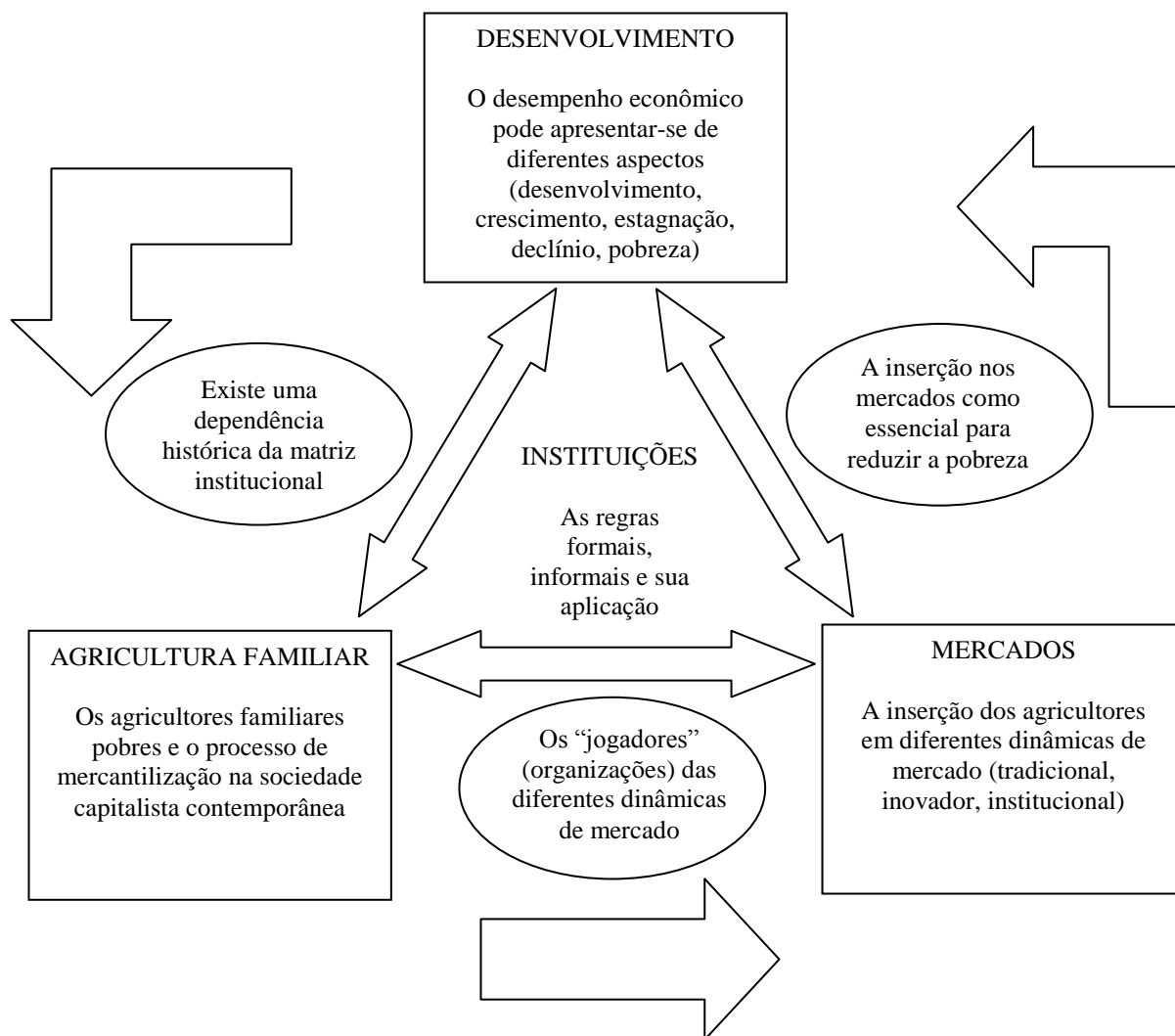
As tipologias apresentadas sugerem particularidades de cada forma de integração mercantil dos agricultores familiares. Nesta pesquisa, conforme já destacado na introdução, optou-se por estudar três dinâmicas. A primeira, aqui denominada de mercado tradicional por tratar-se de uma *commoditie* (leite) comercializado via atravessadores (leiteiros) e com um processo de integração com agroindústrias. A segunda dinâmica chamada de mercado

inovador. Trata-se da produção e comercialização de plantas medicinais, um cultivo orgânico, com forte participação de ONGs e de processos diferenciados de comercialização e importância da certificação. A terceira dinâmica caracterizada de mercado institucional⁶⁸, literalmente, um mercado criado pelo Estado para atender os agricultores familiares pobres através de uma política pública, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).

Conforme destacado no início deste capítulo e analisando a figura 12, a opção teórica implica analisar o desenvolvimento rural numa perspectiva institucional e considerando a inserção dos agricultores familiares nos mercados uma condição importante para superação da pobreza rural. Portanto, optou-se por estudar os aspectos institucionais da relação entre agricultura familiar e mercados numa região que apresenta baixos índices de desenvolvimento. Trata-se da Microrregião de Pitanga, uma das mais pobres do Estado do Paraná, conforme será caracterizado no próximo capítulo.

⁶⁸ Optou-se por utilizar o termo “mercado institucional”, pois o mesmo já está consagrado na literatura, no entanto, não deve ser confundido com abordagem institucional.

Figura 12 - Perspectiva teórica da tese



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

3 A MICRORREGIÃO DE PITANGA NO ESTADO DO PARANÁ: UM PROCESSO HISTÓRICO COM BAIXOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO E RURALIDADE CONTEMPORÂNEA BASEADA NA AGRICULTURA FAMILIAR EMPOBRECIDA

*La pregunta que surge es evidente: ¿por qué hay territorios en que se producen procesos virtuosos de desarrollo y crecimiento económico, de mejoría de las condiciones de vida, y hay otros, quizá la mayoría en América Latina, que no lo logran y es la pobreza la que los domina, cuando no la desesperanza?*⁶⁹
(BENGOA, 2007, p. 11)

O Estado do Paraná apresenta-se como um dos mais dinâmicos e modernos do país, entretanto, essa impressão encobre suas diferenças regionais do ponto de vista do desenvolvimento. De modo geral, pode-se dizer que essa noção de progresso e modernidade está associada principalmente à sua capital Curitiba e às particularidades de alguns centros mais dinâmicos como o caso Norte e o Oeste do Estado. Entretanto, a região central permanece como uma das mais pobres e nunca foi foco de grandes projetos de desenvolvimento. Este capítulo, de cunho histórico e com base em dados secundários, possui dois objetivos. Primeiro, pretende-se fazer uma breve revisão sobre os aspectos gerais da história econômica do Estado do Paraná, com ênfase nas particularidades regionais, o processo de ocupação e desenvolvimento econômico. Em segundo lugar, a atenção volta-se para a caracterização da região central do Estado⁷⁰, “palco” da pesquisa empírica.

⁶⁹ A pergunta óbvia é: por que existem territórios em que ocorrem processos virtuosos de desenvolvimento e crescimento econômico, melhoria das condições de vida, e há outros, talvez a maioria na América Latina, isso não acontece e é a pobreza que domina, se não o desespero?

⁷⁰ Por questões operacionais, a pesquisa empírica será feita na Microrregião de Pitanga, que, de acordo com a delimitação do IBGE, é composta por seis municípios (Boa Ventura de São Roque, Laranjal, Mato Rico, Palmital, Pitanga e Santa Maria do Oeste). Existem diferentes delimitações e a literatura utilizada para fazer a caracterização poderá referir-se, por exemplo, à Mesorregião Centro-Sul (29 municípios), CONSAD de Pitanga (18 municípios), Território Paraná Centro (14 municípios) e Território da Cidadania Paraná Centro (18 municípios). O importante a considerar é que todas essas delimitações contemplam os seis municípios da Microrregião de Pitanga.

3.1 ASPECTOS GERAIS DA HISTÓRIA ECONÔMICA DO PARANÁ E SUAS DIFERENÇAS REGIONAIS

Para compreender a formação e desenvolvimento da sociedade paranaense as referências serão basicamente quatro obras reeditadas recentemente pelo IPARDES na “Coleção Clássicos da Economia e Sociedade Paranaense” (PADIS, 2006⁷¹, IPARDES, 2006a⁷², MAGALHÃES FILHO, 2006, IPARDES, 2006b) consideradas “um conjunto singular de interpretações da história socioeconômica recente do Estado” (MORAES NETO, 2006, p. 08).

No que se refere aos estudos sobre a história econômica do Paraná, alguns focam os “ciclos econômicos” (tropeirismo, mate, madeira, café e soja)⁷³ e outros fazem um exame de processos mais pontuais (colonização, fluxos migratórios, transformação da estrutura fundiária, urbanização). O estudo de Padis (2006) procura entender o tipo de povoamento como resultado de ciclos econômicos desvinculados entre si. Trata-se de uma interpretação cepalina das diferenças regionais da economia paranaense, com base nas relações internas entre centro e periferia. O autor pesquisa o desenvolvimento econômico de áreas periféricas e dependentes dos centros mais dinâmicos do país, tentando compreender os desequilíbrios regionais e a evolução de regiões subdesenvolvidas. “A impressão que se tem é que o Paraná sempre chega, pelo menos, com uma década de atraso” (PADIS, 2006, p. 279).

Em última análise, pode-se dizer que a descontinuidade entre os ciclos da economia paranaense, resultante da contínua relação de dependência e da condição de economia periférica que o Estado viveu ao longo de sua história, constituiu-se numa poderosa força negativa no processo de seu desenvolvimento econômico (PADIS, 2006, p. 281).

De acordo com Padis (2006), o que caracterizava o desenvolvimento do Paraná como uma economia periférica foi a dependência, primeiro do exterior e depois de São Paulo. O autor divide o estado em três regiões: Paraná Velho (região de ocupação mais antiga); o Norte (caracterizado principalmente pela expansão cafeeira) e o Sudoeste (região produtora de alimentos). Enquanto o Sudoeste até hoje só produz alimentos, os dois primeiros se industrializaram. Por outro lado, constata a falta de interesse da primeira em relação às outras duas regiões, pois “a imagem que se tem do chamado “Paraná Velho” durante o longo período

⁷¹ Tese de doutorado defendida em 1970, publicado originalmente em 1981 (PADIS, 1981).

⁷² Publicado originalmente em 1982.

⁷³ Para uma contextualização histórica pode-se admitir que o ciclo da erva-mate foi de 1820 a 1930, o ciclo da madeira pós Segunda Guerra, o ciclo do café, de 1930 a 1970, e o ciclo da soja inicia em 1970.

que vai de 1930 a 1960, diante das grandes transformações que ocorreram nas regiões norte e sudoeste do Estado, é a de um expectador que em nada interferisse no espetáculo” (PADIS, 2006, p. 280).

O texto do IPARDES (2006a) apresenta uma interpretação das principais mudanças na economia paranaense nos anos 1970, com ênfase no planejamento do Estado⁷⁴ o desenvolvimento iniciado no final dos anos 1960. Trata-se de um diagnóstico e modelo interpretativo diferente da tradição cepalina.

Quando se observa o desempenho da economia paranaense nas últimas décadas, logo chama atenção sua extraordinária vitalidade. Seu crescimento supera sistematicamente o do Brasil, e isso num período em que a economia nacional avança a largos passos. Na medida em que o crescimento do Paraná sustentou-se nos últimos 30 anos, pode-se considerar sua economia estruturalmente dinâmica (IPARDES, 2006a, p. 19).

Certamente a “imagem” do Paraná como um estado dinâmico e moderno nasce durante os anos 1970 e o livro tenta explicar as razões focalizando principalmente a agricultura e a indústria, ressaltando como o processo de modernização da agricultura na região norte do Estado, na década de 1970, foi fundamental nesse processo.

Em poucas décadas, o Paraná salta de um marasmo secular para tornar-se um dos estados mais dinâmicos da Federação. A base desse processo foi dada pelo setor agrícola, que, de tradicional e rotineiro, assume atualmente um caráter moderno, dinâmico e diversificado. A partir da colonização do Norte do Estado, sua agricultura tornou-se dinâmica e diversificada (IPARDES, 2006a, p. 19-20).

De acordo com os autores do texto, é inadequado ou insuficiente explicar o dinamismo da região norte através das teses da qualidade dos solos, do café, das fronteiras agrícolas em expansão ou do regime da pequena propriedade. É preciso considerar esse conjunto de fatores e o desenvolvimento do capital comercial nacional que cria um núcleo capitalista que, por essência, é dinâmico e modernizante. Na colonização da região norte, ocorreu “um processo baseado na pequena propriedade estritamente ligada ao mercado, livre de estruturas sociais pré-capitalistas, que se aproximariam de uma “via americana” de ocupação produtiva de terras” (IPARDES, 2006a, p. 23). Assim, “o Norte do Paraná desde o seu início forma parte daquele núcleo dinâmico capitalista da economia nacional, não tendo sentido, portanto, caracterizá-lo como periférico” (p. 24). Essa agricultura essencialmente mercantil, diversificada e rapidamente impactada pelo processo de modernização expandiu-se para as regiões nordeste e oeste, caracterizando a economia agrícola do Estado como dinâmica,

⁷⁴ De acordo com Oliveira (2006), o marco ideológico do texto defende a importância da coordenação e planejamento estatais.

diversificada e moderna.

No processo de ocupação do Paraná Tradicional predominou a grande propriedade latifundiária. Na ocupação do norte, oeste e sudoeste, ao contrário, predominou a pequena propriedade. Trata-se, portanto, da ocupação da terra através do sistema capitalista, que é dinâmico e modernizante. Dinâmico porque visa lucros, que são reinvestidos. Modernizante porque diversifica a economia e a sociedade. Ocorre o progresso técnico, visando redução de custos. A modernização requer o uso crescente de equipamentos agrícolas, adubos e inseticidas. O modelo da pequena propriedade sendo revolucionário, acarretou mudanças quantitativas e qualitativas na realidade paranaense, surgindo assim, o Paraná Moderno (LAZIER, 2005, p. 139).

A questão que se apresenta é o que aconteceu nas demais regiões, sobretudo na região central, tema desta tese? Em seu texto, Lazier (2005) argumenta que “três fatores influenciaram no processo de mudança da economia paranaense: 1) investimento na infraestrutura; 2) criação de instrumentos institucionais; e 3) a constituição no Paraná Moderno – norte, oeste e sudoeste – de uma agricultura dinâmica” (p. 270-275). Aparentemente, esses fatores parecem não ter ocorrido na região central.

A agricultura do Paraná Tradicional era caracterizada por propriedades exploradas num regime de subsistência e com débeis relações com o mercado, processo dificultado pelo acesso precário aos meios de transporte e vias de comunicação. Tratava-se de uma agricultura que não visava a lucros, somente ao consumo. Portanto, “apresenta uma produção de técnicas rotineiras e de baixa produtividade e o peso da tradição e dos costumes se faz presente, inibindo inovações. [...] não recebe impulso do mercado e a ânsia de aumentar a produção ou a produtividade não é essencial a ela” (IPARDES, 2006a, p. 27).

Assim, essa área do Paraná Tradicional vai permanecer pouco dinâmica, isolada do polo capitalista da economia por longo período. Entretanto, a partir do momento em que as modernas vias de comunicação ligam essas regiões a mercados em expansão, elas tendem a modernizar-se. Os produtores são induzidos pelo comércio ou pela indústria a se incorporarem à economia mercantil e, nesse movimento, vão perdendo suas características tradicionais e assumindo progressivamente as feições da agricultura mais avançada. É claro que esse processo pode ser mais ou menos rápido, dependendo de uma série de fatores, mas acredita-se que é inexorável e há tempos que o Paraná, nas áreas mais atrasadas, são notadas as transformações que apontam nessa direção (IPARDES, 2006a, p. 27).

Entretanto, conforme será analisado na próxima parte, até hoje a região central do Estado ainda espera a chegada desse dinamismo profetizado pelos autores, permanecendo entre as regiões com os piores índices de desenvolvimento no Estado do Paraná.

A indústria do Paraná não apresentou o mesmo dinamismo da agricultura e somente começou a desenvolver-se no final dos anos 1960. “Até o início dos anos 1960, poder-se-ia afirmar que, economicamente, existiam dois ‘Paraná’s’: o do norte cafeeiro e o resto do

Estado, e que entre os dois eram extremamente débeis as relações econômicas” (IPARDES, 2006a, p. 28). O norte mostrava-se incapaz de impulsionar a indústria local em função da sua dependência em relação ao Estado de São Paulo. Por outro lado, o Paraná Tradicional era pouco dinâmico, com baixa mercantilização e com uma infraestrutura precária. Diante dessa situação crítica do Estado e visualizando as mudanças do Brasil com o Plano de Metas, criou-se a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), mais tarde, transformada em Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), questão abordada por Magalhães Filho (2006).

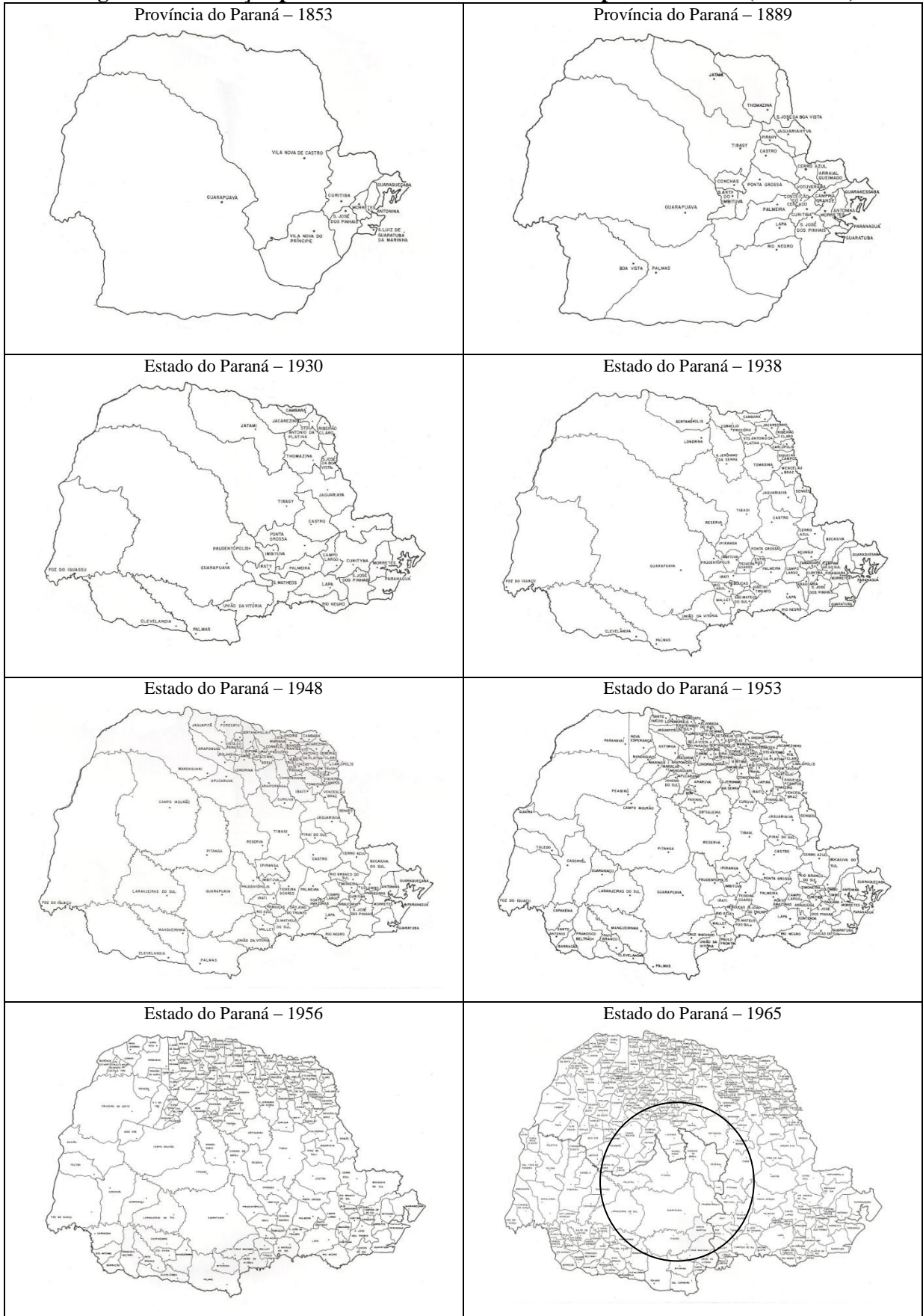
O “Projeto Paranaense de Desenvolvimento” foi um conjunto de políticas e ações do Estado aplicadas a partir de 1961 e que tinham como objetivo promover o desenvolvimento econômico do Paraná através do fomento à industrialização, sendo prioritários os investimentos em infraestrutura de transportes e energia. Os recursos foram geridos pela CODEPAR (mais tarde transformada em BADEP). O desmanche do projeto ocorreu no início dos anos 1990 com a liquidação do BADEP, inserido na “onda neoliberal” (MAGALHÃES FILHO, 2006). De modo geral percebe-se que a região central sempre esteve “à margem” dos projetos de desenvolvimento!

A região central do Estado foi uma das últimas “ocupadas” no processo de “colonização branca” e provavelmente recebeu muitos índios e caboclos que foram “expropriados” das outras regiões.

Em decorrência do processo histórico de ocupação do espaço geográfico do estado, a região do Território da Cidadania Paraná Centro, caracteriza-se como a última faixa a ser plenamente ocupada. Este fato se deve, primeiramente, a intensificação das atividades econômicas (caminho das tropas que transportavam gado) na faixa Territorial ao leste do estado, ou seja, as regiões litorâneas da Lapa e Curitiba; e num segundo momento, a colonização da região oeste com a intensificação da migração de agricultores gaúchos e catarinenses (KÖNIG, 2011, p. 13).

Analisando os mapas históricos sobre a evolução político-administrativa do Estado entre 1853 e 1965 (figura 13), percebe-se claramente que nessa região sempre prevaleceram municípios com grandes áreas territoriais, e conseqüentemente, de baixo dinamismo econômico, centrado principalmente em grandes propriedades de caráter extensivo e extrativo. Pode-se notar que a proliferação de pequenos municípios ocorre principalmente na região Norte (sobretudo no chamado “norte-pioneiro”), na região Leste à partir de Paranaguá e Curitiba, e, na região Sudoeste, em direção ao Oeste do Estado. Na região central permanecem os grandes municípios, um deles é Pitanga, que emancipou os demais que atualmente compõem a Microrregião desta pesquisa.

Figura 13 - Evolução político-administrativa dos municípios do Paraná (1853-1965)



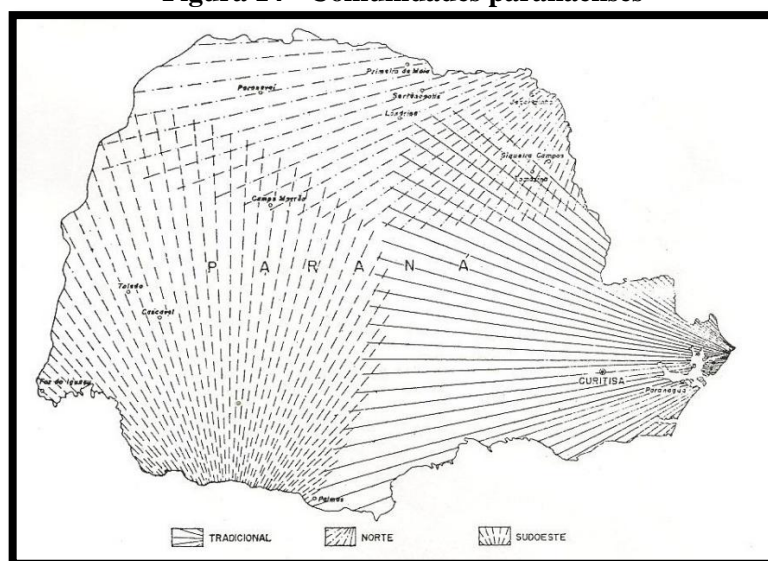
Fonte: Padis (1981, p. 34, 35, 96, 97, 98, 99, 100 e 148 respectivamente). Adaptações do autor.

Uma frente de ocupação deu-se através dos gaúchos e catarinenses que avançaram pela região Sudoeste e Oeste, dirigindo-se ao estado do Mato Grosso do Sul. Outra frente de colonização veio da região Leste do estado a partir das cidades de Paranaguá e Curitiba. E uma terceira corrente, do estado de São Paulo, ocupando, sobretudo, a região Norte do estado. De acordo com Balhana, Machado e Westphalen (1969, p. 261), “o Paraná realmente apresenta-se constituído por comunidades autônomas, hoje, aliás, três comunidades (tradicional, Norte e Sudoeste), convivendo, mas separadas, como se formassem estruturas diferentes, sociedades diferentes”.

Na sua expansão, a sociedade paranaense foi ocupando regiões geograficamente distintas, a na sucessão das regiões geográficas, foram construídas economias sobre essas regiões, e a pública administração delas se ocupou, passando para o primeiro plano, uma região sobre a outra, conforme as suas possibilidades econômicas. Assim foi com os Campos Gerais, com a sociedade tradicional fundada no latifúndio campeiro, depois no Paraná moderno, com a comunidade do Norte do Paraná fundada na economia cafeeira, e com a comunidade do Sudoeste e do Oeste paranaenses fundada na plantação de cereais e na criação de suínos, ambas com base no regime da pequena propriedade (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 258-259).

A localização dessas comunidades pode ser observada na figura 14. É interessante observar que a Microrregião de Pitanga está localizada, aproximadamente, na intersecção dessas três comunidades, tanto é que, para Padis (2006), a região de Pitanga faz parte do Sudoeste e para os demais autores pertence ao Paraná Tradicional.

Figura 14 - Comunidades paranaenses



Fonte: Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, nº 7, Curitiba, 1968 (apud BALHANA, MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 261).

Wachowicz (2001) corrobora com a ideia de que existem “três Paranás”. Para o autor, a partir da década de 1960, completou-se o período de ocupação territorial do Estado. “Em consequência das fases históricas que condicionaram a colonização do território paranaense, podemos dividir a ocupação do estado em três áreas histórico-culturais” (WACHOWICZ, 2001, p. 279). A primeira área é o chamado “Paraná Tradicional” e iniciou com a descoberta de ouro, no século XVII, em Iguapé, Cananéia, Paranaguá e Curitiba. No século XVIII, devido ao caminho de tropas (Sorocaba-Viamão), inicia a ocupação dos Campos Gerais, Guarapuava e Palmas. No século XX, expandiu-se para Cascavel, Pitanga, Ortigueira, Faxinal e Ibatí. A vida econômica passou a ser fortemente atrelada à criação de gado em grandes fazendas, conseqüentemente também o poder político. Do ponto de vista cultural predominou o tripé português – negro – índio e, no século XIX, recebeu imigrantes alemães (no urbano), poloneses (no rural), italianos, ucranianos, sírio-libaneses, austríacos, franceses, ingleses e holandeses. A segunda área é o “Norte do Paraná”, também conhecido como “Norte Velho” ou “Norte Pioneiro” (Jacarezinho, Cornélio Procópio, Londrina, Apucarana, Maringá, Cianorte, Umuarama, Terra Roxa, Assis Chateaubriand, Nova Aurora, Jesuítas, Formosa do Oeste, etc.). A ocupação desta área remonta a 1840, porém intensificou-se com a economia do café no final do século XIX e início do século XX. Entre os primeiros proprietários havia fazendeiros mineiros e paulistas. Economicamente predominava uma agricultura de subsistência e a exploração de madeira, depois, o café. A terceira área foi ocupada a partir de 1950 pela “frente sulista” que vinha de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e ocupou a maior parte do Sudoeste e Oeste paranaense (Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Santo Antônio do Sudoeste, Medianeira, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, etc.).

Santos (2001) também aborda as diferenças de ocupação e desenvolvimento das três regiões:

[...] o cerne da História do Paraná foi marcada por três grandes espaços regionais: 1. ao longo do séc. XVIII, se estabelece uma sociedade campeira, patriarcal, escravista e latifundiária, baseada na criação e na invernagem do gado nas fazendas dos Campos Gerais, integrada ao circuito nacional que, por sua vez, constituiu peça da engrenagem da economia-mundo; 2. na 1ª metade do séc. XIX, nas atividades extrativas e na exportação de erva-mate para os mercados do Prata e do Chile. Integrada à economia do Atlântico, a exportação da erva-mate ficou condicionada às flutuações conjunturais internacionais e suas repercussões. Nessa nova fase econômica se constituiu uma sociedade ervateira, dominada por uma burguesia comercial, que impulsionou o processo de urbanização da região; 3. na 2ª metade do séc. XIX se estabelece um novo sistema de colonização com o estabelecimento de colônias agrícolas ao redor dos centros urbanos, povoadas por imigrantes europeus, como saída para a escassez de produtos agrícolas e de subsistência. O novo sistema visou a formação de uma estrutura agroalimentar em condições de prover o abastecimento da Província (SANTOS, 2001, p. 85-86).

Por sua vez, Tourinho (1987) enfatiza o processo de povoamento das mesmas regiões, corroborando com os autores anteriores.

De uma maneira geral poder-se-ia afirmar que o povoamento definitivo do território paranaense completou-se em três etapas sucessivas e bem distintas. A primeira começou em meados do século XVII, com a presença de Gabriel de Lara, no nosso litoral. Preposto dos loco-tenentes do Conde da Ilha do Príncipe da capitania do Itanhaên, veio acompanhado de “homens bons” de São Paulo. A cata de ouro levou-os a galgar o primeiro planalto. Foi quando nasceu Curitiba. A seguir, com a valorização dos animais de carga, organizaram-se as fazendas dos Campos Gerais, ao longo dos caminhos das tropas. Finalmente estenderam-se seus tentáculos ainda mais para o ocidente. Com isso não só povoaram os campos de Guarapuava e de Palmas, como consolidaram nossas fronteiras com o Paraguai e a Argentina. A segunda etapa começou em 1862, com a ocupação das áreas marginais dos cursos superior do rio Itararé por fazendeiros vindos de Minas Gerais, atraídos pelas manchas de terra da região sedimentar permo-carbonífera. Na ocasião fundaram Colônia Mineira, hoje Siqueira Campos. Porém, o verdadeiro “rush” começou após 1930. Então, ondas sucessivas de paulistas, mineiros e nordestinos, instalaram-se nas terras da vertente sul do rio Paranapanema. Em poucos anos derrubaram a mata latifoliada que cobria a região, substituindo-a pelas extensas plantações de café. A terceira e última etapa, a que trouxe maiores preocupações, correspondeu à ocupação do sudoeste por gaúchos e catarinenses de origem ítalo-germânica, atraídos pela fertilidade dos solos dos vales do baixo-Iguaçu e do Piquiri, movimento que se intensificou a partir da formação do Território do Iguaçu, ao tempo do Estado Novo, de Getúlio Vargas (TOURINHO, 1987, p. 05).

Atualmente, o Estado do Paraná possui 399 municípios que, segundo a divisão político-administrativa adotada pelo IBGE, estão divididos em 10 mesorregiões e 39 microrregiões. Na figura 15 pode-se observar a divisão e localização das mesorregiões bem como a localização da microrregião de Pitanga, região da pesquisa de campo.

Figura 15 - As Mesorregiões do Paraná com destaque para a Microrregião de Pitanga



Fonte: IBGE, 2012. Localização e legenda adaptado pelo autor.

Essas mesorregiões são bastante heterogêneas e “o desenvolvimento recente do Estado tem a marca da intensa modernização da base produtiva e da sua concentração em alguns polos regionais” (IPARDES, 2004, p. 04). Não é o objetivo e não haveria espaço para um

detalhamento de cada mesorregião⁷⁵, entretanto, serão apontadas algumas das principais características da Mesorregião Centro-Sul, que engloba a Microrregião de Pitanga, área desta pesquisa. De acordo com IPARDES (2004), há alguns pontos para caracterizar essa Mesorregião:

- a) a história de ocupação e organização do território assenta-se na grande propriedade e atividades de cunho extensivo e extrativo;
- b) baixa densidade demográfica e uma das regiões menos urbanizadas do Estado;
- c) apresenta um elevado número de assentamentos rurais (34% das famílias assentadas no Estado do Paraná) e áreas indígenas (62%);
- d) apresenta um nível elevado de fecundidade e os menores índices de expectativa de vida ao nascer;
- e) os indicadores sociais são bastante desfavoráveis com IDH abaixo da média do Estado, sendo o componente renda o mais crítico, reflexo da grande dificuldade na geração de emprego e renda;
- f) sete dos dez municípios mais pobres do Paraná estão localizados nessa mesorregião, sendo pobre uma em cada três famílias;
- g) a estrutura ocupacional é marcada pelo peso das atividades rurais (as ocupações na indústria e serviços estão concentradas no município de Guarapuava) e o recente incremento do emprego formal nos pequenos municípios, um possível reflexo da instalação de 17 novas municipalidades;
- h) grande concentração econômica em alguns municípios e desigualdades sociais;
- i) a estrutura fundiária é uma das mais concentradas do Estado (polarização entre grandes e pequenas propriedades);
- j) a arrecadação dos municípios é fortemente dependente das transferências federais e municipais;
- l) do ponto de vista da infraestrutura viária, destaca-se a baixa densidade da malha rodoviária entre os municípios (rodovias precárias e secundárias).

Em estudo mais recente realizado pelo IPARDES (2007) destaca que:

O território Paraná Centro abrange uma expressiva parcela da extensa região denominada “Paraná Tradicional”, cuja história de ocupação remonta ao século XVII e atravessa os prolongados ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo, da erva-mate e da madeira. A região teve sua história de organização do espaço sempre vinculada a atividades econômicas tradicionais, de cunhos extensivo e extrativo, concentradas nas vastas áreas de campos naturais. Inicialmente apoiada na criação de muares e de gado para comercialização, a economia regional, paulatinamente,

⁷⁵ Para uma caracterização das Mesorregiões do Paraná, veja-se, por exemplo, os trabalhos do IPARDES (2004).

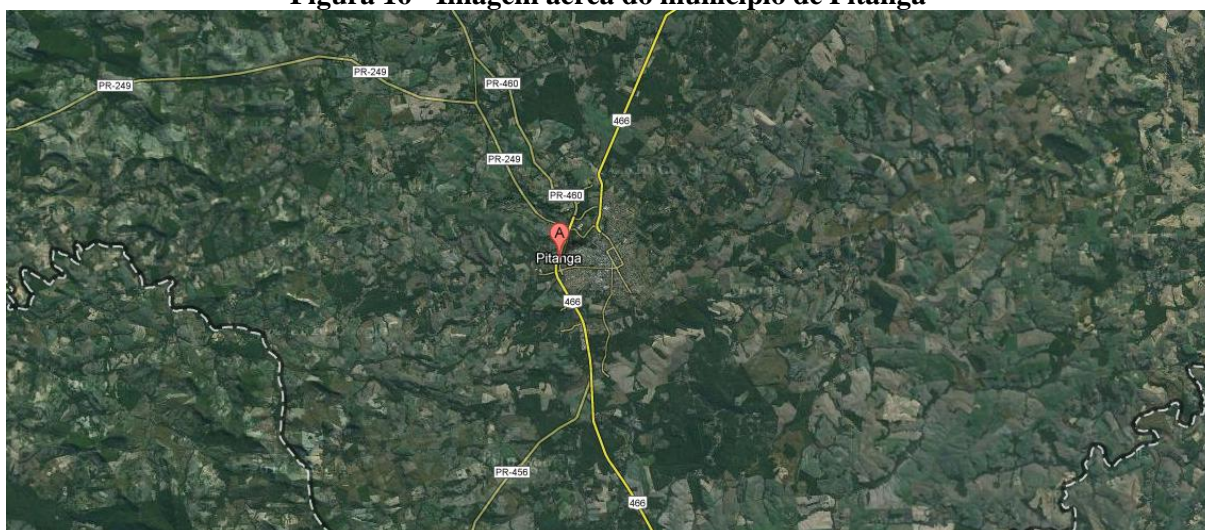
direcionou-se apenas a invernagem e engorda do gado transportado pelos tropeiros, incorporando, em paralelo, a extração da erva-mate e, mais tarde, da madeira. Nesse sentido, convém sublinhar que, de forma geral, o desenvolvimento da região esteve sempre associado à exploração de algum recurso da natureza, consumida de forma predatória e rudimentar. Adicionalmente, as sucessivas atividades econômicas predominantes no “Paraná Tradicional” basearam-se, via de regra, em grandes propriedades rurais, que praticavam, também, uma agricultura de subsistência, sempre com o recurso da mão-de-obra escrava e do trabalho familiar. A junção de todas essas características da sociedade campeira – tradicional, patriarcal e latifundiária, fundada sobre bases econômicas estreitas e de baixo dinamismo – a uma quase total ausência de vias de comunicação funcionou, por um longo período, como um mecanismo de entrave à integração viária da região com outras áreas mais dinâmicas do Estado, freando a ocupação regional em larga escala e mantendo escassa sua população (IPARDES, 2007, p. 16).

De modo geral, esses aspectos históricos demonstram alguns elementos significativos para compreender o processo de formação desse território: o predomínio histórico da grande propriedade e das atividades econômicas extensivas e extrativas fornecem pistas para compreender o relativo “atraso” econômico e os atuais índices de pobreza que afeta uma grande parcela da população que reside nos seis municípios da Microrregião de Pitanga. Portanto, com base nessa breve revisão sobre a história econômica do Paraná, percebem-se grandes diferenças regionais do ponto de vista do processo de ocupação e desenvolvimento. A região central do Estado nunca foi foco de projetos de desenvolvimento, predominando um processo de ocupação baseado em grandes propriedades e atividades de baixo dinamismo econômico. A pesquisa empírica desta tese foi feita na Microrregião de Pitanga, uma das mais pobres do Paraná. Na próxima parte, a região será caracterizada com mais detalhes.

3.2 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE PITANGA

A Microrregião de Pitanga está localizada na região central do Estado do Paraná, é composta por seis municípios: Boa Ventura de São Roque, Laranjal, Mato Rico, Palmital, Pitanga e Santa Maria do Oeste; está localizada entre alguns dos centros mais dinâmicos do estado⁷⁶: Ponta Grossa ao leste, Cascavel ao oeste, Guarapuava ao sul; Londrina e Maringá ao norte. Através da imagem aérea do município de Pitanga (figura 16), pode-se perceber a baixa densidade demográfica, um relativo isolamento devido à baixa malha rodoviária e o predomínio de grandes propriedades.

⁷⁶ De acordo com IPARDES (2012), em 2009, as dez maiores economias do Paraná, devido à participação no PIB do Estado do Paraná, eram: Curitiba (24,1%), Araucária (6,3%), São José dos Pinhais (6,1%), Londrina (4,7%), Maringá (3,8%), Foz do Iguaçu (3,5%), Paranaguá (2,9%), Ponta Grossa (2,7%), Cascavel (2,6%) e Toledo (1,3%).

Figura 16 - Imagem aérea do município de Pitanga

Fonte: Google Maps (01/09/2012)

Do ponto de vista da emancipação político-administrativa dos municípios da Microrregião de Pitanga, observa-se que, dos seis municípios, dois possuem uma fundação relativamente antiga, sendo Pitanga do ano de 1943 (que deu origem aos demais municípios que atualmente compõem a microrregião de Pitanga) e Palmital em 1961. Todos os demais foram emancipados nos anos 1990. O quadro 12 fornece alguns aspectos históricos da formação destes municípios.

Quadro 12 - Aspectos históricos da formação dos municípios da Microrregião de Pitanga.

A primeira expedição de colonizadores chegou à região, onde hoje se localiza o Município de **Pitanga**, em julho de 1897 e estabeleceu-se às margens do Rio Batista. Alguns anos após a chegada dos pioneiros, aportaram à localidade os primeiros colonos estrangeiros, que trouxeram a sua contribuição ao progresso da região, trabalhando e cultivando a terra. Criado através da Lei estadual nº 199 de 30 de dezembro de 1943, e instalado em 01 de janeiro de 1944, foi desmembrado de Guarapuava. (...)

O pioneiro de **Palmital** era originário do movimento tropeiro. Esse pioneiro instalou-se por volta de 1929, com uma plantação de 30 alqueires de roça, dando início ao povoado onde está atualmente a sede do Município. A origem do nome decorre da grande quantidade de palmito que existia na região. Criado através da Lei Estadual nº 4.338, de 25 de janeiro de 1961, foi instalado em 15 de novembro do mesmo ano, foi desmembrado de Pitanga.

Nos primeiros anos da década de 1930 chegou à região, onde se localiza o Município de **Laranjal**, o primeiro morador para tentar o cultivo de café. A região começou a se desenvolver a partir de 1958 com a chegada de outros pioneiros que vieram para o plantio de milho e engorda de suínos. Descobriu-se, nesta época, a fertilidade do solo e plantou-se algodão e hortelã. Atualmente a atividade agropecuária é à base de sustentação do município. Criado através da Lei Estadual nº 9.533 de 09 de janeiro de 1991, foi desmembrado de Palmital. (...)

As terras da região de **Mato Rico** foram ocupadas, por volta de 1940, por pioneiros migrantes que adquiriram a posse junto ao Governo Estadual para desenvolvimento agrícola. O povoamento cresceu e se desenvolveu a partir de 1941 quando moradores começaram a se estabelecer ao longo da estrada que dava acesso à cidade. Já em 1942, foi implantado o cemitério, e a primeira escola por volta de 1945. Criado através da Lei Estadual nº 9.563, de 31 de janeiro de 1991, foi desmembrado de Pitanga. (...)

A região onde se localiza o município de **Santa Maria do Oeste** foi, inicialmente, colonizada por paranaenses de Guarapuava e por gaúchos vindos do Rio Grande do Sul descendentes de famílias de origem europeia, como italianos, poloneses, alemães e ucranianos. A principal atividade dos pioneiros era a criação de porcos, o cultivo de milho e as culturas de subsistência como o feijão, o arroz e o trigo. Posteriormente, foi sendo introduzida a bovinocultura e a diversificação da produção agrícola. Criado através da Lei Estadual nº

9.320, de 11 de junho de 1990, e instalado em 01 de janeiro de 1993, foi desmembrado de Pitanga. (...)

Oficialmente emancipado no final do ano de 1995, através da Lei Estadual nº 11.176, **Boa Ventura de São Roque** é uma das localidades mais antigas do Estado do Paraná. A história do município começou em 1847, quando algumas famílias provenientes da colônia denominada “Colônia Tereza Cristina”, atualmente pertencente ao município de Cândido de Abreu, deixaram a colônia e saíram à procura de outro lugar para morar, entre essas famílias estavam os Cailott que ao cruzarem o Rio Ivaí, chegaram à localidade que hoje é o município de Boa Ventura de São Roque. Segundo contam os pioneiros, o nome foi escolhido devido à grande “aventura” que eles tiveram para transporem as corredeiras do rio e atravessar a mata fechada.

Boa Ventura de São Roque também foi conhecida como “Grilo do Tigre”, por causa dos grileiros que invadiram as terras dos colonos e os expulsavam da região, cometendo vários assassinatos fazendo com que os moradores abandonassem o local, até a revolta destes em 1955. Informações do site da prefeitura informam que o município faz parte da rota do Caminho de Peabiru, onde havia um vão que passava perto do que hoje é a cidade de Boa Ventura de São Roque.

Fonte: König (2011, p. 13-17, grifo nosso).

Conforme destacado no início deste capítulo, o objetivo é fazer uma caracterização da Microrregião de Pitanga e, portanto, a exposição que segue será dividida em dois pontos: primeiro os aspectos históricos do desenvolvimento da região, marcada pelos altos índices de pobreza; segundo, as particularidades rurais, enfatizando a agricultura familiar.

3.2.1 Um Histórico com Baixos Índices de Desenvolvimento e Muita Pobreza

Historicamente, a Microrregião de Pitanga apresenta baixos índices de desenvolvimento, conforme pode ser observado na tabela 01. O município de Mato Rico, por exemplo, era o terceiro pior em desenvolvimento humano no Paraná em 2000 (figura 17).

Figura 17 - Avenida principal do município de Mato Rico, um dos mais pobres do Estado do Paraná



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2010.

O IDH-M dos municípios pesquisados foi inferior (em todos os seus indicadores) à média estadual em 1991 e 2000; dos seis municípios, três apresentavam índices entre os dez mais baixos do Estado nos dois períodos. No ano de 1991, três municípios estavam entre os quatro piores do ponto de vista do desenvolvimento humano. No entanto, chama atenção o do município de Boa Ventura de São Roque, que passou da 398ª posição para a 302ª. Por outro lado, o município de Santa Maria do Oeste saiu da 286ª para a 392ª e passou a integrar a lista dos dez municípios com piores índices de desenvolvimento humano no Paraná, e, em 2000, figurava como o sexto pior no *ranking* nacional. Outro aspecto que merece atenção na tabela 01 é o indicador renda ser o que menos contribui para o desenvolvimento humano em todos os municípios nos dois períodos, inclusive no Estado. Isso mostra o grande problema da capacidade de geração de renda e a sua má distribuição, conforme será retomado mais adiante.

Tabela 01 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)⁷⁷ dos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 1991 e 2000

Município	IDH-M e				IDH-M		IDH-M		IDH-M	
	Ranking Estadual / Nacional				Renda,		Longevidade,		Educação,	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Boa Ventura de São Roque	0,576	398°	0,711	302°	0,479	0,628	0,625	0,698	0,625	0,806
Laranjal	0,544	397°	0,651	394°	0,484	0,551	0,630	0,670	0,517	0,732
Mato Rico	0,543	396°	0,640	397°	0,461	0,548	0,565	0,594	0,602	0,778
Palmital	0,568	387°	0,670	387°	0,504	0,604	0,566	0,619	0,635	0,787
Pitanga	0,634	383°	0,743	186°	0,602	0,643	0,595	0,751	0,705	0,835
Santa Maria do Oeste	0,546	286°	0,662	392°	0,437	0,540	0,565	0,670	0,637	0,775
PARANÁ	0,711	7° (*)	0,787	6° (**)	0,678	0,736	0,678	0,747	0,778	0,879

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Tabulações do autor. (*) O DF foi o primeiro, seguido de SP, RS, RJ, SC e MS. (**) O DF foi o primeiro, seguido de SC, SP, RS e RJ.

Ainda não estão disponíveis os dados do IDH-M com base Censo Demográfico 2010, no entanto, para tentar compensar esta lacuna apresentam-se, na sequência, dois outros indicadores de desenvolvimento referentes ao ano de 2009. Conforme se pode observar na tabela 03, todos os municípios ainda apresentam índices de desenvolvimento inferiores à média do Estado, que agora aparece como o segundo no *ranking* nacional. Os municípios de Laranjal e Santa Maria do Oeste ainda figuram entre os dez municípios com os mais baixos indicadores de desenvolvimento no Paraná. Em relação ao IDH, percebe-se que os municípios tiveram uma melhoria significativa no indicador saúde, inclusive com dois municípios que

⁷⁷ O IDH varia de 0 a 1 com a seguinte classificação: desenvolvimento baixo (até 0,499); desenvolvimento médio (entre 0,500 e 0,799) e desenvolvimento alto (mais que 0,800). O índice utiliza três indicadores: educação (alfabetização e taxa de matrícula); longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita).

estão acima da média estadual. Fato compreensível no caso de Pitanga, que se tornou um polo regional, mas por outro lado é curioso o caso do município de Mato Rico (foto 01), que não possui sequer hospital, e o mais próximo fica a 20 km de estrada de terra. Da mesma maneira como ocorreu na avaliação do IDH, é o indicador emprego e renda que menos contribui para o desenvolvimento dos municípios, considerando, é claro, tratar-se de um indicador que utiliza dados de emprego e renda formalizados.

Tabela 02 - Índice FIRJAN⁷⁸ de Desenvolvimento dos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2009

<i>Município</i>	<i>IFDM</i>	<i>Educação</i>	<i>Saúde</i>	<i>Emprego & Renda</i>	<i>Ranking Estadual</i>
Boa Ventura de São Roque	0,6741	0,7075	0,8693	0,4454	281º
Laranjal	0,5591	0,6495	0,7020	0,3257	392º
Mato Rico	0,6218	0,6957	0,8974	0,2723	370º
Palmital	0,6270	0,6660	0,8223	0,3928	361º
Pitanga	0,7034	0,7466	0,9118	0,4517	194º
Santa Maria do Oeste	0,5312	0,6151	0,6733	0,3052	397º
PARANÁ	0,8226	0,7759	0,8898	0,8022	2º do Brasil*

Fonte: FIRJAN (2011b). Adaptado pelo autor. (*) SP é o primeiro.

Por sua vez, o Índice IPARDES de Desempenho Municipal (tabela 03), que pretende fazer uma adequação do índice FIRJAN à realidade do Paraná, apresenta algumas particularidades. A primeira delas é em relação ao desempenho dos municípios em relação ao Estado. Chama atenção o fato de que pela primeira vez um município consegue superar a média estadual no indicador geral. Trata-se do município de Pitanga e, como já dito, acredita-se que isso se deva ao fato de ter-se tornado um polo regional em período recente. No indicador saúde, agora são três municípios que estão acima do índice do Estado. Por outro lado, os municípios de Laranjal e Santa Maria do Oeste permanecem entre os dez com piores índices de desenvolvimento. Persiste ainda o baixo desempenho do indicador renda.

⁷⁸ O IFDM varia de 0 a 1 com a seguinte classificação: desenvolvimento baixo (0 – 0,4); desenvolvimento regular (0,4 – 0,6); desenvolvimento moderado (0,6 – 0,8) e alto desenvolvimento (0,8 – 1,0). O índice utiliza três indicadores: emprego & renda (geração de emprego formal, estoque de emprego formal, salários médios do emprego formal); educação (taxa de matrícula na educação infantil, taxa de abandono, taxa de distorção idade-série, percentual de docentes com ensino superior, média de horas-aula diárias, resultado do IDEB); saúde (número de consultas pré-natal, óbitos infantis por causas evitáveis, óbitos por causas mal definidas). Os dados são de periodicidade anual, obtidos nos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde, respectivamente (FIRJAN, 2011a).

Tabela 03 - Índice IPARDES⁷⁹ de Desempenho dos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2009

<i>Município</i>	<i>Índice Geral</i>	<i>Educação</i>	<i>Saúde</i>	<i>Renda e Emprego</i>	<i>Ranking Estadual</i>
Boa Ventura de São Roque	0,6517	0,7105	0,8027	0,4420	269º
Laranjal	0,4721	0,5768	0,4939	0,3456	398º
Mato Rico	0,6154	0,6328	0,8691	0,3444	333º
Palmital	0,5663	0,6411	0,6870	0,3706	376º
Pitanga	0,6828	0,7472	0,8532	0,4480	197º
Santa Maria do Oeste	0,5059	0,5938	0,5199	0,4040	392º
PARANÁ	0,6763	0,7502	0,7899	0,4888	-

Fonte: IPARDES (2012).

A evolução do Índice IPARDES de Desempenho Municipal no período recente pode ser observada na tabela 04. Em 2002 dos seis municípios, dois eram classificados como de baixo desenvolvimento e os demais como médio baixo. Apesar de todos os municípios terem apresentado uma melhora nos índices no período 2002-2009, nenhum deles conseguiu atingir um nível alto de desenvolvimento, três estão no nível médio baixo e três no nível médio.

Tabela 04 - Evolução do Índice IPARDES de Desempenho nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2002, 2005, 2007, 2008 e 2009

<i>Município</i>	<i>Índice Geral</i>				
	<i>2002</i>	<i>2005</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>
Boa Ventura de São Roque	0,4997	0,5649	0,6169	0,6417	0,6517
Laranjal	0,3583	0,3370	0,4030	0,4639	0,4721
Mato Rico	0,4523	0,4962	0,5943	0,5942	0,6154
Palmital	0,3990	0,4947	0,5620	0,5608	0,5663
Pitanga	0,5380	0,5964	0,6515	0,6505	0,6828
Santa Maria do Oeste	0,4407	0,4709	0,5202	0,4993	0,5059

Fonte: IPARDES (2012).

Conforme já adiantado nas tabelas 01, 02 e 03, o indicador renda é o que menos contribui para o desempenho dos municípios, ou seja, a região apresenta dificuldades na geração de renda para as famílias e no que se refere à sua distribuição. Conforme pode ser observado na tabela 04, esse é um problema histórico da região. Em 2002, somente o município de Pitanga superava, e por uma pequena margem, a situação de baixo desempenho neste indicador. Apesar dos municípios terem melhorado o indicador em 2009 (em relação ao ano de 2002), três municípios ainda estão classificados como de baixo desempenho e os

⁷⁹ O Índice IPARDES de Desempenho Municipal é uma adequação do IFDM à realidade do Paraná e varia de 0 a 1 com a seguinte classificação: baixo (0,100 – 0,400); médio baixo (0,400 – 0,600); médio (0,600 – 0,800) e alto (0,800 – 1,000). O índice analisa três dimensões: emprego, renda e produção agropecuária (remuneração média, emprego formal e produção agropecuária); educação (atendimento à educação infantil, percentual de docentes com ensino superior, taxa de não abandono e média do IDEB); saúde (percentual de mais de seis consultas pré-natais por nascido vivo, percentual de óbitos por causas mal definidas e percentual de óbitos de menores por causas evitáveis por nascidos vivos).

demais como médio baixo. O município de Palmital vem apresentando queda neste indicador desde 2005. O mesmo acontece com Mato Rico desde 2007 e ocorreu com Pitanga entre 2005 e 2008. Já nos demais municípios houve oscilações no período. O fato é que um dos grandes problemas de desenvolvimento da região parece estar ligado à capacidade de geração de renda e sua distribuição, uma vez que nos indicadores referentes à saúde e educação houve melhoras significativas no período recente, conforme pode ser observado na tabela 03.

Tabela 05 - Evolução do Índice de Desempenho na Área de Renda e Emprego nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2002, 2005, 2007, 2008 e 2009

MUNICÍPIO	Indicador Renda e Emprego				
	2002	2005	2007	2008	2009
Boa Ventura de São Roque	0,3343	0,4189	0,4257	0,4126	0,4420
Laranjal	0,3071	0,3271	0,3118	0,3686	0,3456
Mato Rico	0,2901	0,3303	0,3776	0,3351	0,3444
Palmital	0,2855	0,3927	0,3836	0,3805	0,3706
Pitanga	0,4037	0,4708	0,4307	0,4287	0,4480
Santa Maria do Oeste	0,3395	0,3474	0,3666	0,3572	0,4040

Fonte: IPARDES (2012).

Recorrendo aos dados de 1991 e 2000 (tabela 06), percebe-se que a renda per capita dos municípios da Microrregião de Pitanga é muito inferior à média estadual.

Tabela 06 - Composição da Renda Per Capita nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 1991 e 2000

Município	Renda per Capita (R\$)*		% da renda proveniente de transferências governamentais		% da renda proveniente de rendimentos do trabalho		% de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Boa Ventura de São Roque	68,69	168,22	6,2	10,8	91,0	68,4	4,4	9,4
Laranjal	70,65	105,86	5,7	8,7	89,8	68,3	3,8	8,1
Mato Rico	61,61	103,89	4,9	12,5	93,1	58,8	3,2	11,5
Palmital	79,98	145,07	6,4	11,5	86,5	70,5	4,5	9,7
Pitanga	143,32	183,35	7,5	12,7	89,2	70,1	5,3	10,1
Santa Maria do Oeste	53,58	99,21	5,9	14,4	91,3	71,7	4,1	12,8
PARANÁ	226,29	321,39	8,3	13,0	86,2	73,7	5,6	10,9

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. (*) Os valores não foram deflacionados uma vez que o objetivo é demonstrar a desigualdade na renda dos municípios em relação ao Estado.

Em 1991 a média de renda per capita dos municípios era de R\$ 79,64 e no Estado do Paraná era de R\$ 226,29, ou seja, 184,1% maior. Esse panorama repete-se em 2000, quando a média de renda nos municípios era de R\$ 134,27 e no Estado chegou em R\$ 321,39 (139,3% maior). Outro aspecto significativo da tabela é o peso das transferências governamentais na composição da renda das famílias, e, nesse caso, os números são muito próximos das médias

estaduais. Chama atenção o incremento significativo da renda proveniente das transferências e o declínio da renda proveniente do trabalho nesse período. Ainda não há os dados de 2010, no entanto, sabe-se da ampliação considerável dos programas governamentais de combate à pobreza, sobretudo o Programa Bolsa Família em anos mais recentes, conforme será analisado no final desta seção.

Os dados do Censo Demográfico de 2010 trazem informações mais atualizadas sobre a renda per capita e a sua distribuição na zona rural (tabela 07).

Tabela 07 - Renda per capita e sua distribuição no meio rural nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2010

<i>Município</i>	<i>Renda per capita mensal no município (R\$)</i>	<i>Renda per capita mensal na zona rural (R\$)</i>			
		<i>Média</i>	<i>1º quartil</i>	<i>2º quartil</i>	<i>3º quartil</i>
Boa Ventura de São Roque	364,00	323,00	122,00	219,00	400,00
Laranjal	268,00	219,00	90,00	154,00	270,00
Mato Rico	298,00	263,00	105,00	195,00	340,00
Palmital	378,00	279,00	102,00	191,00	340,00
Pitanga	472,00	341,00	128,00	250,00	417,00
Santa Maria do Oeste	315,00	255,00	102,00	184,00	337,00
PARANÁ	747,00	423,00	170,00	300,00	510,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A média de renda per capita nos municípios da Microrregião de Pitanga, foi de R\$ 352,17 e no Estado do Paraná foi de R\$ 747,00 (112,1% maior). A diferença em relação à renda per capita estadual permanece grande, entretanto, constata-se uma significativa redução dessa diferença no período 1991-2010. Outro aspecto a ser destacado na tabela 07 é a distribuição da renda per capita no meio rural, que também é significativamente menor que a média estadual. Em primeiro lugar, percebe-se que ela é inferior à média da renda per capita no município. Para os desavisados isso poderia significar que as pessoas que residem no meio rural são mais pobres que as do meio urbano. Entretanto, esses indicadores referem-se à renda monetária e não contabiliza, por exemplo, a produção destinada ao consumo familiar e a reciprocidade, ambos fundamentais na manutenção das famílias no meio rural e que, contabilizados, podem atingir valores superiores à renda monetária⁸⁰. Em segundo, convém observar a distribuição da renda entre os extratos da população rural. Percebe-se que, apesar da renda média da população rural dos municípios ser de R\$ 280,00, os 25% mais pobres (1º quartil) recebem em média R\$ 108,17 e a metade dessas famílias (2º quartil) recebe apenas R\$ 198,83. Isso já demonstra indícios dos graves problemas de distribuição de renda na região

⁸⁰ Para compreender o significado econômico da produção para o consumo da família na agricultura familiar, veja-se, por exemplo, os estudos de CARNEIRO (2003), SCHNEIDER; GAZOLLA (2005) e DEVES; PLEIN (2008).

que serão analisados na sequencia.

Para analisar a distribuição de renda na Microrregião de Pitanga será utilizado como parâmetro a renda dos 60% mais pobres considerando que 58,81% da população estava abaixo da linha de pobreza em 2000. Analisando os dados da tabela 08, referentes ao nível de renda da população, percebe-se uma enorme diferença entre a renda dos municípios em relação ao Estado, ou seja, os pobres da região são muito mais pobres do que a média estadual. Em 1991, os 60% mais pobres da região tinham um rendimento 63,3% inferior ao estadual e, em 2000, essa diferença ainda era de aproximadamente 58,3%. Outro aspecto refere-se à diferença na renda, ou seja, os 20% mais ricos possuíam uma renda 600,4% superior aos 60% mais pobres em 1991, e 670,8%, superior, em 2000, na média dos municípios. No estado essa diferença era de 644,2% em 1991, e 664,4% em 2000. São indícios do problema da concentração da renda, o que será analisado a seguir.

Tabela 08 - Nível de renda mensal domiciliar por extrato da população (60% mais pobres e 20% mais ricos), nos municípios da Microrregião Pitanga (PR), 1991 e 2000

<i>Município</i>	<i>Renda per capita média dos 60% mais pobres</i>		<i>Renda per capita média dos 20% mais ricos</i>	
	<i>1991</i>	<i>2000</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>
Boa Ventura de São Roque	48,16	67,04	167,64	595,33
Laranjal	41,84	49,24	205,36	350,26
Mato Rico	38,31	57,73	162,56	325,02
Palmital	35,37	72,76	271,26	471,92
Pitanga	47,36	83,60	542,88	623,60
Santa Maria do Oeste	36,67	63,44	137,67	275,62
PARANÁ	112,54	157,42	724,97	1.045,92

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Os valores não foram deflacionados uma vez que o objetivo é demonstrar a desigualdade na renda.

A concentração de renda é um sério problema da região (tabela 09). Em 1991, os 60% mais pobres detinham em média 22,8% da renda enquanto os 20% mais ricos ficavam com 59,1%. No ano de 2000, os valores eram de 17,7% e 64,7% respectivamente. Isso demonstra os graves problemas de concentração de renda – análise reforçada pelos índices de Gini e Theil – que pioraram na maioria dos municípios no período, ou seja, aumentaram os problemas das desigualdades sociais numa região em que, historicamente, persistem altos índices de pobreza.

Tabela 09 - Porcentagem da renda domiciliar apropriada por faixas da população (60% mais pobres e 20% mais ricos e indicadores da desigualdade de renda (Índice de Gini⁸¹ e Índice de Theil⁸²) nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 1991 e 2000

Município	% da renda apropriada pelos 60% mais pobres		% da renda apropriada pelos 20% mais ricos		Índice de Gini		Índice de Theil	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
	Boa Ventura de São Roque	29,15	14,34	48,81	70,78	0,49	0,65	0,45
Laranjal	23,34	17,54	58,14	66,18	0,55	0,63	0,54	0,65
Mato Rico	26,63	18,02	52,77	62,57	0,51	0,60	0,47	0,59
Palmital	17,12	17,41	67,83	65,06	0,62	0,62	0,70	0,64
Pitanga	12,78	16,65	75,76	68,02	0,72	0,64	0,99	0,74
Santa Maria do Oeste	27,97	22,49	51,39	55,56	0,48	0,54	0,40	0,51
PARANÁ	18,46	18,13	64,08	65,09	0,60	0,61	0,65	0,65

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Numa perspectiva histórica, os índices de pobreza da Microrregião de Pitanga são alarmantes (tabela 10). Basta dizer que, em 1991, 50,8% da população era considerada indigente e 78,0% era pobre. Já no ano de 2000, 33,1% da população estava abaixo da linha de indigência e 58,8% abaixo da linha de pobreza. Em ambos os períodos, os valores são muito superiores à média do Estado do Paraná.

Tabela 10 - Indicadores de pobreza nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 1991 e 2000

Município	% de indigentes		% de pobres	
	Renda per capita mensal média de R\$ 37,75		Renda per capita mensal média de R\$ 75,50	
	1991	2000	1991	2000
Boa Ventura de São Roque	46,99	26,21	77,32	54,44
Laranjal	50,01	42,41	77,56	68,16
Mato Rico	57,60	43,07	82,22	65,49
Palmital	53,69	29,36	77,03	53,92
Pitanga	40,06	21,31	68,73	47,96
Santa Maria do Oeste	56,15	36,23	84,85	62,89
PARANÁ	14,09	9,26	34,85	23,69

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Se os valores da linha de indigência e pobreza fossem atualizados – através do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas para o mês de agosto de 2012 – obteríamos os seguintes valores: R\$ 102,36 para medida de indigência e R\$

⁸¹ Medida de desigualdade de renda que demonstra a diferença entre os rendimentos dos mais ricos e dos mais pobres. Normalmente compara a renda dos 20% mais ricos com a renda dos 20% mais pobres. Varia de 0 (zero) a 1 (um); 0 (zero) significa total igualdade de renda (todos possuem a mesma renda) e 1 (um) demonstra completa desigualdade (uma pessoa detém toda a renda).

⁸² Medida de distribuição de renda com base nas médias aritméticas e geométricas da renda familiar per capita média. Varia de 0 (zero) a 1 (1). Quanto mais próximo de 0 (zero) melhor será a distribuição de renda, ao passo que quanto mais próximo de 1 (um) pior será a distribuição de renda.

204,73 para a medida de pobreza. Assim, analisando os dados atualizados do Censo Demográfico de 2010 (tabela 11), percebe-se que o problema persiste, sobretudo no meio rural, com as devidas ressalvas já feitas anteriormente. Conforme os dados da tabela 11, na Microrregião de Pitanga, 10,8% da população possuía uma renda mensal de até R\$ 70,00 enquanto, no Estado do Paraná, esse percentual era de somente 1,8%. Já 27,8% recebiam até ¼ de salário mínimo (R\$ 127,50), sendo a média estadual de 7,0%. Percebe-se ainda que 57,0% da população recebiam até ½ salário mínimo (R\$ 255,00 mensais) ao passo que, no Estado, esse percentual era de 23,9%. Esses dados reforçam o quadro de pobreza da região e a grande disparidade existente em relação ao Estado.

Tabela 11 - Indicadores dos níveis de renda das pessoas nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2010

<i>Municípios</i>	<i>% de pessoas com rendimento mensal domiciliar per capita até R\$ 70,00</i>		<i>% de pessoas com rendimento mensal domiciliar per capita nominal até 1/4 salário mínimo (R\$ 127,50)</i>		<i>% de pessoas com rendimento mensal domiciliar per capita nominal até 1/2 salário mínimo (R\$255,00)</i>	
	<i>Total</i>	<i>Rural</i>	<i>Total</i>	<i>Rural</i>	<i>Total</i>	<i>Rural</i>
Boa Ventura de São Roque	9,2	10,8	26,2	30,0	54,9	60,0
Laranjal	15,2	17,1	37,6	41,3	67,8	73,3
Mato Rico	12,2	14,4	28,0	32,3	60,2	65,4
Palmital	10,1	13,3	27,1	34,0	55,6	65,6
Pitanga	6,3	10,4	18,2	26,4	44,1	55,5
Santa Maria do Oeste	11,8	14,8	29,7	35,1	59,3	66,1
PARANÁ	1,8	-	7,0	-	23,9	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Adaptações do autor.

Considerando que a dinâmica socioeconômica destes municípios é essencialmente rural, conforme será analisado na próxima seção, é evidente que as famílias pobres estejam concentradas principalmente no meio rural, de acordo com a tabela 12. No ano de 2000, na Microrregião de Pitanga havia 22.325 famílias e destas, 10.456 eram consideradas pobres, o que perfaz um percentual de 46,6% de taxa de pobreza. Destas famílias pobres, 69,0% residiam no meio rural. Novamente percebe-se a grande disparidade com o Estado do Paraná que possuía uma taxa de pobreza de apenas 20,9% e a maioria residia no perímetro urbano.

Tabela 12 - Total de famílias, total de famílias pobres⁸³, taxa de pobreza e proporção de famílias pobres com domicílio rural dos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2000

<i>Município</i>	<i>Total de famílias</i>	<i>Total de famílias pobres</i>	<i>Taxa de pobreza</i>	<i>Proporção de famílias pobres com domicílio rural</i>
Boa Ventura de São Roque	1.690	800	47,3	88,6
Laranjal	1.717	998	58,1	81,4
Mato Rico	1.215	673	55,4	90,9
Palmital	4.453	2.108	47,3	63,2
Pitanga	9.774	3.994	40,9	55,8
Santa Maria do Oeste	3.476	1.883	54,2	80,6
PARANÁ	2.824.283	589.420	20,9	32,9

Fonte: IPARDES (2007). Tabulações do autor.

Os problemas decorrentes da falta de renda da população refletem-se, por exemplo, no acesso deficitário aos serviços básicos e bens de consumo, conforme pode ser visualizado na figura 18 e na tabela 13.

Figura 18 - Residência representativa das condições de moradia de muitos agricultores familiares pobres



Fonte: Pesquisa de Campo, março de 2011.

Do ponto de vista do acesso aos serviços básicos (energia elétrica), mais uma vez, são gritantes as diferenças em relação à média estadual. No ano de 2000, na Microrregião de Pitanga, 32,8% dos domicílios não tinham energia elétrica e, em dois municípios, menos da metade tinha acesso a esse serviço básico. Uma realidade muito diferente da média estadual em que 97,7% dos domicílios tinham acesso à energia elétrica. Essa realidade modificou-se

⁸³ De acordo com IPARDES (2007, p. 25), vários fatores podem ser utilizados para quantificar e qualificar a pobreza, porém, nesse estudo utilizaram a renda familiar, pois acreditam que ela é capaz de expressar aspectos da privação humana, relacionados às necessidades básicas insatisfeitas. Portanto, no estudo o limiar está relacionado à renda familiar per capita até meio salário mínimo.

consideravelmente durante a década seguinte e, em 2010 na Microrregião de Pitanga, 96,4% dos domicílios já contavam com acesso à energia elétrica (ultrapassando 90% nos seis municípios), aproximando esse indicador à média estadual que era de 99,6%. Já em relação aos bens de consumo, no ano de 2000, na Microrregião de Pitanga somente 50,2% da população tinham geladeira, 50,7% tinham televisão e apenas 2,1% tinham computador. Números muito inferiores às médias estaduais, em que 90,3% tinham geladeira, 90,0% tinham televisão e 11,6% tinham computador. Da mesma forma como aconteceu com a energia elétrica, todos esses indicadores de acesso aos bens de consumo modificaram-se positivamente na década de 2010: na Microrregião de Pitanga, 86,0% possuíam geladeira, 85,8% tinham televisão e 14,9% tinham computador. Assim, os dois primeiros indicadores ficaram mais próximos da média estadual.

Tabela 13 - Porcentagem de domicílios com acesso a serviços básicos selecionados (energia elétrica) e acesso a bens de consumo selecionados (geladeira, televisão e computador) nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2000 e 2010

<i>Município</i>	<i>% de domicílios que tinham energia elétrica</i>		<i>% de domicílios que tinham geladeira</i>		<i>% de domicílios que tinham televisão</i>		<i>% de domicílios que tinham computador</i>	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
	Boa Ventura de São Roque	81,2	91,6	65,2	81,8	65,5	85,7	1,8
Laranjal	45,6	96,6	26,5	79,5	27,1	83,9	1,2	6,2
Mato Rico	43,4	95,6	30,1	87,4	29,1	82,3	1,4	9,8
Palmital	75,8	97,8	58,5	88,6	55,8	87,4	2,1	16,3
Pitanga	87,7	98,8	71,7	93,5	75,7	91,4	4,3	28,1
Santa Maria do Oeste	69,7	97,8	49,4	85,3	50,9	84,3	1,7	12,1
PARANÁ	97,7	99,6	90,3	97,5	90,0	95,9	11,6	45,2

Fonte: IBGE, Censos Demográficos (2000 e 2010). Tabulações do autor.

Os reflexos dos indicadores de baixo desenvolvimento e de pobreza da população podem ser percebidos pelo acesso dessas famílias aos programas sociais que visam diminuir a pobreza na região. São vários os programas acessados, como por exemplo, Luz Fraterna, Tarifa Social de Água, Leite das Crianças e Bolsa Família. Os dados da tabela 14 revelam essa realidade do ponto de vista do acesso ao Programa Bolsa Família⁸⁴ do Governo Federal. Na Microrregião de Pitanga, são aproximadamente 22.773 famílias; destas, 7.876 são beneficiadas com o Programa Bolsa Família, o que representa 34,6% do total de famílias, confirmando as estimativas de famílias pobres que possuem perfil de Bolsa Família. A proporção de famílias atendidas na Microrregião é muito superior a do Estado do Paraná onde

⁸⁴ O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda, criado em 2003, pelo Governo Lula. Integra o Programa Fome Zero e é uma unificação dos programas Bolsa Escola, Auxílio Gás e Cartão Alimentação criados no Governo FHC. O foco do programa são as famílias com renda familiar per capita inferior a R\$ 70,00 mensais.

somente 14,1% das famílias são atendidas pelo Programa. O destaque fica para os municípios de Laranjal, Mato Rico e Santa Maria do Oeste nos quais mais de 40% das famílias recebem Bolsa Família, o que retrata muito bem os baixos índices de desenvolvimento apresentados anteriormente. Apesar do número de famílias atendidas ser bastante elevado, cabe ressaltar que as estimativas apontam a existência de 10.632 famílias com baixa renda, ou seja, que ganham menos de ½ salário mínimo per capita mensal. Esses dados reforçam os baixos índices de desenvolvimento da região.

Tabela 14 - População total, média de pessoas por domicílio, famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, valor do repasse e estimativas de famílias que deveriam ser atendidas nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2010

<i>Município</i>	<i>População total</i>	<i>Média de pessoas por domicílio</i>	<i>Famílias atendidas pelo Bolsa Família</i>	<i>% de famílias com Bolsa Família*</i>	<i>Valor total Repassado</i>	<i>Estimativa de famílias de baixa renda Perfil Cadastro Único</i>	<i>Estimativa de famílias pobres Perfil Bolsa Família</i>
Boa Ventura de São Roque	6.554	3,39	613	31,7	727.593,00	1.025	692
Laranjal	6.360	3,63	878	50,1	1.101.871,00	1.091	837
Mato Rico	3.818	3,22	541	45,6	621.217,00	701	508
Palmital	14.865	3,30	1.668	37,0	1.988.072,00	2.107	1.530
Pitanga	32.638	3,24	2.744	27,2	2.669.014,00	3.800	2.482
Santa Maria do Oeste	11.500	3,46	1.432	43,1	1.636.756,00	1.908	1.411
PARANÁ	10.444.526	3,15	466.607	14,1	466.013.885,00	793.523	456.024

Fonte: BRASIL Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. Relatórios de Informações Sociais. (*) Tabulações do autor calculadas dividindo-se a população total pela média de pessoas por domicílio para obter o número aproximado de famílias.

Em tabelas anteriores, já foram apresentados os baixos índices de desenvolvimento da Microrregião de Pitanga, porém, o Índice de Desenvolvimento Familiar, baseado no Cadastro Único das famílias de baixa renda, revela que, em relação à média estadual, os pobres da Microrregião possuem menos acesso ao conhecimento, menos acesso ao trabalho, menos recursos e vivem em condições habitacionais piores (tabela 15). Os dados revelam que a grande dificuldade dessas famílias está no acesso ao trabalho, o que se reflete nas baixas rendas auferidas. Por outro lado, é importante considerar que a maioria dessa população é rural, portanto, esse trabalho não é computado.

Tabela 15 - Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF)⁸⁵ dos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2010

Municípios	IDF	Vulnerabilidade	Acesso ao conhecimento	Acesso ao trabalho	Disponibilidade de recursos	Desenvolvimento infantil	Condição Habitacional
Boa Ventura de São Roque	0,52	0,74	0,33	0,11	0,45	0,93	0,56
Laranjal	0,53	0,70	0,33	0,15	0,51	0,95	0,53
Mato Rico	0,53	0,76	0,34	0,13	0,47	0,96	0,52
Palmital	0,54	0,70	0,34	0,15	0,45	0,94	0,64
Pitanga	0,56	0,69	0,38	0,21	0,51	0,95	0,64
Santa Maria do Oeste	0,52	0,73	0,34	0,20	0,36	0,94	0,53
PARANÁ	0,61	0,69	0,41	0,26	0,56	0,94	0,79

Fonte: BRASIL, 2010. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Relatórios de Informações Sociais.

Todos os indicadores apresentados até aqui demonstram os graves problemas de desenvolvimento apresentados pela Microrregião de Pitanga, dificuldades partilhadas em toda região central do Estado do Paraná, tanto que foi transformada em Território da Cidadania⁸⁶. Essas características foram apontadas em oficinas na elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Cidadania do Paraná Centro (KÖNIG *et al.*, 2011) e são relatadas como fraquezas e ameaças (quadro 13). Os relatos demonstram vários problemas já apontados até aqui e, principalmente, uma grande preocupação com o meio rural, uma vez que a dinâmica dessa região é essencialmente rural e com forte presença de agricultores familiares conforme será analisado na próxima parte.

⁸⁵ Criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o IDF (Índice de Desenvolvimento Familiar) é baseado nos dados do Cadastro Único, que contempla informações sobre as famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família. Para o cálculo do IDF, são consideradas seis variáveis: vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais. O IDF varia entre 0 (zero) e 1 (um) e, quanto melhores as condições de vida da família, mais próximo de 1 será o indicador. A unidade de análise é a família e não o indivíduo.

⁸⁶ Criado pelo Governo Federal em 2008, o Programa Territórios da Cidadania “tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia” (Portal da Cidadania). Atualmente são 120 Territórios da Cidadania no Brasil, quatro deles no Estado do Paraná (Cantuquiriguaçu, Norte Pioneiro, Vale do Ribeira e Paraná Centro).

Quadro 13 - As principais fraquezas e ameaças da região

<i>Fraquezas</i>	<i>Ameaças</i>
<p>Saúde: falta de profissionais e recursos financeiros (municipal, estadual e federal).</p> <p>Educação: falta de estrutura, material didático, capacitação, melhoria salarial.</p> <p><u>Agricultura: falta de apoio e incentivo a transformação de produtos (agroindústrias).</u></p> <p><u>Falta de investimento nas estradas rurais.</u></p> <p>Lazer: quadra de esportes, telecentros e campos de futebol nas comunidades.</p> <p><u>Agricultura: falta de união entre os produtores.</u></p> <p>Dificuldade do comércio local aos grandes centros (distância).</p> <p>Necessidades de cursos técnicos em todos os municípios.</p> <p><u>Predomínio de população idosa no meio rural.</u></p> <p><u>Desinteresse pelos trabalhos rurais (âmbito financeiro).</u></p> <p><u>Contaminação por agrotóxicos.</u></p> <p><u>Pouca capacitação dos agricultores.</u></p> <p><u>Falta marketing para produtos agroecológicos.</u></p> <p>Pouca integração entre as secretarias e instituições.</p> <p><u>Políticas públicas severas e eficientes para latifundiários, quanto a questão ambiental.</u></p> <p><u>Adequação da agropecuária ao meio ambiente.</u></p> <p>Falta organização (ponta pé inicial).</p> <p>Falta de capacitação e formação.</p> <p><u>Falta de documentação das terras inviabilizando o acesso ao crédito fundiário, bem como aumento do período de carência e diminuição dos juros; regularização fundiária.</u></p> <p><u>Assistência técnica ao produtor rural deficitária.</u></p> <p><u>Falta de pesquisa na região Central nas diversas culturas.</u></p> <p>Deficiência de uma rede mais completa de pavimentação ligando todos os municípios do território.</p> <p><u>Faltam colégios agrícolas na região central.</u></p> <p>Faltam cursos superiores voltados para demanda regional.</p> <p><u>Deficiência da comunicação no meio rural (via rádio-monopólio, telefone celular, internet).</u></p> <p><u>Falta de valorização do meio rural.</u></p> <p><u>Falta de pequenas agroindústrias para manufaturar matéria prima local.</u></p> <p>Pouca presença do governo nas discussões locais/regionais.</p> <p>Gestão: pouco especializada.</p> <p><u>Falta de Políticas Públicas (permanência do jovem no campo).</u></p> <p><u>Conselhos de desenvolvimento rural sustentável inativos ou frágeis e sem recursos para sua atuação.</u></p> <p>Poucas oportunidades de postos de trabalho.</p> <p><u>Degradação ambiental (empobrecimento dos solos e esgotamento dos recursos extrativistas).</u></p> <p>Falta qualificação profissional.</p> <p><u>Dependência de insumos externos e necessidade crescente de insumos.</u></p> <p><u>Pouca diversificação da produção (monoculturas).</u></p> <p><u>Falta de capacitação técnica (despreparo dos agricultores – ineficiência produtiva).</u></p> <p><u>Sistema de produção inadequado à agricultura familiar.</u></p> <p>Dificuldade do trabalho sistemático, de continuidade.</p> <p>Baixo nível de organização.</p>	<p>Hospital municipal com falta de estrutura física e pessoal.</p> <p>Falta de investimento no Território – Estadual e Federal.</p> <p>Falta segurança da população.</p> <p>Falta de instalação de empresas, a fim de geração de empregos, isenção fiscal.</p> <p>Perda de alunos para centros urbanos a procura de estudo e trabalho.</p> <p>Falta de capacitação para o mercado de trabalho.</p> <p><u>Preconceito em relação aos trabalhos do campo (marketing).</u></p> <p>Não valorização nos cursos superiores de especialização – PDE.</p> <p><u>Falta de fiscalização fitossanitária nas propriedades no compra direta, PAA.</u></p> <p><u>Certificação orgânica (na falta Pública).</u></p> <p><u>Não existência de órgão de pesquisa agropecuária regional.</u></p> <p><u>Falta de política de incentivo ao cumprimento da legislação da mata ciliar.</u></p> <p><u>Falta de política de incentivo a preservação e melhoria na qualidade da água.</u></p> <p><u>Falta de propostas que contemplem saneamento ambiental (proteção de fontes).</u></p> <p><u>Aplicação da lei ambiental (falta de conhecimento por parte da população).</u></p> <p>Falta de campanhas de divulgação.</p> <p>Falta de recursos públicos para investimentos em infraestrutura para o tratamento do lixo.</p> <p>Acesso (do jovem) cada vez mais cedo a drogas / álcool / prostituição infantil.</p> <p><u>Uso indiscriminado agrotóxicos nos produtos agrícolas, ameaçando a saúde pública.</u></p> <p><u>Êxodo rural.</u></p> <p>Código Florestal antigo (vigente)</p> <p><u>Concentração de terra na mão de poucos (em alguns municípios).</u></p> <p><u>Inadimplência do PRONAF (bloqueio de acesso ao crédito).</u></p> <p>Falta de infraestrutura, estradas, hospitais, etc.</p> <p><u>Falta ensino superior gratuito para atender a demanda, voltado principalmente para as ciências agrárias para atender a agricultura familiar.</u></p> <p>Novas pragas e doenças.</p> <p><u>A saída da juventude (força de trabalho) – saída das pessoas do campo e das cidades do território.</u></p> <p><u>Reforma agrária ineficiente, limitante para reprodução da agricultura familiar.</u></p> <p><u>Dificuldade de acesso ao crédito fundiário.</u></p> <p><u>Preços instáveis dos produtos alimentícios.</u></p> <p><u>Limitantes para uma forma de investimento rural sistemático e acompanhamento pelos técnicos. Com uma carência que poderá ser feita pelos técnicos de ater (projetos).</u></p> <p>Infraestrutura de acesso no e do Território insuficiente (transporte, saúde, educação, produção).</p> <p>Falta de investimentos e investidores para o Território.</p> <p>Instabilidade climática (secas, chuvaradas, etc.).</p> <p><u>Fragilidade e insuficiência das políticas públicas no campo.</u></p> <p><u>Muitos técnicos a serviço de interesses de empresas – técnico vendedor.</u></p>

Fonte: König (2011, pp. 65-66, grifo nosso).

3.2.2 Dinâmica Essencialmente Rural e de Agricultura Familiar

Além de se caracterizar como uma região que apresenta um histórico de baixos índices de desenvolvimento, outro fator relevante da Microrregião de Pitanga é sua dinâmica rural, com predomínio de agricultores familiares. Em relação aos aspectos demográficos (tabela 16) percebe-se que a Microrregião de Pitanga ocupa 2,5% da área total do Estado do Paraná, na qual residem 0,7% da população. Portanto, apresenta uma baixa densidade demográfica (15,4 habitantes / Km²), muito inferior aos 52,4 do Estado. Mesmo no município de Pitanga – polo regional, de emancipação mais antiga (1934), com maior população total (32.638 habitantes) e o único em que a população que vive no perímetro urbano é maior que a rural – com densidade demográfica de 19,6 habitantes/km². Portanto, do ponto de vista da densidade demográfica, trata-se de um território essencialmente rural.⁸⁷ De acordo com a classificação adotada pelo IBGE⁸⁸, a maior parte da população da Microrregião de Pitanga é rural (52,8%); em alguns municípios, esse valor chega a mais de 70%, como em Boa Ventura de São Roque (76,4%), Mato Rico (74,9%) e Santa Maria do Oeste (72,1%).

Tabela 16 - População total, população rural (absoluta e relativa), área total e densidade demográfica dos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2010

Município	População Total	População Rural		Área Total (Km ²)	Densidade Demográfica (hab./km ²)
		Absoluta	Relativa		
Boa Ventura de São Roque	6.554	5.010	76,4	622,2	10,5
Laranjal	6.360	4.329	68,1	559,4	11,4
Mato Rico	3.818	2.861	74,9	394,5	9,7
Palmital	14.865	7.466	50,2	817,6	18,2
Pitanga	32.638	12.048	36,9	1.663,8	19,6
Santa Maria do Oeste	11.500	8.289	72,1	847,1	13,6
Microrregião de Pitanga	75.735	40.003	52,8	4.904,6	15,4
PARANÁ	10.444.526	1.531.834	14,7	199.316,7	52,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Adaptado pelo autor.

Apesar do predomínio da população rural em relação à população urbana, percebe-se que essa realidade vem-se modificando consideravelmente com o passar dos anos. Os dados da tabela 17 revelam que a população total da Microrregião de Pitanga vem apresentando uma

⁸⁷ De acordo com ABRAMOVAY (2003), a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) utiliza como referência de densidade demográfica para áreas rurais 150 habitantes/Km², com a seguinte classificação: 1) regiões essencialmente rurais, onde mais de 50% da população são habitantes de áreas rurais; 2) regiões relativamente rurais, onde entre 15 e 50% da população são habitantes de áreas rurais e 3) regiões essencialmente urbanas, onde menos de 15% da população habitam áreas rurais.

⁸⁸ Importante lembrar que a metodologia utilizada pelo IBGE para delimitar a população urbana e rural é político-administrativa. De acordo com Veiga (2002), o uso desse modelo de delimitação administrativa dificulta e confunde a análise das especificidades dos espaços (rural e urbano), pois considera-se urbano toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características.

queda nas duas últimas décadas na ordem de 14,7% entre 1991 e 2010. No entanto, essa queda ocorreu somente na população rural (39,7%) na medida em que a população urbana aumentou em 59,0%, revelando que o problema do êxodo rural persiste na região (figura 19). Em 1991, a população urbana da Microrregião de Pitanga era de 25,5% e, em 2010, chegou a 47,2%, caindo a população rural de 74,7% para 52,3% no mesmo período.

Figura 19 - Antiga residência de uma família de agricultores que venderam as terras para uma empresa de celulose



Fonte: Pesquisa de campo, maio de 2012.

Tabela 17 - População total, rural e urbana da Microrregião de Pitanga (PR), 1991, 2000 e 2010

Censo	População Total	População Urbana		População Rural	
		Absoluta	Relativa*	Absoluta	Relativa*
1991	88.831	22.475	25,3	66.356	74,7
2000	84.855	31.926	37,6	52.929	62,4
2010	75.735	35.732	47,2	40.003	52,8

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. (*) Tabulações do autor.

As tabelas anteriores (16 e 17) demonstram que a maior parte da população da Microrregião de Pitanga reside no meio rural. A tabela 18 reforça essa característica mostrando que a principal ocupação dessas pessoas é com atividades agropecuárias. Na Microrregião de Pitanga, 53,9% da população é economicamente ativa e a grande maioria, 78,7%, estava ocupada em estabelecimentos agropecuários em 2006. Enquanto isso, a média Estadual era de 21,0%. Outra característica relevante é que a maioria do pessoal ocupado na agropecuária são homens (61,2%), reforçando o processo de masculinização do campo percebido em todo Estado. Chama atenção o fato de dois municípios apresentarem taxas de pessoal ocupado na agropecuária acima de 100%. A explicação para esses dados

“estatisticamente incorretos” está na diferença dos períodos utilizados para fazer o cálculo aproximado (2006 para pessoal ocupado na agropecuária e 2010 para população ocupada). Todavia, esse fato reforça o processo de êxodo rural, pois, em 2006, havia mais pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários do que o total de pessoal ocupado em 2010.

Tabela 18 - População economicamente ativa, população ocupada e pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2006 e 2010

Município	População Economicamente Ativa (PEA) - 2010	População Ocupada (PO) - 2010	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31 de dezembro de 2006			
			Total (*)	% em relação a PO de 2010 (*)	Homens	Mulheres
Boa Ventura de São Roque	3.769	3.723	4.259	114,4	2.543	1.716
Laranjal	3.005	2.888	2.519	87,2	1.558	961
Mato Rico	2.271	2.234	2.034	91,0	1.268	766
Palmital	7.850	7.562	5.192	68,7	3.280	1.912
Pitanga	18.210	17.465	10.782	61,7	6.393	4.389
Santa Maria do Oeste	5.710	5.561	6.263	112,6	3.950	2.313
Microrregião de Pitanga	40.815	39.433	31.049	78,7	18.992	12.057
PARANÁ	5.587.968	5.307.831	1.117.084	21,0	756.667	360.417

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006 e Censo Demográfico 2010. Os dados da PEA e PO foram obtidos no IPARDES. (*) Tabulações do autor.

Se a maior parte da população está ocupada com as atividades agropecuárias, seria de se esperar que o valor adicionado do setor ao PIB fosse predominante. Analisando os dados da tabela 19, percebe-se que os números não demonstram exatamente essa superioridade. Na média da Microrregião de Pitanga, o valor adicionado da agropecuária representa 37,7%, enquanto a indústria participa com 6,8% e o setor de serviços com 48,0%. Mesmo assim, comparando com os dados do Estado do Paraná, é notória a relevância do setor agropecuário na região uma vez que, na média estadual, o setor participa somente com 7,7%. Outro dado significativo é a diferença entre do PIB per capita em relação ao Estado. Enquanto a média da Microrregião de Pitanga é de R\$ 8.178,78, o valor atinge R\$ 17.779,00 no Estado do Paraná, ou seja, 117,4% maior.

Tabela 19 - Produto Interno Bruto, PIB per capita e proporção do valor adicionado por ramo de atividades nos Municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2009

Municípios	PIB (mil R\$)	PIB per capita (R\$)	% do Valor Adicionado do PIB (*)		
			Agropecuária	Indústria	Serviços
Boa Ventura de São Roque	88.497	12.707,80	39,7	5,7	48,9
Laranjal	44.650	7.043,67	47,0	6,2	44,5
Mato Rico	26.970	6.413,87	44,5	6,3	46,9
Palmital	107.585	6.919,53	29,3	6,9	37,6
Pitanga	355.735	10.148,78	25,2	7,8	61,2
Santa Maria do Oeste	66.384	5.839,02	40,3	7,6	49,0
PARANÁ	-	17.779,00	7,7	28,2	64,1

IBGE, 2012. Adaptado pelo autor. (*) Tabulações do autor. Existe um valor relativo aos impostos sobre produtos líquidos de subsídios que não foi computado, por isso não totaliza 100%.

Uma vez evidenciada a importância das atividades agropecuárias, passa-se a analisar de que forma se comporta o Valor Bruto da Produção Rural nestes municípios (tabela 20). O primeiro aspecto a ser analisado é a grande diferença entre os municípios no que se refere ao valor per capita. O valor médio é de R\$ 7.329,53, no entanto varia de 4.625,44 (Palmital) a 12.080,67 (Boa Ventura de São Roque), uma diferença de 161,2%. Em segundo lugar pode-se analisar de que forma as principais atividades agropecuárias contribuem para o valor da produção. O destaque fica para a soja, que em quatro municípios, é o produto que mais contribui para o valor bruto da produção, seguido pelas atividades ligadas à produção de gado de corte. Essas duas atividades (soja e gado de corte) são essencialmente desenvolvidas em grandes propriedades; por outro lado, nas pequenas propriedades, baseadas na mão de obra familiar, a produção de leite é bastante significativa, seguida pela produção de milho. Nas tabelas que seguem, esses quatro produtos selecionados serão analisados mais detalhadamente.

Tabela 20 - Valor Bruto da Produção Rural, Valor Bruto da Produção por habitante e distribuição conforme produtos agropecuários, 2010

<i>Município</i>	<i>Valor Bruto da Produção (R\$)</i>	<i>VBP/hab. (R\$)</i>	<i>Distribuição por produtos agropecuários (%)</i>
Boa Ventura de São Roque	79.176.734,30	12.080,67	Soja (36), Tabaco (17), Leite bovino (14), Milho (8), Vaca-cria (4), outros (21).
Laranjal	46.758.014,07	7.351,89	Boi para corte (20), Carne bovina (19), Leite bovino (18), Garrote/novilha (11), Bezerros (7), outros (25).
Mato Rico	34.796.680,06	9.113,85	Soja (27), Boi para corte (16), Trigo (8), Bezerros (8), Feijão (7), outros (34).
Palmital	68.757.212,80	4.625,44	Leite bovino (21), Boi para corte (15), Carne bovina (13), Garrote/novilha (10), Soja (7), outros (34).
Pitanga	187.232.566,00	5.736,64	Soja (38), leite bovino (22), Milho (9), Feijão (5), Trigo (5), outros (21).
Santa Maria do Oeste	58.289.904,12	5.068,69	Soja (32), Leite bovino (14), Milho (7), Carne bovina (5), Garrote/novilha (5), outros (37).

Fonte: PARANÁ (2012b).

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, na Microrregião de Pitanga, há 11.061 estabelecimentos agrícolas (tabela 24) e, destes, 69,7% possuem bovinos, totalizando 349.792 cabeças (tabela 21). A criação de bovinos com a finalidade de abate é uma atividade histórica na região e é significativo o número de grandes fazendas que se dedicam a essa atividade. Por outro lado, a presença de bovinos nas pequenas propriedades também é uma forma de produção para consumo familiar, importante para a manutenção da família, seja na produção de carne ou leite. No caso da produção de leite, os dados revelam que do total do rebanho bovino da Microrregião de Pitanga, somente 9,5% são de vacas ordenhadas. Isso demonstra o peso que possui a produção de gado de corte na região e, por outro lado, mostra que a atividade leiteira (uma aposta importante para o segmento de

agricultores familiares) possui um grande potencial, uma vez que 45,1% das propriedades produzem leite e 34,3% comercializam o produto. As particularidades do mercado de produção de leite pelos agricultores familiares serão retomadas no próximo capítulo.

Tabela 21 - Produção pecuária (bovinos e produção de leite) nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2006

<i>Municípios</i>	<i>Número de estabelecimentos com bovinos</i>	<i>Número de cabeças de bovinos</i>	<i>Vacas ordenhadas no ano nos estabelecimentos agropecuários</i>	<i>Número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite no ano</i>	<i>Número de estabelecimentos agropecuários que venderam leite cru no ano</i>
Boa Ventura de são Roque	851	29.866	3.043	594	420
Laranjal	735	61.414	4.718	536	494
Mato Rico	535	30.881	1.312	223	154
Palmital	1.663	97.193	8.786	1.075	948
Pitanga	2.472	86.456	10.890	1.712	1.229
Santa Maria do Oeste	1.453	43.982	4.411	845	549
Microrregião de Pitanga	7.709	349.792	33.160	4.985	3.794

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Em relação aos principais produtos agrícolas produzidos na Microrregião de Pitanga (tabela 22), percebe-se que somente 1.634 estabelecimentos (14,8%) dedicam-se à produção de soja, revelando que essa atividade está concentrada em poucas e grandes propriedades, uma vez que esse é o principal produto na composição do Valor Bruto da Produção rural, com 171.024 toneladas no ano. Por outro lado, a produção de milho está presente em 6.955 propriedades (62,9%) e, apesar da produção ser muito superior à da soja (268.480 toneladas), não possui o mesmo significado na composição do Valor Bruto da Produção rural. A explicação para esse dado está no fato de que a produção de milho é uma atividade com características de produção para o consumo, utilizado para alimentação dos animais (como bovinos, suínos e aves) e, portanto, a quantidade comercializada tende a ser menor.

Tabela 22 - Produção agrícola (soja e milho) nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2006

<i>Municípios</i>	<i>Soja</i>		<i>Milho</i>	
	<i>Número de estabelecimentos que produziram</i>	<i>Quantidade produzida (ton)</i>	<i>Número de estabelecimentos que produziram</i>	<i>Quantidade produzida (ton)</i>
Boa Ventura de são Roque	310	39.757	821	30.265
Laranjal	13	1.570	530	6.729
Mato Rico	91	8.541	475	10.994
Palmital	79	6.284	1.371	19.938
Pitanga	857	88.966	2.430	162.777
Santa Maria do Oeste	284	25.906	1.328	38.777
Microrregião de Pitanga	1.634	171.024	6.955	269.480

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1995/1996 (tabela 23), nos municípios da Microrregião de Pitanga, é predominante a presença de propriedades baseadas na mão de obra familiar. De modo geral, os dados revelam que a maioria dos estabelecimentos era de agricultores familiares, que ocupavam aproximadamente a metade da área, empregando a maior parte das pessoas e eram responsáveis pela maior parte do Valor Bruto da Produção. A exceção fica para o município de Boa Ventura de São Roque, em que somente 36% do VBP era de estabelecimentos da agricultura familiar. Esse dado pode ser explicado pelo peso significativo da produção de soja em grandes estabelecimentos daquele município.

Tabela 23 - Número de estabelecimentos, área, valor bruto da produção (VBP) e pessoas ocupadas na agricultura familiar nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 1995/1996

<i>Municípios</i>	<i>Estabelecimentos</i>		<i>Área (ha)</i>		<i>VBP (Mil R\$)</i>		<i>Pessoas ocupadas</i>	
	<i>Total</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Boa Ventura de São Roque	1.044	88,4	25.507	43,0	6.106	36,6	3.032	84,3
Laranjal	1.065	93,8	20.973	41,9	2.573	51,6	3.754	86,7
Mato Rico	895	93,6	17.662	49,4	3.745	70,6	2.576	90,0
Palmital	1.952	93,4	40.741	52,0	7.734	69,6	5.965	90,9
Pitanga	3.783	90,7	84.352	56,2	21.000	65,4	11.071	89,8
Santa Maria do Oeste	2.099	84,1	45.518	55,7	6.253	64,4	7.642	92,5

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96. Elaboração: Convênio INCRA/FAO. Adaptações do autor.

De modo geral, a produção de soja e milho, incentivada pelo processo de modernização da agricultura brasileira no período da revolução verde também foi significativa nos municípios da Microrregião de Pitanga, sendo estes produtos produzidos em pequena escala praticamente por todos os agricultores e o processo de comercialização dava-se principalmente com a COAMO. No entanto, a partir dos anos 1980 e 1990, a produção desses dois produtos passou por um processo de concentração da produção em grandes propriedades altamente tecnificadas e com altos índices de produtividade, o que excluiu os pequenos produtores que precisaram buscar outras alternativas de geração de renda (figura 20).

Figura 20 - O processo de integração e “desintegração” dos agricultores com a COAMO



Fonte: Pesquisa de campo, maio de 2012.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 (tabela 24) demonstram que persiste a importância da agricultura familiar nos municípios e no estado do Paraná. Percebe-se que a maioria dos estabelecimentos continua sendo de agricultores familiares, no entanto, ocupam a menor parte das terras e vivem em situação de pobreza e êxodo dos jovens (figura 21).

Figura 21 - Família de agricultores familiares sem a presença dos filhos



Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2011.

Observando as tabelas 23 e 24, percebe-se que houve uma diminuição significativa na área ocupada pelos estabelecimentos familiares. De acordo com os dados das duas tabelas, em 1995/1996, havia 10.838 estabelecimentos familiares que ocupavam 234.753 hectares (média de 21,7ha) na Microrregião de Pitanga. Já em 2006, havia 9.190 estabelecimentos ocupando 141.427 hectares (média de 15,4ha). Portanto, além da redução no número de estabelecimentos familiares e da redução da área ocupada por estes, houve uma redução no

tamanho médio da propriedade na ordem de 29,0%. Essas características foram observadas em todos os municípios da Microrregião, o que nos leva à concentração fundiária nesses municípios, que é histórica e tem-se agravado nos anos mais recentes.

Tabela 24 - Estabelecimento e área da agricultura familiar nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2006

<i>Municípios</i>	<i>Total de Estabelecimentos*</i>	<i>Área Total (ha)*</i>	<i>Agricultura familiar Lei nº 11.326</i>			
			<i>Estabelecimentos</i>		<i>Área (ha)</i>	
			<i>Total*</i>	<i>%*</i>	<i>Total*</i>	<i>%*</i>
Boa Ventura de São Roque	1.270	49.165	1.024	80,6	14.609	29,7
Laranjal	854	41.874	725	84,9	11.809	28,2
Mato Rico	745	36.158	570	76,5	9.784	27,1
Palmital	2.079	78.336	1.789	86,1	28.489	36,4
Pitanga	3.748	146.061	3.106	82,9	49.225	33,7
Santa Maria do Oeste	2.365	68.117	1.976	83,6	27.511	40,4
Microrregião de Pitanga	11.061	419.707	9.190	83,1	141.428	33,7
PARANÁ	371.051	15.286.534	302.907	81,6	4.249.882	27,8

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. (*) Tabulações do autor.

A concentração fundiária pode ser observada na tabela 25. Anteriormente, apontou-se que os estabelecimentos familiares na Microrregião de Pitanga possuem, em média, 15,4ha. Os dados da tabela revelam que 64,9% dos estabelecimentos possuem menos de 20ha e detém apenas 13,9% da área e 27,1% possuem menos de 5ha. Nas propriedades com menos de 1ha existe um conjunto de estabelecimentos que, provavelmente, fazem parte das Vilas Rurais⁸⁹ que possuem área de 5.000 m² cada. Por outro lado, 7,1% dos estabelecimentos possuem mais de 100ha e detém 59,3% da área. Nos estratos superiores, destacam-se cinco propriedades com mais de 2.500ha, estando quatro localizadas no município de Pitanga e uma no município de Mato Rico (figura 22). Conforme já apontado no início deste capítulo, a região central do Estado do Paraná apresenta um histórico de grandes propriedades e os dados demonstram que o processo de concentração fundiária tem se agravado nos anos mais recentes.

⁸⁹ O programa Vila Rural foi criado pelo governador Jaime Lerner, em 1995, e pretendia distribuir aos trabalhadores volantes uma área de 5.000 m², uma moradia, um galinheiro, um depósito de produtos, instrumentos de trabalho, insumos e treinamento. No Estado do Paraná, foram criadas 412 Vilas Rurais em 273 dos 399 municípios. A avaliação do Programa é bastante controversa e existe vasta literatura sobre ele.

Tabela 25 - Número e área dos estabelecimentos por estratos de área na Microrregião de Pitanga (PR), 2006

Estratos de Área (ha)	Estabelecimentos		Área (ha)	
	Total	%*	Total	%*
Menos de 1	908	8,2	356	0,1
De 1 a menos de 5	2.094	18,9	6.724	1,6
De 5 a menos de 10	1.566	14,2	12.067	2,9
De 10 a menos de 20	2.606	23,6	39.092	9,3
De 20 a menos de 50	1.970	17,8	61.395	14,6
De 50 a menos de 100	723	6,5	51.108	12,2
De 100 a menos de 200	381	3,4	53.335	12,7
De 200 a menos de 500	299	2,7	89.627	21,4
De 500 a menos de 1000	86	0,8	58.487	13,9
De 1000 a menos de 2500	20	0,2	28.947	6,9
De 2500 ha e mais	5	0,0	18.566	4,4
Produtor sem área	403	3,6	0	0,0
Total	11.061	100,0	419.707	100,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. (*) Tabulações do autor.

Figura 22 - O arame farpado delimita as grandes propriedades dedicadas à criação de gado de corte no trecho de 45 km de estrada de chão que liga os municípios de Pitanga e Mato Rico



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2010.

Se, por um lado, a agricultura familiar enfrenta o problema da concentração de terras na Microrregião de Pitanga, por outro, teve o aceno de políticas públicas de reforma agrária e de crédito. Os municípios foram alvo de programas de Reforma Agrária, sendo, entre os anos de 1988 e 2006, assentadas 1.012 famílias com a implantação de 17 assentamentos, sendo 3 no município de Laranjal, 7 em Palmital, 4 em Pitanga e 3 em Santa Maria do Oeste (IPARDES, 2007). Os dados do Censo Agropecuário de 2006 revelaram que existem 717 estabelecimentos agropecuários cujos produtores são assentados sem titulação definitiva; 72 em Boa Ventura de São Roque, 231 em Laranjal, 1 em Mato Rico, 206 em Palmital, 93 em Pitanga e 114 em Santa Maria do Oeste.

Além da reforma agrária, destaca-se a política de crédito específica para a agricultura familiar, o PRONAF.⁹⁰ Os dados da tabela 26 demonstram que dos 9.190 estabelecimentos familiares da Microrregião de Pitanga, 4.737 (51,5%) obtiveram financiamento no ano/safra 2006/2007. No município de Laranjal, por exemplo, esse valor chegou a beneficiar 78,2% dos agricultores familiares. Entretanto, para o ano/safra 2009/2010 houve uma redução no número de contratos, diminuindo para 2.410, o que significa uma redução de 49,1%. Essa redução ocorreu em todos os municípios, chegando a ultrapassar os 60,0% em Laranjal e Santa Maria do Oeste. A explicação para essa diminuição deve-se “às frustrações de safras, securitização de dívidas, PROAGROS que foram negados, bem como, a inadimplência que em alguns municípios está acima do mínimo” (KÖNIG *et al.*, 2011, p. 55).

Tabela 26 - Número de contratos, valor médio por contrato e proporção de agricultores familiares beneficiados com o PRONAF nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), ano safra 2006/2007 e 1009/2010

Municípios	Ano Safra 2006/2007			Ano Safra 2009/2010		
	Número de contratos	Valor médio por contrato (R\$)*	Proporção de agricultores familiares beneficiados (%)*	Número de contratos	Valor médio por contrato (R\$)*	Proporção de agricultores familiares beneficiados (%)*
Boa Ventura de São Roque	353	6.638,38	34,5	247 (-30%)	9.143,53	24,1
Laranjal	567	7.207,07	78,2	212 (-63%)	6.801,68	29,2
Mato Rico	341	6.718,91	59,8	161 (-53%)	9.049,12	28,2
Palmital	1.288	5.665,56	72,0	583 (-55%)	7.842,61	32,6
Pitanga	1.350	6.055,41	43,5	919 (-32%)	9.947,55	29,6
Santa Maria do Oeste	838	6.633,01	42,4	288 (-66%)	8.788,45	14,6

Fonte: König *et al.* (2011, p. 55). (*) Tabulações do autor.

Os dados apresentados neste capítulo sugerem que a Microrregião de Pitanga constitui um caso singular no Estado do Paraná, conforme pode ser percebido na tabela 27.

Tabela 27 - Síntese de indicadores comparando a Microrregião de Pitanga com o Estado do Paraná

Microrregião Estado	Índice de Desenvolvimento	% população com renda até R\$ 70,00	Renda per capita (R\$)	Taxa de pobreza	% de famílias com Bolsa Família	% População rural	% população ocupada na agropecuária	% Agricultura Familiar
Pitanga	0,5824	10,8	350,0	54,2	43,1	52,8	78,7	83,1
Paraná	0,6763	1,8	747,0	20,9	14,1	14,7	21,0	81,6

Fonte: Síntese de dados das tabelas anteriores. Elaboração do autor, 2012.

Numa perspectiva histórica, percebe-se que os municípios apresentam um baixo índice de desenvolvimento, principalmente devido ao indicador renda que, além de ser baixa, é

⁹⁰ O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar) foi criado em 1997. Para um histórico sobre o programa veja-se o texto de SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI (2004).

concentrada, o que se reflete na grande taxa de pobreza, sobretudo nas famílias que vivem no meio rural. A pobreza também é percebida no acesso deficitário da população aos serviços básicos e bens de consumo. Por outro lado, fez dessas famílias público alvo de programas sociais de combate à pobreza, como é o caso do Bolsa Família, que é recebido por aproximadamente 1/3 das famílias. A outra particularidade dessa região é a sua dinâmica essencialmente rural, considerando a sua baixa densidade demográfica e que a maior parte da população reside no perímetro rural dos municípios e a sua principal ocupação reside nas atividades agropecuárias em estabelecimentos de agricultores familiares.

A reprodução social desses agricultores passa por um conjunto de processos como a produção destinada ao consumo, o acesso às políticas públicas (que, muitas vezes, cumprem um papel de redistribuição), as relações de reciprocidade e as suas relações com mercados através da comercialização de um conjunto variado de produtos. O objetivo desta tese está em compreender, numa perspectiva institucional, a estrutura e a dinâmica dos mercados a que esses agricultores tem acesso. Diante da variedade de relações mercantis dessas famílias, conforme já destacado, optou-se por analisar três dinâmicas distintas. A primeira delas deriva da importância atribuída à produção de leite nas pequenas propriedades de agricultores familiares. Conforme analisado anteriormente, o leite é comercializado por aproximadamente 1/3 dos estabelecimentos, no entanto 45,1% produzem leite. Assim, a produção de leite apresenta-se como uma aposta para a geração de renda e sua produção o desenvolvimento rural da região, considerando que existe grande demanda pelo produto e sua produção constituir potencialidade inerente à região. A segunda dinâmica escolhida é uma experiência inovadora que envolve poucos agricultores, no entanto, apresenta-se como uma alternativa diferenciada da produção de *commodities* como é o caso do leite. Trata-se da produção e comercialização de plantas medicinais produzidas de forma orgânica em sistema de agro-florestas. Portanto, uma iniciativa totalmente inovadora em relação ao leite que possui uma lógica muito distinta, pois surge com o trabalho de ONG's junto aos movimentos de agricultores organizados. Muito diferente da relação tradicional entre produtor e agroindústria, mediado por atravessadores, como na produção de leite. Para contrapor essas duas dinâmicas escolheu-se uma terceira que contempla a ação do Estado através de suas políticas públicas de redução da pobreza no meio rural. Trata-se do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultora Familiar (PAA). Neste caso, de forma diferenciada do Programa Bolsa Família – trata-se de uma ação estruturante e não assistencialista – para reduzir a pobreza, proporcionando aos agricultores uma forma de comercialização de seus produtos e, conseqüentemente, uma fonte de renda extra. Considerando que o PAA é executado em

diferentes modalidades, escolheu-se a modalidade Compra Direta com Doação Simultânea por ser única a que os agricultores da Microrregião de Pitanga tem acesso. Compreender a estrutura e dinâmica desses três mercados será o objetivo do próximo capítulo.

4 OS MERCADOS DA POBREZA: ANÁLISE DE DIFERENTES FORMAS DE INTEGRAÇÃO MERCANTIL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Figura 23 - Os mercados da pobreza



Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2011.

A reprodução social da agricultura familiar ocorre através de um conjunto de estratégias como, por exemplo, a produção para o consumo, as relações de reciprocidade, o acesso às políticas públicas e, é claro, a geração de renda através da comercialização de diversos produtos. O enfoque desta tese são justamente as trocas mercantis realizadas pelos agricultores e, entre o leque de possibilidades, escolheu-se três dinâmicas: a produção de leite como uma forma tradicional de produção de uma *commoditie*; as plantas medicinais como uma forma inovadora de acesso aos mercados e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar que demonstra a intervenção do Estado na criação de um mercado através de uma política pública. O universo da pesquisa engloba aproximadamente 3.150 produtores de leite⁹¹, 50 produtores de plantas medicinais (estimativa) e 349 agricultores que forneceram produtos para o PAA em 2011.

⁹¹ De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, na Microrregião de Pitanga 3.794 estabelecimentos vendem leite e considerando que 83,2% são de estabelecimentos familiares chega-se ao número aproximado de 3.150 estabelecimentos familiares que vendem leite, o que constitui o universo de agricultores familiares que participam deste mercado.

Escolher uma fotografia para representar “os mercados da pobreza” foi uma tarefa difícil. Durante as pesquisas exploratórias realizadas em 2010 e a pesquisa de campo propriamente dita, realizada em 2011 e 2012, foram tiradas 966 fotografias para tentar captar elementos que pudessem ser utilizados na análise destes mercados. A figura 23, apresentada como epígrafe deste capítulo, pode ser lida de diversas formas, entretanto ela demonstra um conjunto de elementos que serão abordados aqui. Ao fundo da foto está uma pequena propriedade de agricultores familiares pobres, inserida entre grandes fazendas que se dedicam à produção de gado de corte ou ao cultivo de soja. Os baldes na plataforma rústica de madeira são utilizados para entregar o leite para o transportador. Ao lado, há uma pequena pedra colocada cuidadosamente sobre um bilhete, contendo algumas encomendas dos agricultores para os transportadores, ou, pode ser o famoso e tão esperado “cheque do leite”. Portanto, um primeiro aspecto abordado é o “elo” constituído através do mercado entre as propriedades agrícolas, muitas vezes distantes e isoladas, com a sociedade envolvente. Isso ocorre através da comercialização de diversos produtos, como do leite. Um segundo aspecto a ser destacado são as instituições que moldam esse “elo”, representado por um conjunto de normas formais e informais que dão forma a essa relação. No caso da foto, percebe-se que a forma de comercialização do leite está totalmente em desacordo com os parâmetros higiênico-sanitários estabelecidos nas Instruções Normativas do Ministério da Agricultura. Os baldes com o leite podem ficar horas ao sol, esperando serem recolhidos e misturados com outros leites produzidos com outros padrões e que ficaram em resfriadores até o momento da coleta. Esses são apenas dois aspectos que se podem abstrair da foto 06 em relação aos mercados da pobreza, que serão analisados com mais detalhes na sequência deste capítulo. Ao final, pretende-se dar mais significado para esta imagem.

4.1 LEITE: UM MERCADO TRADICIONAL DE PRODUÇÃO DE *COMMODITIES*

O mercado do leite, aqui denominado de mercado tradicional, trata-se da produção e comercialização de uma *commoditie* que apresenta uma relação entre agricultores com agroindústrias, por vezes, intermediada pelos transportadores terceirizados. Atualmente é apontada como a principal estratégia de desenvolvimento rural para a Microrregião de Pitanga e envolve, aproximadamente, 3.150 agricultores familiares. Para analisar este mercado, o texto que segue está estruturado em quatro partes. Primeiro, aborda-se os antecedentes históricos desta produção e analisam-se dados quantitativos relativos ao rebanho bovino e a produção de leite. Na segunda, enfatizam-se os aspectos do processo de produção de leite,

com ênfase na genética, alimentação e manejo. Na terceira parte a atenção volta-se especificamente para o processo de comercialização, com destaque para a armazenagem, transporte, agroindústrias e preços. Por fim, procura-se fazer um quadro síntese do mercado do leite.

4.1.1 Antecedentes e estatísticas da produção de leite

A criação de gado é uma atividade presente na Microrregião de Pitanga mesmo antes do seu efetivo processo de ocupação por “colonizadores brancos”. Num primeiro momento, servindo de rota de passagem das tropas de gado que vinham do Rio Grande do Sul com destino a São Paulo. Num segundo momento, a região passa a ser um centro de invernagem de gado no caminho das tropas. Posteriormente, no seu processo de colonização, prevaleceram grandes propriedades que se dedicaram à criação de gado de corte (figura 24). O significado dessa atividade na atualidade pode ser percebido no peso que possui na composição do PIB rural, como, por exemplo, no município de Laranjal em que chega a 57%, conforme dados apresentados no capítulo 3 (tabela 20).

Figura 24 - A criação de gado de corte de forma extensiva em grandes propriedades é uma das principais atividades econômicas dos municípios



Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2010.

Por outro lado, a produção de leite é uma dessas atividades que sempre estiveram presentes na maioria das propriedades agrícolas com a finalidade de consumo familiar, sobretudo nas pequenas propriedades de agricultores familiares (figura 25). Porém, é a partir

do momento em que outras atividades como, por exemplo, algodão, a soja, milho, suínos e bicho da seda deixam de ser uma atividade interessante para produzir em pequena escala, vender leite passou a significar uma nova estratégia de geração de renda para essas famílias, processo que se intensificou nos anos 1990.

Atualmente, a produção de leite constitui-se numa importante fonte de geração de renda para a maioria dos pequenos agricultores e a atividade é apontada como uma das principais estratégias de desenvolvimento do meio rural, tanto nos discursos de representantes do poder público como das entidades representativas dos agricultores. Constitui uma forma tradicional de comercialização com intermediários (leiteiros) e agroindústrias (pequenos laticínios). Trata-se de mercado fortemente marcado pela atuação dessas agroindústrias. Na classificação de Wilkinson (2008), trata-se de um mercado de *commodities* que possui uma intermediação via atravessador e integração com a agroindústria.

Figura 25 - A vaca como uma estratégia de segurança alimentar na propriedade



Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2011.

De modo geral, percebe-se que existe uma demanda crescente pelo produto e a expectativa é dobrar ou até triplicar essa produção. Entretanto, há vários “gargalos” como, por exemplo, os baixos índices de produtividade; problemas higiênico-sanitários, sobretudo no que se refere à ordenha que é basicamente manual; dificuldade de implantar a inseminação artificial, o que reflete na qualidade genética dos animais e, conseqüentemente, na produtividade; a distância até as propriedades associada às péssimas condições das estradas e geografia acidentada, o que reduz o preço pago pelos laticínios devido à dificuldade do transporte. Por outro lado, existe um processo de organização para enfrentar essas

dificuldades como, por exemplo, a instalação de resfriadores comunitários de leite e a organização de parte dos produtores numa cooperativa.

De acordo com os dados da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE, em 2010, o Brasil produziu 30.715.460.000 litros de leite. O estado do Paraná participou com 11,17% (3.595.775.000 litros), sendo o terceiro maior produtor do país, atrás de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, respectivamente. No estado do Paraná, a Mesorregião Centro-Sul participou com 472.573.000 litros (13,14% do Estado) ficando atrás da Macrorregião Oeste e Sudoeste. Em se tratando das Microrregiões, Pitanga participa com 2,71% e é a décima primeira colocada entre as 39 microrregiões. Em 2010, a Microrregião de Pitanga tinha um rebanho bovino de 407.152 cabeças, sendo 13,1% vacas ordenhadas, que produziam 97.373 mil litros de leite, uma média de 6,1 litros por vaca por dia (tabela 28).

Tabela 28 - Rebanho bovino, vacas ordenhadas e produção de leite na Microrregião de Pitanga (PR), 1990 – 2010

Ano	Rebanho bovino		Vacas ordenhadas			Produção de leite (mil litros)		
	Total	Var.*	Total	Var.*	%**	Total	Var.*	Média***
1990	160.500	100,0	11.800	100,0	7,4	16.017	100,0	4,5
1991	156.219	-2,7	11.900	+0,9	7,6	16.320	+1,9	4,6
1992	159.000	+1,8	12.450	+4,6	7,8	17.571	+7,7	4,7
1993	162.942	+2,5	13.050	+4,8	8,0	18.397	+4,7	4,7
1994	190.550	+16,9	14.838	+13,7	7,8	21.197	+15,2	4,8
1995	211.070	+10,8	16.800	+13,2	8,0	24.114	+13,8	4,8
1996	249.623	+18,3	18.130	+7,9	7,3	20.707	-14,1	3,8
1997	273.520	+9,3	17.570	-3,1	6,4	20.373	-1,6	3,9
1998	275.680	+0,8	17.895	+1,9	6,5	21.129	+3,7	3,9
1999	279.479	+1,4	18.028	+0,7	6,5	21.044	-0,4	3,9
2000	257.310	-7,9	17.447	-3,2	6,8	19.795	-5,9	3,8
2001	270.980	+5,3	17.636	+1,1	6,5	19.892	+0,5	3,8
2002	271.538	+0,2	17.656	+0,1	6,5	19.920	+0,1	3,8
2003	271.903	+0,1	19.735	+11,8	7,3	23.048	+15,7	3,9
2004	348.727	+28,3	27.747	+40,6	8,0	59.839	+159,6	7,2
2005	322.233	-7,6	28.095	+1,3	8,7	41.823	-30,1	5,0
2006	371.333	+15,2	28.405	+1,1	7,7	45.035	+7,7	5,3
2007	361.866	-2,6	27.665	-2,6	7,7	49.059	+8,9	5,9
2008	387.959	+7,2	28.180	+1,9	7,3	53.264	+8,6	6,3
2009	404.857	+4,4	53.357	+89,3	13,2	57.113	+7,2	3,6
2010	407.152	+0,6	53.300	-0,11	13,1	97.373	+70,5	6,1

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal, 2012. Tabulações do autor: (*) variação percentual em relação ao ano anterior; (**) proporção de vacas ordenhadas em relação ao rebanho total; (***) produtividade média (litros por vaca por dia) considerando uma lactação de 300 dias.

Na tabela 28, apresenta-se a evolução da produção de leite na Microrregião de Pitanga nas duas últimas décadas. No período analisado, percebe-se que o tamanho do rebanho bovino passou de 160.500 em 1990 para 407.152 em 2010 (um aumento de 153,7%), tendo, no mesmo período, o número de vacas ordenhadas aumentado 351,7%, passando de 11.800 para 53.300 cabeças, demonstrando como a atividade leiteira ganhou espaço nesse período. Em

1990, o percentual de vacas ordenhadas era de 7,4% e, em 2010 chega a 13,1%. A intensificação da atividade de produção de leite nos anos 1990 pode ser percebida principalmente no período de 1994-1996 com um aumento considerável no rebanho bovino, vacas ordenhadas e, conseqüentemente, na produção de leite. No entanto, esse aumento não é acompanhado de um aumento da produtividade média, o que demonstra que houve um aumento nas vacas ordenhadas, sem um investimento em alimentação, manejo e genética. A produtividade, inclusive, apresenta queda nos anos subseqüentes. O segundo momento de destaque é o ano de 2004, em que o aumento do rebanho é de 28,3%, e nas vacas ordenhadas, de 40,6%, o que impacta num aumento de 159,6% na quantidade de leite produzido. Nesse caso, o que diferencia do período de 1994-1996 é que houve um aumento considerável na produtividade que chega ao recorde histórico de 7,2 litros por vaca por dia. Nesse caso, acredita-se, que, diferentemente do período de 1994-1996 isso se deva aos investimentos que foram realizados em pastagens, manejo e genética dos animais em anos anteriores, ou seja, de “tiradores de leite” caminha-se para um processo de “produtores de leite”. Mesmo assim, a produtividade atual de 6,1 litros por vaca por dia é muito baixa comprando-se, por exemplo, com as duas maiores regiões produtoras (Mesorregião Oeste e Sudoeste)⁹² do Estado do Paraná, que apresentaram uma produtividade média 10,4 e 11,9 respectivamente. É menor, inclusive, que a média do Estado que é de 7,7 litros por vaca por dia.

Para compreender o comportamento da produção de leite nos municípios da Microrregião de Pitanga serão analisados os dados do Censo Agropecuário de 2006 nas tabelas 29, 30 e 31.

De acordo com os dados da tabela 29, no ano de 2006, havia um total de 11.061 estabelecimentos agropecuários, contando 69,7% com rebanho bovino, reforçando a importância de tal atividade econômica já destacada anteriormente. Por outro lado, do total de estabelecimentos agropecuários, em 45,1% havia produção de leite, o que demonstra que é uma atividade importante tanto do ponto de vista do consumo familiar como também para a geração de renda, pois, dos 4.985 estabelecimentos que produzem leite, 3.794 também comercializaram o produto. Assim, do total de estabelecimentos agropecuários da Microrregião de Pitanga, 34,3% venderam leite no ano de 2006. O destaque fica para o município de Laranjal, em que 57,8% dos estabelecimentos agropecuários venderam leite. Pelas entrevistas realizadas com os técnicos da EMATER dos seis municípios, percebeu-se

⁹² De acordo com os dados da Pesquisa Pecuária Municipal de 2010, a Mesorregião Oeste foi a maior produtora de leite do Estado do Paraná (887.705 mil litros) com um rebanho de 285.860 vacas ordenhadas. Já a Mesorregião Sudoeste é a segunda colocada (apesar da maior produtividade), com 848.342 mil litros e um rebanho de 236.847 vacas ordenhadas.

que tal atividade é desenvolvida principalmente por pequenos agricultores familiares, já que os grandes produtores dedicam-se principalmente à produção de gado de corte. Portanto, a importância desta atividade é expressiva e parece ser oportuno focalizar a produção de leite como uma importante estratégia de desenvolvimento rural da região.

Tabela 29 - Número total de estabelecimentos agropecuários, estabelecimentos com bovinos, estabelecimentos que produziram leite e estabelecimentos que venderam leite nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2006

<i>Municípios</i>	<i>Número total de estabelecimentos agropecuários</i>	<i>Estabelecimentos com bovinos</i>		<i>Estabelecimentos que produziram leite</i>		<i>Estabelecimentos que venderam leite</i>	
		<i>Número</i>	<i>%*</i>	<i>Número</i>	<i>%**</i>	<i>Número</i>	<i>%***</i>
Boa Ventura de São Roque	1.270	851	67,0	594	46,8	420	33,1
Laranjal	854	735	86,1	536	62,8	494	57,8
Mato Rico	745	535	71,8	223	29,9	154	20,7
Palmital	2.079	1.663	80,0	1.075	51,7	948	45,6
Pitanga	3.748	2.472	66,0	1.712	45,7	1.229	32,8
Santa Maria do Oeste	2.365	1.453	61,4	845	35,7	549	23,2
Microrregião de Pitanga	11.061	7.709	69,7	4.985	45,1	3.794	34,3

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Tabulações do autor: (*) proporção de estabelecimentos agropecuários que possuem bovinos em relação ao número total de estabelecimentos; (**) proporção de estabelecimentos agropecuários que produziram leite em relação ao total de estabelecimentos agropecuários; (***) proporção de estabelecimentos agropecuários que venderam leite em relação ao total de estabelecimentos agropecuários.

Seguindo a análise do significado da produção de leite nos municípios da Microrregião de Pitanga (tabela 30), percebe-se que somente 9,5% do rebanho bovino é de vacas ordenhadas, demonstrando que a produção de gado de corte prevalece nesses municípios. O caso mais significativo é o município de Mato Rico, com percentual de 4,2%, tornando-se justamente o município em que a menor proporção de estabelecimentos se dedicou à produção de leite (29,9%) e à comercialização (20,7%), conforme tabela 29. Outro aspecto é a relação entre a quantidade de leite produzida e vendida. O que se percebe nos dados é que a maior parte (95,7%) da produção é destinada para a comercialização, o que ocorre em todos os municípios. Mesmo assim, isso não tira o significado do leite para o consumo familiar, uma vez que se considerar que são produzidos 52.268.000 litros de leite e que, destes, são comercializados 50.043.000, restam 2.225.000 litros (4,3%) destinados ao consumo familiar nos 4.985 estabelecimentos que produziram leite, o que significa um consumo de 446,3 litros por família por ano, ou seja, aproximadamente 1,2 litros por dia. A terceira variável significativa da tabela refere-se à produtividade. A média da Microrregião de Pitanga é de 5,3 litros por vaca dia, uma produtividade 124,5% inferior à obtida na Microrregião Sudoeste que é de 11,9. Nesse quesito, o destaque fica para os municípios de Boa Ventura de São Roque e Pitanga onde essa média ultrapassa 6,0 litros.

Tabela 30 - Número efetivo de bovinos, vacas ordenhadas, quantidade de leite produzida e vendida nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2006

Municípios	Número efetivo de bovinos (cabeças)	Vacas ordenhadas		Quantidade produzida de leite (mil litros)		Quantidade vendida de leite (mil litros)	
		Número	%*	Total	Média**	Total	%***
Boa Ventura de São Roque	29.866	3.043	10,2	5.974	6,5	5.710	95,6
Laranjal	61.414	4.718	7,7	6.369	4,5	6.234	97,9
Mato Rico	30.881	1.312	4,2	1.680	4,3	1.556	92,6
Palmital	97.193	8.786	9,0	12.067	4,6	11.676	96,8
Pitanga	86.456	10.890	12,6	20.085	6,1	19.270	95,9
Santa Maria do Oeste	43.982	4.411	10,0	6.093	4,6	5.597	91,9
Microrregião de Pitanga	349.792	33.160	9,5	52.268	5,3	50.043	95,7

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Tabulações do autor: (*) proporção de vacas ordenhadas em relação ao número efetivo de bovinos; (**) média de litros por vaca por dia considerando uma lactação de 300 dias. (***) Proporção de leite vendido em relação à quantidade de leite produzido.

O significado econômico da produção de leite para os municípios pode ser percebido na tabela 31. Em 2006, o PIB da Microrregião de Pitanga era de R\$ 496.705,00, sendo 31,1% do valor adicionado da agropecuária e, destes, 12,0% referia-se ao leite comercializado. Novamente o município de Mato Rico fica em destaque, pois é o único em que o valor adicionado da agropecuária é de 50,0%, entretanto o leite representa somente 4,6%, o que reforça os dados anteriores em relação à maior expressão do gado de corte nesse município (tabela 30).

Tabela 31 - PIB, Valor adicionado da agropecuária, valor da produção de leite e valor da venda de leite nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2006

Municípios	PIB (mil reais)	Valor adicionado da agropecuária (mil reais)		Valor da produção de leite (mil reais)		Valor da venda de leite (mil reais)	
		Total	%*	Total	%**	Total	%***
Boa Ventura de São Roque	60.879	24.315	39,9	2.291	9,4	2.194	9,0
Laranjal	29.396	13.017	44,3	2.283	17,5	2.237	17,2
Mato Rico	21.853	10.931	50,0	549	5,0	508	4,6
Palmital	78.875	21.168	26,8	4.410	20,8	4.264	20,1
Pitanga	256.833	66.902	26,0	7.555	11,3	7.253	10,8
Santa Maria do Oeste	48.869	18.133	37,1	2.189	12,1	2.010	11,1
Microrregião de Pitanga	496.705	154.466	31,1	19.277	12,5	18.466	12,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Tabulações do autor: (*) proporção do valor adicionado da agropecuária ao PIB; (**) proporção do valor da produção de leite em relação ao valor adicionado da agropecuária; (***) proporção do valor da venda de leite em relação ao valor adicionado da agropecuária.

Os dados secundários apresentados até aqui demonstram alguns aspectos da importância da produção de leite nos municípios da Microrregião de Pitanga. Trata-se de uma produção que tem ocupado um espaço significativo nas duas últimas décadas, seja no número de vacas ordenhadas, seja na produção total de leite e no aumento da produtividade (tabela 27). Os dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE) mostram que o leite era produzido em

45,1% dos estabelecimentos agrícolas, sendo comercializado em 34,3% (tabela 29). A proporção de vacas ordenhadas era de 9,5% com produtividade média de 5,3 litros por vaca por dia (tabela 30). Considerando o Produto Interno Bruto, ressalta-se que o valor do leite comercializado corresponde a 12,0% do valor adicionado da agropecuária (tabela 31). Esses dados representam a relevância desta atividade nos municípios e justificam um potencial que lhe está sendo atribuído como uma alternativa para o desenvolvimento rural da Microrregião de Pitanga. Nas páginas que seguem pretende-se demonstrar como funciona esse mercado com mais detalhes da pesquisa de campo.

4.1.2 Características do Processo de Produção de Leite

Para compreender as condições de produção da atividade leiteira será analisado o tripé básico formado por genética – alimentação – manejo. Em relação à genética dos animais destinados à produção de leite nos municípios da Microrregião de Pitanga destaca-se a persistência de características do gado de corte, o que é uma tradição já destacada anteriormente. No entanto, os agricultores passaram a se dedicar a produção de leite nos anos mais recentes e ainda não investiram num processo de melhoramento genético dos animais. Como diz um ditado muito popular entre os técnicos, “são tiradores de leite”, que passaram a ordenhar vacas que antes eram destinadas à produção de carne. Na figura 26, pode-se observar bem essas características de gado de corte presentes no rebanho que, agora destina-se à produção de leite. Repare-se, por exemplo, o animal branco da direita, trata-se de uma vaca nelore. As demais vacas são mestiças e não há ainda a prática expressiva da inseminação artificial, que, apesar de presente nos municípios, ainda encontra dificuldades para sua aceitação entre os produtores, sobretudo considerado os aspectos logísticos para sua implementação. As estradas mal conservadas e as propriedades são distantes, o que dificulta a comunicação entre os agricultores e um profissional que faça o processo de inseminação. Na expectativa de melhorar a genética do rebanho, há produtores que optam pela aquisição de vacas adultas ou novilhas, no entanto, isso implica um alto investimento e, ainda, há o problema da adaptação dos animais. Muitos agricultores preferem manter um reprodutor na propriedade, o que compromete o processo de melhoramento genético do gado, seja pelas características insuficientes para a produção de leite, seja por causa da mestiçagem que acaba ocorrendo. O fato é que, do ponto de vista do melhoramento genético, há um longo caminho a ser percorrido, iniciando pela mudança de percepção dos agricultores em relação ao processo, pois é muito diferente de produzir gado de corte.

Figura 26 - Características genéticas das vacas destinadas à produção de leite



Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2011.

Em relação à alimentação, permanece a mesma dificuldade apontada anteriormente, ou seja, os agricultores passaram a tirar leite de animais que estão em pastagens que eram destinadas ao gado de corte, que são mais extensivas, de baixa qualidade e sem uma melhoria, seja do ponto de vista da adubação seja no que se refere a diferentes variedades mais indicadas para a produção de leite. Conforme pode ser analisado na figura 27, a maioria dos agricultores que produzem leite mantém seus animais em pastagens localizadas em áreas com grande declividade, o que provoca um grande gasto de energia do animal para se alimentar e acaba comprometendo a produção de leite. Na pesquisa de campo, foram visitados agricultores que já estão utilizando silagem, pastagens de inverno e sistemas de pastagem rotativa. Mas são casos mais específicos e não representam a maioria. De modo geral a situação inverte-se se comparada com regiões em que a atividade leiteira está mais desenvolvida. A produção de leite aumenta no verão, devido às pastagens naturais, e diminui no inverno, pois os produtores ainda não têm o hábito de semear pastagens de inverno. *“Nós temos altos e baixos na produção de leite durante o ano. No verão, quando tem bastante pasto tem muito leite e no inverno tem pouco pasto e pouco leite e é quando o preço é mais alto”* (Entrevista 10, Representante de Agroindústria, 05 de maio de 2011).

Figura 27 - Características das pastagens destinadas ao gado leiteiro



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2010.

A tabela 32 apresenta dados relativos às condições das pastagens. Ao todo, os municípios da microrregião de Pitanga possuem uma área agrícola de 419.711 hectares e destes, 187.423 com pastagens, ou seja, 44,7%. No que se refere às condições das pastagens apresenta-se a seguinte condição: 11,6% com pastagens naturais, 10,3% são pastagens plantadas degradadas e 78,1% de pastagens plantadas em boas condições. Entretanto, essa “boa condição” está diretamente ligada à criação de gado de corte, que predomina nos municípios.

Tabela 32 - Área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, área com pastagem, área com pastagem natural, área com pastagem plantada degradada e área com pastagem plantada em boas condições nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2006

Municípios	Área total (ha)*	Área com pastagem*		Pastagens naturais		Pastagens plantadas degradadas		Pastagens plantadas em boas condições	
		ha	%	ha	%*	ha	%*	ha	%*
Boa Ventura de São Roque	49.165	14.464	29,4	4.388	30,3	887	6,1	9.189	63,5
Laranjal	41.874	31.285	74,7	5.346	17,1	376	1,2	25.563	81,7
Mato Rico	36.158	17.620	48,7	492	2,8	3.835	21,8	13.293	75,4
Palmital	78.336	51.973	66,3	4.178	8,0	5.591	10,8	42.204	81,2
Pitanga	146.061	46.028	31,5	5.152	11,2	5.923	12,9	34.953	75,9
Santa Maria do Oeste	68.117	26.053	38,2	2.252	8,6	2.716	10,4	21.085	80,9

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. (*) Tabulações do autor.

No quesito manejo, a situação é ainda mais complicada, especialmente considerando o processo de ordenha, muito delicado devido às possibilidades de contaminação que pode ocorrer. De modo geral, conforme pode ser visualizado na figura 28, a grande maioria dos agricultores ainda realiza a ordenha manual e em locais totalmente inadequados perante uma

legislação muito criteriosa, conforme as Instruções Normativas 51 e 62 do Ministério da Agricultura⁹³. “O Ministério cobra com a Normativa 51, mas não dá para repassar, 80 a 90 % dos produtores não se enquadram, estão uns 20, 30 anos atrasados, principalmente nos assentamentos é muito difícil, é longe e as estradas são ruins” (Entrevista10, Representante de Agroindústria, 05 de maio de 2011).

Figura 28 - Local e condições de ordenha



Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2012.

Figura 29 - Os vasilhames para acondicionar o leite exigem alguns cuidados para evitar a contaminação



Fonte: Pesquisa de Campo, março de 2011.

⁹³ A Instrução Normativa 51 foi publicada em 18/09/2002 e vigorou até final de 2011, quando foi publicada a Instrução Normativa 62 em 20/12/2011.

Ainda em relação à ordenha, e mais especificamente em relação aos cuidados com os vasilhames, também foram detectados problemas graves que podem comprometer a qualidade do leite e em consequência direta, o próprio preço, que será discutido mais adiante. Na figura 29 encontra-se uma situação bastante delicada neste quesito. Percebe-se que os vasilhames destinados ao acondicionamento do leite estão ao ar livre, literalmente “secando ao sol”, o que por si só, não seria tão grave se não estivessem pendurados do lado de fora do que é o único banheiro utilizado pela família e que está diretamente sobre uma fossa mal fechada.

4.1.3 O processo de comercialização do leite

No processo de comercialização do leite, um dos aspectos mais exigentes da legislação – e que é cobrado pelos laticínios – em relação aos produtores é que o leite deve estar refrigerado. Tanto é que nos casos que os agricultores são muito pobres e não conseguem adquirir um refrigerador, este é cedido pela agroindústria em regime de comodato, conforme ilustrado na figura 30. Notam-se as precárias condições em que se localiza a “sala do leite” e o acondicionamento dos vasilhames. No entanto, a única exigência feita pelos laticínios é em relação ao refrigerador.

Figura 30 - A legislação exige que o leite deve permanecer refrigerado

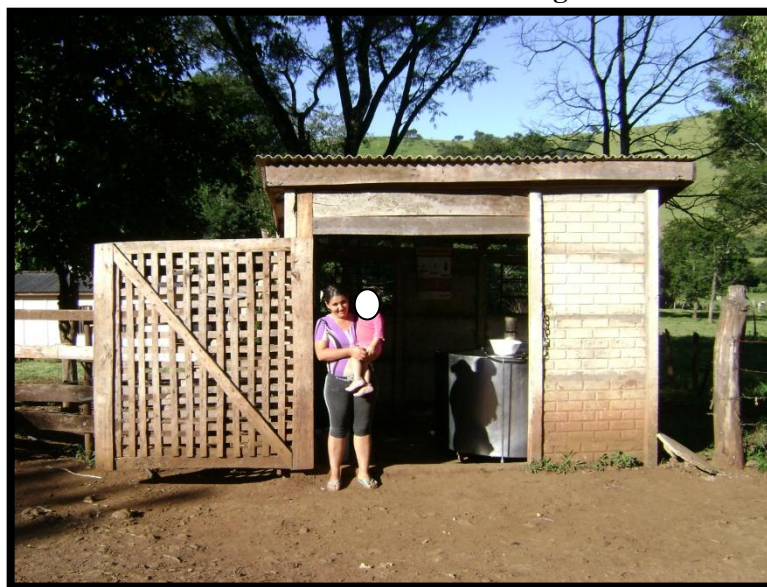


Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2011.

Há casos, como o da figura 31, em que os agricultores unem-se e adquirem um resfriador a granel (tanque de expansão) e comercializam o leite de forma conjunta. A aquisição e distribuição dos resfriadores comunitários foi uma das políticas do Programa

Paraná 12 Meses⁹⁴, que teve dois impactos significativos do ponto de vista da possibilidade de comercialização de leite por pequenos produtores. O primeiro impacto refere-se à exigência de manter o leite refrigerado, o que nem sempre era possível na propriedade, pois envolveria um custo adicional com o qual a família não podia arcar. No entanto, talvez o impacto mais significativo foi superar a “atomização” dos agricultores, uma vez que não conseguiam vender o leite em pequenas quantidades, considerando as distâncias que precisariam ser percorridas pelos transportadores, o que tornava o processo de transporte inviável até a propriedade de cada um. Com os resfriadores comunitários diversos agricultores juntam o leite em um único local, administrado pela associação dos agricultores. A aquisição de resfriadores também ocorre de forma individualizada e esse processo é facilitado através do acesso às políticas de crédito como o PRONAF. Por outro lado, muitos agricultores conseguem uma redução no custo deste equipamento através da sua organização em cooperativa, o que será analisado mais adiante.

Figura 31 - Os resfriadores comunitários do Programa Paraná 12 meses



Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2011.

O transporte do leite é realizado pelos “leiteiros” (figura 32), isto é, transportadores contratados pelos laticínios e remunerados por litro de leite transportado. O leiteiro torna-se

⁹⁴ “O Paraná 12 Meses é um projeto do Governo do Estado do Paraná em parceria com o Banco Mundial, com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições sociais dos pequenos agricultores, proporcionando investimentos em habitação e saneamento básico; recuperação e preservação do solo agrícola e do meio ambiente como um todo; geração de postos de trabalho no meio rural; aumento da renda familiar e regularidade de ganhos durante os 12 meses do ano” (PARANÁ, 2012c). O programa foi executado nos anos de 1998 e 2002 com duas prorrogações (até 2004 e até 2006) e uma das estratégias referia-se à produção de leite com a aquisição e distribuição de resfriadores comunitários para os pequenos produtores de leite.

um elo entre agroindústria e produtor, não só do ponto de vista do transporte físico da matéria prima, mas também, como intermediador em relação às exigências para aquisição do produto. No entanto, de acordo com as entrevistas, isso parece ser um problema, pois como remuneram por litro, o leiteiro recolhe todo o leite que puder, sem as devidas restrições quanto aos aspectos higiênico-sanitários. Existe também o caso da cooperativa que, em alguns municípios, optou pela aquisição de um caminhão e realiza o transporte de forma independente.

Figura 32 - O “leiteiro”



Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2011.

Figura 33 - Laticínios com capacidade instalada de 40 mil litros por dia



Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2011.

As agroindústrias que adquirem o leite são caracterizadas por um conjunto de pequenos laticínios (figura 33), e a maioria está localizada nos municípios da Microrregião de Pitanga ou em municípios próximos. De acordo com a tabela 33, esses pequenos laticínios processam entre 6 e 40 mil litros de leite por dia, porém, possuem uma capacidade instalada 70,28% superior ao volume processado atualmente. Considerando que em todas elas os proprietários manifestaram interesse em ampliar a produção, isso demonstra perspectivas positivas da produção de leite na região.

Tabela 33 - Quantidade de leite processado, capacidade instalada e perspectivas para o futuro dos laticínios da Microrregião de Pitanga (PR), 2012

<i>Laticínio / sede</i>	<i>Quantidade processada (l/dia)</i>	<i>Capacidade instalada (l/dia)</i>	<i>Perspectiva para o futuro (ampliar, manter ou reduzir)</i>
DO VALE Palmital	40.000	100.000	Tende a crescer.
BASSANEZE Palmital	25.000	35.000	Manter e variar nos produtos industrializados.
PIC-NIC Santa Maria do Oeste	40.000	50.000	Aumentar, pois o potencial da região é grande.
SANTA MARIA Santa Maria do Oeste	18.000	40.000	Pretende aumentar pois existe demanda, mas falta matéria-prima.
PITANGUEIRA Pitanga	30.000	40.000	Aumentar, pois a região tem potencial e existe demanda.
BOA BENTURA Boa Ventura de São Roque	30.000	40.000	Em reforma e pretende aumentar pois tem demanda e a região tem potencial.
MATO RICO Mato Rico	6.000	6.000	Precisa de reforma para aumentar a capacidade. Projeto para financiamento.
GRANLEITE Pitanga	23.000	50.000	Aumentar gradativamente.
Totais	212.000	361.000	A capacidade instalada das agroindústrias é 70,28% superior à quantidade processada

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2012.

No processo de comercialização do leite, alguns produtores estão organizados através de uma cooperativa presente na região central do Estado do Paraná. Trata-se da COORLAF (Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar), com sede em Guarapuava e dez cooperativas espalhadas pela região central do Estado do Paraná. Na Microrregião de Pitanga está presente em três municípios (Boa Ventura de São Roque, Pitanga e Santa Maria do Oeste). A história dessa cooperativa remonta ao início da década de 2000, conforme destacado na entrevista:

Tudo inicia quando o leite começa a significar uma nova renda para o agricultor. Só que os laticínios não valorizavam os pequenos. Então era preciso uma organização. Em 2003 inicia a discussão e em 2005 são fundadas as primeiras. A central da COORLAF é em Guarapuava mas tem cooperativas em Cândói, Laranjeiras, Boa Ventura de São Roque, Pitanga, Santa Maria do oeste, Reserva do Iguazu e Cantagalo. A de Santa Maria do Oeste foi fundada em 2006 com 21 sócios que entregavam 7 mil litros de leite por mês. É uma cooperativa no papel e o foco é o

pequeno produtor. Aí passou para 14 mil litros e hoje são 220 mil litros de leite por mês. São quase 400 associados. No final de julho vai ultrapassar 350 mil litros. Entregamos o leite no Laticínios Bassaneze e Do Vale em Palmital. Nós mesmo temos caminhão para transportar o leite e estamos conseguindo o preço do CONSELEITE alto padrão mais cinco centavos. Quando começou ganhava 15 centavos mais que os outros. Como falei, hoje tem 400 produtores associados, mas são poucos produtores e muitos tiradores de leite, mini produtores. A gente faz uma reunião por mês e para manter a cooperativa tira 3 centavos por litro de leite. É para manter um técnico, um funcionário, o gerente que sou eu e o motorista do caminhão. A cooperativa também tem os tanques [resfriadores] nas comunidades e aí paga 2 centavos por litro de leite para quem cuida. É o trabalho e a luz que gasta. Com a cooperativa também conseguimos comprar tudo mais barato. Os tanques nós conseguimos comprar bem mais barato. Uns 40% menos. A ideia é juntar mais produtores e montar uma agroindústria. Tem um projeto de R\$ 100.000,00 do deputado Rosinha e vamos fazer um sede nova, outro projeto do Assis [do Couto] para comprar um caminhão que o nosso tá velho. Um projeto de R\$ 2000.000,00 para fazer uma agroindústria e chegar a 1.200.000 litros por mês e juntar a produção de Turvo, Boa Ventura de São Roque, Pitanga e Santa Maria do Oeste. Mas também precisa buscar outras alternativas como hortifrutigranjeiros para entregar no PAA e tem as medicinais. Tem uns produtores aqui no município. Hoje dos 400 produtores só uns 270 são produtores mesmo. Os outros só tiram leite e não investem. Tem muitos que sobrevivem com o Bolsa Família. O principal problema é o investimento. Recurso é fácil conseguir com o PRONAF, mas precisa saber usar e pagar (Entrevista 40, Presidente da COORLAF de Santa Maria Do Oeste, 19 de maio de 2011).

A organização dos produtores de leite através de uma cooperativa (figura 34) possibilitou um conjunto de vantagens, entre as quais se destacam: a possibilidade de acessar políticas públicas, como o PAA, que será analisado mais adiante; a diminuição dos custos dos insumos e equipamentos utilizados na produção e a possibilidade de negociar melhores preços considerando o volume maior de produção.

Figura 34 - O cooperativismo como estratégia de desenvolvimento rural



Fonte: pesquisa de Campo, maio de 2011.

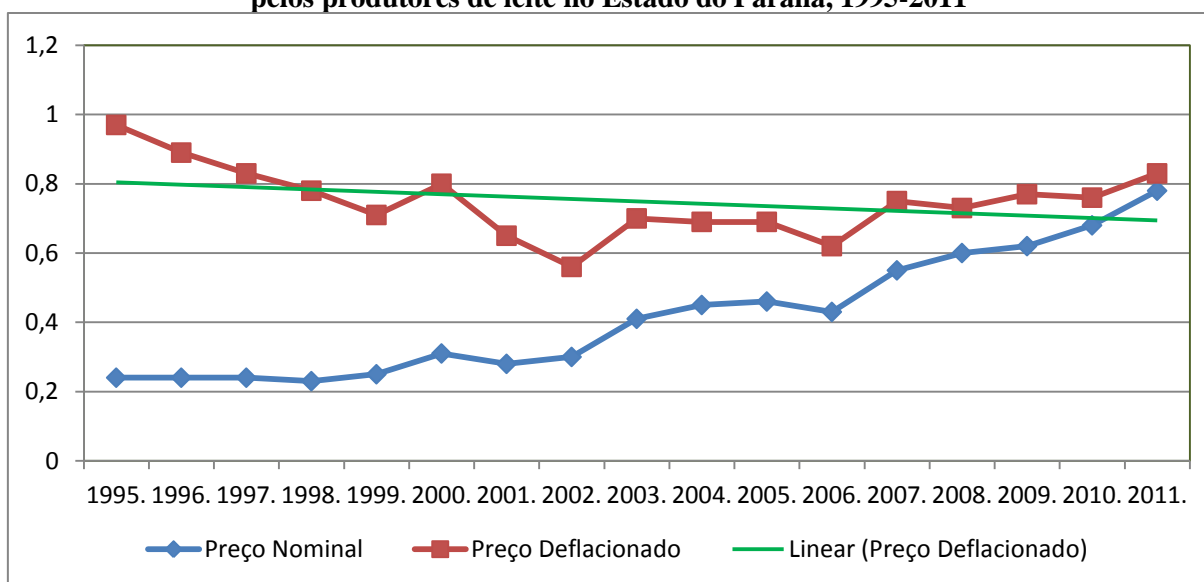
O comportamento dos preços do leite no Estado do Paraná, numa perspectiva histórica, pode ser visualizado na tabela 34 e no gráfico 01.

Tabela 34 - Evolução dos preços médios nominais mensais (R\$/litro) recebidos pelos produtores de leite no Estado do Paraná, 1995-2011

Mês Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média (*)	
													Nominal	Deflacionado
1995	0,23	0,23	0,23	0,24	0,25	0,25	0,25	0,24	0,24	0,23	0,23	0,22	0,24	0,97
1996	0,21	0,21	0,21	0,22	0,23	0,25	0,26	0,27	0,27	0,27	0,26	0,24	0,24	0,89
1997	0,23	0,23	0,23	0,25	0,25	0,26	0,26	0,26	0,24	0,23	0,22	0,21	0,24	0,83
1998	0,20	0,20	0,20	0,22	0,24	0,25	0,26	0,26	0,25	0,24	0,22	0,21	0,23	0,78
1999	0,21	0,21	0,22	0,24	0,24	0,25	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,27	0,25	0,71
2000	0,27	0,28	0,27	0,29	0,29	0,30	0,32	0,35	0,36	0,34	0,31	0,28	0,31	0,80
2001	0,26	0,25	0,26	0,29	0,31	0,33	0,34	0,32	0,27	0,24	0,25	0,25	0,28	0,65
2002	0,23	0,23	0,25	0,28	0,30	0,32	0,33	0,33	0,33	0,32	0,33	0,35	0,30	0,56
2003	0,37	0,37	0,38	0,40	0,41	0,43	0,42	0,43	0,43	0,44	0,42	0,42	0,41	0,70
2004	0,40	0,39	0,40	0,41	0,43	0,47	0,48	0,49	0,49	0,49	0,48	0,47	0,45	0,69
2005	0,46	0,47	0,48	0,50	0,51	0,52	0,51	0,46	0,43	0,42	0,40	0,39	0,46	0,69
2006	0,40	0,38	0,39	0,40	0,42	0,44	0,45	0,45	0,45	0,45	0,45	0,44	0,43	0,62
2007	0,44	0,43	0,44	0,46	0,49	0,53	0,62	0,68	0,70	0,65	0,61	0,58	0,55	0,75
2008	0,58	0,58	0,59	0,62	0,67	0,69	0,70	0,66	0,59	0,54	0,50	0,50	0,60	0,73
2009	0,54	0,55	0,56	0,57	0,59	0,63	0,70	0,70	0,71	0,68	0,62	0,59	0,62	0,77
2010	0,58	0,59	0,63	0,67	0,73	0,73	0,71	0,68	0,68	0,68	0,69	0,73	0,68	0,76
2011	0,71	0,71	0,72	0,74	0,76	0,80	0,81	0,81	0,83	0,83	0,80	0,82	0,78	0,83

Fonte: DERAL/DEB - SEAB/PR, 2012. (*) Tabulações do autor. Valores em 1º de setembro de 2012 deflacionados em relação ao mês de dezembro de cada ano. Atualização de valores através do IGP-DI da FGV.

Gráfico 01 - Evolução dos preços médios anuais nominais e deflacionados (R\$/litro) recebidos pelos produtores de leite no Estado do Paraná, 1995-2011



Fonte: DERAL/DEB - SEAB/PR, 2012. Tabulações do autor. Valores em 1º de setembro de 2012 deflacionados em relação ao mês de dezembro de cada ano. Atualização de valores através do IGP-DI da FGV.

No período de 1995 até 2011, o preço nominal do leite segue uma linha ascendente, saindo de R\$ 0,24 em 1995 e chegando a R\$ 0,78 em 2011. No entanto, deflacionados os respectivos valores, apesar das oscilações, percebe-se uma tendência descendente nesse período, conforme pode ser visualizado na linha verde do gráfico 01. Pelos valores

deflacionados, em 1995, o litro de leite era comercializado por R\$ 0,97, e, em 2011, era de R\$ 0,83. Isso pode ser um indício de um processo de concentração e especialização da produção, da mesma maneira como aconteceu com soja, milho, suínos⁹⁵, ou seja, para manter a viabilidade da produção, os pequenos produtores de leite precisam aumentar os atuais índices de produtividade.

No Estado do Paraná, a definição dos preços pagos pelo litro de leite está diretamente ligada aos trabalhos desenvolvidos por uma instituição denominada CONSELEITE. Trata-se de uma associação civil, com estatuto e regulamentos próprios, que conta com a participação paritária de 11 representantes de produtores rurais de leite indicados pela FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná) e 11 representantes das indústrias de laticínios, indicados pelo SINDILEITE (Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Paraná). Entre os objetivos que motivaram a criação desta instituição está a política de preços para o leite,

A necessidade de se estabelecer, através de entendimento entre produtores rurais e indústrias, formas alternativas para a remuneração da matéria-prima (leite) ao produtor paranaense que pudessem reduzir os conflitos que se estabeleceram entre estes e as indústrias após a desregulamentação do setor no país iniciada na década de 90 (CONSELEITE, 2012).

Assim, até o final de 2002, foi criada uma metodologia para o cálculo dos preços de referência do leite, calculados da seguinte forma:

Além dos preços médios de comercialização dos derivados pelas indústrias, o método de cálculo do preço de referência considera as seguintes variáveis: mix de comercialização dos derivados; rendimento industrial do leite na fabricação dos derivados e participação do custo da matéria-prima no custo total de produção dos derivados. O custo total de produção dos derivados inclui o custo agrícola (de produção do leite), o custo industrial de fabricação e o custo de comercialização dos derivados (CONSELEITE, 2012).

Portanto, os preços de referência são calculados pela UFPR (Universidade Federal do Paraná), conforme a metodologia definida e aprovada pelo Conselho do CONSELEITE. O preço de referência não é um preço mínimo e a sua adoção pelas indústrias não é obrigatória. No entanto, conforme foi percebido na pesquisa de campo e na relação entre preços projetados e praticados este é mantido, tanto em nível Estadual como nos municípios da Microrregião de Pitanga. “O CONSELEITE não é bom para a empresa. A coisa ficou globalizada. Todos sabem do preço. É vantagem para o produtor” (Entrevista 10,

⁹⁵ No caso dos suínos foi emblemático o que aconteceu com os agricultores familiares do Oeste de Santa Catarina, processo analisado em Plein (2003).

Representante da Agroindústria, 05 de maio de 2011). Essa relativa vantagem para os produtores também foi observada em relação ao tipo de leite que entregam. Já destacou-se anteriormente que, de modo geral, trata-se de um leite com características abaixo do padrão, no entanto, os produtores têm conseguido receber um preço de leite padrão, em alguns casos, até acima do leite padrão. A tabela 35 mostra a evolução dos preços do leite no ano de 2011.

Tabela 35 - Evolução mensal do preço do leite entregue na propriedade no Estado do Paraná, 2011

<i>Mês</i>	<i>Leite acima do padrão (maior valor de referência)</i>		<i>Leite Padrão⁹⁶ (preço de referência)</i>		<i>Leite abaixo do padrão (menor valor de referência)</i>	
	<i>Projetado</i>	<i>Praticado</i>	<i>Projetado</i>	<i>Praticado</i>	<i>Projetado</i>	<i>Praticado</i>
Janeiro	0,74	0,73	0,64	0,64	0,58	0,58
Fevereiro	0,72	0,73	0,63	0,63	0,57	0,57
Março	0,74	0,76	0,65	0,66	0,59	0,60
Abril	0,81	0,82	0,70	0,71	0,64	0,65
Maio	0,85	0,83	0,74	0,74	0,67	0,67
Junho	0,83	0,82	0,72	0,72	0,65	0,65
Julho	0,81	0,81	0,70	0,71	0,64	0,64
Agosto	0,83	0,83	0,72	0,73	0,66	0,66
Setembro	0,84	0,84	0,73	0,73	0,66	0,66
Outubro	0,83	0,82	0,72	0,72	0,66	0,65
Novembro	0,81	0,80	0,70	0,70	0,64	0,63
Dezembro	0,80	0,80	0,70	0,70	0,63	0,63
Média (*)	0,80	0,80	0,70	0,70	0,63	0,63

Fonte: CONSELEITE (2012), Resoluções Nº 02 a 12/2011 e Nº 01/2012. Adaptado pelo autor. (*) Tabulações do autor. Os valores não foram deflacionados.

Para compreender o impacto do CONSELEITE na manutenção de uma política de preço para o leite, são comparados os preços praticados no Paraná com Santa Catarina (tabela 36). Os dados referentes ao segundo semestre de 2011 revelam que, somente em um mês, os preços do CONSELEITE foram superiores aos praticados em Santa Catarina, o que demonstra que, apesar da relativa vantagem do preço estimado do CONSELEITE para os produtores, ele é inferior ao preço praticado no Estado vizinho.

⁹⁶ “Um exemplo de leite padrão é o que possui teor de gordura entre 3,21 a 3,30%; teor de proteína entre 3,01 a 3,05%; teor de sólidos não gordurosos entre 8,61 a 8,70%; contagem de células somáticas entre 701 a 750 mil; redutase entre 151 a 180 minutos; volume entregue de até 100 litros/dia; temperatura do leite 3 horas após a ordenha até as 09:00 hs de 7 graus centígrados” (CONSELEITE, 2012).

Tabela 36 - Comparação de preços do leite entregue na propriedade entre os Estados de Santa Catarina e Paraná no segundo semestre de 2011

<i>Meses</i>	<i>Santa Catarina</i> (1)	<i>Paraná</i> (2)	<i>Diferença</i> (3)
Julho	0,72	0,71	-1,4%
Agosto	0,72	0,73	+1,4%
Setembro	0,74	0,73	-1,4%
Outubro	0,75	0,72	-4,0%
Novembro	0,73	0,70	-4,1%
Dezembro	0,72	0,70	-2,8%

Fonte: (1) EPAGRI / CEPA (2012), preços médios do leite recebidos pelos agricultores de Santa Catarina; (2) CONSELEITE (2012), preços do leite padrão praticado no Estado do Paraná. Adaptações do autor. (3) Tabulações do autor. A opção de considerar somente os meses do segundo semestre foi devido ao fato de que os dados de Santa Catarina para leite posto na propriedade somente estão disponíveis nesse período.

A partir do mês de maio de 2012, o CONSELEITE passou a publicar o valor de referência denominado “Leite CONSELEITE IN62”⁹⁷, inserindo o preço conforme o novo padrão exigido pela Instrução Normativa 62 (tabela 37), ficando o preço praticamente um centavo abaixo do leite padrão, ou seja, as exigências de qualidade aumentaram. Novamente, comparando com os preços praticados em Santa Catarina, percebe-se uma diferença em favor dos preços praticados naquele estado, que varia de R\$ 0,01 a R\$ 0,04 centavos.

Tabela 37 - Preço do leite entregue na propriedade, conforme novos padrões da Instrução Normativa 62, nos meses de maio, junho e julho no Estado do Paraná, 2012

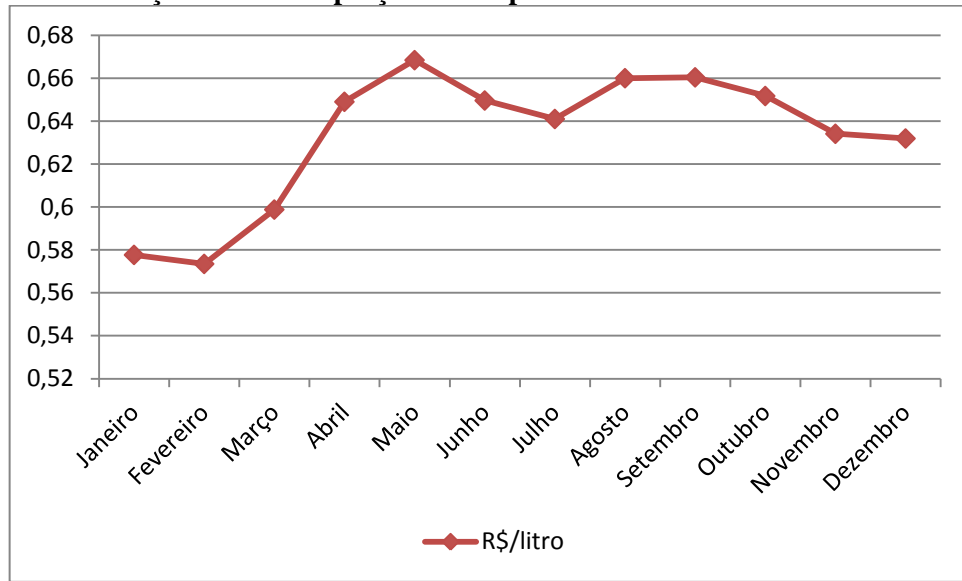
<i>Padrões</i>	<i>Maio</i>		<i>Junho</i>		<i>Julho</i>	
	<i>Projetado</i>	<i>Pratica</i>	<i>Projetado</i>	<i>Praticado</i>	<i>Projetado</i>	<i>Praticado</i>
Leite Padrão	0,69	0,68	*	*	*	*
Leite CONSELEITE IN62	0,67	0,68	0,67	0,67	0,67	0,68
Preços recebidos em SC	-	0,72	-	0,71	-	0,69

Fonte: CONSELEITE (2012). Resoluções 06, 07 e 08 de 2012 e EPAGRI / CEPA (2012) (*) A partir de julho o CONSELEITE passou a publicar somente o preço do “Leite CONSELEITE IN62”. (-) Santa Catarina não faz projeção de preços.

Analisando o comportamento dos preços durante o ano (gráfico 02), percebe-se que os picos do preço ocorrem nos meses de inverno, justamente no período do ano em que os produtores da Microrregião de Pitanga produzem menos leite, uma vez que a maioria ainda não possui um sistema adequando com pastagens de inverno para aproveitar esses preços diferenciados.

⁹⁷ “Os valores de referência para o Leite CONSELEITE IN62 corresponde ao valor da matéria-prima com 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana” (CONSELEITE, 2012).

Gráfico 02 - Evolução mensal do preço do leite padrão no Estado do Paraná no ano de 2011

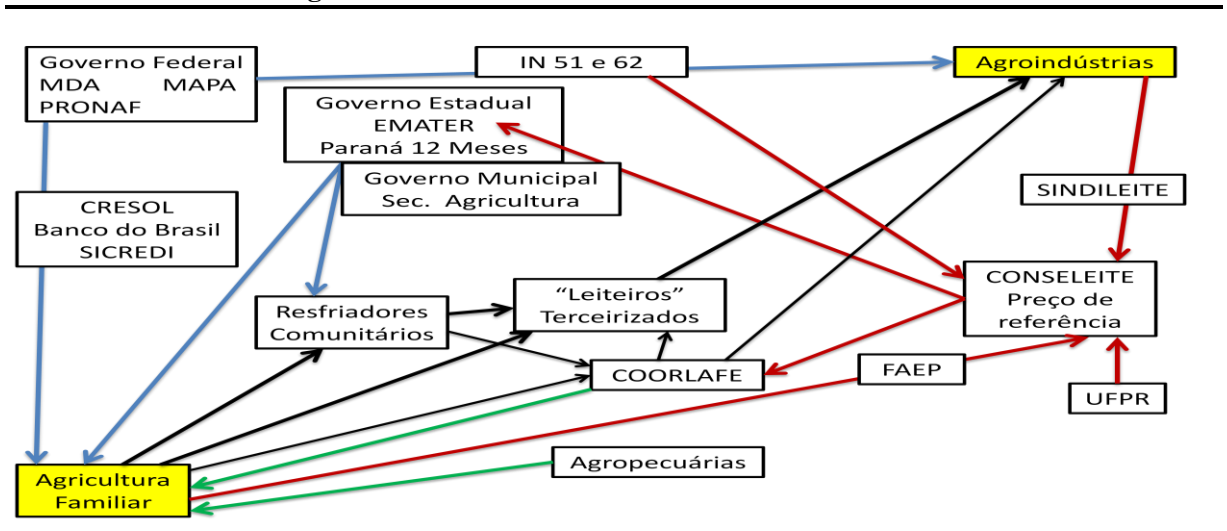


Fonte: CONSELEITE (2012). Elaboração do autor.

4.1.4 Síntese do mercado do leite

Na figura 35, procura-se sintetizar alguns pontos sobre a estrutura e dinâmica do mercado do leite na Microrregião de Pitanga.

Figura 35 - Estrutura e dinâmica do mercado do leite



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

As flechas pretas indicam o caminho percorrido pelo produto, isto é, da propriedade dos agricultores familiares até as pequenas agroindústrias de leite. Nesse sentido, existem três dinâmicas distintas:

- a) a ligação direta dos agricultores, através dos leiteiros terceirizados com os laticínios;
- b) a organização dos produtores nas comunidades, contando com a estrutura dos resfriadores comunitários e;
- c) a organização dos produtores em cooperativa.

A participação do poder público está representada pelas flechas azuis e mostra a importância de duas instâncias em nível federal: o MDA através da política de crédito via PRONAF e o MAPA através das suas Instruções Normativas referentes à qualidade do leite, que impacta nas agroindústrias e, mais recentemente, na delimitação dos preços. Em nível estadual, as políticas de melhoria das condições de renda dos pequenos produtores, como o caso do Paraná 12 Meses e o trabalho da EMATER, que tem como principal foco a produção de leite nos municípios. Em relação ao preço do leite (flechas vermelhas), o trabalho desenvolvido pelo CONSELEITE foi fundamental à medida que estabelecia um preço de referência, operacionalizado pelas agroindústrias, com relativa vantagem para os produtores, no entanto, os preços ficavam abaixo dos praticados no estado de Santa Catarina. Por outro lado, com a publicação da Instrução Normativa 62, aumentaram as exigências de qualidade e os preços diminuíram o que, aliás, é uma tendência devido aos ganhos de produtividade, o que poderá levar a um processo de especialização e concentração da produção de leite nesses municípios. Portanto, é um aspecto a ser considerado já que a produção de leite tem sido apontada como uma das principais estratégias do desenvolvimento rural dessa região.

4.2 PLANTAS MEDICINAIS: UM MERCADO INOVADOR E DIFERENCIADO

O processo de produção e comercialização de plantas medicinais inicia no município de Turvo no ano de 1996 e expande-se para outros municípios da região central do Estado do Paraná. Nos municípios da Microrregião de Pitanga são aproximadamente 50 famílias que desenvolvem esta atividade, que pode ser considerada inovadora e diferenciada, tanto no que se refere ao sistema produtivo quanto à forma de comercialização. No texto que segue, analisa-se este mercado com mais detalhes. Na primeira parte abordam-se os antecedentes históricos da produção e comercialização de plantas medicinais, resgatando a experiência do IAF no município de Turvo. Na segunda, analisa-se o processo de produção nos municípios da Microrregião de Pitanga. Na terceira parte a atenção volta-se ao processo de comercialização. Por fim, apresenta-se um quadro síntese do mercado das plantas medicinais.

4.2.1 Antecedentes históricos e aspectos gerais

Conforme já destacado em pesquisa anterior⁹⁸, a experiência de produção e comercialização de plantas medicinais inicia-se no município de Turvo, que não pertence à Microrregião de Pitanga, está localizado próximo a Boa Ventura de São Roque, Santa Maria do Oeste, Palmital e Pitanga (municípios em que há produtores de plantas medicinais que serão analisados nesta tese). Como em toda região central do Paraná, no município de Turvo, a agricultura familiar também é uma das categorias sociais mais atingidas pelos problemas econômicos e estes são agravados pela falta de alternativas de produção e geração de renda. As famílias de agricultores estão inseridas em pequenas áreas remanescentes da floresta de araucária, no bioma da mata atlântica. Em tais áreas, historicamente predominou uma forma de organização chamada Faxinal, em que as áreas de cultivo, principalmente utilizadas para a subsistência – como milho e feijão – eram separadas das áreas de criação animal, utilizadas de forma comunitária, onde os animais eram criados soltos e alimentavam-se principalmente dos produtos da floresta.

O sistema Faxinal contribuiu não somente para a organização da comunidade e das famílias, mas também, para a conservação e preservação de áreas de floresta. Atualmente, estima-se que existem cerca de 10% das comunidades do município que mantêm as características desse sistema; nas demais, as áreas foram separadas e cada produtor tem o seu Faxinal isolado dos demais. Este fato aumentou as dificuldades de sobrevivência das famílias, principalmente devido ao tamanho das áreas e a forma do sistema produtivo culturalmente utilizado. Os Faxinais passaram a ser gradualmente vendidos para os grandes produtores de cereais, especialmente de soja, o que aumentou em 70% o desmatamento dessas áreas. Entre os problemas causados estão a perda da biodiversidade e o aumento do êxodo rural.

Neste cenário, está inserido o IAF (Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort), ONG que, desde 1995, vem desenvolvendo trabalhos com os agricultores familiares do município, baseados na agroecologia, conservação e preservação ambiental. A solução encontrada foi a viabilização de alternativas de renda sustentáveis do ponto de vista social, ambiental e econômico, dentro do ambiente de floresta (figura 36).

⁹⁸ A produção e comercialização de plantas medicinais foi objeto de pesquisa anterior financiada pelo CNPq (AFNM, 2010; 2012 e RAMBO *et al.*, 2012).

Figura 36 - O Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort, em Turvo (PR), e sua missão na defesa da preservação ambiental conjugada à melhoria de vida da população



Fonte: Pesquisa AFNM (2012), março de 2011.

Entre as alternativas testadas pelo IAF, que pudessem conjugar a preservação ambiental aliada à formas de geração de renda para as famílias, destaca-se o cultivo e comercialização de plantas medicinais nativas⁹⁹, que, atualmente, representa a maior fonte de renda dos agricultores familiares acompanhados pela ONG. O processo começou em 1996, quando os agricultores, principalmente mulheres, reuniram-se em grupos e começaram a participar de várias etapas de capacitação. O objetivo do projeto é consorciar a preservação ambiental com fontes de geração de renda para os agricultores familiares que vivem nos faxinais, utilizando, de forma sustentável, os recursos da floresta para a melhoria da qualidade de vida das famílias.

O Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort – IAF é uma organização não governamental, fundada em 1995, por agricultores, técnicos, professor e um líder comunitário, os quais estavam preocupados com a acelerada descaracterização e degradação da Floresta Ombrófila Mista (Floresta com Araucária) no Município de Turvo e da Região Central do Estado do Paraná. No início, o idealizador do IAF, Bernardo Hakvoort, almejava consigo mesmo, que apenas através de uma boa conversa, seria possível combater o desmatamento e destruição da Floresta com Araucária. Porém, dois anos depois da fundação do IAF, o mesmo percebeu que apenas a conversa não era suficiente, então se deram início a atividades alternativas, as quais são desenvolvidas e melhoradas até os dias atuais. Um bom exemplo destas atividades desenvolvidas se caracteriza pela produção agroecológica de plantas medicinais, formação de sistemas agroflorestais, manutenção de sistemas tradicionais de uso da terra, os “Faxinais”, resgate cultural de alimentos crioulos, recuperação e conservação ambiental, geração de renda em ambiente florestal, valorização do trabalho feminino e produção de alimentos básicos visando à segurança alimentar (ARVOREDOBRASIL, 2012, p. 1, grifo nosso).

⁹⁹ Inclui plantas aromáticas e condimentares.

Essa experiência iniciou em 1996, com os agricultores do município de Turvo, e se expandiu para outros municípios da região central do Estado do Paraná, entre eles Boa Ventura de São Roque e Santa Maria do Oeste, ambos da Microrregião de Pitanga. Para ilustrar essa evolução com alguns dados¹⁰⁰, a tabela 38 apresenta uma evolução histórica da produção de plantas medicinais das famílias atendidas pelo IAF, entre as quais estão algumas das famílias que produzem plantas medicinais na Microrregião de Pitanga¹⁰¹.

Tabela 38 - Evolução do número de famílias produtoras, produção anual de plantas desidratadas e renda média obtida com a comercialização de plantas medicinais pelas famílias atendidas pelo IAF no município de Turvo (PR), 1998-2009

Ano	Número de famílias produtoras		Produção anual de plantas desidratadas		Renda familiar média mensal obtida com a comercialização de plantas medicinais (R\$)		
	N	%*	Kg	%*	Nominal	Deflacionado**	%*
1998	31	100,0	240	100,0	16,00	53,51	100,00
2000	52	+67,7	364	+51,7	22,00	57,80	+8,0
2002	68	+30,8	541	+48,6	38,35	82,56	+42,8
2004	94	+38,2	813	+50,3	168,94	262,50	+218,0
2006	136	+44,7	15.323	+1.784,7	210,20	306,64	+16,8
2007	170	+25,0	16.992	+10,9	242,00	338,90	+10,5
2008	170	0,0	48.553	+185,7	284,32	346,80	+2,3
2009	170	0,0	63.428	+30,6	373,11	459,70	+32,6

Fonte: Pesquisa AFNM (2012). Dados fornecidos pelo IAF. Adaptado pelo autor. (*) Variação proporcional em relação ao ano anterior. (**) Valores em 1º de agosto de 2012 deflacionados em relação ao mês de agosto de cada período. Atualização de valores através do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

De modo geral, percebe-se a consolidação da atividade, o que pode ser confirmado através do aumento do número de famílias que participam do montante produzido e da renda obtida com essa produção. No que se refere ao número de famílias que produzem plantas medicinais, houve um aumento de 548,4%, passando de 31 famílias, em 1998 (o projeto iniciou em 1996 com 26 famílias), para 170 famílias em 2009. Marcou a evolução o ano de 2006, em que houve um incremento no número de famílias na ordem de 44,7% em relação ao período anterior. A mesma evolução ocorre na quantidade produzida. Em 1998 foram produzidos somente 240 kg de plantas desidratadas e, em 2009, essa produção atingiu 63.428 kg, ou seja, um aumento extraordinário de 26.428,3%. Nota-se que o “grande salto” quantitativo, tanto na quantidade de produtores como na quantidade produzida, ocorreu no ano de 2006. A explicação para isso é que a empresa NATURA estabeleceu uma parceria com o IAF através de um projeto social com comunidades tradicionais, passando a adquirir e

¹⁰⁰ Não se localizaram outras estatísticas sobre a produção de plantas medicinais no Estado do Paraná. No IBGE, os dados sobre extração vegetal e silvicultura, no item referente às plantas aromáticas, medicinais, tóxicos e corantes, apresentam o valor 0 (zero) para todos os municípios da microrregião de Pitanga.

¹⁰¹ No entanto, conforme analisado mais adiante, há outras famílias que produzem plantas medicinais e entregam sua produção diretamente para a CERCOPA de Guarapuava ou para a Nativo Ervas Medicinais de Santa Maria do Oeste.

demandar grandes quantidades de plantas medicinais o que reflete no aumento do número de famílias que participam, bem como aumento de produtos comercializados por cada família, auferindo maior renda com as plantas medicinais. Em 1998, a renda média obtida com a comercialização de plantas medicinais era de apenas R\$ 53,51; em 2009, esse valor chegou em 459,70, um aumento de 859,1%. Há uma grande variedade de plantas medicinais produzidas e comercializadas pelas famílias. No total, são 29 espécies de plantas e as mais representativas em termos de quantidade produzida são melissa, carqueja, capim limão e alcachofra.

Entre as características da experiência do IAF, apontadas no estudo AFNM (2012), merecem ser destacados alguns aspectos:

- a) o foco na mão de obra familiar como força de trabalho e organização da produção, uma vez que a agricultura familiar é uma categoria social expressiva em toda região central do Estado do Paraná, no entanto, sofre com dificuldades no que se refere à geração de renda;
- b) a possibilidade de geração de renda em pequenas áreas de cultivo e possibilitando um rendimento (R\$/ha) muito superior às culturas tradicionais como soja, milho e fumo: *“1 hectare de plantas medicinais rende o equivalente a 8 ou 9 hectares de milho ou soja”* (Entrevista 76, Representante do IAF, 28 de março de 2011);
- c) o mercado das plantas medicinais ainda é deficitário, com dificuldades de organização, padronização e técnicas de produção, porém constata-se um aumento constante da demanda por produtos que atualmente não é atendida pelos agricultores;
- d) a proteção ambiental sem esquecer de proporcionar alternativas de renda para as famílias;
- e) a possibilidade de trabalho em grupo e fortificação através da criação de cooperativas para a organização da comercialização da produção;
- f) atualmente, é possível o acesso ao crédito (PRONAF) para a produção de plantas medicinais;
- g) valorização do trabalho feminino.

A entrevista que segue, realizada com uma das pioneiras do projeto revela aspectos que caracterizam muito bem a realidade da produção e comercialização das plantas medicinais no município de Turvo.

Trabalho com as plantas desde 1998. Quem não conhece tem medo, é meio secreto. Todo mundo dizia que o mato não dá dinheiro. Precisa trabalhar e participar das

reuniões. Quem começou não tinha achego com as pessoas, era muito fechado. Não queriam muitos e eu pedi para a técnica para entrar. Se tem interesse começa a participar. Eu comecei meio sozinha, meu marido não apoiou, disse que ir em reunião é perda de tempo e que a mulher não consegue. Mas fui nas reuniões, gostei, achei fácil. Mas meu marido duvidou. Começou com 3 famílias, hoje tem 3 grupos diferentes, mas não funciona muito bem, pois um é só familiares. Eu participo de todos os movimentos da comunidade. Tinha até 17 famílias participando, mas hoje só tem 9. Tem uns que gostam do serviço, outros não. Fiz um secador no quarto com tela e prateleiras de taquara. Participei de reuniões fora do município, ia no IAF, nos cursos e o desafio era conseguir montar um secador que funcionasse bem. Mas como, se ninguém sabia. Pensei em como fazer um secador. Bolei o secador sozinha num curso da RURECO, que serviu pros outros. O IAF dá muito apoio, pois não tem outros. O IAF é o coração nosso. Primeiro era a CERCOPA e em 2004 a COOPAFLOA. Inicialmente fizemos curso na RURECO. Lutamos até que formamos. A mudança foi muito grande. Todos sempre trabalharam, fazia 25 anos que não mudava nada com as outras culturas. Saía o “comido pelo lambido”. Não sobrava nada. Vendia só uma vez no ano. Depois dos 3 anos mudou. Primeiro entreguei 300g de carqueja. Antes não sabia o padrão. Na segunda vez já entreguei 1,5 kg. O pagamento é certo. É bem menos serviço. Mudou 100%. O dinheiro é mensal e o serviço é leve. A entrega é certa. O dinheiro da lavoura sobra. E tem a valorização da mulher. Os sócios da COOPAFLOA são mulheres. Depois que o negócio deu certo, os homens começaram a participar. Então foi uma valorização, graças a Deus (Entrevista 04: Agricultora de Turvo/PR, 29 de março de 2011 *apud* AFNM, 2012).

A figura 37 traz algumas características do processo de produção e comercialização de plantas medicinais na experiência acompanhada pelo IAF no município de Turvo. A primeira delas refere-se à possibilidade de produção com o manejo das plantas em sistema de agrofloresta. Para os desatentos, a primeira foto, da esquerda para a direita, poderia ser interpretada apenas como uma área de proteção com floresta, mas, na verdade, trata-se de um cultivo de plantas medicinais no sistema de agrofloresta. Ou conforme destaca a proprietária “é puro mato, minha roça é puro mato”. (Entrevista 04: Agricultora de Turvo/PR, 29 de março de 2011). Essa seria uma característica muito interessante para pensar formas de consorciar a preservação ambiental com alternativas de renda para as famílias, como é o caso das áreas de preservação permanente. Já no caso da camomila, a produção é feita de forma extrativa de áreas em que apenas é feita uma roçada anual. Um dos grandes méritos da atividade é a possibilidade de geração de renda em pequenas áreas de terra, considerando que um dos graves problemas da região é a estrutura fundiária bastante concentrada. Assim, a produção de plantas medicinais, uma atividade essencialmente feminina na sua gênese, apresenta-se como uma alternativa de produção na luta contra a pobreza rural.

Figura 37 - Características do processo de produção de plantas medicinais das famílias assistidas pelo IAF do município de Turvo, Paraná



Fonte: Pesquisa de Campo AFNM (2011), março de 2011.

Na figura 38, pode-se verificar algumas características do primeiro processamento que as plantas medicinais recebem na propriedade. Trata-se da desidratação e corte padronizado, como é o caso do capim limão. Alguns produtores optam por fazer a comercialização da planta verde uma vez que a COOPAFLORA possui um secador de grande capacidade. Entretanto, a maioria acha que essa forma de comercialização é muito desvantajosa para o produtor uma vez que o preço recebido pela planta verde é muito inferior à planta desidratada. Assim, alguns fazem a desidratação de forma natural, expondo as plantas ao sol ou através de um secador que foi desenvolvido conjuntamente com as pioneiras da produção de plantas medicinais, conforme destacado na entrevista anterior. Trata-se de um pequeno galpão que possui um forno à lenha do lado de fora. Saindo do forno há uma chaminé que passa pelo interior do galpão e sai pelo outro lado. Assim, apenas o calor fica no interior, pois a fumaça sai pela chaminé. Dentro da casa há um conjunto de prateleiras, estilo peneira, sobre as quais ficam as plantas para desidratação. Depois, elas são cortadas manualmente num tamanho padrão, ensacadas e recolhidas semanalmente pela COOPAFLORA.

Figura 38 - Características do processo de desidratação de plantas medicinais das famílias assistidas pelo IAF do município de Turvo, Paraná



Fonte: Pesquisa de Campo AFNM (2011), março de 2011.

A experiência iniciada em Turvo expandiu-se para outros municípios, entre eles, alguns da Microrregião de Pitanga, principalmente em Boa Ventura de São Roque e Santa Maria de Oeste, diretamente ligados ao IAF, mas também há produtores em Palmital e Pitanga; estes, ligados à CERCOPA e Nativo Ervas Medicinais. As características destes produtores serão analisadas a seguir.

4.2.2 Características do processo de produção de plantas medicinais

Do ponto de vista das técnicas produtivas, destaca-se a adoção dos sistemas orgânicos e agroecológicos. A maioria dos produtores atendidos pelo IAF já realizou o processo de certificação orgânica e outros ainda estão na fase de transição.

O processo de certificação é feito principalmente pela ECOCERT¹⁰², sendo a

¹⁰² A ECOCERT surgiu, em 1991, junto aos movimentos da agricultura orgânica na França. No Brasil iniciou suas atividades, em 2001, na cidade de Porto Alegre, fruto da necessidade dos produtores familiares associados da COTRIMAIO (RS) que buscavam certificação de soja orgânica para ser negociada com cooperativas

COOPAFLOA um dos projetos que tem certificado válido e possui cadastradas 31 espécies de plantas (Quadro 14) e mais três compostos para chimarrão (chá mate verde saborizado com capim limão, chá mate verde saborizado com melissa, chá mate verde saborizado com menta). O mercado dessa produção é direcionado para o Brasil, Europa e Estados Unidos (ECOCERT, 2012). Além da ECOCERT, os agricultores atendidos pelo IAF já tiveram algumas experiências de certificação com outras três certificadoras: IBD¹⁰³, ECOVIDA¹⁰⁴ e IMO¹⁰⁵. O processo de certificação culmina na possibilidade de utilização de um selo (figura 39) que pretende ser uma espécie de garantia de segurança formal de que o produto realmente é orgânico e isento de contaminantes químicos e, por outro lado, pretende atestar formas de produção mais sustentáveis.

Quadro 14 - Relação de espécies (nome comum e científico) cadastradas pela COOPAFLOA junto à ECOCERT

Alcachofra (<i>Cynara scollimus</i>)	Macela (<i>Achyrocline satureoides</i>)
Alecrim (<i>Rosmarinus officinalis</i>)	Manjeriço (<i>Ocimum basilicum</i>)
Alfazema (<i>Lavandula sp.</i>)	Manjerona (<i>Origanum majorana</i>)
Calêndula (<i>Calendula officinalis</i>)	Maracujá (<i>Passiflora sp.</i>)
Camomila (<i>Camomila recutita</i>)	Melissa (<i>Melissa officinalis</i>)
Capim limão (<i>Cymbopogon citratus</i>)	Menta piperita (<i>Mentha piperita</i>)
Carqueja (<i>Baccharis trimera</i>)	Orégano (<i>Origanum vulgare</i>)
Cavalinha (<i>Equisetum arvense l.</i>)	Pata de vaca (<i>Bauhinia forficata</i>)
Chapéu de couro (<i>Echinodorus grandiflorus</i>)	Perpétua (<i>Gomphrena globosa</i>)
Endro (<i>Angelica archangelica</i>)	Pitanga (<i>Eugenia uniflora l.</i>)
Equinácea (<i>Echinacea purpurea</i>)	Poejo (<i>Mentha pulegium l.</i>)
Erva-mate (<i>Ilex paraguayensis</i>)	Sálvia (<i>Salvia officinalis</i>)
Espinheira santa (<i>Maytenus ilicifolia</i>)	Sete sangrias (<i>Cuphea glutinosa</i>)
Funcho (<i>Foeniculum vulgare</i>)	Tansagem (<i>Plantago major</i>)
Guaco (<i>Mikania glomerata</i>)	Tomilho (<i>Tymus vulgaris</i>)
Lippia alba (<i>Lippia alba</i>)	

Fonte: ECOCERT (2012). Adaptado pelo autor.

francesas. Assim, os agricultores franceses, que já possuíam uma certificação pela ECOCERT, sugeriram que seus colegas brasileiros poderiam usar a mesma certificadora, facilitando assim as transações comerciais em curso entre os dois países, surgindo a ECOCERT brasileira, integrada à rede de sociedades ECOCERT na Europa, que é considerada uma das maiores daquele continente e está presente em mais de 50 países (ECOCERT, 2012).

¹⁰³ O Instituto Biodinâmico (IBD) está sediado no município de Botucatu, no Estado de São Paulo; fundado em 1982, atua em todos os Estados brasileiros e em diversos países como Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Uruguai, Estados Unidos, Canadá, Bélgica, Holanda, Nova Zelândia, China, Índia e Tailândia (IBD, 2012).

¹⁰⁴ A Rede Ecovida de Agroecologia foi criada, em 1998, no Estado de Santa Catarina. Atualmente conta com 23 núcleos regionais, abrangendo em torno de 170 municípios nos três estados do Sul. A Microrregião de Pitanga está ligada ao Núcleo Centro Paranaense através da RURECO de Guarapuava. (ECOVIDA, 2012).

¹⁰⁵ O IMO (*Institute for Marketecology*) está sediado na Suíça e possui grupos de trabalhos espalhados em 25 países. No Brasil, o Instituto de Mercado Ecológico tem sua sede em São Paulo (SP) e iniciou o processo de certificação no ano de 2001 (IMO, 2012).

Figura 39 - Os selos para produtos orgânicos das certificadoras que atendem os agricultores familiares da Microrregião de Pitanga, Paraná



Fonte: ECOCERT (2012), IBD (2012); ECOVIDA (2012) e IMO (2012) respectivamente.

Existem outros produtores, no entanto, que não são certificados e a única exigência que recebem por parte das empresas que compram a sua produção é de que não utilizem agrotóxicos e adubos químicos. Porém, o processo de certificação exige muito mais do que isso. No caso específico da ECOCERT, há um conjunto de princípios que precisam ser atendidos para que o produto possa ser agraciado com o selo, conforme determinado no “Guia de certificação da ECOCERT” que é baseado no Regulamento Orgânico Brasileiro estabelecido pela Lei 10.831/03 (ECOCERT, 2012).

Uma das novidades é que atualmente os agricultores conseguem financiamento, via PRONAF, para a produção de plantas medicinais. Esses financiamentos são operacionalizados por três instituições financeiras nos municípios da Microrregião de Pitanga (Cresol, Banco do Brasil e Sicredi).

Na figura 40, apresentam-se algumas características de produção de plantas medicinais no município de Boa Ventura de São Roque, em que, por ocasião da construção de uma usina hidrelétrica no Rio Ivaí, iniciou-se um trabalho com as famílias atingidas pelo lago, com ênfase na manutenção da floresta e formas alternativas de geração de renda. Assim, o IAF e a Secretaria da Agricultura do município, através do Projeto Brookfield¹⁰⁶, realizam um trabalho com aproximadamente 20 famílias na produção e comercialização de plantas medicinais, das quais 7 já estavam em processo de certificação com a ECOCERT. A atividade inicia com a produção de mudas pelos próprios agricultores. Algumas variedades (guaco) são consorciadas com a floresta, possibilitando gerar renda em áreas de preservação permanente. Já outras (menta) que necessitam de mais manejo, sobretudo irrigação, são cultivadas separadamente, em pequenas áreas.

¹⁰⁶ Brookfield é a empresa responsável pela construção da usina hidrelétrica.

Figura 40 - Produção de Plantas medicinais em Boa Ventura de São Roque



Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2011.

O histórico dessa experiência recente no município de Boa Ventura de São Roque também é destaque na entrevista que segue:

Trabalho com plantas medicinais desde 2010. Produzo alcachofra, alecrim, menta, guaco, capim-limão, orégano. A comercialização é feita por uma cooperativa de Turvo, a COOPAFLOA. Eu consegui participar, fiquei sabendo através da Secretaria de Agricultura de Boa Ventura e o IAF de Turvo. Entrei pelo Projeto Brookfield, por causa da usina hidrelétrica. As principais exigências são trabalhar com adubação orgânica e no mínimo a 100m do convencional. É totalmente orgânica. Se não for, o produto é devolvido, pois ele é rastreado. Não tenho muito que contar, mas é uma atividade bem lucrativa e muito interessante para a pequena propriedade. Nós temos 06 hectares de terra e somos em 4 pessoas na família. A decisão de plantar foi para ter uma renda a mais e hoje estamos felizes. A nossa renda total é de uns R\$ 2.000,00 sendo que as medicinais da uns R\$ 1.000,00 por mês. É um projeto de um ano. Dá dinheiro, é uma promessa pelo menos. Tenho 1 hectare com planta medicinais e mais 10 com milho. Também trabalhamos com leite, piscicultura e mel. Eu me considero pobre por que ainda faltam algumas coisas básicas como casa, carro ... etc. Mas a avaliação do mercado das plantas é ótima e as expectativas são as melhores, tenho garantia de toda a produção. O IAF cuida do comércio e dá assistência técnica. A Secretaria de Agricultura ajuda com máquinas e adubação (Entrevista 28, agricultor de Boa Ventura de São Roque, 17 de maio de 2011).

Outro aspecto significativo na produção de plantas medicinais, já destacado

anteriormente, é a possibilidade de geração de renda para as famílias em pequenas áreas. Nesse sentido, uma experiência interessante é o que acontece em algumas Vilas Rurais (figura 41) em que a área de terra disponível é de apenas 0,5 hectares. Este é o caso de uma produtora do município de Boa Ventura de São Roque, conforme entrevista que segue:

Começamos com as plantas medicinais em outubro de 2010, e em janeiro de 2011, comercializamos a primeira safra. Entregamos melissa por R\$ 1,10 o Kg verde, menta por R\$ 0,72, manjerição por R\$ 0,89 e tomilho por R\$ 0,89. O primeiro corte da melissa deu 4.106 Kg em 6 litros de chão [3.630 m²], mais 1.310 Kg no segundo, 205 Kg no terceiro, 160 Kg no quarto e 410 Kg no quinto, o que dá 6.191 Kg em tudo. Recebemos R\$ 1,10 o Kg verde e deu R\$ 6.810,10 bruto. Nós vendemos verde. Vender verde tem menos responsabilidade. Combinamos com o técnico do IAF e o caminhão vem buscar. Conseguimos participar através do projeto Brookfield. A prefeitura procurou a gente. Não deve usar veneno, deve ser orgânico, não misturar outras ervas, ou passar caldas. Eles [IAF] fazem testes e guardam amostras. Decidimos produzir plantas medicinais por causa da renda. É o que motivou mais, porque com vaca não dava certo na vila [Vila Rural] porque a área é muito pequena. O tamanho do terreno é de 8 litros de chão [4.840 m²] sendo que usamos 6 litros [3.630 m²] para as plantas medicinais. Investimos R\$ 2.000,00, fizemos um financiamento na CRESOL. Somos em três pessoas na família e nossa renda com as plantas medicinais é de R\$ 10.000,00 bruto, com uns R\$ 3.000,00 de custo principalmente com mão de obra para a colheita. Mas ninguém quer trabalhar, é difícil achar alguém na vila para fazer a colheita. Eu acho o mercado das medicinais muito bom se comparar com outras atividades e pro futuro queremos fazer irrigação e correção do solo. Eu queria que tivesse um secador no município. O IAF dá assistência técnica mas nós já temos muita experiência (Entrevista 23, produtora de plantas medicinais na Vila Rural de Boa Ventura de São Roque, 17 de maio de 2011).

Figura 41 - Produção de plantas medicinais na Vila Rural de Boa Ventura de São Roque



Fonte: pesquisa de Campo, maio de 2011.

Conforme apresentado anteriormente, na sua origem, a produção e comercialização de plantas medicinais era uma atividade essencialmente feminina. Esse panorama só começou a

se modificar quando passou a significar uma fonte de renda significativa. No município de Turvo, ainda prevalece a primeira característica, no entanto, na pesquisa de campo, nos outros municípios da Microrregião de Pitanga, percebeu-se que são os homens que estão “à frente” dessa atividade, conforme pode ser percebido na figura 42.

Figura 42 - “Masculinização” da produção de plantas medicinais em Boa Ventura de São Roque e Santa Maria do Oeste



Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2010 (primeira foto) e maio de 2011.

Nem todos os produtores de plantas medicinais da Microrregião de Pitanga são assistidos pelo IAF e, no processo de organização dos produtores e na comercialização, a intermediação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais tem sido fundamental. A figura 43 é do STR do município de Santa Maria do Oeste. Os produtores deste município tiveram apoio inicial da Fundação RURECO de Guarapuava e, atualmente, realizam a comercialização junto à CERCOPA e Nativo Ervas Medicinais. A STR funciona como uma ligação entre os produtores e os compradores e, inclusive, centraliza e armazena temporariamente os produtos na sua sede até a chegada dos compradores. O processo de comercialização das plantas medicinais será analisado com mais detalhes na próxima parte.

Figura 43 - O Sindicato dos Trabalhadores Rurais como elo de ligação entre produtores e compradores de plantas medicinais



Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2011.

4.2.3 O processo de comercialização das plantas medicinais

A comercialização das plantas medicinais pelos agricultores familiares da Microrregião de Pitanga é realizada de três formas. A mais antiga remonta à criação do IAF, no município de Turvo e é realizada através de uma central de comercialização, a CERCOPA, criada por intermédio da RURECO no município de Guarapuava, conforme pode ser visualizado na figura 44 e destacado na entrevista abaixo:

Hoje, vendemos pouco do pessoal do Turvo. Antes era 90% e agora deve ser uns 10%. A CERCOPA é uma central de comercialização, tipo um atacadão. Em 1993, os mercados quebraram pois era muita dificuldade na administração dos agricultores familiares. A CERCOPA fica sozinha com mel e arroz. Tinha má administração, a CERCOPA quebrou e a estrutura foi desativada. Em 2003, eu assumi e voltamos a trabalhar com mel e arroz, depois iniciamos com plantas medicinais mas não avançava. Eu trabalhava na RURECO e começamos organizar o mercado das ervas medicinais. Iniciou no Turvo; comprava direto dos produtores. Somos pioneiros na comercialização. Embalava e vendia nos restaurantes. Aí conseguimos entrar na Rede Superpão de Guarapuava, mas há grande resistência dos mercados. Fizemos uma reunião com o dono da rede e aí acabou se tornando a renda principal da CERCOPA. Saímos do Paraná, estamos em quase todos os estados hoje, mas o foco é São Paulo. Trabalhamos basicamente com seis espécies: capim limão, carqueja, cavalinha, alcachofra, pata de vaca e sete sangrias. Mais ou menos uns 1.000 Kg por mês. A vigilância enche o saco, não pode vender chá em farmácia. A compra é toda feita sem contrato. Eu compro o excedente. Quando preciso, eu ligo, mas os agricultores são muito desorganizados e acho que a tendência é sair da agricultura familiar. Não compro certificados, só exijo um padrão mínimo de qualidade. Não é certificado, mas exijo que seja livre de agrotóxicos e adubos químicos. O mercado nacional é que define o preço, mas o preço praticado está acima do mercado, pois tem qualidade. Hoje, vendo praticamente para todos os estados, mas falta muito produto como a camomila. Não tem produção. Faltam produtores com grandes

quantidades. Não conseguimos atender a demanda crescente. Hoje, 80% do volume financeiro da CERCOPA são as plantas medicinais. Compro de toda região, Santa Maria do Oeste, Pitanga. O produto é embalado e encaixotado para venda nos mercados. Um pacote de camomila de 25g eu vendo por R\$ 1,00 e chega no consumidor final por R\$ 4,00 (Entrevista 82, Representante da CERCOPA, 31 de maio de 2011).

Figura 44 - O processo de comercialização das plantas medicinais através da CERCOPA de Guarapuava, Paraná



Fonte: Pesquisa de Campo AFNM (2011), março de 2011.

A segunda forma de comercialização é através de uma cooperativa que surgiu junto ao IAF, no município de Turvo. Em janeiro de 2006, os agricultores sentiram a necessidade de fundar uma cooperativa com o objetivo de organizar o processo de comercialização de plantas medicinais e outros produtos oriundos da floresta, como erva mate e pinhão. Trata-se da Cooperativa de Produtos Agroecológicos Artesanais e Florestais de Turvo (COOPAFLORA), conforme figura 45. As particularidades desse processo podem ser observadas na entrevista:

A COOPAFLORA surgiu, em 2006, a partir da organização dos produtores que eram 100% mulheres. O IAF já existia. Primeiro foi meio confuso, mas a produção cresceu. Era vendido tudo no nome de um. Mas como aumentou muito a produção gerou a necessidade de criar uma cooperativa, pois o IAF é uma ONG e não podia comercializar. Começou com 26 sócios fundadores e hoje são 96 sócios do município. Mas não trabalha só com medicinais, tem artesanato, erva-mate, mel,

pinhão. Hoje há grande demanda no mercado por ervas medicinais. No início tinha muita produção e pouco mercado, hoje é o contrário. Hoje, atende oito municípios. Além do Turvo tem produtor de Santa Maria do Oeste, Boa Ventura de São Roque, Iretama, Entre-Rios, Guarapuava e outros que não lembro agora. A cooperativa está querendo (re)estruturar novos sócios e trabalha com grupos nas comunidades. É feita uma reunião por mês com o coordenador e uma vez com o grupo na comunidade. A cooperativa só compra do cooperado e busca novos mercados para comercialização, que é feita à granel e desidratada. São produtos orgânicos e certificados. A Natura foi um dos primeiros grandes compradores e ficou sabendo através de uma amiga que conhecia alguém na empresa. Mas, aí, através da Natura chegaram outros. A Natura não é só parceira, ela interage e todos ganham. E tem uma empresa em processo, é a CENTROFLORA, ligado ao BOTUCATU para comercializar alcachofra e maracujá. A expectativa é pensar numa embalagem melhor, ver novos mercados e agregar valor. Tem 96 sócios, mas tem 170 produtores na região. Tem demanda e precisamos de mais produtores e produtores maiores. Também precisamos de espaço físico maior para o secador. O produtor precisa investir mais, só que não tem capital. O crédito existe, tem uns 20% que usam, mas ainda falta documentação para as pessoas conseguirem. Uns não tem nem informação (Entrevista 81, Representante da COOPAFLOA, 30 de março de 2011).

A comercialização da produção é realizada por vários canais, no Brasil e no exterior. De acordo com as informações fornecidas pelo IAF, esses canais de comercialização são: CENTROFLORA Anidro do Brasil Exportação Ltda., Baldo S.A., Comércio Indústria e Exportação, CERCOPA Comércio de Produtos Alimentícios Ltda, Da Terra Agroindústria Ltda, Fazenda Alpina, Natura, MN Própolis Indústria Comércio e Exportação Ltda, Duas Rodas Industrial, Solabia Biotecnológica Ltda, Teakettle Comércio de Produtos Alimentícios Ltda, Tribal Brasil Alimentos Ltda, INCON Indústria de Condimentos Ltda, Leaves For Life Comércio de Produtos Naturais Ltda, Namastê Orgânico do Brasil, Guayaki Sustainable Rain Florest Products INC (EUA) e RDV PRODUCTS (França). De acordo com o IAF, a produção não consegue atender a demanda crescente pelos produtos. Para o ano de 2011 existia demanda para 94.300 Kg, porém, a produção foi de 69.215 kg. A demanda de produtos e os preços praticados são definidos pelas indústrias e chegam aos agricultores via IAF e COOPAFLOA. Por um lado, a demanda crescente pelos produtos é um incentivo para os produtores, que estão ampliando a produção e aumentando a renda com as plantas medicinais. No entanto, apesar de estarem organizados em cooperativa e com o apoio de ONG's não têm nenhuma interferência na negociação de preços, o que é ruim em se tratando da dependência que existe nessa relação. Porém, até o momento, os preços praticados não têm desanimado os agricultores nesse mercado.

Figura 45 - O processo de comercialização das plantas medicinais através da COOPAFLORA de Turvo, Paraná



Fonte: Pesquisa de Campo AFNM (2011), março de 2011.

A terceira via de comercialização é através de uma empresa localizada no município de Santa Maria do Oeste, a Nativo Ervas Mediciniais, conforme figura 46 e entrevista:

Eu compro plantas medicinais de aproximadamente 30 produtores; um em Pitanga, nove em Palmital e 20 em Santa Maria do Oeste. São pequenos produtores, alguns médios. Em média, comercializo umas 10 toneladas por ano. O agricultor não tem alternativa, o leite é importante, mas produzir milho, feijão e arroz não dá. A minha história com plantas medicinais começou faz tempo. Em 1997, por causa do clima, eu fui para Rondônia, era um lugar lindo, uns 160 km no sertão. Mas tinha muitas dificuldades, principalmente doenças. E aí com uma distancia dessas como ia fazer. Voltei e fiz um curso em Medianeira sobre plantas medicinais. Assisti um vídeo da AGRODATA. Aí resolvi plantar uns 18 ou 20 hectares. Vendia em Curitiba, no Mercado Municipal. Vi que era um bom negócio, ampliei, coloquei secadores. Um secador com gás, mas o custo era alto; fiz outro secador a lenha. Levei um calote na firma de 28 toneladas em Curitiba. Voltei a estaca zero. Vendi 43 vacas para pagar. Abri a firma no nome dos rapazes. Nativo significa Natanael e Ivo. Precisa nome. Está caminhando bem. O destino da produção é para o Rio Grande do Sul (Passo Fundo, Venâncio Aires), São Paulo, Curitiba. Para firmas e supermercados. A perspectiva é aumentar a produção. O rendimento é muito maior. Existe muita demanda em Curitiba e São Paulo e falta produção na região. O problema é que o colono é viciado em plantar milho e feijão e não abrem mão de usar veneno e adubo químico. Dá muito trabalho, exige muito cuidado e o inverno atrapalha (Entrevista 41, Representante da Nativo Ervas Mediciniais, 20 de maio de 2011).

Figura 46 - O processo de comercialização das plantas medicinais através da NATIVO ERVAS MEDICINAIS de Santa Mario do Oeste, Paraná



Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2011.

Conforme destacado anteriormente, a comercialização das plantas medicinais pelos agricultores familiares da Microrregião de Pitanga é realizada através de três vias: os agricultores associados à COOPAFLORA e atendidos pelo IAF no município de Turvo; através da CERCOPA, central de comercialização ligada à RURECO, de Guarapuava; e junto à empresa particular Nativo Ervas Mediciniais, localizada no município de Santa Maria do Oeste. Nesse sentido, interessa compreender agora o significado econômico e as possibilidades oferecidas pelas plantas medicinais como forma de geração de renda para a agricultura familiar daquela região. Para tanto, as variáveis apresentadas na tabela 39 oferecem um conjunto de elementos que, apesar de fazer referência ao caso do IAF¹⁰⁷, são representativos para o conjunto da produção.

¹⁰⁷ A opção por utilizar o caso do IAF deve-se à dificuldade de conseguir dados com a mesma variedade para as duas outras vias de comercialização.

Tabela 39 - Relação de plantas medicinais, preço, rendimento por hectare, demanda e produção das famílias atendidas pelo IAF no município de Turvo (PR), 2011

<i>Produto</i>	<i>Preço*</i> (R\$/Kg)	<i>Produção</i> (Kg/ha)	<i>VBP**</i> (R\$/ha)	<i>Demanda</i> (Kg)	<i>Produção</i> Atual (Kg)	<i>Demanda**</i> Atendida (%)
Alcachofra	4,10	3.900	15.990,00	19.000	8.000	42,1
Alecrin	5,00	3.000	15.000,00	6.000	1.000	16,7
Alfazema	7,00	3.000	21.000,00	400	100	25,0
Calêndula	12,00	750	9.000,00	1.000	200	20,0
Camomila	21,26	800	17.008,00	5.000	1.000	20,0
Capim Limão	7,14	3.000	21.420,00	8.000	8.000	100,0
Carqueja	7,15	2.500	17.875,00	8.000	9.000	112,5
Cavalinha	5,00	3.000	15.000,00	500	700	140,0
Chapéu de Couro	4,50	1.750	7.875,00	3.000	4.200	140,0
Endro	10,00	2.000	20.000,00	500	125	25,0
Espinheira Santa	8,00	670	5.360,00	500	700	140,0
Funcho	19,80	2.000	39.600,00	3.000	800	26,7
Guaco	10,00	3.200	32.000,00	1.500	200	13,3
Macela	18,42	600	11.052,00	4.000	920	23,0
Manjeriço	8,00	3.000	24.000,00	300	250	83,3
Manjerona	8,00	2.500	20.000,00	300	400	133,3
Maracujá	7,50	1.200	9.000,00	1.000	500	50,0
Melissa	9,00	4.000	36.000,00	20.000	20.000	100,0
Menta	8,71	4.000	34.840,00	7.000	3.050	43,6
Mil Folhas	5,00	1.000	5.000,00	400	400	100,0
Orégano	8,00	1.500	12.000,00	2.000	800	40,0
Pata de Vaca	5,00	5.000	25.000,00	300	2.500	833,3
Perpétua	20,97	600	12.582,00	800	320	40,0
Pitanga	12,82	800	10.256,00	2.000	2.500	125,0
Poejo	6,00	4.000	24.000,00	200	340	170,0
Salvia	9,00	4.000	36.000,00	2.000	2.000	100,0
Sete Sangrias	6,00	1.000	6.000,00	200	380	190,0
Tansagem	5,00	1.600	8.000,00	200	430	215,0
Tomilho	8,00	800	6.400,00	500	300	60,0

Fonte: Pesquisa AFNM (2012). Dados fornecidos pelo IAF. (*) Preços relativos ao mês de março de 2011. (**) Adaptação do autor.

O primeiro aspecto que merece destaque na tabela é a variedade de plantas medicinais que são comercializadas, um total de 29 espécies. Essa mesma diversidade foi observada nas propriedades em que os agricultores trabalham em média com sete espécies, com variação de 4 a 15 espécies. Em relação aos preços praticados por kg de matéria prima desidratada, variam de R\$ 4,10 para alcachofra até R\$ 21,26 no caso da camomila¹⁰⁸. Já do ponto de vista da produção que pode ser obtida em um hectare, os números variam de 600 Kg (macela e perpétua) até 5.000 Kg (pata de vaca). Entretanto, considerando os preços praticados e a produção por área, talvez o dado mais significativo seja o referente ao valor bruto da produção destas plantas por hectare. Assim, existem espécies que são capazes de proporcionar um rendimento bruto por hectare que supera R\$ 30.000,00, como é o caso do guaco (R\$

¹⁰⁸ O exemplo da camomila também é ilustrativo do ponto de vista da agregação de valor que sofre até chegar ao consumidor final. De acordo com dados fornecidos pela CERCOPA, o produtor recebe R\$ 21,26 por Kg (o equivalente a R\$ 0,53 por um pacote de 25g), a CERCOPA vende este pacote por R\$ 1,00 e o consumidor final vai pagar R\$ 4,00.

32.000,00/ha), menta (R\$ 34.840,00), melissa e sálvia (R\$ 36.000,00) e o recordista funcho (R\$ 39.600,00). Esse potencial é muito maior que o proporcionado por cultivos tradicionais como soja, milho, feijão e arroz. De acordo com entrevista realizada com o agrônomo que acompanha as atividades do IAF, “*um hectare de plantas medicinais rende o equivalente a 8 ou 9 hectares de milho ou soja*” (Entrevista 76, representante do IAF, 28 de março de 2011). Essa característica pode ser reforçada pela tabela 40 que apresenta o valor bruto da produção obtido na Microrregião da Pitanga, com os cultivos tradicionais, sendo o máximo alcançado pelo milho com R\$ 2.252,90 por hectare, muito aquém do que pode ser conseguido com a produção de plantas medicinais.

Tabela 40 - Produtividade (sacas de 60 Kg por hectare), preço por saca e valor bruto da produção de produtos selecionados (soja, milho, arroz e feijão) na microrregião de Pitanga, Paraná

<i>Produto</i>	<i>Produtividade*</i> (sc/ha)	<i>Preço**</i> (R\$/sc)	<i>VBP***</i> R\$/ha)
Soja	50,97	43,35	2.209,55
Milho (1ª safra)	98,38	22,90	2.252,90
Milho (2ª safra)	48,90	22,90	1.119,81
Arroz	29,91	31,32	936,78
Feijão (1ª safra)	23,18	68,17	1.580,18
Feijão (2ª safra)	21,62	68,17	1.473,84

Fonte: (*) IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal, 2010; (**) DERAL/DEB – SEAB/PR em março de 2011. (***) Tabulações do autor.

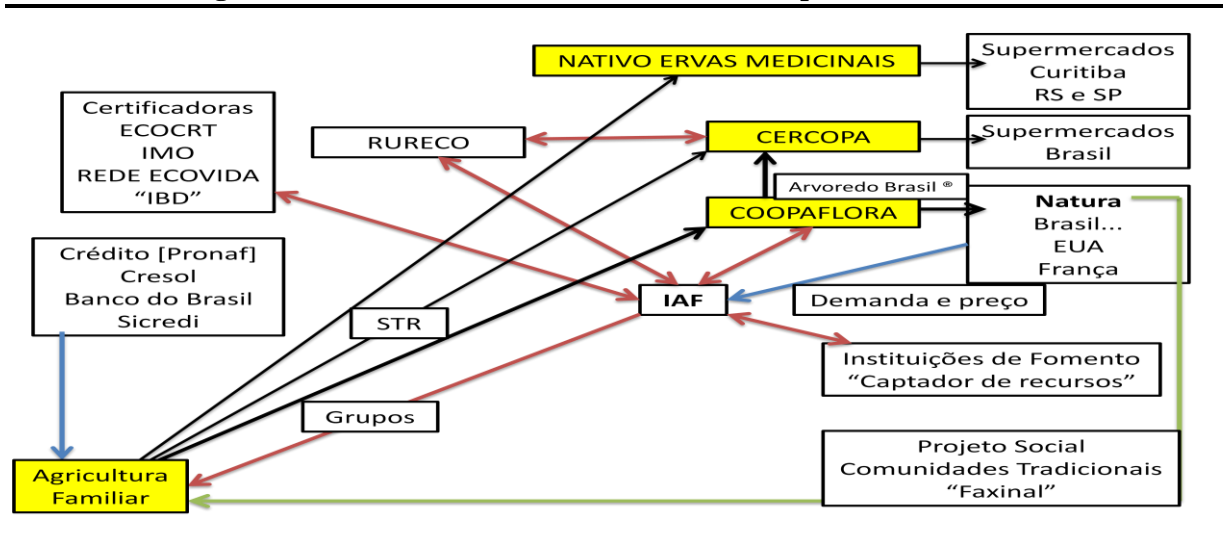
As duas tabelas anteriores mostram com clareza que a atividade de produção e comercialização de plantas medicinais pode ser uma alternativa para a geração de renda na agricultura familiar, especialmente considerando a sua capacidade de geração de renda em pequenas áreas. Esse fato é ainda mais significativo, uma vez que, de modo geral, a produção não está conseguindo atender à demanda, conforme foi destacado nas entrevistas com os representantes das três vias de comercialização e pode ser observado nos dados da tabela 39 referente ao volume produzido e o volume demandado. Percebe-se que das 29 espécies produzidas, 15 delas não atende a demanda. Com algumas espécies, os produtores não conseguem atender nem 1/3, como é o caso do alecrim, alfazema, calêndula, camomila, endro, funcho, guaco e macela.

4.2.4 Síntese do mercado das plantas medicinais

Na figura 47 apresenta-se a estrutura e a dinâmica do mercado de plantas medicinais. O IAF possui um papel central no processo, desde o início, atuando como um mediador entre

agricultores (organizados em grupos por comunidades) e compradores (nacionais ou internacionais). O IAF também presta assistência técnica na modalidade de projetos de curta duração, por isso está constantemente em busca de recursos com instituições de fomento, nacionais e internacionais. A RURECO teve uma atuação de formação no início do projeto, sobretudo na criação da CERCOPA (em Guarapuava) para a comercialização da produção. Atualmente, os agricultores contam com uma cooperativa de comercialização (COOPAFLORA) localizada no município de Turvo, funcionando conjugada ao IAF. A cooperativa adota a marca ARVOREDO BRASIL para identificar seus produtos que são comercializados principalmente com a Natura, que mantém um projeto social com as comunidades tradicionais do município, os faxinalenses. As flechas pretas indicam os três caminhos para comercialização das plantas medicinais. As setas vermelhas apontam para uma característica inovadora desse mercado, a participação das ONGs na sua organização e o papel das certificadoras que representam uma garantia de qualidade e abrem portas, sobretudo nos mercados internacionais.

Figura 47 - Estrutura e dinâmica do mercado de plantas medicinais



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração do autor, 2012.

4.3 PROGRAMA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM MERCADO CRIADO PELO ESTADO

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) foi criado pelo Governo Federal em 2003 como uma ação estruturante do Programa Fome Zero. Em outras palavras, trata-se de um mercado criado pelo Estado para atender agricultores familiares

pobres – que podem comercializar sua produção – e beneficiar grupos sociais vulneráveis através da doação de alimentos. Nos municípios da Microrregião de Pitanga são aproximadamente 350 agricultores que se beneficiam desta política pública. No texto que segue, estruturado em quatro partes, pretende-se analisar o PAA com mais detalhes. Primeiro, analisa-se os antecedentes históricos e algumas características gerais do Programa. Segundo, abordam-se as características das famílias beneficiadas e o processo produtivo. Na terceira parte o foco é o processo de comercialização, que, em outras palavras, pode ser analisado enquanto uma forma de redistribuição. Por fim, apresenta-se um quadro síntese do PAA.

4.3.1 Antecedentes históricos e características gerais do PAA

Os municípios da Microrregião de Pitanga apresentam uma realidade propícia – calcada em baixos índices de desenvolvimento – para observar os impactos de uma política pública que tem duplo objetivo: promover “o acesso das populações em situação de insegurança alimentar a alimentos e a inclusão social e econômica do campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar” (BRASIL, 2010, p. 03), ou seja, “o PAA contempla tanto as demandas de acesso aos alimentos das populações em situação de insegurança alimentar como as necessidades dos agricultores familiares de conseguir mercados para seus produtos” (GRISA *et al.*, 2011, p. 35). No caso específico desta pesquisa, interessa analisar o impacto da criação de um mercado para os agricultores familiares pobres. Os principais acontecimentos relacionados à criação e evolução do PAA podem ser observados no quadro 15, que mostra o processo de institucionalização dessa política na década de 2000.

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) foi criado pela Lei 10.696, de 2 de julho de 2003. Trata-se de uma ação estruturante do Programa Fome Zero. O objetivo principal do PAA é realizar a compra dos produtos da agricultura familiar com a finalidade de destiná-los às pessoas e grupos sociais em situação de vulnerabilidade social, para mercados institucionais ou para formação de estoques.

A criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) em 2003 resultou da confluência de dois debates importantes da década de 1990 no Brasil. O primeiro teve como questões centrais o combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira. [...] O segundo debate foi dirigido ao reconhecimento da agricultura familiar com categoria social pelas políticas governamentais (GRISA *et al.*, 2011, p. 34).

Quadro 15 - Fatos históricos e institucionais marcantes relacionados ao PAA no Brasil, 2003 – 2010

Janeiro de 2003	Criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar - MESA
Fevereiro de 2003	Criação do CONSEA
Março de 2003	Constituição de Grupo Técnico Interministerial composto por representantes do IPEA, MESA, CONAB, MDA e CONSEA para formular as bases do Plano Safra da Agricultura Familiar 2003/2004.
Junho de 2003	Lançamento do Plano Safra pelo Presidente Lula, trazendo como inovação o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.
Julho de 2003	Sancionada a Lei nº 10.696, que, em seu artigo 19, institui o Programa Aquisição de Alimentos.
Agosto de 2003	Realização das primeiras aquisições de alimentos no âmbito do Programa.
Janeiro de 2004	Criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Março de 2004	Realização da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
Junho de 2005	Realização do 1º Seminário de Avaliação do PAA
2º semestre de 2005	CONSEA e movimentos sociais atuam de forma conjunta para obtenção de mais recursos para o PAA.
Dezembro de 2005	Criação da Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar na CONAB.
Janeiro de 2006	A Lei Orçamentária Anual prevê aumento de dotação para o MDS e uma nova ação no orçamento do MDA para implementação do Programa.
Julho de 2006	Sancionada a Lei nº 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
Setembro de 2006	Sancionada a Lei nº 11.346/06 “Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN” que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.
Julho de 2007	Realização da III Conferência nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Junho de 2008	Realização do 2º Seminário de Avaliação do PAA.
Fevereiro de 2010	Aprovação da Emenda Constitucional nº 64 que inclui o Direito à Alimentação como Direito Constitucional.
Agosto de 2010	Publicado o Decreto nº 7.272, que regulamenta a Lei nº 11.346, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN e estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
Novembro de 2010	Realização do 3º Seminário de Avaliação do PAA.

Fonte: BRASIL (2010, p. 06).

Quadro 16 - As diferentes modalidades do Programa Aquisição de Alimentos (PAA)

<i>Modalidade</i>	<i>Objetivos e funcionamento</i>
Compra Direta da Agricultura Familiar	A modalidade permite a aquisição de pauta específica de produtos (arroz, castanha-de-caju, castanha-do-brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo), para distribuição ou para formação de estoques públicos. Dessa forma, cumpre um importante papel na promoção da segurança alimentar e nutricional, na regulação dos preços de alimentos e na movimentação de safras e estoques. Desenvolvido com recursos do MDA e MDS e executado pela CONAB por meio de termos de cooperação, a modalidade permite o atendimento de agricultores, organizados ou não, com limite de aquisição de R\$ 8 mil por agricultor familiar por ano.
Formação de Estoque pela Agricultura Familiar	A modalidade foi criada para propiciar aos agricultores familiares instrumentos de apoio à comercialização de seus produtos, sustentação de preços e agregação de valor à produção. A modalidade disponibiliza recursos para que a organização adquira a produção de agricultores familiares sócios/filiados, beneficie e forme estoque de produtos para serem posteriormente comercializados ou distribuídos para a população em situação de insegurança alimentar. Em princípio, qualquer alimento que possa ser armazenado pode ser atendido pela modalidade. Desenvolvido com recursos do MDA e MDS e executado pela CONAB, a modalidade atende exclusivamente agricultores familiares organizados em associações e cooperativas, com limite de aquisição de até R\$ 8 mil por agricultor familiar por ano.
Compra com Doação Simultânea* (modalidade analisada na tese)	A modalidade propicia a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e sua disponibilização para doação a entidades da rede de promoção e proteção social, assumindo importante papel na promoção da segurança alimentar do público atendido. A modalidade permite o enriquecimento dos cardápios das entidades socioassistenciais, com a disponibilização de diversos tipos de produtos, incluindo hortaliças, frutas, carnes, ovos, pescados, leite e derivados, entre outros. Desenvolvida com recursos do MDA, é executada por meio de termo de cooperação MDS-CONAB e por convênios celebrados com estados, Distrito Federal e municípios, podendo atender a agricultores familiares diretamente ou por meio de suas organizações, com limite de até R\$ 4 mil por agricultor familiar por ano.
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	A modalidade foi criada para contribuir com o aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e também incentivar a produção de agricultores familiares. A modalidade é executada no território de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O alimento adquirido (leite de cabra ou de vaca) é pasteurizado em laticínios cadastrados e, posteriormente, transportado para os postos de distribuição às famílias. Desenvolvido com recursos do MDS em parceria com estados do nordeste e Minas Gerais. Por meio dessa modalidade são atendidos agricultores, organizados ou não, até o limite de R\$ 4 mil por agricultor familiar por semestre.

Fonte: BRASIL (2010, p. 10-11). (*) A modalidade Compra com Doação Simultânea possui três categorias: CONAB, Estadual e Municipal.

O PAA realiza a compra sem licitação até um limite máximo por agricultor a cada ano, através do estabelecimento de preços mínimos a serem praticados com a garantia de compra (BRASIL, 2010). O programa compõe-se de quatro modalidades (quadro 16). Nesta pesquisa, será analisada a modalidade Compra Direta com Doação Simultânea, a única a que têm acessado os agricultores dos municípios da Microrregião de Pitanga.

A gestão do PAA é feita por um comitê interministerial, mas a CONAB e o MDS têm papel ativo nas compras e na operacionalização. O seu formato institucional contempla o acompanhamento por um grupo gestor composto por seis ministérios: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação.

Desde sua criação, o Programa tem-se ampliado consideravelmente a cada nova edição (tabela 41). Em 2003, foram aplicados R\$ 144,92 milhões, que beneficiaram 42.077 agricultores familiares (média de R\$ 3.444,16 por família) com a aquisição de 135.864 toneladas de alimentos destinadas a 226.414 pessoas, o que significa uma média de 600 kg por pessoa por ano. Já em 2011, esses números tiveram um incremento extraordinário, ampliando em 335,8% a quantidade de recursos destinados ao programa, beneficiando 285,7% mais agricultores familiares (média de R\$ 3.891,88 por família) e atendendo mais pessoas (+8.613,6%), aumentando a quantidade de alimentos adquiridos em 262,3% e possibilitando destinar em média, 25 Kg por pessoas no ano.

Tabela 41 - Evolução da execução do PAA no Brasil, 2003-2010

<i>Período</i>	<i>Recursos aplicados (milhões de R\$)</i>	<i>Número de agricultores fornecedores</i>	<i>Atendimentos realizados</i>	<i>Alimentos adquiridos (ton)</i>
2003	144,92	42.077	226.414	135.864
2004	180,00	68.576	4.261.462	339.925
2005	333,06	87,292	6.450.917	341.755
2006	492,09	147.488	10.700.997	466.337
2007	461,06	138.900	14.512.498	440.837
2008	509,03	168.548	15.407.850	403.155
2009	591,03	137.185	13.028.986	509.955
2010	680,75	155.166	18.875.174	462.429
2011	631,61	162.289	19.728.731	492.258
<i>Variação*</i>	+335,8%	+285,7%	+8.613,6%	+262,3%

Fonte: BRASIL (2012). Adaptado pelo autor. (*) Tabulações do autor.

No Estado do Paraná, a realidade do programa, na totalidade das suas quatro modalidades, pode ser visualizada na tabela 42. No ano de 2011, havia 15.611 agricultores familiares participando como fornecedores de alimentos e receberam um total de R\$

49.546.375,16 de recursos (7,85% do total de recursos destinados ao PAA, em 2011, no Brasil), o que resultou em média, R\$ 3.173,81 por família. Por outro lado, foram beneficiadas 2.726.901 pessoas com 30.222.557 kg de alimentos, o que significa a média de 11 kg por pessoa atendida no ano de 2011. Outro ponto a ser analisado na tabela refere-se ao comportamento em relação às diferentes modalidades. As modalidades Compra Direta e Formação de Estoques são pouco expressivas no Estado do Paraná, e, conforme já observado anteriormente, a modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite é destinada para os estados do Nordeste e Minas Gerais. Portanto, é a modalidade Doação Simultânea, a mais significativa, foi acessada por 89,2% dos agricultores que participam do PAA no Estado. A modalidade Doação Simultânea possui uma divisão em três categorias: CONAB, Estadual e Municipal. A categoria Doação Simultânea Estadual é a mais representativa, com acesso de 46,8% dos agricultores que participam do PAA no Estado do Paraná. Conforme será retomado mais adiante, os municípios da Microrregião de Pitanga acessam somente a modalidade Doação Simultânea, nas categorias CONAB e Estadual.

Tabela 42 - Agricultores fornecedores, entidades beneficiadas, atendimentos, recursos fornecidos e peso dos produtos nas modalidades do PAA no Estado do Paraná, 2011

<i>Modalidade</i>	<i>Agricultores Fornecedores</i>	<i>Entidades Beneficiadas</i>	<i>Atendimentos</i>	<i>Recursos Fornecidos (R\$)</i>	<i>Peso dos Produtos (kg)</i>
1) Doação Simultânea CONAB	6.002	946	1.702.501	22.365.327,63	12.616.709
1) Doação Simultânea ESTADUAL	7.300	2.939	988.315	18.671.287,59	11.260.617
1) Doação Simultânea MUNICIPAL	621	65	36.085	2.340.159,14	1.322.069
2) Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	0	-	0	0,00	0
3) Formação de Estoque	938	-	-	1.569.602,40	1.189.830
4) Compra Direta	750	-	-	4.599.998,40	3.833.332
Total das 4 Modalidades	15.611	3.950	2.726.901	49.546.375,16	30.222.557

Fonte: BRASIL (2012).

No PAA Estadual, dos 7.300 produtores fornecedores, a grande maioria (85,1%) está enquadrada no Grupo V do PRONAF; 8,1%, no Grupo A/C; 4,9%, no Grupo B; e 1,9%, no Grupo A. A categoria mais acessada no Paraná é a Doação Simultânea Estadual, cujos produtos¹⁰⁹ mais comercializados estão na tabela 43).

¹⁰⁹ A lista completa para o Estado do Paraná contempla 96 produtos: abacate, abacaxi, abóbora, abobrinha, açaí, acelga, acerola, açúcar mascavo, agrião, alface, alho, almeirão, almôndega de peixe, amendoim, arroz, azeite (3 tipos), banana, banha, batata (3 tipos), batatinha, bebida láctea, beiju, berinjela, beterraba, biscoito (14 tipos),

Tabela 43 - Grupos de produtos, número de agricultores fornecedores, recursos e quantidades na modalidade Doação Simultânea (PAA Estadual) no Estado do Paraná, 2011

<i>Grupos de Produtos</i>	<i>Agricultores fornecedores (*)</i>	<i>Recursos (R\$)</i>	<i>Quantidade (kg)</i>
Açúcares	137	88.566,20	26.974
Carnes	2.393	2.725.422,18	509.636
Condimentos e temperos	1.983	570.608,85	112.456
Doces	951	584.195,68	99.985
Farináceos	80	39.608,92	37.928
Frutas	5.994	2.918.917,52	2.547.940
Grãos e cereais	2.882	1.529.938,84	1.228.248
Hortaliças	21.928	5.832.467,01	5.628.522
Leite e derivados	248	350.984,37	94.075
Massas	244	184.191,20	55.822
Mel	409	400.475,73	68.641
Oleaginosas	415	186.943,76	53.029
Outros	93	47.131,77	13.537
Ovos	300	170.887,20	102.527
Panificados	2.191	2.332.021,10	544.450
Pescados	101	178.227,67	33.948
Polpa de frutas	436	435.113,09	84.758
Sucos	89	95.586,50	18.141

Fonte: BRASIL (2012). (*) Um agricultor pode fornecer mais de um produto.

O destaque fica para a produção de hortaliças, que envolve a maioria dos produtores¹¹⁰, depois aparecem as frutas, cereais, carnes e panificação. Esses cinco grupos são os que recebem a maior parte dos recursos, representam as maiores quantidades e envolvem a maioria dos agricultores familiares. No caso das hortaliças há um estímulo para produzir em maior quantidade produtos que já eram destinados ao consumo da família. Em relação às frutas ocorre a possibilidade de comercializar excedentes que acabavam sendo desperdiçados na propriedade. A produção de cereais passa a contar com um novo canal de comercialização,

bolacha caseira, bolinha de peixe, bolinho de peixe, bolo (24 tipos), broa, brócolis, buriti, caissuma, caju, cajuína, caldo de cana, camarão, cana de açúcar, canjica, caqui, cará, carambola, cariru, carne (8 tipos), castanha (2 tipos), caxi, cebola, cebolinha, cenoura, cheiro verde, chicória, chocolate em pó, chuchu, cocada, coco (3 tipos), coentro, colorau, conserva de pequi, couve, couve flor, coxinha de peixe, cuca, cupuaçu, doces (26 tipos), ervilha, espinafre, farinha (7 tipos), fava, feijão, frango (3 tipos), fubá, geleia (7 tipos), gergelim, goiaba, goma de tapioca, granola, graviola, guabiroba, hambúrguer de peixe, hortelã, inhame, iogurte, jaca, jambu, jiló, laranja, leite, lima, limão, linguiça (2 tipos), maçã, macarrão caseiro, mamão, mandioca, manga, mangaba, manteiga, maracujá, massa (3 tipos), maxixe, melado de cana, melancia, melão, mel de abelha, mesocarpo de babaçu, milho, milho verde, pipoca, morango, mostarda, mungunzá, murici, nabo, nata, ovo (5 tipos), paçoca (3 tipos), palmito, pamonha, pão caseiro, pão de queijo, pato, pé de moleque, peixe (33 tipos), pepino, peru, pêssego, pera, pimenta, pimentão, pinha, pinhão, pó de babaçu, polpa de fruta (37 tipos), polvilho, puba, pupunha, queijo (5 tipos), quiabo, quirera, rabanete, radite, rapadura, repolho, requeijão, rosca, rosquinha caseira, rúcula, salgados, salsa, sequilho, serra-filé, serigueta, suco de frutas (3 tipos), tamarindo, tangerina, tapioca, tempero, filé de tilápia, tomate, toucinho, umbu, uvaia, uva, vagem, vegetais em conserva, verduras, xerém.

¹¹⁰ Observa-se, no entanto, que o número de agricultores que produzem hortaliças supera o número total de agricultores que participam do programa. Isso pode ser um erro nos dados. Por outro lado, a produção de hortaliças é de fato a mais representativa, considerando as quantidades produzidas e os recursos destinados para a sua aquisição.

diferente dos tradicionais. Em relação às carnes há um processo mais complexo para enquadramento nas exigências higiênico-sanitárias, mesmo assim é um produto representativo. Já o processo de panificação demanda a construção ou adaptação de pequenos espaços agroindustriais.

Para visualizar melhor os produtos específicos dos grupos apresentados na tabela anterior, na tabela 44 apresenta-se uma lista com os 20 produtos mais representativos para os agricultores familiares que tem acesso ao programa no Estado do Paraná. O primeiro da lista é mandioca, produto que, de modo geral, dificilmente seria comercializado pelos agricultores, com exceção de alguns que entregavam para fecularias, tradicionalmente um produto destinado ao consumo da família e para alimentação dos animais como bovinos e suínos. A hortaliça mais vendida é alface, porém, entre os 20 produtos mais representativos aparecem nove hortaliças, o que justifica por que esse grupo é o mais importante na execução do PAA no estado do Paraná. Em relação às frutas, o destaque fica para banana, outro produto que dificilmente se comercializava, servindo basicamente para o consumo familiar. Talvez o fato mais significativo desta tabela com a lista de produtos é que o PAA tornou-se uma política pública que criou um mercado para um conjunto de produtos que antes eram destinados somente ao consumo familiar e que agora podem ser comercializados, proporcionando um ingresso financeiro que complementa a renda das famílias (figura 48). “O programa é bom pois ajuda o agricultor a comercializar o que antes iria fora” (Entrevista 67, Agricultor familiar, 15 de março de 2011).

Figura 48 - O PAA cria um mercado para os produtos que eram destinados ao consumo



Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2011.

Tabela 44 - Lista dos 20 produtos mais representativos em relação ao número de produtores na modalidade Doação Simultânea (categoria Estadual) no Estado do Paraná, 2011

Produto	Produtores		Produto	Produtores	
	Número	Proporção (%)*		Número	Proporção (%)*
1) Mandioca	4.112	26,3	11) Abobrinha	1.372	8,8
2) Alface	2.816	18,0	12) Laranja	1.297	8,3
3) Banana	2.696	17,3	13) Melancia	1.294	8,3
4) Abóbora	2.415	15,5	14) Batata doce	1.251	8,0
5) Cheiro verde	2.373	15,2	15) Pepino	1.240	7,9
6) Couve	1.900	12,2	16) Cenoura	1.146	7,3
7) Milho verde	1.873	12,0	17) Mamão	1.062	6,8
8) Feijão	1.653	10,6	18) Tomate	1.045	6,7
9) Carne bovina	1.474	9,4	19) Beterraba	1.037	6,6
10) Frango caipira	1.424	9,1	20) Carne suína	1.003	6,4

Fonte: BRASIL (2012). (*) Tabulações do autor.

Considerando os objetivos desta pesquisa, torna-se particularmente importante, neste caso, examinar como os agricultores constroem a sua capacidade de oferta, pois, mesmo que as compras sejam feitas de forma individualizada, a empresa que executa as operações, a CONAB, busca sempre adquirir de grupos de agricultores, em geral organizados em torno de uma associação ou cooperativa. Por outro lado, compreender as instituições que “regulam” esse mercado é outra dimensão a ser analisada.

A análise, em relação ao PAA, trata da inserção de agricultores familiares pobres na Microrregião de Pitanga (Paraná), caracterizada como uma dos mais pobres, com baixo índice de desenvolvimento socioeconômico. Portanto, compreender a estrutura e dinâmica desse mercado institucional e, conseqüentemente, de que forma tem conseguido – ou não – dar garantia de renda e reprodução social para essas famílias parece uma questão relevante.

Os municípios da Microrregião de Pitanga acessam somente a modalidade Doação Simultânea e duas das suas categorias, o PAA Estadual e o PAA CONAB (conforme tabela 45). Os municípios de Boa Ventura de São Roque, Laranjal, Palmital participam do PAA Estadual; do PAA CONAB participam os municípios de Mato Rico e Santa Maria do Oeste. O município de Pitanga participa das duas categorias. No total, participam 349 famílias de agricultores familiares (o que representa 3,8% do total de estabelecimentos familiares ou, ainda, 4,7% das famílias com perfil de Bolsa Família), que recebem R\$ 1.202.215,52 de recursos do programa (o que equivale a uma média de R\$ 3.444,74 por família no ano de 2011) por um total de 521.138 Kg de produtos destinadas a 83 entidades¹¹¹ através de 40.863 atendimentos.

¹¹¹ As 83 entidades beneficiadas através do PAA Estadual são: Boa Ventura de São Roque: Escola Nossa Senhora Aparecida, Escola Estadual Sítio Boa Ventura, Escola Rural Municipal Getúlio Vargas, Escola Estadual Natal Pontarolo, Escola Nossa Senhora de Fátima, Escola Santo Agostinho, Escola São Roque, Escola João Pessoa, APPAC e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Boa Ventura de São Roque.

Tabela 45 - Agricultores fornecedores, entidades beneficiadas, atendimentos, recursos e peso dos produtos na modalidade Doação Simultânea (categorias PAA Estadual e PAA CONAB) nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2011

<i>Programa</i>	<i>Agricultores fornecedores</i>	<i>Entidades beneficiadas</i>	<i>Atendimentos</i>	<i>Recursos (R\$)</i>	<i>Peso (Kg)</i>
<i>Categoria PAA Estadual</i>					
Boa Ventura de São Roque	29	10	2.094	70.640,12	29.398
Laranjal	32	9	5.652	67.302,16	32.715
Palmital	51	16	6.298	107.147,01	72.883
Pitanga	25	16	4.129	55.354,60	28.191
Total PAA Estadual	137	51	18.173	300.443,89	163.187
<i>Categoria PAA CONAB</i>					
Mato Rico	96	11	14.460	429.242,57	144.693
Pitanga	88	10	4.615	394.949,36	173.478
Santa Maria do Oeste	28	11	3.615	77.579,70	39.780
Total PAA CONAB	212	32	22.690	901.771,63	357.951
TOTAL GERAL	349	83	40.863	1.202.215,52	521.138

Fonte: BRASIL (2012). Adaptado pelo autor.

As propostas, em cada município, são encaminhadas através de organizações que representam os agricultores fornecedores. O PAA Estadual é operacionalizado através da Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária do Estado do Paraná (SETP). Os projetos são realizados com associações em cada município: Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Boa Ventura de São Roque (Boa Ventura de São Roque), Associação dos Produtores Rurais de Alto Schereiner (Laranjal), Associação dos Feirantes da Produção Diversificada de Palmital (Palmital) e Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pitanga (Pitanga). No caso do PAA CONAB, o convênio é celebrado principalmente com cooperativas: Cooperativa Agropecuária Matoriquense – COAMAR (Mato Rico), Associação de Desenvolvimento da Agroecologia da Região Centro – ADARC (Pitanga), Cooperativa Agroindustrial do Centro do Paraná – COOACEPA (Pitanga) e Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar – COORLAF (Santa Maria do Oeste).

Laranjal: Colégio Estadual de Laranjal, Escola Municipal Villa Lobos, Escola Estadual Chapadão, Associação de Recuperação de Alcoólatras, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Escola Rural Municipal Munhoz da Rocha, Escola Estadual de Pinhal Grande, CMEI Caminhos da Esperança de Laranjal e Mitra Diocesana de Guarapuava. Palmital: Centro de Educação Infantil Clandira Nunes de Oliveira, Colégio Estadual Dr. João Ferreira Neves, Colégio Estadual João Cavalli da Costa, Colégio Estadual João Paulo II, Escola Municipal Augusto Vicentim, Escola Municipal Carlos Gonçalves Siqueira, Escola Municipal Catarina K. Costa, Escola Municipal João de Oliveira Júnior, Escola Municipal Sílvio de Brida Mariot, Núcleo Rural Municipal Antônio Vieira, Núcleo Rural Municipal Carlos Chagas, Núcleo Rural Municipal Coelho Neto, Núcleo Rural Municipal Tiradentes, Núcleo Rural Municipal Victor Grande, Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Palmital, Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Palmital. Pitanga: CMEI Antonieta Landgraf, CMEI Elsa Lerner, CMEI Leonor, CMEI Santa Izabel, CMEI Santa Rosa, Escola Municipal Reinaldo Nunes Ferreira, Escola Municipal Vice-Prefeito Euclides Gomes da Silva, Escola Municipal Santa Regina, Escola Dr. Ivan F. Amaral, Casa Familiar Rural, Associação de Apoio à Terceira Idade, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pitanga, Escola Municipal José Bittencourt, Escola Rui Barbosa, Associação Padre Cassiano Waldener e Irmandade São Vicente de Paula. Os dados sobre as entidades beneficiadas com o PAA CONAB não estão disponíveis.

Para compreender as origens e evolução do PAA nos municípios, as entrevistas com os coordenadores locais, normalmente ligados às Secretarias de Educação ou organizações dos produtores, revelam um conjunto de aspectos.

O projeto começou no município em 2006. Hoje tem 26 produtores cadastrados, conforme perfil da Secretaria de Agricultura e Sindicato. Leite e carne não, só produtos de origem vegetal. Alguns entregam ovos. O limite é R\$ 4.500,00 por produtor, veio R\$ 78.000,00 para o município. Começou com R\$ 40.000,00, depois R\$ 55.000,00, R\$ 60.000,00. São feitos vários cursos com os produtores para esclarecer algumas exigências de qualidade, higiene e padrão. No início era mais tolerante, tinha muitas brigas, tinham dó de exigir, era muito paternalismo. Depois começaram a exigir mais, principalmente para não mandar os produtos sujos. Exigir um padrão é impossível. As entregas são semanais e a Prefeitura busca os produtos. Se não estiver de acordo, não pega, mas não dá para exigir muito, pois faltam produtos. Alguns, quase todos, são bem pobres. Vários recebem Bolsa Família. A procura é grande, mas na hora de entregar muitos desistem por causa das normas. Tem muita desistência. É uma dificuldade de entender as normas e compromissos. A dificuldade maior é com os mais pobres que não dão conta, não se esforçam, falta interesse. A proposta foi feita por um grupo informal, a APMI. Desde que começou teve muitas mudanças e só melhorou. A variedade de produtos e as pessoas estão se qualificando para o PAA. Mas a grande incerteza é se o programa acabar. Os produtores são mal acostumados e a metade são os mesmos, os bons ficam. Se fosse ruim eu tinha cortado do programa. Eles não gostam de cobranças e não fazem um planejamento. Hoje já conhecemos bem os produtores e o dinheiro é o que mais motiva. Tem agricultor que começou com o PAA e hoje entrega em outros mercados. A entrega é feita em todas as escolas, nas creches e APAE. No primeiro ano demoraram muito, uns 60 dias para receber o pagamento. A gente tenta mudar, mas é uma questão política. O programa melhorou muito, as pessoas são muito dependentes do programa, para muitos é a única renda que tem, mas falta interesse (Entrevista 20, Representantes da Secretaria de Educação do município de Boa Ventura de São Roque, 16 de maio de 2011).

Começou em 2006, com 31 produtores e, hoje, tem 30 cadastrados. As organizações que estão envolvidas são a Secretaria da Educação, Secretaria da Agricultura, EMATER, Assistência Social, Associação dos Produtores do Alto Schereiner, Vigilância Sanitária e as entidades beneficiadas (escolas municipais, estaduais, colégios, creche, APAE, Associação dos Alcoólatras, Pastoral da Criança). Ao todo são nove cadastradas. A Vigilância Sanitária fiscaliza principalmente o doce de leite e deu treinamento para as massas, pão, cuca, bolacha. Mas os agricultores entregam principalmente hortaliças e frutas. É feito um projeto anual, tem um edital da SETP. O valor máximo é de R\$ 4.500,00 por produtor, esse ano deu R\$ 2.833,00 por produtor. A principal dificuldade é que o produtor cadastra um produto e quer entregar outro. E também os prazos do edital, ficam muito em cima. Se o produtor não seguir as regras não paga o produto. Tem norma de qualidade e os técnicos e a nutricionista dão orientações para melhorar. Em cada entidade beneficiada, quem recebe controla a qualidade. Em 2007, tinha muita burocracia, antes o pagamento era feito para a associação que pagava com cheques, mas a SETP mudou e é depositado direto na conta do produtor. É feito uma nota através do sistema e o pagamento cai direto na conta. Isso foi uma mudança importante. Antes, dava muito briga por causa do pagamento. Assim o acompanhamento também é mais fácil. Nos primeiros editais, o período para entregar o produto era muito curto, de setembro a novembro e agora é durante todo o ano. O projeto iniciou com 20, passou para 24 e hoje tem 31. Em 2006 precisamos procurar os produtores e, hoje, tem lista de espera. Iniciou com reunião que foi divulgada na rádio. Para muitos, é a principal fonte de renda e são poucos os que desistem. Mas o programa só funciona bem porque fizemos ajustes informais pois falta diversidade de produtos, principalmente hortaliças, aí precisa fazer trocas de produtos. O projeto é feito com a Associação do Schereiner mas agrega outros produtores. A Prefeitura ajuda a associação que já existia antes do

programa. Tem também as associações de produtores em cada comunidade e uma lista de espera com indicação, mas falta mercado e demanda. O agricultor decide o que produzir, existe uma lista de produtos com os preços. Tem produtores de orgânicos, mas nenhum é certificado; mas o preço seria uns 30% melhor se fosse certificado. Existe uma grande dependência da Prefeitura por causa das estradas e quando chove. As pessoas estão acostumadas que a Prefeitura faz tudo, da tudo. A Prefeitura ajuda com o transporte e a distribuição dos produtos (Entrevista 63, Representante da Secretaria de Educação do município de Laranjal, 14 de março de 2011).

Começou em 2009, através da SETP, depois passou para CONAB. Veio um total de R\$ 64.000,00 no último projeto, uns R\$ 3.400,00 por produtor. Hoje, tem 24 produtores. O máximo do projeto é R\$ 9.000,00 por produtor. A entrega é semanal, na Escola São José, e os professores e o conselho ajudam na organização e fiscalização. O pagamento é realizado com cheque. Os produtores são de baixa renda e a principal renda é o PAA. Em 2011 não atendemos toda a demanda do município, ficamos devendo. Em 2009, tinha só 11 produtores, mas criou-se um vínculo e hoje são 24. Tem mais gente procurando. A principal dificuldade é com as frutas, pois tem pouca variedade. O programa é muito bom, uma renda mensal e cria uma mudança de hábito nas pessoas. Entregam também carne suína e bovina. Leite não. Precisa fazer um acordo com o produtor e entender o lado dele. Precisa planejamento e se adequar às normas. No começo foi muito difícil, as pessoas não queriam se cadastrar com medo de perder o Bolsa Família. Foi preciso fazer um trabalho junto com a Assistência Social para explicar, mesmo assim, muitos ainda permaneciam desconfiados. Mas aí um começou a participar e como não aconteceu nada os outros também foram. O governo deveria aumentar a porcentagem da merenda escolar com projetos como o PAA ao invés de aumentar a quantidade de Bolsa Família. Ensinar a pescar e não dar o peixe. Os produtores participam do PAA através da COORLAF (Entrevista 36, Representante da Secretaria de Educação de Santa Maria do Oeste, 19 de maio de 2011).

Aqui, no município, o PAA começou em 2006 ou 2007, não sei direito, pois só trabalhei com o programa em 2009 e 2010. Tem 49 famílias cadastradas no Compra Direta e mais 12 no programa 30% da Merenda Escolar. Alguns dos produtores também recebem Bolsa Família. O valor total do município é de R\$ 123.000,00, varia de R\$ 2.000,00 a R\$ 4.500,00 por produtor, que é máximo. Mas varia cada ano. Hoje a média é de R\$ 2.566,00. Tem 16 entidades que são beneficiadas, atendendo 6.298 pessoas. Mas o número está crescendo, por outro lado a procura de mais produtores é pequena. Mas a maioria que iniciou continua participando. Uns 30% pararam, foram embora ou por motivo de doença. Outros não conseguem se adequar à burocracia. Quem não se adapta é substituído pelo critério de produção. Para o programa funcionar, às vezes, é precisa fazer ajustes, trocar produtos para ter diversidade (Entrevista 42, Representante da Secretaria de Educação de Palmital, 20 de maio de 2011).

No município, o PAA Doação Simultânea é feito através da COOACEPA, COORLAF, ADARC e COAPRA. A prefeitura trabalha com o PAA Compra Direta. Em 2011, foram R\$ 65.000,00 para o município. Eram 25 produtores, mas quatro desistiram então sobraram 20. Dá uns R\$ 3.000,00 por produtor. O teto é R\$ 4.500,00. Há dois assentamentos mas não tem nenhum produtor cadastrado. Muitos produtores redirecionaram para o PNAE 30% que tem mais preço. A projeção para 2012 é dobrar a quantidade de recursos para o município. Já foi de R\$ 200.000,00. Os agricultores que desistiram foi por causa de doença, problemas pessoais na família ou não conseguiam produzir. No ano passado, eles reclamaram muito da demora do pagamento e do preço dos produtos. Os principais pontos negativos, dificuldades, do programa são: a forma de pagamento, os agricultores ficam desconfiados de não receber, o preço defasado, burocracia, falta documentação básica, como a DAP, não tem divulgação de informação, o contrato é informal, o cronograma de entrega e as quantidades têm problemas. Até fraudaram os termos de entrega. É preciso o produtor se especializar, mas falta assistência técnica. Por outro

lado tem muitas coisas boas. Quem entende o programa acredita. É um complemento na renda das famílias. A inserção no PAA é o caminho para outros programas parecidos como o PNAE 30% que libera até R\$ 9.000,00 por produtor. Hoje há 16 entidades beneficiadas no município e a projeção é incluir mais no ano que vem, principalmente as escolas rurais mas o problema são as estradas. É longe e as estradas estão ruins (Entrevista 45, Representante da Secretaria de Educação de Pitanga, 13 de maio de 2012).

Essas entrevistas revelam alguns elementos que permitem compreender o significado do PAA nos municípios da microrregião de Pitanga. O primeiro deles é que a inserção no Programa (que iniciou em 2003) é relativamente recente, isto é, a partir de 2006, e está diretamente ligado ao poder público municipal, motivando e organizando os agricultores e mantendo um trabalho logístico no transporte dos produtos. Outro elemento refere-se aos produtos, sobretudo de origem vegetal (frutas e hortaliças), pois há uma grande dificuldade em atender as normas higiênico-sanitárias para fornecer produtos de origem animal, como, por exemplo, o leite. A maioria dos produtores é pobre (como o esperado considerando a realidade dos municípios e o foco do Programa) e o PAA significa uma das principais fontes de renda dessas famílias. Há grandes dificuldades por parte das famílias em se adaptarem ao conjunto de exigências e de planejamento necessários, o que resulta em desistência do Programa. As características dos agricultores, do processo produtivo e da forma de comercialização dessas modalidades serão analisadas com mais detalhe nos dois próximos itens.

4.3.2 Características das famílias e do processo de produção

Uma caracterização das famílias participantes do PAA foi feita em outra pesquisa (AFNM, 2012), com ênfase no município de Laranjal. Neste município, o programa iniciou em 2006, com 10 agricultores e, em 2011, havia 30 famílias entregando produtos.

No quadro 17 pode ser observado um perfil das mesmas, que é representativo perante os demais municípios da microrregião de Pitanga. De modo geral, percebe-se que o ingresso no programa é relativamente recente, já que foi criado ainda em 2003. Os membros das famílias possuem baixo grau de escolaridade e, em relação à condição de produtor, observa-se que, em sua maioria, são proprietários assentados pelos Programas de Reforma Agrária. As áreas dos estabelecimentos variam de 0,50ha (Vila Rural) a 21,15ha. A Renda Bruta Anual varia de R\$ 3.000,00 a R\$ 16.000,00, o que resulta numa média de R\$ 7.209,00 por família por ano. Com base nos cadastros das 30 famílias que participam do programa, a renda mensal média com o PAA é de R\$ 284,96, o que significa um rendimento anual de R\$ 3.419,52, ou

seja, 47,4% da Renda Bruta Anual é proveniente do PAA. Tais características socioeconômicas são semelhantes as dos demais municípios, conforme figura 49, ou seja, famílias vivendo em condições de pobreza, evidenciadas pelas condições das residências das mesmas.

Quadro 17 - Perfil dos agricultores inscritos no PAA no município de Laranjal, Paraná

Produtor	Ano de ingresso no programa	Escolaridade do inscrito	Número de pessoas na família	Condição do produtor	Área (ha)	Renda Bruta Anual (R\$)
01	2007	1º Grau Comp.	04	Arrendatário	16,68	8.900,00
02	2007	1º Grau Incomp.	01	Proprietário (Assentado)	17,50	9.700,00
03	2007	1º Grau Incomp.	03	Proprietário (Assentado)	21,15	10.000,00
04	2006	2º Grau Incomp.	05	Proprietário (Assentado)	18,15	8.200,00
05	2007	1º Grau Incomp.	02	Proprietário (Assentado)	17,50	5.828,00
06	2007	1º Grau Incomp.	09	Proprietário (Assentado)	17,50	4.400,00
07	2009	1º Grau Incomp.	08	Arrendatário	12,10	6.000,00
08	2008	1º Grau Incomp.	05	Proprietário (Assentado)	18,00	4.700,00
09	2007	1º Grau Incomp.	04	Proprietário	7,26	9.737,00
10	2010	1º Grau Incomp.	01	Proprietário	20,00	5.980,00
11	2010	1º Grau Incomp.	03	Arrendatário	15,00	3.020,00
12	2009	1º Grau Incomp.	03	Proprietário (Assentado)	17,20	16.000,00
13	2009	1º Grau Incomp.	06	Proprietário (Vila Rural)	1,00	6.500,00
14	2010	1º Grau Incomp.	06	Proprietário (Vila Rural)	0,50	3.000,00
15	2010	1º Grau Incomp.	01	Arrendatário	20,00	6.170,00

Fonte: Pesquisa de Campo (AFNM, 2012). Declaração de Aptidão Agrícola (DAP).

Figura 49 - Condições socioeconômicas das famílias que participam do PAA nos municípios da Microrregião de Pitanga, Paraná



Fonte: Pesquisa de Campo, março e maio de 2011 e maio de 2012.

O PAA tem significado uma importante fonte de renda para os agricultores familiares pobres nos municípios da microrregião de Pitanga. Esse fato assume aspectos ainda mais importantes no caso das famílias que residem nas Vilas Rurais e nos assentamentos de reforma agrária do INCRA (figura 50). Nas Vilas Rurais, a grande dificuldade está no tamanho da propriedade que é de apenas 5.000 metros quadrados. Porém, esse tamanho não é pequeno para a exploração de hortaliças, que permitiria uma fonte significativa de renda para essas famílias, o que só veio a se concretizar com a inserção do PAA.

Faz 7 anos que vivo na Vila Rural. Com PAA desde 2006. Cada tempo é uma coisa. Mas sempre tem tubérculos, hortaliças, alface, verdura e temperos. Eles pegam toda segunda com o carro do colégio. Tinha uma reunião no galpão da Vila Rural, uma pessoa me falou. Me inscrevi, era só para os agricultor, mas desviou um pouco para a vila e hoje tem 3 pessoas. Começou com 9, mas sabe como é ninguém quer pegar no cabo da enxada. tenho 8 litros de chão [4.840m²] e vivemos em 3 pessoas. A renda total é uns R\$ 2.000,00. Recebo uma pensão, faço artesanato e do PAA dá de R\$ 100,00 a 200,00 por mês. Quero me aposentar mas sempre plantar um pouco (Entrevista 24, moradora da Vila Rural, 17 de maio de 2011).

Para os agricultores assentados pelos Programas de Reforma Agrária, uma das

questões centrais é pensar formas que garantam geração de renda através da comercialização de seus produtos. Nesse sentido, o PAA criou um mercado que atende essa característica.

Participo há 3 anos. Produzo 10 tipos de hortaliças (repolho, beterraba, alface, temperos...) e massa. Entrego em duas escolas. Foi procurado pela escola. Comecei com uma escola e depois outra. Antes produzia só para o gasto. A exigência é não usar veneno, ter qualidade e empacotar. Se não ameaçam cortar do programa. Tenho 8 alqueires [19,36 hectares] de terra e somos em 3 pessoas vivendo aqui. Trabalho com hortaliças em 6 litros de chão [3.630 metros quadrados]. A renda é uns R\$ 500,00 do PAA, mas também trabalho com leite e plantas medicinais. É muito bom, dá uma renda para o pequeno (Entrevista 30, agricultor familiar assentado, 18 de maio de 2011).

Figura 50 - O PAA como alternativa de renda nas Vilas Rurais e nos Assentamentos da Reforma Agrária



Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2011.

Em relação aos principais produtos, a grande maioria consiste de hortaliças e frutas (figura 51). Em ambos os casos, tratava-se de produtos que já eram produzidos com a finalidade de consumo familiar e o PAA criou uma alternativa para a comercialização do excedente e, principalmente no caso das hortaliças, as famílias passaram a se dedicar mais a essa atividade, inclusive com investimentos em estufas e sistemas de irrigação. “É bom, pois aumenta a renda; eu vendo os excedentes com que antes não fazia nada e a venda era difícil através de outro mercado” (Entrevista 66, agricultor familiar, 15 de março de 2011). “O programa é bom, pois ajuda o agricultor a comercializar o que antes iria fora” (Entrevista 67, agricultor familiar, 15 de março de 2011).

Figura 51 - Os principais produtos comercializados no PAA: hortaliças e frutas



Fonte: Pesquisa de Campo, março e maio de 2011 e maio de 2012.

A pesquisa de campo revelou que, no processo de produção das hortaliças os agricultores não utilizam adubos químicos e agrotóxicos, entretanto, as propriedades não são certificados como orgânicas, o que é um processo bem mais complexo. Assim, estão deixando de conseguir preços superiores para os seus produtos, uma vez que o PAA prevê pagar de forma diferenciada pelos produtos dependendo do seu processo de produção (convencional ou orgânico), conforme será retomado adiante ao tratar dos preços dos produtos.

Além da produção de frutas e hortaliças, há várias experiências de famílias que se dedicaram à produção de produtos em pequenas agroindústrias de panificação, fornecendo diversos produtos como pães, bolos, bolachas, biscoitos e cucas (figura 52).

Faz dois anos e meio que participo do programa. Vendo pão e bolacha. 2010 foi um ano meio difícil, faltava dinheiro. Aí, fui conversar com uma comadre de Mato Rico que participava do PET. É uma pessoa em quem confio bastante. Ela me falou e me indicou, eu não sabia de nada disso. Mas fiquei sabendo. Fui na vigilância para fazer uma cozinha industrial. Pensei que se vou fazer, vou trabalhar dentro da lei, pois facilita muito. Fiz a cozinha com recursos próprios porque financiamento é complicado. Temos 5 alqueires de terra e trabalhamos com leite também, faço doce de leite e bolachas. Somos em quatro pessoas na família e dá uma renda boa (Entrevista 60, agricultora familiar, 17 de maio de 2012).

Figura 52 - Pequenas agroindústrias de panificação



Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2012.

No caso da produção e comercialização de produtos de origem animal, o processo é diferente e, dos seis municípios, apenas em três identificou-se a comercialização de carne e leite (figura 53).

Figura 53 - Leite e carne exigiram estratégias diferenciadas



Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2012.

No caso do leite, houve um acordo entre a cooperativa dos produtores e um laticínios que recolhe o produto e realiza todo o processamento. Isso foi necessário, pois não seria viável para os agricultores isolados, ou mesmo em conjunto na cooperativa, fazer a construção de uma estrutura para atender às normas higiênico-sanitárias para o processamento do leite. O único produto que os agricultores conseguem comercializar é o doce de leite. No caso da carne, novamente os agricultores, através de sua cooperativa estabeleceram um acordo com

um frigorífico que faz o abate dos animais. Na sequência, os agricultores fazem os cortes de acordo com a demanda em local apropriado para tal finalidade.

4.3.3 O processo de comercialização: uma forma de redistribuição

A característica de comercialização dos produtos através do PAA pode ser compreendida como uma forma de redistribuição adotada pelo Estado. Os agricultores familiares pobres, cadastrados para participar do Programa, entregam seus produtos diretamente para entidades como escolas, creches, hospitais, APEA, entre outras (figura 54), onde é feita a fiscalização e emissão das notas com as quantidades e tipos de produtos. Com base nessas notas, a coordenação local lança os dados no sistema e o Estado paga aos produtores depositando os valores correspondentes diretamente nas contas bancárias deles. Portanto, é uma política pública com um duplo impacto: por um lado, garante um mercado para os agricultores familiares pobres e, por outro, redistribui alimentos para as entidades que dele necessitam. Conforme destacado no lema do programa: “renda para quem produz e comida para quem precisa”.

Figura 54 - As entidades recebendo os produtos



Fonte: Pesquisa de campo, março de 2011.

Para acessar o Programa, os agricultores precisam estar organizados, uma vez que a operacionalização ocorre via acordo formal com associações ou cooperativas. Conforme já destacado anteriormente, em três municípios o acesso dos agricultores é realizado através de

cooperativas (figura 55): Cooperativa Agropecuária Matoriquense – COAMAR (Mato Rico), Cooperativa Agroindustrial do Centro do Paraná – COOACEPA (Pitanga) e Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar – COORLAF (Santa Maria do Oeste).

Figura 55 - O papel das cooperativas no processo de acesso aos projetos do PAA



Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2012.

O histórico dessas cooperativas revela sua importância no acesso e operacionalização do PAA nos municípios, conforme as entrevistas que seguem¹¹²:

A história da COAMAR inicia em 2007, através de um processo de associação comunitária, tendo em vista os investimentos do Governo Federal, que estava propondo um mercado diferente para o feijão. O governo acenou com o PAA, mas não tinha cooperativa. Então, fundamos a cooperativa para comercializar o feijão via CONAB. Até 2006, os produtores acessavam o PAA via associação. Hoje todo PAA é via COAMAR. Inclusive, entregamos produtos em outros municípios. Produzimos queijo, yogurte, mel, leite via laticínios que é de associados. A carne pagam serviço no abatedouro. Também produzem frutas e hortaliças. A COAMAR tem 131 associados e todos participam ou já participaram do PAA. Hoje, atendemos fora do município, em Curitiba, São José dos Pinhais (...). Conseguimos entregar no Hospital de Curitiba via CONAB. Me indicaram e eu fui atrás. Tenho contatos, visito as entidades, mostro a realidade dos agricultores e temos qualidade. Faço divulgação. Temos confiança com a CONAB que indica entidades. Os produtores são todos pequenos proprietários, com média de 20 hectares. São diversificados, de subsistência. Mais ou menos a metade recebe Bolsa Família. A carne estamos conseguindo vender com preço bem acima do mercado. As principais dificuldades são a falta de estrutura, um armazém e a construção da confiança (Entrevista 58, Representante da COAMAR, 17 de maio de 2012).

A história da COOACEPA inicia com a produção de suínos em Pitanga, que estava muito desorganizada. Em 2005, surge a associação dos suinocultores. Entre 2006 e 2008, houve um trabalho com a Prefeitura, que doou um terreno e uma F 4.000. A ideia era fazer um abatedouro que ficou pronto em 2009. O MDA pediu uma contrapartida. Foi feita uma discussão nos 18 municípios. Mas a cooperativa vai além do abatedouro e estava de olho nos programas governamentais, na possibilidade de acessar esse mercado. Assim, em 2010, é criada a COOACEPA que conta com a participação de oito municípios (Pitanga, Santa Maria do Oeste, Boa Ventura de São Roque, Laranjal, Palmital, Manoel Ribas, Turvo e Cândido de

¹¹² O histórico da COORLAF já foi apresentado anteriormente no mercado do leite.

Abreu). Mas também há interesse do pessoal de Mato Rico e Campina do Simão. Os prefeitos da AMOCENTRO ajudam a manter a cooperativa com uma sala e R\$ 150,00 por mês. Mas nós estamos ligados nos programas, nessas oportunidades. Com a EMATER é difícil, e demorado, mas conhecemos pessoas em Curitiba que ajudaram com a DAP jurídica e fazer os projetos e, em dois dias, estava pronto. Acessamos a primeira chamada do PNAE em agosto de 2010. A COOACEPA foi a única que participou da região. Iniciamos a cooperativa com 20 sócios e hoje são 123. Em outubro de 2010 acessamos o PAA CONAB e, em outubro de 2011 a Doação Simultânea. A prefeitura trabalha com o PAA Estadual a COOACEPA é direto com a CONAB. Trabalhamos com PAA e PNAE simultaneamente. O PAA da prefeitura atende as escolas urbanas e a COOACEPA principalmente as rurais. Atendemos 3.700 pessoas do Hospital Regional, três colégios e a Casa Familiar Rural. Precisa ter cuidados com as exigências da vigilância sanitária, principalmente com a carne, mas temos um abatedouro adequado para isso. Cada produtor recebe R\$ 4.500,00. São 84 produtores que participam, e destes, 75 são pobres, tem os que recebem Bolsa Família e do assentamento. A cooperativa é uma fonte de renda, dá estrutura. O projeto poderia ser umas cinco vezes maior. O agricultor, para participar, faz um cadastro, se associa, tem a documentação, recebe um curso de formação nas reuniões. O produto vem da região e entrega em Pitanga. É uma integração regional. Entrega só o que está no projeto. Para entregar a carne, a cooperativa fez um acordo com um frigorífico por causa do alvará e da inspeção da vigilância sanitária. O abate é feito no frigorífico. Com o leite fizemos uma parceria com o frigorífico Granleite, fui conversar com o dono. Ganhamos uma licitação na prefeitura para 30 mil litros por ano no programa Leite das Crianças. Eliminamos o atravessador e ganhamos de 10 a 20 centavos a mais. Aproveitamos a logística do laticínio para coletar e pasteurizar o leite (Entrevista 53, Representante da COOACEPA, 15 de maio de 2012).

Um dos aspectos mais relevantes da experiência dessas duas cooperativas é a ampliação do campo de ação, ou seja, estão conseguindo acessar mercados (atender entidades) fora do município, o que aumentou a demanda e a possibilidade de atender mais produtores. Situação bem diferente é vivenciada nos outros municípios que só atendem a demanda local, o que reduz as quantidades demandadas de alimentos conforme o número de alunos.

Para ter uma noção dos preços praticados no PAA (tabela 46), a CONAB tem uma tabela com validade de um ano. Essa tabela possui uma diferenciação para a produção orgânica (desde que certificada) e convencional. Em média, os produtos orgânicos têm um preço 30,0% superior aos convencionais.

Tabela 46 - Preços (convencional e orgânico) dos 20 produtos mais representativos em relação ao número de produtores na modalidade Doação Simultânea (categoria Estadual) no Estado do Paraná, 2011

Produto	Preço (R\$) por kg		Produto	Preço (R\$) por kg	
	Convencional	Orgânico		Convencional	Orgânico
1) Mandioca descascada	1,50	1,95	11) Abobrinha verde	1,30	1,69
2) Alface crespa	1,97	2,56	12) Laranja pera	0,85	1,11
3) Banana caturra	0,90	1,17	13) Melancia	0,72	0,94
4) Abóbora	0,89	1,16	14) Batata doce	1,20	1,56
5) Cebolinha verde	4,00	5,20	15) Pepino	1,20	1,56
6) Couve manteiga	2,50	3,25	16) Cenoura	1,18	1,53
7) Milho verde sem palha	2,80	3,64	17) Mamão	1,37	1,78
8) Feijão preto	1,46	1,90	18) Tomate	1,55	2,02
9) Carne bovina c/osso traseira	8,11	10,54	19) Beterraba	1,00	1,30
10) Frango caipira (limpo)	9,00	11,70	20) Carne suína c/osso	4,92	6,40

Fonte: Tabela CONAB, vigência de 01/07/2012 até 30/06/2013. Organização do autor.

Tabela 47 - Comparativo dos preços recebidos (R\$/kg) pelos produtores do Paraná (SEAB) e preços da tabela da CONAB (convencional) para produtores do PAA para produtos selecionados no mês de julho de 2012

Produto	SEAB	CONAB	Variação (%)*	Produto	SEAB	CONAB	Variação (%)*
Amendoim	1,73	4,50	+160,1	Repolho	0,42	0,60	+42,9
Feijão preto	1,68	1,46	-13,1	Tomate	2,61	1,55	-40,6
Alface	1,20	1,97	+64,2	Abacate	0,60	1,31	+118,3
Alho	4,51	8,00	+77,4	Banana caturra	0,45	0,90	+100,0
Batata	0,40	1,15	+187,5	Kiwi	1,20	3,00	+150,0
Beterraba	0,92	1,00	+8,7	Laranja pera	0,36	0,85	+136,1
Cenoura	1,34	1,18	-11,9	Maçã	1,12	2,50	+123,3
Chuchu	0,17	1,00	+488,2	Morango	5,07	7,29	+43,8
Mandioca	0,65	0,75	+15,4	Tangerina	0,34	0,80	+135,3
Pepino	1,88	1,20	-36,2	Uva	1,87	2,20	+17,6
Pimentão verde	1,77	1,50	-15,3	Ovo (dz)	1,58	1,76	+11,4

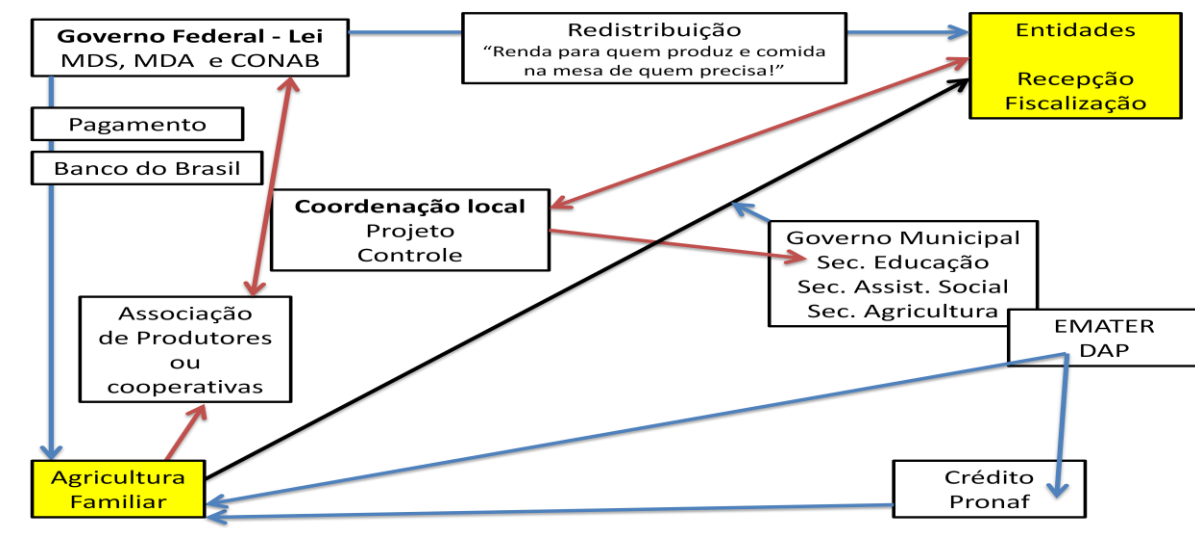
Fonte: SEAB/PR (2012) e Tabela CONAB (vigência de 01/07/2012 até 30/06/2013). Organização do autor. (*) Tabulações do autor. A seleção dos produtos teve como critério a possibilidade de comparação, utilizando-se todos os que estavam disponíveis nas mesmas características.

Comparando os preços recebidos pelos produtores que entregam os produtos via PAA com os preços recebidos pelos demais produtores no Estado do Paraná (tabela 47), percebe-se que, na maioria dos produtos, os preços praticados no PAA são superiores aos demais, demonstrando as vantagens dessa política de preços para o produtor. Somente em cinco produtos, o preço praticado no Estado foi inferior ao praticado pela CONAB. É o caso do feijão preto, cenoura, pepino, pimentão verde e tomate. Entretanto, no caso do feijão preto, se for entregue empacotado, seu valor alcança R\$ 12,00 o Kg no PAA. No caso da mandioca, se for descascada o valor é de R\$ 1,50. Em ambos os casos, com um mínimo de processamento, os agricultores podem agregar um valor considerável ao produto. O ovo caipira é comercializado por R\$ 3,00 a dúzia, é justamente essa a característica desse produto entregue pelos agricultores. No entanto, apesar dessas vantagens, é preciso considerar que a tabela da CONAB possui um problema que se refere a sua duração, ou seja, a sua vigência é de um ano, o que poderá defasar esses preços até o final do período.

4.3.4 Síntese do Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

A estrutura e dinâmica de funcionamento do PAA (modalidade Compra com Doação Simultânea), nos municípios da Microrregião de Pitanga, pode ser observada na figura 56.

Figura 56 - Estrutura e dinâmica do Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

As flechas azuis indicam o papel desempenhado pelo poder público num nível macro e as vermelhas, o processo de coordenação local do programa. Normalmente, a coordenação e controle do projeto ficam a encargo de um representante da Secretaria da Educação do governo municipal ou das cooperativas. Através da Secretaria de Ação Social é feito o cadastro de entidades beneficiárias. A Secretaria da Agricultura, juntamente com a EMATER, fornece as Declarações de Aptidão Agrícola (DAP) para as famílias de agricultores. A DAP, obrigatória para o acesso aos programas de crédito (PRONAF), é utilizada por alguns agricultores para potencializar a produção. A Prefeitura Municipal também contribui na parte logística com o transporte dos alimentos das comunidades mais isoladas até as instituições beneficiadas. Os agricultores, organizados em associações ou cooperativas, são cadastrados no projeto anual e fazem a entrega dos alimentos nas instituições como creches e escolas que também são responsáveis pela fiscalização no momento da recepção. O Governo Federal faz o pagamento, via Banco do Brasil, diretamente na conta dos agricultores cadastrados. Trata-se, portanto, de uma forma de redistribuição, como afirma o próprio lema do programa: “renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa”.

No decorrer deste capítulo apresentaram-se três dinâmicas de inserção mercantil dos

agricultores familiares pobres da Microrregião de Pitanga, no Estado do Paraná, denominadas aqui, de “mercados da pobreza”: o leite como um mercado tradicional de produção de *commodities* e sua relação com os processos de integração agroindustrial; as plantas medicinais como um mercado inovador e diferenciado, considerando as particularidades agroecológicas do processo produtivo e a participação da sociedade civil organizada na busca por alternativas de desenvolvimento; e o Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, um mercado institucional, criado pelo Estado, através da ampliação das políticas públicas voltadas para a diminuição e erradicação da pobreza.

Estes três mercados envolvem aproximadamente 3.500 agricultores familiares, representando uma amostra das diferentes atividades destinadas à comercialização e foram escolhidas com o propósito de comparar as suas particularidades institucionais. Pelas características apontadas neste capítulo, percebe-se que os três mercados são bastante distintos, e, ao mesmo tempo, apresentam características comuns do ponto de vista das suas instituições. No próximo capítulo, pretende-se fazer uma análise institucional destes “mercados da pobreza”, com ênfase naquelas instituições que representam a “pobreza dos mercados” e apontam elementos para compreender os baixos índices de desenvolvimento da região central do Estado do Paraná.

5 A POBREZA DOS MERCADOS: UMA ANÁLISE COMPARADA DOS MERCADOS E OS ELEMENTOS INSTITUCIONAIS DA POBREZA RURAL

Figura 57 - A pobreza dos mercados



Fonte: Pesquisa de Campo, março de 2011.

Conforme destacado por Polanyi, a dinâmica do modo capitalista de produção está associada aos processos de troca mercantil gerando lucros que são reinvestidos nos processos produtivos. Dessa forma, a inserção dos agricultores familiares nos mercados é fundamental para o desenvolvimento, possibilitando geração de renda para as famílias pobres da Microrregião de Pitanga. Portanto, os mercados são importantes para promover o desenvolvimento rural, mesmo que insuficientes.

No capítulo anterior, apresentaram-se os três mercados acessados pelos agricultores familiares pobres da Microrregião de Pitanga. A figura 57 foi escolhida para representar os aspectos institucionais que caracterizam a pobreza nas dinâmicas mercantis e que serão analisados neste capítulo de forma comparada, com o objetivo de encontrar as instituições responsáveis pelos baixos índices de desenvolvimento da região em estudo.

A exposição está organizada em duas seções: na primeira, o objetivo é encontrar os elementos institucionais que caracterizam a “pobreza dos mercados” e, para tanto, faz-se uma comparação dos três mercados com base num conjunto de variáveis derivadas da Economia

Institucional e da Sociologia Econômica. Na segunda seção, a atenção volta-se para as instituições que poderiam explicar a pobreza da Microrregião de Pitanga, com base em aspectos macroestruturais como as políticas de desenvolvimento do Estado bem como as características microinstitucionais da região.

5.1 ONDE ESTÁ A POBREZA DOS MERCADOS?

A análise comparada das três dinâmicas de mercados será feita com base em nove variáveis. As cinco primeiras (organizações; regras formais; regras informais, hábitos, cultura; *enforcement*; mudança institucional e *path dependence*) derivam diretamente da abordagem institucional de Douglass North. Por outro lado, as noções de redes sociais, laços fracos e construção social dos mercados são contributos da Sociologia Econômica. Por fim, para compreender as relações de poder nos mercados, a contribuição também deriva de autores institucionalistas.

5.1.1 As organizações e os mercados: quem são os jogadores?

Os mercados acessados pelos agricultores familiares pobres da Microrregião de Pitanga passam pela identificação daquilo que North definiu como “os jogadores”, ou seja, as organizações que nada mais são do que estruturas institucionalizadas, seja no nível macro, como um Ministério do Governo Federal, seja no nível micro, que pode ser representado pelas formas de organização dos agricultores. Em cada forma de integração mercantil há diferentes organizações que estruturam e dão dinâmica aos mercados.

No mercado do leite, de um lado estão os agricultores, organizados ou não, e do outro lado estão as agroindústrias, representadas por um conjunto de pequenos laticínios localizados nos municípios da microrregião ou nas proximidades. A relação mercantil entre esses dois agentes é mediada por um conjunto de outras organizações. Em nível macro, destaca-se a ação do Governo Federal através dos seus dois Ministérios da Agricultura: o MDA com a política de crédito (PRONAF), que tem sido utilizado pelos agricultores na aquisição de animais e equipamentos para investir e estruturar a produção de leite e que é operacionalizado por três bancos diferentes (Banco do Brasil, Sicredi e CRESOL); por outro lado, a ação do MAPA está diretamente ligada aos processos da qualidade do leite, desde a produção até o processamento (Instruções Normativas 51 e 62), que também reflete nos preços do produto. A ação do Governo Estadual está diretamente ligada à assistência técnica prestada pela

EMATER, que também possui um papel crucial na emissão das DAPs, documento indispensável para o agricultor poder acessar o PRONAF. Outro elemento importante em nível estadual foi o Programa Paraná 12 Meses, que teve impacto direto na fase inicial, possibilitando a comercialização de leite pelos pequenos produtores devido à instalação de resfriadores comunitários. Em nível municipal, as Secretarias de Agricultura atuam diretamente com a EMATER, principalmente no que se refere à assistência técnica. Num nível meso destaca-se a atuação do CONSELEITE, que possui representantes das organizações dos produtores de leite (FAEP) e das agroindústrias (SINDILEITE) e sua função é fundamental na política de preços. Em nível micro, o destaque fica para a organização dos produtores de leite numa cooperativa, a COORLAF. Podem ser identificados ainda dois outros jogadores nesse cenário: as agropecuárias que vendem insumos e os transportadores do leite.

No mercado das plantas medicinais, entre os agricultores e os grandes compradores, (supermercados e indústrias de cosméticos nacionais e internacionais) destaca-se a atuação de ONGs (RURECO e IAF) no processo inicial da produção com vistas à geração de renda associada à preservação ambiental. A atuação do Governo Federal é pequena e só bem recentemente é que o PRONAF pode ser acessado pelos agricultores com a finalidade de produzir plantas medicinais. A EMATER, apesar de possuir trabalhos direcionados para a produção de plantas medicinais no Estado do Paraná, não é atuante nos municípios pesquisados, estando o processo de assistência técnica diretamente ligado aos projetos mantidos pelas ONGs. Em nível micro, é essencial a organização dos agricultores, seja através dos Sindicatos (STR), dos grupos comunitários e, principalmente, da cooperativa (COOPAFLORA). Para acessar mercados mais exigentes, a atuação das empresas certificadoras tem um papel crucial, que permite, inclusive, a exportação de diversos produtos.

Em relação ao PAA, a principal organização é o Governo Federal (através do MDS, MDA e CONAB) que, literalmente, criou um mercado para os agricultores familiares pobres através da promulgação da Lei 10.696/2003, cuja ênfase é oportunizar renda para os agricultores e garantia de segurança alimentar para as entidades beneficiadas num “processo polanyiano de redistribuição”. Em nível estadual a SETP operacionaliza uma das modalidades do programa; é importante também o papel da EMATER na emissão das DAPs, que são requisitos necessários para o agricultor acessar o programa. Municipalmente, há a participação das Secretarias da Agricultura, Educação e Ação Social; as duas últimas fazem o cadastro das entidades que serão beneficiadas. Em muitos municípios é a Secretaria de

Educação que coordena o programa localmente. Em outros, os agricultores organizados através de suas cooperativas acessam outras modalidades diretamente na CONAB e fornecem produtos fora do município, o que amplia a possibilidade de participação no número de agricultores.

Portanto, do ponto de vista das organizações que estruturam cada uma das modalidades de inserção mercantil (quadro 18) pode-se perceber que há uma organização que pode ser considerada mais expressiva, sobretudo se for considerado o processo de formação do mercado. Assim, no caso do leite, é muito representativo o peso que possuem as agroindústrias que se estabelecem na região e “abrem linhas de leite” nas comunidades. São oito pequenos laticínios instalados nos municípios da Microrregião de Pitanga e ainda existem outros em municípios próximos. No caso das plantas medicinais, merece destaque o papel desempenhado pela sociedade civil organizada através de ONGs que problematizam as dificuldades enfrentadas pelos agricultores e buscam soluções inovadoras no sentido de agregar uma alternativa de renda associada à preservação ambiental. O projeto ganha maior relevância quando a empresa Natura inicia um projeto social com comunidades tradicionais e passa a demandar um volume maior de produção. De um modo diferente, o PAA surge por iniciativa do Estado que busca implementar uma política pública de combate a pobreza de cunho estruturalista, associada às de enfoque mais assistencialista como o Bolsa Família.

Quadro 18 - As organizações dos mercados acessados pelos agricultores familiares da Microrregião de Pitanga

LEITE Tradicional	PLANTAS MEDICINAIS Inovador	PAA Institucional
<u>Agroindústrias (laticínios)</u> MDA MAPA Bancos (PRONAF) EMATER Secretarias de Agricultura SINDILEITE CONSELEITE FAEP COORLAF Agropecuárias Transportadores Agricultores familiares	Indústrias Supermercados MDA (PRONAF) Bancos (PRONAF) Certificadoras <u>ONGs (RURECO e IAF)</u> Nativo Ervas Medicinais CERCOPA COOPAFLOA STR Grupos comunitários Agricultores familiares	Entidades beneficiadas <u>Governo Federal</u> (MDS, MDA e CONAB) Governo Estadual (SETP e EMATER) Governo Municipal (Secretarias de Educação, Ação Social e Agricultura) Cooperativas (COAMAR, COOACEPA, COORLAF) Associações de produtores Agricultores familiares

Fonte: Elaboração do autor, 2012.

5.1.2 As regras formais do jogo: aspectos legais

O funcionamento dos mercados está associado a um conjunto de regras formais que

regulamentam o comportamento das organizações. Tais regras formais são expressas, por exemplo, através de leis, normas e contratos (quadro 19). Em se tratando de agricultores familiares, pode-se afirmar que uma regra geral que afeta todos os integrantes é a própria Lei da Agricultura Familiar¹¹³ e os seus desdobramentos do ponto de vista da capacidade de acesso ao crédito rural (PRONAF) pelas famílias, o que se inicia com a obtenção da Declaração de Aptidão Agrícola (DAP), emitida pelos escritórios da EMATER. A DAP é documento obrigatório para o acesso ao crédito e participação no PAA. De acordo com os dados da tabela 48, é expressivo o número de estabelecimentos que possuem a DAP. Em 2011, 73,6% dos estabelecimentos agropecuários familiares possuíam a DAP considerando a média dos municípios da Microrregião de Pitanga. Analisando os municípios separadamente, percebe-se que existem casos extremos como, por exemplo, no município de Mato Rico, em que 99,7% dos estabelecimentos familiares possuem a DAP e no município de Santa Maria do Oeste o percentual é de apenas 49,6%, o que reflete na capacidade de acesso ao crédito (tabela 26) e na participação dos agricultores no PAA (tabela 45).

Tabela 48 - Total de estabelecimentos agropecuários, total de estabelecimentos familiares e número de Declarações de Aptidão Agrícola dos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2006 e 2011

Município	Número de estabelecimentos agropecuários (2006)		Número de Declarações de Aptidão Agrícola (2011)			
	Total	Familiares	Ativas		Desativadas	Total
			Número	%*		
Boa Ventura de São Roque	1.270	1.024	931	90,9	288	1.219
Laranjal	854	725	668	92,1	406	1.074
Mato Rico	745	570	568	99,7	290	858
Palmital	2.079	1.789	1.564	87,4	1.063	2.627
Pitanga	3.748	3.106	2.054	66,1	942	2.996
Santa Maria do Oeste	2.365	1.976	980	49,6	618	1.598
Microrregião de Pitanga	11.061	9.190	6.765	73,6	3.607	10.372

Fonte: Censo Agropecuário 2006 e MDA (Emissão de extrato de DAP). (*) Tabulações do autor. Proporção dos estabelecimentos de agricultores familiares com DAP.

No mercado do leite, pode-se destacar as Instruções Normativas 51 e 62 do MAPA (que estabelecem um conjunto de normas relativas à qualidade do leite e aos cuidados necessários na obtenção, transporte e processamento da matéria prima) e a formalização de contratos entre os produtores e sua organização, via cooperativa, que engloba uma parcela dos agricultores familiares que comercializam leite. A instalação de resfriadores comunitários através do Programa Paraná 12 Meses funciona em regime de comodato, ou seja, o Estado doou os equipamentos e os agricultores, através de suas associações comunitárias, são

¹¹³ Lei 11.326, de 24 de julho de 2006.

responsáveis pela sua instalação e manutenção. Porém, entende-se que a instituição formal mais significativa no mercado do leite é o CONSELEITE em função da definição de um preço de referência para o produto, que é adotado pelas agroindústrias.

De um modo geral, percebe-se que as regras formais que normatizam o funcionamento dos mercados estão mais ligadas à atuação do Estado, o que fundamenta a perspectiva de Fligstein (1996; 2003), de que o mercado é, antes de tudo, político, pois os Estados desempenham um papel importante na construção das instituições dos mercados, seja na sua formação, seja na manutenção da estabilidade e na transformação.

Quadro 19 - As regras formais dos mercados acessados pelos agricultores familiares da Microrregião de Pitanga

LEITE Tradicional	PLANTAS MEDICINAIS Inovador	PAA Institucional
Lei da Agricultura Familiar Regras do PRONAF DAP Documentação pessoal e da propriedade		
Instruções Normativas 51 e 62 Contrato com COORLAF Resfriadores de leite (comodato) CONSELEITE (preço)	Regras de Certificação Contrato com COOPAFLOA Padronização Projetos sociais	Lei de criação do PAA Diretrizes do Grupo Gestor Editais anuais (incerteza) Termos de cooperação entre o Estado e as organizações dos produtores Contrato (quantidade, qualidade e prazo) Termo de recebimento (entidades)

Fonte: Elaboração do autor, 2012.

No mercado das plantas medicinais, o que se destaca é o processo de certificação e as regras para obtenção do selo de produto orgânico exigido por vários compradores. Para garantir a produção e atender a demanda, a COOPAFLOA estabelece um contrato com seus associados determinando as variedades que serão produzidas, forma de produção, padrões de qualidade, quantidade, forma de transporte, preço e pagamento. Destaca-se, ainda, a celebração de um projeto social junto à empresa Natura, que tem como objetivo a preservação de comunidades tradicionais e que, neste caso, tornou-se o principal canal de comercialização dessa produção.

O PAA é um mercado que foi instituído pelo Estado, portanto, a principal regra formal foi a promulgação da Lei 10.696/2003 que criou o PAA¹¹⁴, direcionando recursos com a finalidade de aquisição dos produtos de agricultores familiares pobres e os direciona para o

¹¹⁴ “Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos” (BRASIL, 2003).

consumo em entidades com o propósito de garantir segurança alimentar. Num segundo plano, está o papel desempenhado pelo Grupo Gestor interministerial que, com base nas diretrizes, operacionaliza o programa mediante editais anuais que estabelecem termos de cooperação entre o Estado (SETP ou CONAB) e as organizações dos agricultores (associações ou cooperativas), em que é estabelecido um contrato que determina os tipos de produtos, quantidades, padrões mínimos de qualidade, periodicidade e entidades em que serão feitas as entregas. No momento da entrega é emitido um termo de aceite ou de recebimento pela entidade, dado essencial para que a coordenação local do programa possa garantir o recebimento dos recursos por cada agricultor.

5.1.3 As regras informais do jogo: aspectos culturais

Apesar da existência de um conjunto de instituições formais apresentadas anteriormente no processo de organização e funcionamento das trocas mercantis, é preciso considerar os padrões de comportamento dos indivíduos que não são moldados, unicamente, pelas regras formais, ou seja, a cultura imprime hábitos de conduta (quadro 20) que interferem no comportamento e na forma de incorporar, ou não, os aspectos legais formais.

Quadro 20 - As regras informais dos mercados acessados pelos agricultores familiares da Microrregião de Pitanga

LEITE Tradicional	PLANTAS MEDICINAIS Inovador	PAA Institucional
Cultura cabocla Produção de subsistência (consumo familiar, reciprocidade e redistribuição) <i>“Os agricultores não tem ambição”</i> <i>“Querem ganhar tudo da prefeitura”</i> <i>“Era negócio de mulher”</i> Dificuldade em <i>“lidar”</i> com burocracia		
Tradição com gado de corte <i>“Espírito extrativista”</i> <i>“Tiradores de leite”</i> <i>“Vender leite é pecado”</i>	Tradição com milho, soja... <i>“Espírito extrativista”</i> <i>“Cultivar mato não dá nada”</i> Compra sem contrato (excedente)	Tradição com milho, soja... <i>“Vender miudezas não dá nada”</i> <i>“Vendo o que ia fora”</i>

Fonte: Elaboração do autor, 2012.

São comuns, às três dinâmicas de mercado analisadas, os aspectos culturais da maior parte da população considerada pobre que reside nos municípios da Microrregião de Pitanga. Trata-se de uma população cabocla, que possui uma forma diferente de encarar o processo de reprodução social, calcada principalmente na produção de subsistência e não num processo de “enriquecimento financeiro”, típico das famílias descendentes de alemães e italianos que estão

presentes em outras regiões no Sul do Brasil.¹¹⁵ Esse aspecto fica bastante evidente nas falas dos extencionistas da EMATER quando argumentam que “os agricultores não tem ambição”. Portanto, a sua dinâmica de reprodução social está muito mais associada aos aspectos de produção para o consumo familiar, nas relações de reciprocidade e de redistribuição. No último caso é significativo o papel desempenhado pelas políticas públicas redistributivas como o Bolsa Família, acessado por uma em cada três famílias nos municípios estudados. Assim, o Bolsa Família, apesar de gerar um impacto significativo do ponto de vista da redistribuição de renda – o que é importante na manutenção das famílias – cria uma consciência de dependência das famílias em relação ao Estado. De acordo com um representante do Poder Público Municipal, as pessoas “*querem ganhar tudo da prefeitura*”. Outro aspecto comum às três dinâmicas são as relações de gênero, que envolvem a produção e o início da comercialização dos produtos. Nesse sentido, a produção e comercialização de leite, de plantas medicinais e de hortaliças (principal produto comercializado no PAA) eram atividades essencialmente femininas, ou, na linguagem dos próprios agricultores, “era negócio de mulher”. À medida que essa atividade ganha corpo e começa a representar maior relevância na composição da renda familiar, os homens passam a se dedicar a ela com maior interesse. Por fim, um elemento que dificulta a relação dos agricultores nos mercados é o processo burocrático que os envolve, o que pode ser expresso pela falta de documentação básica e à baixa escolaridade dos mesmos.

Especificamente no mercado do leite, o aspecto cultural de maior relevância, e que cria dificuldades para aumentar a produção e a produtividade, é a tradição de criar gado de corte na região. Trata-se de uma atividade extensiva, cuja genética, alimentação e manejo diferenciam-se muito da atividade voltada à produção de leite. O que parece ter ocorrido é que os agricultores passaram a tirar leite das vacas destinadas à produção de carne. Esse fato fica evidente na fala do extencionista da EMATER quando diz que “produtor de leite tem poucos, a maioria é tirador de leite”. Esse hábito reflete nos aspectos genéticos, gerando grande dificuldade na implementação da inseminação artificial e no tipo de pastagem utilizada. Do ponto de vista da comercialização do leite, pesam valores relativos aos processos de produção voltados ao consumo familiar e das relações de reciprocidade que, de certo modo, condenam vender um alimento. Na fala de uma agricultora isso é bastante claro ao afirmar que “vender leite é pecado”.

No caso das plantas medicinais, a tradição incentivada pela revolução verde de plantar

¹¹⁵ Conforme foi analisado no Oeste de Santa Catarina em Plein (2003).

milho e soja é uma instituição que dificulta maior dedicação a essas culturas inovadoras. Prevalece a ideia de que é preciso plantar uma grande lavoura de cereais para produzir e obter renda no final do ano. Produzir plantas medicinais recai em outra dinâmica, a começar pelas formas de produção em sistema de agrofloresta. Portanto, na linguagem dos agricultores prevalece uma impressão de que “cultivar mato não dá nada”. Essa noção, associada ao que os extensionistas chamam de “*espírito extrativista*”, impede maior produção, investimentos e (re)investimentos no cultivo de plantas medicinais. Do ponto de vista da comercialização, é representativa a relação dos agricultores com os compradores diretos. Enquanto os associados da COOPAFLORA celebram um contrato formalizado, a CERCOPA e a Nativo Ervas Medicinais possuem uma relação informal com os produtores, adquirindo os excedentes sem a formalização de um contrato, o que gera incertezas para ambos os lados.

Entre os agricultores que participam do PAA, também é significativo o legado institucional deixado pela revolução verde que privilegiou a produção de culturas como milho e soja em detrimento da diversidade produtiva. Portanto, prevalece a ideia de que “vender miudezas não dá nada” o que representa a valorização da monocultura em relação à comercialização de pequenas porções de hortaliças e frutas que estão disponíveis na propriedade e que, na visão dos agricultores, apenas significa que ele “vende o que ia fora”.

Portanto, nas três dinâmicas analisadas, os aspectos culturais da população são significativos, pois os hábitos interferem no comportamento dos indivíduos diante de novas oportunidades, moldando as decisões. Se uma regra formal pode ser modificada num curto período de tempo, mediante a promulgação de uma lei, por exemplo, a mudança de um hábito é um processo muito mais complexo e demorado, conforme já foi destacado por North (2005).

5.1.4 A aplicação das regras do jogo: *enforcement*

As instituições são compostas por regras formais, por hábitos e a sua aplicação, o que Douglass North chamou de *enforcement*. Nos dois itens anteriores apresentaram-se algumas dessas regras, formais e informais, presentes nos mercados aqui analisados. Porém, não basta saber quais são as regras, o importante é compreender como os indivíduos e organizações agem em função da existência das mesmas (quadro 21).

No caso específico do mercado do leite, duas questões merecem destaque. A primeira delas refere-se às normas higiênico-sanitárias estabelecidas pelas Instruções Normativas 51 e 62 do MAPA, que não causou impacto na grande maioria dos produtores de leite da Microrregião de Pitanga, uma vez que os processos de obtenção da matéria prima não estão

de acordo com as normativas. Conforme é destacado pelos extensionistas da EMATER, Secretários de Agricultura e pelas próprias agroindústrias que adquirem o leite, “se aplicar as normativas, mais de 80% dos produtores não se enquadram”. Porém, como a demanda pelo produto é muito superior à capacidade produtiva na região, as laticínios acabam adquirindo o leite sem restrições mais rigorosas, cuja principal exigência refere-se ao resfriamento do produto. A segunda questão refere-se aos preços praticados e, nesse sentido, a divulgação de preços de referência pelo CONSELEITE desempenha um importante papel uma vez que os preços previstos têm sido efetivados. A questão, porém, vai além disso, uma vez que os produtores estão produzindo um leite que poderia ser considerado “abaixo do padrão”, mesmo assim, estão recebendo um preço de “leite padrão” ou “acima do padrão”. De acordo com as agroindústrias, isso se deve à falta do produto no mercado gerando concorrência e disputa por produtores. Essa relação da possibilidade de comercializar um leite de baixo padrão e dos preços praticados tende para uma interpretação neoclássica do mercado, ou seja, o preço é uma variável que depende da relação entre oferta e demanda. No entanto, entende-se que a resposta para isso também possui um viés institucional que se refere à relação entre um conjunto de regras e normas de comportamento e a sua efetivação, ou não, na dinâmica desse mercado. Se não fosse a divulgação do preço de referência, provavelmente as agroindústrias estariam praticando preços mais baixos, mesmo faltando o produto. Portanto, considera-se que a instituição CONSELEITE é fundamental do ponto de vista da política de preços no mercado do leite. “Eu olho o preço do leite e passo para todas as associações. Se não respeita o CONSELEITE muda para outro laticínio no próximo mês. Agora o agricultor tem mais poder que a indústria, antes o laticínio pagava o que queria, agora tem concorrência e sei quanto vou receber” (Entrevista 12, Representante da Associação dos Produtores Rurais de Palmital).

Quadro 21 - A aplicação das regras formais e informais nos mercados acessados pelos agricultores familiares da Microrregião de Pitanga

LEITE Tradicional	PLANTAS MEDICINAIS Inovador	PAA Institucional
Instruções Normativas 51 e 62 Preço médio (COSELEITE)	Monitoramento Devolução do produto Relação com compradores	Devolução do produto Exclusão do Programa Troca de produtos

Fonte: Elaboração do autor, 2012.

No processo de produção e comercialização de plantas medicinais, destaca-se o processo de certificação que exige avaliação e monitoramento para a obtenção dos selos das certificadoras. No caso dos produtores associados à COOPAFLORA, o processo de

monitoramento é realizado pelo IAF com seus associados e através da coleta e armazenagem de amostras. “Eles fazem testes e guardam amostras e se estiver contaminado com adubo químico ou veneno, eles devolvem o produto e perde a certificação” (Entrevista 23, agricultora familiar, Boa Ventura de São Roque, 17 de maio de 2011). Os produtores que comercializam a produção com a CERCOPA e a Nativo Ervas Medicinais possuem uma relação informal e não estão sob rígidas regras de produção orgânica; a principal exigência é a não utilização de adubos químicos e agrotóxicos, no entanto não há um processo de monitoramento e avaliação, este é calcado nas relações de confiança que existem entre produtores e compradores.

No PAA, a fiscalização em relação ao tipo de produto, aspectos higiênico-sanitários e de apresentação é realizada por uma pessoa responsável na entidade beneficiada. O não atendimento às regras é punido com a devolução do produto e as reincidências podem levar à exclusão do produtor do programa. Uma das principais dificuldades enfrentadas no início do programa foi a falta de diversidade dos produtos fornecidos pelos produtores, havendo, em muitas ocasiões, a entrega de somente um produto. “Muitas vezes só tinha chuchu” (Entrevista 65, representante de entidade beneficiada, Laranjal, 15 de março de 2011). A forma de contornar esse problema foi cadastrar produtos específicos por produtor e, quando este não pode entregar o produto cadastrado, deve trocar com outros produtores para garantir a entrega. Nesse caso, a organização informal dos produtores é essencial para garantir a diversidade no fornecimento às entidades beneficiadas e conseqüentemente, o bom funcionamento do programa.

O que fica evidente nas três dinâmicas de mercado é que a existência de regras formais, por si só, não é garantia de bom funcionamento. O fato é que se não houver a sua aplicação (nesse caso os hábitos culturais possuem grande influência), as regras podem ser simplesmente ignoradas. Portanto, a definição de instituições adotada por Douglass North mostra-se bastante apropriada por considerar essa tríade, ou seja, instituições são as regras formais, as regras informais e as suas características de aplicação (*enforcement*).

5.1.5 Mudança institucional e *path dependence*

A mudança institucional ocorre em virtude da intencionalidade dos indivíduos, seja no nível macro ou micro. No entanto, essas mudanças são condicionadas por uma matriz institucional consolidada, o que acarreta uma dependência histórica de uma trajetória, o que Douglass North chamou de *path dependence* (quadro 22).

Quadro 22 - A mudança institucional e *path dependence* nos mercados acessados pelos agricultores familiares da Microrregião de Pitanga

LEITE Tradicional	PLANTAS MEDICINAIS Inovador	PAA Institucional
Crise de culturas tradicionais Abertura de linhas de leite x Tradição com gado de corte “Apostar num único mercado” <i>Commoditie</i> (escala)	Mercado inovador x No final, estão vendendo a produção para grandes indústrias e supermercados que determinam a demanda e os preços!?	Criação de um mercado pelo Estado x Assistencialismo do Bolsa Família “ <i>Vender miudezas não dá nada</i> ” Incerteza (projetos anuais)

Fonte: Elaboração do autor, 2012.

No caso do mercado do leite, a mudança institucional está associada aos reflexos do processo de modernização da agricultura que, num primeiro momento, incentivou o monocultivo de culturas como o milho e a soja para posteriormente concentrar essa produção em grandes propriedades devido ao aumento de produtividade acompanhado do aumento dos custos de produção e redução dos preços. O resultando direto desse processo foi a queda dos rendimentos, o que inviabilizou a produção em pequena escala, acarretando a exclusão dos pequenos produtores que precisaram buscar alternativas de geração de renda. Nesse processo, vários pequenos laticínios começam a “abrir linhas de leite”, passando a adquirir a produção dos agricultores interessados em comercializar o produto. Porém, a produtividade de leite ainda é baixa, o que pode ser resultado da tradição de criar gado de corte presente entre essa população, que começa a ordenhar vacas cuja genética não é para a produção de leite e as pastagens são inadequadas para essa finalidade. Mesmo assim, a comercialização de leite tem-se mostrado uma importante alternativa de geração de renda para os agricultores e é considerada “a” estratégia de desenvolvimento rural da região. No entanto, essa mudança de percepção que tende a substituir o cultivo de outras culturas como o milho, a soja e a criação de gado de corte, esbarra numa outra dificuldade: o “perigo de apostar num único mercado”. Uma das principais características da agricultura familiar sempre foi a sua diversidade produtiva, seja nos produtos destinados ao consumo familiar, seja comercialização de excedentes. Apesar da produção e comercialização de leite possuir indicativos de expansão e considerando a sua importância na geração de renda para os produtores, há que se considerar que a produção dessa *commoditie* tende a especialização e concentração que já é visível nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, o que vai exigir desses pequenos produtores um aumento de escala e de qualidade. O problema de escala tem sido resolvido através da organização dos produtores com os resfriadores comunitários e a cooperativa, mas as normas higiênico-sanitárias (leia-se Instrução Normativa 62) é que vai impor mudanças mais radicais para atender as exigências.

Por sua vez, o comércio de plantas medicinais pode ser considerado um mercado inovador que introduz várias mudanças institucionais. A primeira delas refere-se ao processo produtivo, que inova na forma de produção, que é orgânico e em sistema de agrofloresta. Ao invés de monocultura de cereais, cultivam-se diversas variedades de ervas medicinais em pequenas áreas, muitas das quais seriam inviáveis para outras espécies, como, por exemplo, nas áreas de preservação permanente. Outro diferencial nesse mercado é a importância das ONG's no processo de organização dos produtores, assistência técnica e na comercialização da produção. O processo de certificação também imprime outra dinâmica, uma vez que abre possibilidades de comercialização de um produto diferenciado. Porém, no processo de comercialização, ainda persiste uma característica que pode ser preocupante pois a demanda e os preços praticados são totalmente dependentes de grandes agroindústrias e supermercados. Esse processo poderá tender para a exigência de escala. Inclusive, os relatos mostraram que existem algumas indústrias compradoras que não estão preocupadas com o processo produtivo, podendo ser orgânico ou convencional, desde que atenda a demanda. Portanto, padronização e escala são aspectos institucionais das indústrias que adquirem a produção, o que vai impactar nas formas de produção de plantas medicinais.

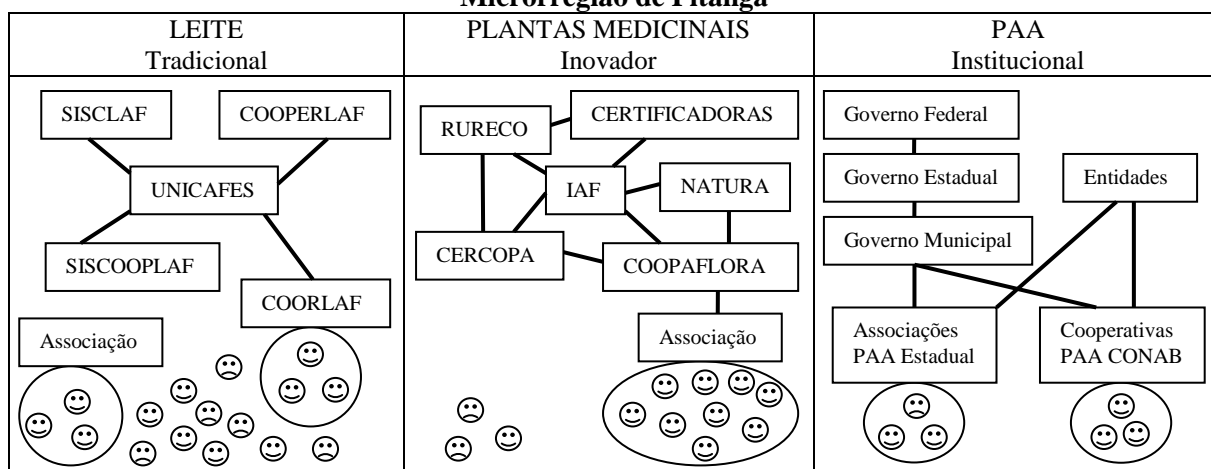
A criação do PAA demonstra claramente a forma de atuação de uma instituição formal. O Estado cria um mercado para a comercialização de produtos da agricultura familiar. Em primeiro lugar ressalta-se a mudança de postura do próprio Estado, que opta por uma política pública de cunho estruturante no combate à pobreza, beneficiando agricultores pobres com a possibilidade de geração de renda e garantindo segurança alimentar para as entidades beneficiadas; por outro lado, a criação de uma regra formal esbarra na sua aplicação diretamente relacionada às regras informais presentes entre a população. Nesse sentido, uma política estruturante encontrou relutância por parte da população que está acostumada com políticas assistencialistas, como Bolsa Família, que, apesar de importante do ponto de vista da distribuição de renda, cria uma consciência de dependência das pessoas em relação ao Estado, o que é ainda mais prejudicial quando existe um uso político desse programa para fins eleitoreiros. Outra característica que implica negativamente a consolidação do Programa é o fato deste estar relacionado à produção e comercialização de um conjunto de produtos, sobretudo hortaliças e frutas, que, na concepção dos agricultores, são “miudezas” o que não garantiria uma renda que poderia ser obtida com grandes lavouras. Por fim, o fato de tratar-se de uma política pública que depende de editais anuais para cadastrar produtores e liberar recursos, o Programa gera grande incerteza nos produtores que acabam não investindo na produção, preferindo vender apenas os excedentes.

O que se percebe é que, nas três dinâmicas, houve várias mudanças institucionais que impactaram na criação de um novo mercado. Algumas dessas dinâmicas são de ordem macro, como é o caso do PAA; outros, de nível micro, o que ocorreu na produção e comercialização de plantas medicinais. No entanto, o fato mais significativo é que ambos os mercados encontram dificuldades para a sua consolidação devido à dependência histórica de uma matriz institucional que não valoriza, por exemplo, a pequena produção diversificada.

5.1.6 Redes Sociais de Cooperação

No primeiro item deste capítulo, identificou-se o conjunto de organizações presentes em cada um dos mercados acessados pelos agricultores nos municípios da Microrregião de Pitanga. Cada uma das organizações atua em determinados aspectos relacionados ao mercado. Essa atuação pode ser de forma independente ou articulada na forma de redes de cooperação que beneficiam os agricultores do ponto de vista da sua inserção nos mercados (figura 58).

Figura 58 - As redes sociais nos mercados acessados pelos agricultores familiares da Microrregião de Pitanga



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

No mercado do leite, é significativa a rede de cooperação estabelecida entre as cooperativas de leite do Estado do Paraná. A partir do momento em que a atividade leiteira aparece como uma alternativa de renda para a agricultura familiar ocorre o surgimento de cooperativas com o propósito de organização na luta por agregação de valor, acesso a políticas públicas e negociações por melhores preços. No Estado do Paraná, existem quatro sistemas de cooperativas de comercialização de leite, todas elas ligadas à UNICAFES PARANÁ (União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado

do Paraná), com sede no município de Francisco Beltrão. Os quatro sistemas são: SISCLAF (Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária) no Sudoeste; SISCOOPLAF (Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária do Oeste do Paraná) na região Oeste; COORLAF (Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar) na região Centro do Estado e as COOPERLAF (Cooperativa dos Produtores de Leite) que possuem seu campo de ação na região Norte do Estado do Paraná (UNICAFES PARANÁ, 2012). Além dos produtores integrados na COORLAF (que atua diretamente em três dos seis municípios), alguns também estão organizados em associações comunitárias devido à implantação e manutenção dos resfriadores comunitários que foram adquiridos com recursos do Programa Paraná 12 Meses, o que lhes permite comercializar um volume maior, possibilitando a participação de pequenos produtores que não eram atendidos pelos transportadores de leite. Entretanto, o fato mais significativo do ponto de vista das redes sociais que defendem os interesses dos produtores de leite nos municípios da Microrregião de Pitanga é que a grande maioria dos produtores ainda está “atomizada” e o processo de comercialização ocorre de forma individualizada entre produtor e agroindústria. Essa realidade poderá tornar-se prejudicial aos pequenos produtores no momento em que houver um processo de concentração da produção que vai exigir maiores índices de produtividade, o que poderá inviabilizar essa atividade para muitos destes produtores.

No caso das plantas medicinais, a principal rede de cooperação que fortalece os agricultores está ligada ao trabalho desenvolvido pelas ONG's na região central do Estado, destacando-se a Fundação RURECO, de Guarapuava, e o IAF, no município de Turvo, que iniciaram as atividades de produção e comercialização de plantas medicinais na segunda metade da década de 1990. O IAF centraliza um conjunto de atividades ligadas aos processos produtivos, certificação, assistência técnica, projetos de cooperação e obtenção de recursos que contribuem diretamente no desenvolvimento desta atividade, tanto que, atualmente, a cooperativa tem 96 sócios e o IAF atende um total de 170 famílias que produzem plantas medicinais na região central do Estado do Paraná. No entanto, na pesquisa de campo nos municípios da Microrregião de Pitanga, percebeu-se que nem todos os produtores podem contar com essa rede de cooperação. Alguns apenas comercializam a produção e não contam com assistência técnica ou com os benefícios que poderiam ser obtidos na sua organização em uma cooperativa.

No mercado institucional, representado pelo PAA, a rede de cooperação mais significativa é formada pelas instâncias governamentais nos três níveis de atuação (federal, estadual e municipal) e, portanto, pode-se dizer que se trata de uma rede em linha. Num

segundo nível, pode-se destacar a rede de cooperação estabelecida entre as associações formais dos agricultores e as entidades beneficiadas, que podem ser locais (no município) ou estaduais. Nesse sentido, existe uma grande diferença entre os agricultores que acessam o PAA Estadual, via associações de produtores, e o PAA CONAB, acessado via cooperativas. No segundo caso, os produtores estabelecem parcerias com entidades de outros municípios para entregar alimentos, o que acaba ampliando a quantidade de produtos e agricultores que podem participar, uma vez que, no PAA Estadual, o limite é estabelecido a partir do número de pessoas atendidas nas entidades locais.

Portanto, do ponto de vista das redes de cooperação ainda há uma deficiência prejudicial para os pequenos produtores, o que reflete nas oportunidades que poderiam ser criadas através dos laços de cooperação e compromete as relações de poder entre as organizações, conforme será analisado no próximo item.

5.1.7 A importância dos Laços Fracos no Acesso aos Mercados

A ideia de laços fracos, apresentada por Granovetter (1973), indica a importância que as relações de interconhecimento, amizade, vizinhança podem ter no processo de acesso a novos mercados. Essas relações transmitem confiança e são significativas na forma como os agricultores conhecem as novas oportunidades de comercialização de produtos num nível micro, ou ainda, no acesso a um novo canal de comercialização no nível macro (quadro 23).

Quadro 23 - A importância dos laços fracos nos mercados acessados pelos agricultores familiares da Microrregião de Pitanga

LEITE Tradicional	PLANTAS MEDICINAIS Inovador	PAA Institucional
Relações de amizade para entregar leite de forma conjunta.	As relações de amizade motivaram a iniciativa de novos produtores em outros municípios e foi importante na divulgação para acessar novos compradores.	Relações de vizinhança, amizade e de confiança no acesso ao programa e às entidades beneficiadas.

Fonte: Elaboração do autor, 2012.

Na comercialização de leite, identificou-se uma situação em que as relações de amizade e vizinhança são fundamentais para que uma família pudesse vender leite em pequenas quantidades. “Produzimos pouco leite, uns 6 ou 7 litros por dia, mas o leiteiro não pega de pouquinho e não quero aumentar; então, vendo na nota de um outro produtor. Repasso o leite para um professor que leva para o resfriador dele”. (Entrevista 16, Agricultora familiar, 06 de maio de 2011).

Conforme já destacado em outro trabalho (AFNM, 2012), a experiência dos produtores de plantas medicinais vivenciada pelos agricultores familiares pobres do município de Turvo/PR revela a importância dos laços fracos na construção de novos mercados. “A produção de plantas medicinais iniciou, em 1996, com um pequeno grupo de agricultores e foi sensibilizando vizinhos, toda a comunidade e, hoje, há produtores em outros municípios que buscam alternativas de renda. Sabe, as pessoas se conhecem, tem amigos e vão divulgando. Hoje já tem produtores em Boa Ventura de São Roque, Santa Maria do Oeste, Palmital e Pitanga. Tem uns 170 na região. Isso graças às redes de relações que existem” (Entrevista 76, Representante do IAF, 28 de março de 2011). Já a inserção no projeto junto à Natura, responsável pelo “salto” na quantidade comercializada ocorreu porque “uma amiga de alguém que trabalha no IAF conheceu alguém que trabalha na Natura e contou da experiência, por acaso, e depois, através da Natura chegaram outros compradores, tanto que hoje não conseguimos atender a demanda” (Entrevista 81, Representante da COOPAFLORA, 30 de março de 2011).

A experiência do PAA no município de Laranjal demonstra o papel dos laços fracos na construção social dos mercados. No caso específico, os laços fracos foram importantes na maneira como os agricultores conseguiram ingressar no programa. Para alguns, as relações de proximidade e vizinhança foram determinantes: “Um vizinho avisou que teria uma reunião e que tinha uma vaga porque um produtor desistiu” (Entrevista 71: Agricultor assentado, 16 de março de 2011). Para outros, foram as relações de amizade e confiança: “Criaram um grupo com a associação, mas ela era fechada para si e não abria para os assentamentos. Eu tinha amizade com os associados e consegui entrar” (Entrevista 67: Agricultor assentado, 15 de março de 2001). Para alguns, o ingresso no programa foi via reconhecimento do poder público municipal: “a Secretaria da Educação convidou para fazer parte do projeto” (Entrevista 66: Agricultor familiar, 15 de março de 2011). Também é emblemático o acesso a mercados (entidades) fora do município, em função dos laços fracos, como pode ser percebido na entrevista: “Hoje atendemos fora do município (...). Conseguimos entregar no Hospital de Curitiba via CONAB. Me indicaram e eu fui atrás. Tenho contatos, visito as entidades, mostro a realidade dos agricultores e temos qualidade. Faço divulgação. Temos confiança com a CONAB que indica entidades” (Entrevista 58, Representante da COAMAR, 17 de maio de 2012).

Apesar desses indicativos da importância dos laços fracos na construção dos novos mercados, via de regra, o que se observou na pesquisa de campo é que ainda são deficitários, sobretudo devido à falta de organização mais articulada pela maioria dos produtores que ainda

estão comercializado sua produção de forma atomizada. Por outro lado, há experiências muito bem sucedidas no quesito organização e articulação, como das cooperativas, que conseguem fortalecer os agricultores no acesso aos mercados.

5.1.8 Construção Social dos Arranjos Institucionais nos Mercados

O mercado não é algo abstrato, mas uma construção social concreta formado por um arranjo institucional que lhe dá estrutura e dinâmica. Conforme destacado por Huylenbroeck; Vuylsteke; Verbeke (2009), os mercados são uma construção social cujas operações, coordenadas por arranjos institucionais, criam condições para a ação dos atores. Nesse sentido, o quadro 24 apresenta alguns dos principais elementos que dão forma para cada um dos mercados. No nível micro, a formação de cooperativas pelos agricultores é um arranjo institucional que se mostrou uma construção social fundamental proporcionando vantagens aos agricultores, sobretudo no acesso aos mercados, tanto que está presente nas três dinâmicas estudadas. Entretanto, existem arranjos institucionais que são predominantes em cada mercado: as laticínios no leite, as ONG's no caso das plantas medicinais e o Estado através do Programa de Aquisição de Alimentos. Essa predominância apresenta-se no condicionamento para a ação dos atores, estabelecendo padrões de interação que vão interferir nos resultados.

Quadro 24 - A construção social dos arranjos institucionais nos mercados acessados pelos agricultores familiares da microrregião de Pitanga

LEITE Tradicional	PLANTAS MEDICINAIS Inovador	PAA Institucional
Cooperativismo		
<u>Agroindústria</u> MAPA CONSELEITE	<u>ONG's</u>	<u>O Estado</u> Exigência de associação formal para acessar o Programa

Fonte: Elaboração do autor, 2012.

No caso específico da comercialização de leite, o arranjo institucional de maior relevância está centrado na atuação das agroindústrias que se estabelecem no local e iniciam um processo de aquisição de leite dos produtores espalhados pela região. Por outro lado, a atuação dos laticínios está condicionada a um ambiente institucional num nível macro que é representado pela atuação do Ministério da Agricultura, que normatiza os padrões de qualidade do produto, e o CONSELEITE, que interfere na política de preços. Mesmo assim, considera-se que o conjunto de pequenos laticínios representa um arranjo institucional central

no mercado do leite.

Já no processo de produção e comercialização de plantas medicinais, a atuação das Organizações Não Governamentais foi e continua sendo fundamental no processo. Nesse caso, a atuação da RURECO, como organização da sociedade civil, que pensa o desenvolvimento da região central, e o IAF, mais especificamente ligado à experiência das plantas medicinais nos municípios da Microrregião de Pitanga, representam um arranjo institucional crucial no processo de organização dos produtores e, essencialmente importante na temática desta tese, focalizam o processo de comercialização da produção, desde a organização de uma cooperativa (COOPAFLOA) e de uma central de comercialização (CERCOPA) até a localização de compradores para a formalização de canais de comercialização.

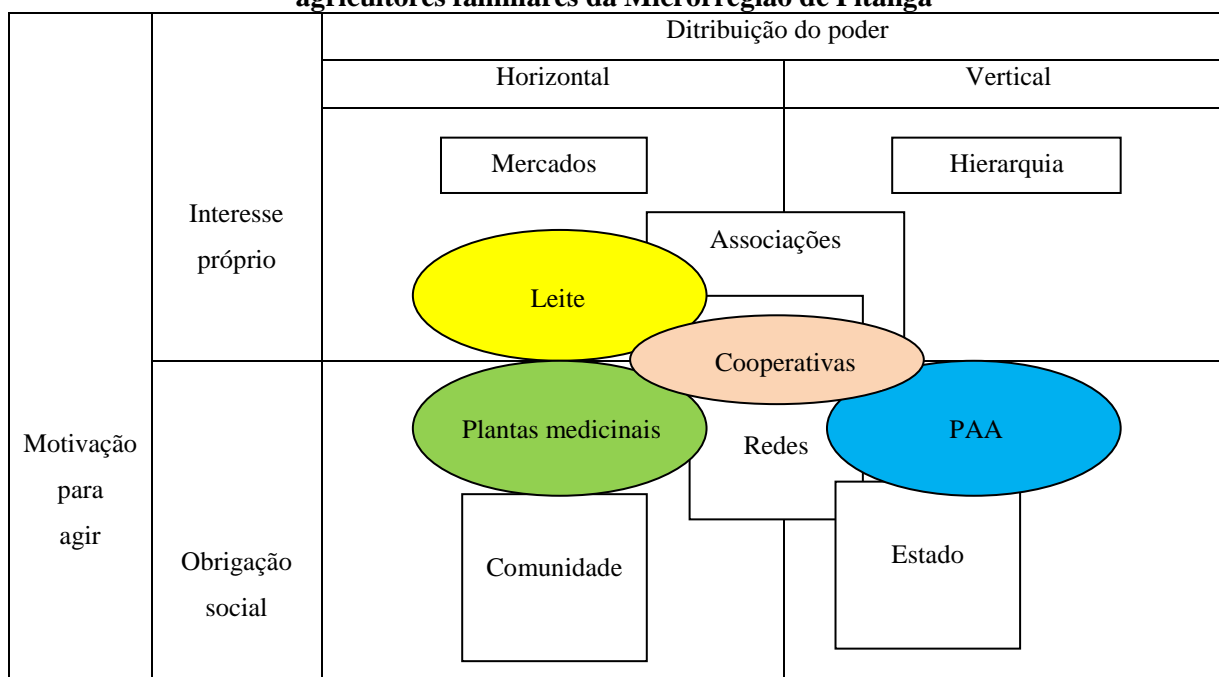
No Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, o Estado, nos seus três níveis de atuação, representa o arranjo institucional mais significativo dessa dinâmica mercantil. Conforme já descrito anteriormente, a atuação do Estado foi central no processo de criação da política pública bem como na sua operacionalização. Por outro lado, à medida que uma das condições para acessar o Programa é a organização formal dos agricultores, a política pública tem motivado a criação de associações e cooperativas. Porém, considera-se que um dos impactos mais importantes é a potencialização daquelas organizações de produtores que já existiam mesmo antes da criação do PAA, ou seja, o Programa acabou fortalecendo o capital social da região, como as cooperativas de produtores que já existiam e acabaram se beneficiando com a criação dessa política pública.

Portanto, do ponto de vista da construção social dos arranjos institucionais nos mercados, mais uma vez a limitação recai sobre a capacidade de organização dos agricultores para interagir com aqueles arranjos que são predominantes, o que poderia equilibrar as relações de poder entre as organizações.

5.1.9 As relações de Poder nos Mercados

A distribuição de poder nos arranjos institucionais pode ser observada na figura 59, conforme sugerido por Hollingsworth (2000). A motivação para agir, dos indivíduos e de suas organizações, pode estar centrada no interesse próprio ou na obrigação social, o que resulta numa forma de poder vertical (hierarquizado) ou horizontal (menos concentrado). De um modo geral, entende-se que a criação de uma cooperativa estabelece, ou pelo menos pretende a busca de equilíbrio nas relações de poder nos mercados estudados.

Figura 59 - A distribuição de poder nos arranjos institucionais dos mercados acessados pelos agricultores familiares da Microrregião de Pitanga



Fonte: Adaptado de Hollingsworth (2000, p. 607).

Quanto a produção de leite, pode-se dizer que predomina o interesse próprio (produtores e agroindústrias) e a distribuição de poder tende a uma situação mais horizontal devido a existência de muitos produtores e de vários laticínios, oferecendo possibilidade de escolha para ambos os lados. Essa situação apresenta duas variantes percebidas na pesquisa de campo. O poder pode torna-se mais concentrado e hierarquizado na medida em que uma agroindústria adquire a produção de um grande número de produtores atomizados. Por outro lado, o processo de criação de uma cooperativa (COORLAF) tenta equilibrar essa relação de poder na medida que possibilita barganhar por melhores preços devido ao maior volume de produção dos associados.

Já no mercado das plantas medicinais ressalta-se que a experiência surge a partir da sociedade civil organizada através das ONG's (RURECO e IAF) que estão preocupadas com as possibilidades de desenvolvimento da comunidade, portanto, uma preocupação em que a obrigação social antecede o interesse pessoal. Nesse caso, proporciona uma distribuição mais horizontal do poder e reforça o compromisso social. Por outro lado, à medida que os produtores passam a depender de algumas grandes indústrias que adquirem a produção, estabelecendo a demanda e os preços praticados, essa relação de poder tende a uma relação vertical.

No caso das políticas públicas, mais especificamente do PAA, a motivação para agir do Estado é a sua obrigação social e esta se dá numa relação hierárquica de poder. No entanto,

quando o Estado prioriza a organização dos agricultores para acessar políticas públicas, seja na forma de associações ou cooperativas, também proporciona uma distribuição mais horizontal do poder e reforça o compromisso social, situação que é o ponto de partida na criação de ONGs, cooperativas, associações.

No que se refere às relações de poder nas dinâmicas mercantis estudadas, ressalta-se a importância do associativismo e do cooperativismo na busca por melhores condições para os pequenos agricultores que são “o elo mais fraco” na relação. No entanto, apesar das experiências bem sucedidas de cooperativismo, de um modo geral, a falta de organização formal ainda caracteriza os agricultores familiares da Microrregião de Pitanga.

Com base no exposto sobre mercado tradicional (leite), inovador (plantas medicinais) e institucional (Programa Aquisição de Alimentos), pode-se afirmar que existe um conjunto de instituições que caracterizam “a pobreza dos mercados” acessados pelos agricultores familiares da Microrregião de Pitanga no Estado do Paraná. A estrutura organizacional, as regras formais, os aspectos culturais e a forma de aplicação das regras criam diferentes arranjos institucionais que interferem na construção e acesso aos mercados, configurando distintas dinâmicas de poder. No entanto, apesar de haver uma mudança institucional mais ou menos abrupta, identificou-se uma dependência histórica de fatores institucionais que caracterizam a pobreza de tais mercados. São exemplos destes fatores: questões de gênero, baixo nível de escolaridade, assistencialismo político, aspectos culturais voltados à produção de subsistência, tradição com produção de gado de corte, ênfase em monoculturas herdada da Revolução Verde, não valorização de atividades como plantas medicinais, horticultura e fruticultura para a comercialização, fragilidade das relações de poder quando os agricultores não estão organizados.

5.2 AS INSTITUIÇÕES DA POBREZA

O problema de pesquisa desta tese consiste no modo como as instituições interferem, seja através de restrições ou motivações, nos mercados acessados por agricultores familiares numa região que apresenta baixos índices de desenvolvimento, isto é, a Microrregião de Pitanga no Estado do Paraná. A hipótese é que existe uma matriz institucional que não estimula a produção e a produtividade dos agricultores para os mercados e esta matriz se reproduz no tempo, havendo uma dependência histórica de uma trajetória adotada, existindo uma relação direta entre estas instituições e a pobreza da região. Portanto, acredita-se que as instituições que determinam a pobreza dos mercados possuem uma relação com a pobreza do

lugar. Nesse sentido, nesta parte final, pretende-se concentrar a análise nas instituições que têm relação com os baixos índices históricos de desenvolvimento. Para tanto, dividiu-se a exposição em duas partes: na primeira será exposto um quadro macroinstitucional, focalizando a ação do Estado através de suas políticas; no segundo, o enfoque são as instituições num nível micro, ou seja, as características da Microrregião de Pitanga.

5.2.1 O Estado e as Políticas de Desenvolvimento

Num panorama macroinstitucional, entende-se que existe um conjunto de instituições construídas no decorrer da história e estas afetaram as decisões e ações do Estado que repercutiram na capacidade de desenvolvimento da Microrregião de Pitanga até os dias de hoje. Para utilizar as palavras de Douglass North, há uma dependência histórica de uma trajetória escolhida no passado, ou seja, o *path dependence*.

A primeira e mais antiga dessas instituições refere-se à **forma de acesso à terra** no Brasil. Essa instituição remonta ao século XV e está diretamente ligada ao processo colonial e à forma como ocorreu a distribuição de terras no país. Desde “antes do descobrimento” é uma terra que tem dono (Portugal) passando pelas capitânicas hereditárias e sesmarias, cuja forma de acesso à terra era baseada em relações de favorecimento por parte da coroa portuguesa com “alguns escolhidos”. A Lei de Terras, de 1850, dificulta ainda mais o acesso à terra por parte daqueles que já “não possuem nada”. Trata-se de uma política agrária excludente e que beneficiou quem possuía recursos e informação. Portanto, quem era pobre, analfabeto e sem terra continuou na mesma situação. Como desdobramentos da ocupação territorial da Microrregião de Pitanga, predominou a grande propriedade, refletindo na concentração de terras, visível até os dias atuais. Trata-se de uma situação muito diferente de outras regiões mais dinâmicas e desenvolvidas do Estado do Paraná em que a pequena propriedade familiar foi a tônica da ocupação. Enquanto países desenvolvidos apostaram na pequena propriedade familiar como modelo de desenvolvimento, no Brasil a opção foi o latifúndio. Trata-se de uma opção do Estado Brasileiro que afetou e continua afetando o desenvolvimento.

A segunda instituição “equivocada” do Estado Brasileiro está ligada ao que a literatura denomina de **modernização conservadora**. Na década de 1950, o Brasil encontrava-se numa encruzilhada diante do processo de desenvolvimento urbano-industrial do país e entendia-se que a agricultura deveria desempenhar determinadas funções, tais como fornecer mão de obra para a indústria, fornecer alimentos abundantes e baratos, ser consumidora de insumos industriais e gerar divisas para exportação. Porém, a agricultura era considerada “atrasada”,

retrato eternizado pela figura do “Jeca Tatu” e, portanto, não teria as condições necessárias para atender as funções mencionadas acima. Diante de tal panorama, seria preciso “modernizar” a agricultura, entretanto, o Estado Brasileiro optou por um processo de modernização de base tecnológica, sem interferir na estrutura fundiária, por isso a expressão “modernização conservadora”. A reforma agrária ficou em segundo plano e só foi retomada na segunda metade dos anos 1980 com o processo de redemocratização do país. Na Microrregião de Pitanga, houve políticas de reforma agrária entre os anos de 1988 e 2006, com a instalação de 17 assentamentos. A pergunta que se apresenta é a seguinte: de um ponto de vista macro estrutural do nosso desenvolvimento, o Brasil teria perdido a oportunidade histórica de fazer a reforma agrária?

Essa opção desdobrou na terceira instituição que interfere nas particularidades de desenvolvimento do país, que se refere ao **processo desigual das políticas de modernização da agricultura brasileira**, levadas a cabo durante as décadas de 1960 e 1970. De um modo geral, o conjunto das políticas de modernização da agricultura brasileira (pesquisa, extensão, crédito e seguro agrícola) foi seletivo em relação aos produtos (principalmente os exportáveis, como milho e soja), regiões (Centro-Sul) e produtores (os maiores e melhor estruturados). Assim, os impactos na Microrregião de Pitanga referem-se ao fato de que essas políticas não beneficiaram a população mais pobre, acirrando o processo de esvaziamento da região, principalmente da população mais jovem. Por outro lado, pequenos produtores que passaram a se dedicar a monocultivos, sobretudo de milho e soja, acabaram perdendo espaço devido à necessidade de ganhos de escala, o que acabou inviabilizando essas culturas em pequenas áreas.

Continuando a perspectiva histórica, em quarto lugar, destaca-se a “década perdida”, caracterizada pela **retirada do Estado das políticas de desenvolvimento para o meio rural** a partir dos anos 1980. Um dos principais reflexos foi o desmantelamento dos serviços de extensão rural. No estado do Paraná, a extensão rural é realizada pela EMATER (com escritórios em todos os municípios da Microrregião de Pitanga), entretanto, a sua estrutura é bastante reduzida, muitas vezes, as principais atividades acabam restritas à execução de tarefas burocráticas como, por exemplo, a emissão das DAPs, necessárias para os agricultores acessarem as políticas públicas como o PRONAF e PAA. Do ponto de vista produtivo, o principal foco da EMATER nesses municípios é a produção de leite, tendo grandes dificuldades operacionais e logísticas em atender produtores de plantas medicinais e do PAA, o que envolve uma vasta lista de produtos. O fato é que a diversidade produtiva, tão importante na manutenção da agricultura familiar, oferece um imenso desafio para a extensão

rural pública, que não possui recursos humanos nem infraestrutura para atender tantos agricultores. Mais uma vez, trata-se de uma dificuldade tributária de uma opção do Estado Brasileiro feita num momento de crise da “década perdida”.

A quinta instituição refere-se às características das políticas de combate à pobreza. Historicamente predominou uma **perspectiva assistencialista nas políticas públicas de combate à pobreza**, com raízes nos anos 1990 e 2000, evidenciada na atualidade, com o Programa Bolsa Família. Entende-se que o programa é essencial do ponto de vista de promover uma pequena redistribuição de renda e os valores recebidos pelas famílias tornam-se fundamentais para a sua sobrevivência. Entretanto, há que se considerar qual é o impacto dessa política do ponto de vista da promoção do desenvolvimento. Trata-se da clássica questão, tão presente na linguagem popular, de “dar o peixe e ensinar a pescar”. Num dos municípios da Microrregião de Pitanga, observaram-se muitas dificuldades na implantação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. As pessoas estavam acostumadas “a ganhar tudo da prefeitura” e, “no começo, muitos agricultores não queriam se cadastrar no PAA com medo de perder a Bolsa Família, foi preciso um trabalho com a Assistência Social que explicou que não teria problema, mesmo assim ficaram desconfiados e só depois que um participou e não aconteceu nada é que os outros começaram a participar” (Entrevista 36, Coordenador Municipal do PAA, 18 de maio de 2011). Portanto, o Programa Fome Zero avançou consideravelmente na medida em que tenta associar ao Programa Bolsa Família ações de cunho estruturante como é o PAA, o que tem promovido outra perspectiva na ótica dos próprios beneficiários dos dois programas, conforme já destacado em outro trabalho (AFNM, 2012). “O PAA é diferente do Bolsa Família, é uma valorização. Dá o produto primeiro e recebe depois” (Entrevista 71, Agricultor Familiar, 16 de março de 2011). Isso demonstra muito bem a diferença entre as perspectivas dos dois programas, ou seja, o primeiro, de cunho mais assistencialista e o segundo, estruturante.

As cinco instituições anteriores são políticas (e decisões) nacionais que afetaram as características do desenvolvimento da Microrregião de Pitanga. Do ponto de vista do estado, destacam-se os **projetos de desenvolvimento do Estado do Paraná** que, historicamente, não focalizaram a região central do estado, orientando as suas ações, sobretudo no que se refere à infraestrutura em alguns polos regionais que circundam a região central como, por exemplo, Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu. Esse foi o caso do Projeto Paranaense de Desenvolvimento que fez investimentos em infraestrutura de transportes e energia a partir dos anos 1960, priorizando alguns polos regionais. A região central ficou em segundo plano nesse processo. “As políticas não eram para eles [população

pobre da região central do Estado do Paraná]” (Entrevista 83, Representante da RURECO, 31 de março de 2011). “A região sempre foi esquecida, é só um coador, tudo passa e só ficam as migalhas pra nós” (Entrevista 12, Representante da Associação dos Produtores Rurais de Palmital).

5.2.2 Particularidades Institucionais da Microrregião de Pitanga

Do ponto de vista regional, entende-se que algumas instituições, interligadas em menor ou maior grau com as apresentadas anteriormente, afetam o desenvolvimento dos municípios da Microrregião de Pitanga, principalmente em relação à capacidade de geração de renda para os agricultores familiares pobres na sua participação nas diferentes dinâmicas de mercados para os seus produtos.

A primeira dessas instituições refere-se à **forma de ocupação das terras** na região central do Estado do Paraná, caracterizada por ser a última área a ser plenamente ocupada e em que predominaram as grandes propriedades, muitas vezes fruto de negociações fraudulentas e que resultaram em diversos conflitos devido ao processo de “grilagem” de terras. Hoje, o resultado visível é a elevada concentração de terras. Em comparação com outras regiões do Estado como, por exemplo, as regiões Oeste e Sudoeste, percebem-se grandes diferenças na sua dinâmica de desenvolvimento e a principal é que, nas últimas, prevaleceu um processo de ocupação baseada na pequena propriedade familiar. O fato é que a concentração de terras caminha *pari passu* com a pobreza.

A concentração de terras associada a atividades extrativistas dificulta ainda mais o processo de desenvolvimento, pois são atividades pouco dinâmicas no que se refere à geração de empregos e distribuição de renda. Portanto, a **tradição com pecuária extensiva** (bovinocultura de corte) é outra instituição que desafia o desenvolvimento dos municípios da Microrregião de Pitanga. Percebe-se que a mudança para a produção de leite (atualmente a principal alternativa de geração de renda para aproximadamente metade das famílias) ainda está “presa” aos processos de manejo, alimentação e genética da produção de carne. Portanto, a mudança deste tripé implica um conjunto de novas percepções e práticas por parte dos agricultores que pretendem tornar a atividade leiteira uma fonte de renda mais consistente, transformando os “tiradores de leite” em “produtores de leite”, conforme linguagem utilizada pelos extensionistas que trabalham com a atividade na região.

A terceira instituição característica da Microrregião de Pitanga refere-se aos **aspectos culturais** da população. A região central do Estado do Paraná foi a última a ser plenamente

ocupada e isso concentrou nesse território uma população expropriada das outras regiões, os denominados caboclos. “Há um processo de desaculturação da população que vive no centro do Paraná, pois 60% são caboclos que estão perdendo a sua identidade, gerando um sentimento de não pertencimento pelo choque cultural uma vez que as políticas não são para eles” (Entrevista 83, Representante da RURECO, 31 de março de 2011). O fato é que essa população possui outra interpretação do significado de pobreza, calcada na noção de subsistência e não necessariamente no fator enriquecimento material como é característico de outras regiões colonizadas por descendentes de italianos e alemães. “Pobre não. Meio pobre. Não estou passando fome, tenho para viver, mas não sobra” (Entrevista 25, Agricultor familiar, 16 de maio de 2011). “É como diz o ditado, pobre é quem não consegue sobreviver. Sou rico de saúde” (Entrevista 79, Agricultura familiar, 29 de março de 2011). “Pobre é quem não tem Deus” (Entrevista 67, Agricultor familiar, 15 de março de 2011). “Sou mais ou menos pobre. Tenho para viver, não passo fome, pois com terra produz” (Entrevista 69, Agricultor familiar assentado, 16 de março de 2011). “Não sou pobre. Tenho saúde, casa, terra para trabalhar e não tenho dívidas. Não sou pobre, mas remediado. Dá para se manter” (Entrevista 71, Agricultor familiar assentado, 16 de março de 2011). “Meio pobre. Pobre é quem não tem como se virar. Deus dando saúde já não é mais pobre” (Entrevista 24, Moradora da Vila Rural, 17 de maio de 2011). “Não sou pobre. Pobre é quem é doente e não tem comida. Pobre é quem não tem nada. Aqui temos fartura de comida” (Entrevista 30, Agricultor familiar assentado, 18 de maio de 2011). Essa concepção de pobreza entra em conflito com a interpretação dos extencionistas, para quem isso significa “falta de ambição” e dificulta a ampliação das atividades voltadas para a comercialização nas três dinâmicas mercantis estudadas, predominando uma produção voltada para a subsistência com a comercialização de alguns excedentes.

O quarto destaque institucional deve-se ao **processo de integração e desintegração com agroindústrias**. O fato é que, num primeiro momento, há a tendência, por parte das agroindústrias, de adquirir toda a produção devido à demanda crescente pelos produtos, como a produção de leite e de plantas medicinais. Entretanto, conforme a história já demonstrou em relação a outros produtos¹¹⁶, com o tempo, ocorre a exigência pelo aumento na escala de produção por diversos fatores como o aumento dos custos de produção, diminuição dos preços e logística de transporte. O resultado pode ser a inviabilização da produção em pequena escala, o que excluirá muitos agricultores familiares de alguns destes mercados.

¹¹⁶ Como por exemplo, na produção de suínos no Oeste de Santa Catarina (PLEIN, 2003) e mesmo a produção de milho e soja nos municípios da Microrregião de Pitanga.

Nessa linha, chega-se ao quinto fator, que poderá ser preocupante para o desenvolvimento rural da região. Trata-se da “**aposta generalizada**” na **produção de leite como principal estratégia de geração de renda** para as famílias. O fato é que, historicamente, uma das principais características da agricultura familiar é a produção diversificada. Pelos dados analisados no decorrer desta tese, entende-se que o mercado de leite apresenta-se atualmente como uma importante alternativa, considerando as características da região e a demanda pelo produto. No entanto, conforme se destacou anteriormente, fatalmente esse mercado caminhará para a exigência de aumento de escala, já verificado em outras regiões do Estado do Paraná em que esta produção está mais consolidada. A tendência histórica de queda dos preços pagos pelo litro de leite também já foi verificada. Assim, aumentar a produtividade implicará aumento dos custos de produção e, mais uma vez, poderá levar à inviabilização da produção em pequena escala. Entende-se que a produção e comercialização de leite é uma alternativa importante para o desenvolvimento rural dos municípios da Microrregião de Pitanga, entretanto esta estratégia deverá ser pensada num contexto que contemple maior diversidade produtiva voltada para comercialização, fato já percebido uma vez que muitos dos agricultores entrevistados nessa pesquisa participam ativamente das três dinâmicas de mercado analisadas nesta tese, apesar de contar com assistência técnica pública somente para a produção de leite. A tendência pela monocultura ainda é um resquício institucional da Revolução Verde com o qual as novas dinâmicas de desenvolvimento rural ainda se debatem

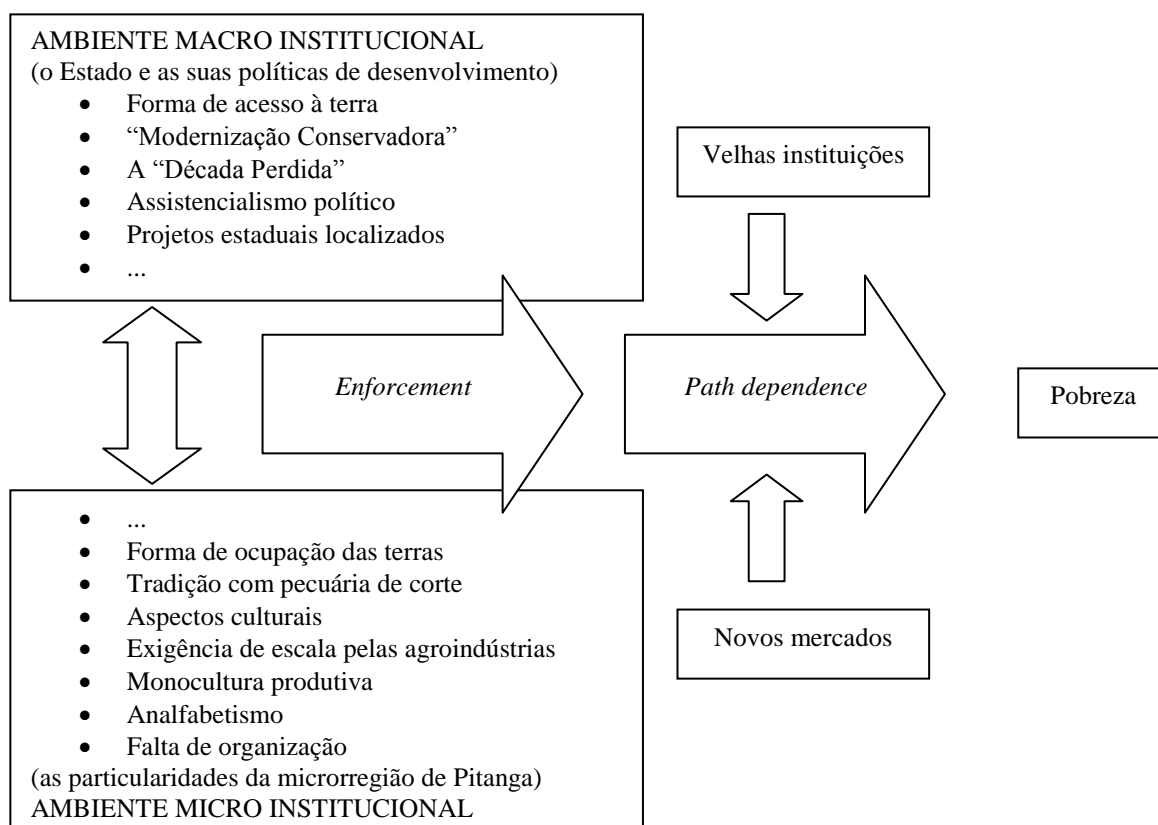
A sexta instituição refere-se à **dificuldade com os procedimentos burocráticos**, sobretudo nos novos mercados criados através das políticas públicas e que exigem diversos requisitos como documentação pessoal e da propriedade, necessária para a obtenção de crédito, via PRONAF, bem como para acessar o Programa Aquisição de Alimentos; além disso, a emissão da Declaração de Aptidão Agrícola e possuir conta bancária são etapas indispensáveis. A exigência de organização social, via associações ou cooperativas, bem como a necessidade de elaboração de projetos para acessar determinadas modalidades do PAA impõem algumas restrições, considerando o baixo nível de escolaridade da população que vive no meio rural e a falta de documentação básica, seja pessoal ou referente à propriedade. Esse conjunto de fatores resulta em dificuldades nos procedimentos burocráticos necessários.

Por último ressalta-se a instituição que pode ser denominada de **capital social do território**, mais especificamente, os aspectos organizacionais dos agricultores. O fato de uma das exigências do PAA ser a organização social dos agricultores para acessar o programa,

através de associações ou cooperativas, é um elemento importante do ponto de vista do desenvolvimento. Porém, na pesquisa de campo, percebe-se uma grande diferença entre os municípios em que a organização social surgiu da exigência do edital e naqueles em que já existia uma organização anterior à criação do PAA. Portanto, os agricultores que já estavam organizados, como as quatro cooperativas, conseguiram resultados muito mais significativos – como o acesso às modalidades do PAA CONAB e entregando a sua produção em outros municípios do Estado do Paraná. Uma situação bem diferente dos agricultores que se organizaram por exigência do edital e sua demanda acabou ficando restrita ao município, o que limita consideravelmente a quantidade de agricultores que podem beneficiar-se da política pública. Talvez a grande conclusão seja: o capital social não pode ser criado, mas pode ser potencializado.

Portanto, quais são as instituições da pobreza? Com base no exposto neste capítulo, pode-se dizer que existe uma matriz institucional (figura 60) que pode explicar porque a Microrregião de Pitanga está entre as mais pobres do Estado do Paraná.

Figura 60 - Elementos da matriz institucional da pobreza dos municípios da Microrregião de Pitanga



Fonte: Elaboração do autor, 2012.

De modo geral, os elementos explicativos da pobreza histórica que afeta os municípios em estudo estão associados ao enfoque das políticas de desenvolvimento adotadas pelo Brasil, cuja instituição mais antiga remonta à forma como se dá o acesso à terra, que privilegia o latifúndio desde o processo de colonização. Esta instituição se reproduz em todo o território nacional e não se desfaz com o processo de modernização da agricultura, que reintera os privilégios às grandes propriedades numa modernização da base tecnológica sem afetar a estrutura fundiária do país. Do ponto de vista estadual, conforme se adiantou, destaca-se o fato de que os projetos de desenvolvimento do Estado do Paraná, implantados desde a década de 1960, não tiveram como foco a região central e privilegiaram outras regiões. Por outro lado, além de um conjunto de instituições resultantes do ambiente macroinstitucional, ressaltam-se as particularidades da Microrregião de Pitanga. Assim, fatores como a predominância de grandes propriedades com criação extensiva de gado de corte, os aspectos culturais, o analfabetismo e a falta de organização compõe um ambiente microinstitucional. Portanto, o panorama que se vislumbra diante das mudanças institucionais que criam novas oportunidades de comercialização para a agricultura familiar, a partir das décadas de 1990 e 2000, é um choque entre os novos mercados e as velhas instituições que acabam reproduzindo as condições históricas de pobreza.

Enfim, neste capítulo, a proposição era fazer uma análise comparada dos “mercados da pobreza”, a fim de localizar em seu conteúdo institucional os elementos que configuram a “pobreza dos mercados” bem como, identificar as instituições que podem explicar a persistência histórica da pobreza rural nos municípios da Microrregião de Pitanga.

Os resultados obtidos permitem dizer que, apesar das novas possibilidades de comercialização que promoveram uma mudança institucional, com a criação dos novos mercados a partir da década de 1990 (leite e plantas medicinais) e 2000 (Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar), persiste um conjunto de instituições que caracterizam a “pobreza” das formas de inserção mercantil, tais como questões de gênero, analfabetismo, assistencialismo político, aspectos culturais voltados unicamente à produção de subsistência, tradição com bovinocultura de corte e monoculturas, a não valorização da pequena produção diversificada e a fragilidade das relações de poder quando os agricultores não estão organizados.

Estes aspectos – observados a partir da análise institucional comparada dos “mercados da pobreza” – estão inseridos num processo histórico maior, que permite compreender a pobreza dos municípios da Microrregião de Pitanga, ou seja, o ambiente macroinstitucional representado pelo Estado e suas políticas de desenvolvimento desde os tempos da

colonização. Nesse sentido, a forma desigual de acesso à terra é a instituição mais emblemática, que retroalimenta as desigualdades sociais no decorrer da história.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA NÃO CONCLUIR!

Ao término desta investigação, considera-se relevante demarcar alguns pontos de vista sobre o significado dos mercados e sua relação com a agricultura familiar antes de seguir para as considerações finais. Estas observações fazem-se necessárias, pois há algumas visões estigmatizadas – e das quais se discorda – de que o mercado é algo ruim para a agricultura familiar.

A tese não é uma defesa da economia de mercado em contraposição à economia política. Entende-se que não existe um mecanismo autorregulado de mercado, do tipo “mão invisível”. Polanyi demonstrou que as relações econômicas estão enraizadas nas relações sociais, e, portanto, o mercado é uma construção social institucionalizada. Por outro lado, é incorreto falar de mercado no singular, ou seja, não existe “o” mercado, e sim, “os” mercados, considerando as diferentes dinâmicas. E qual é a relação destes mercados com a reprodução social da agricultura familiar e os processos de desenvolvimento rural? As respostas dependem de duas outras questões:

- a) os mercados são importantes para promover o desenvolvimento rural?;
- b) os mercados são suficientes para promover o desenvolvimento rural?

A resposta é positiva para a primeira questão e negativa para a segunda uma vez que a reprodução social da agricultura familiar não está associada unicamente às trocas mercantis, mas também depende da produção de subsistência, das relações de reciprocidade e de redistribuição. Na última, é determinante o papel do Estado através das suas políticas públicas. Embora o foco desta pesquisa tenha sido as trocas mercantis, convém considerar que a agricultura familiar não é apenas um negócio, é, antes de tudo, um modo de vida. As famílias não são movidas unicamente pelo lucro como se fossem ou devessem ser “empresários rurais”. Entende-se que, da mesma maneira que as leis da aerodinâmica não impedem o besouro de voar, as leis do empreendedorismo não impedem o processo de reprodução social da agricultura familiar, cuja particularidade do trabalho familiar implica a lógica da remuneração do trabalho e não o lucro capitalista. Isso não significa, todavia, que sejam contrários aos mercados, uma vez que estão inseridos em diferentes dinâmicas, que são o objeto de investigação desta pesquisa.

“Os mercados da pobreza ou a pobreza dos mercados: as instituições no processo de mercantilização da agricultura familiar na Microrregião de Pitanga, Paraná” constitui uma

abordagem institucional dos processos de desenvolvimento rural. O problema de pesquisa que motivou esta investigação foi: de que forma as instituições interferem – motivando ou restringindo – na construção, estrutura e dinâmica dos mercados acessados por agricultores familiares numa região que apresenta um histórico com baixos índices de desenvolvimento?

A hipótese deduzida do conhecimento teórico preliminar indicava para a existência de uma matriz institucional que não estimula a produção e a produtividade para os mercados, e tais instituições reproduzem-se no tempo e no espaço, gerando a dependência histórica de uma trajetória escolhida, o que Douglass North denominou de *path dependence*. É justamente esse processo que pode auxiliar na compreensão da persistência histórica da pobreza nos municípios da Microrregião de Pitanga, pois o resultado imediato é que muitos agricultores não querem participar dos mercados, ou apenas comercializam alguns excedentes, sem investir, e muito menos, (re)investir nos processos produtivos.

A maneira de testar empiricamente estas hipóteses foi analisar a estrutura e a dinâmica dos mercados acessados pelos agricultores familiares pobres e estabelecer a sua relação com a pobreza rural, objetivo geral desta pesquisa. Com vistas a alcançar este propósito, estabeleceram-se três objetivos específicos:

- a) buscar uma explicação teórica institucional dos processos de desenvolvimento rural e das relações mercantis estabelecidas pelos agricultores familiares inseridos no modo capitalista de produção;
- b) resgatar o processo histórico de ocupação e formação do território e descrever as características socioeconômicas atuais, focalizando os seus indicadores de desenvolvimento, identificando e caracterizando os agricultores familiares pobres e os tipos de mercados por eles acessados, com ênfase no mercado tradicional (leite), inovador (plantas medicinais) e institucional (Programa Aquisição de Alimentos da Agricultora Familiar);
- b) analisar e compreender a matriz institucional destes mercados, com ênfase nos processos de mudança institucional e a persistência histórica das instituições responsáveis pela pobreza daquele território.

Na perspectiva institucional, segundo Douglass North, o desempenho econômico (que pode ser desenvolvimento, estagnação ou declínio) é resultado das instituições e da sua evolução. Por instituições o autor compreende a tríade formada por regras formais (leis, normas, regulamentos), regras informais (costumes, hábitos, códigos de conduta, ou seja, os aspectos culturais) e as suas características de execução (*enforcement*). Essas instituições são uma forma de diminuir as incertezas nas interações humanas como, por exemplo, nas trocas

mercantis, pois o mundo real é caracterizado por incertezas derivadas da racionalidade limitada dos agentes econômicos que possuem informações assimétricas e incompletas, existência de custos de transação e disputas pelo poder. No processo histórico de mudança, as instituições servem de informação que molda o comportamento dos indivíduos, e, ao mesmo tempo, estes modificam e criam as instituições através da sua intencionalidade. No entanto, existe uma dependência histórica de uma matriz institucional (*path dependence*), responsável pelo desempenho econômico.

A unidade de análise escolhida nesta pesquisa foi o mercado e, para a sua compreensão, utilizou-se, além da abordagem institucional de Douglass North, os contributos da Sociologia Econômica de Karl Polanyi, Mark Granovetter e Neil Fligstein, que demonstram, entre outros aspectos, que o mercado é uma estrutura socialmente construída e moldado por um conjunto de instituições, uma vez que as relações econômicas estão enraizadas (*embeddedness*) nas relações sociais, e não o inverso como fazem acreditar os pressupostos da economia neoclássica.

A relação dos agricultores familiares com os mercados (mercantilização) implica compreender as diferentes dinâmicas de inserção mercantil associadas às particularidades dos produtos, dos processos produtivos, das formas de organização e de comercialização dos produtos. Para contemplar essa diversidade, escolheram-se três mercados (leite, plantas medicinais e o Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar) acessados pelos agricultores familiares pobres da Microrregião de Pitanga, no Estado do Paraná.

Ao analisar aspectos gerais da história econômica do Paraná e as suas diferenças regionais, percebeu-se que a região central do Estado (em que estão localizados os seis municípios desta pesquisa) apresenta um histórico com baixos indicadores de desenvolvimento, predomina uma dinâmica essencialmente rural e de uma agricultura familiar empobrecida diante de um quadro histórico de concentração de terras. Assim, do ponto de vista da pobreza, a Microrregião de Pitanga constitui um caso singular no Estado do Paraná. Basta dizer que atualmente, 34,6% das famílias são beneficiadas com o Programa Bolsa Família do Governo Federal. Enquanto isso, a proporção Estadual é de apenas 14,1%. Portanto, a investigação ocupou-se da realidade dos agricultores pobres, abordando as três dinâmicas de inserção mercantil anteriormente mencionadas.

A produção e comercialização de leite, aqui denominada de mercado tradicional de produção de *commodities*, envolve aproximadamente 3.150 estabelecimentos familiares. A produção de leite sempre esteve presente entre essas famílias com o objetivo de consumo, entretanto, a partir do final dos anos 1990, esta atividade passa por uma mudança institucional

significativa à medida que vários pequenos laticínios instalam-se nos municípios e passam a adquirir a produção de leite. O primeiro impacto é aumento do número de vacas ordenhadas, no entanto a produtividade continua entre as mais baixas do Estado. A atividade leiteira é apontada como a principal estratégia de desenvolvimento para o meio rural da região, considerando as suas potencialidades e a demanda crescente pelo produto que não é atendida. Entretanto, essa atividade apresenta vários problemas do ponto de vista do atendimento às normas higiênico-sanitárias, dificuldade de transporte, falta de organização dos produtores, uma tendência histórica de queda nos preços e baixa produção e produtividade, o que poderá inviabilizá-la nas pequenas propriedades à medida que as agroindústrias começam a exigir maior escala de produção, visível em outras regiões do Estado. Esse processo poderá caminhar para uma especialização e concentração da produção, excluindo muitos pequenos produtores, como é característico da produção de *commodities*.

O processo de produção e comercialização de plantas medicinais envolve aproximadamente 50 agricultores familiares nos municípios da Microrregião de Pitanga, porém, na região central, são mais de 170 famílias que desenvolvem esta atividade. Trata-se de um mercado inovador e diferenciado que surgiu, em meados dos anos 1990, a partir da experiência de organizações não governamentais preocupadas com o desenvolvimento da região central do Estado do Paraná, e procura associar a preservação ambiental à alternativas de geração de renda para as famílias. O sistema de manejo em agroflorestas e o cultivo obedecendo aos princípios agroecológicos com base em processos de certificação atribuem um valor diferenciado a este mercado. A produção de plantas medicinais é incipiente nos municípios pesquisados e, apesar de demonstrar potencialidades – uma vez que a produção não atende a demanda – proporcionar uma excelente fonte de renda para pequenas áreas, esbarra em aspectos culturais que não valorizam esta atividade, por ser considerada pequena e muito diversificada, envolvendo mais de 29 espécies diferentes. Os agricultores acabam preferindo investir em grandes monoculturas, à base de adubação química e utilização de agrotóxicos, mesmo que do ponto de vista da capacidade de geração de renda seja inferior ao que seria possível ganhar com as plantas medicinais. Por outro lado, a comercialização direcionada às grandes indústrias e supermercados poderá gerar, no futuro, as mesmas dificuldades apontadas para o mercado do leite, a exigência de especialização e produção em maior escala, o que, mais uma vez, poderá comprometer a produção diversificada em pequena escala.

O Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar foi criado pelo Governo Federal, em 2003, e constitui um mercado instituído pelo Estado, envolvendo

aproximadamente, 350 agricultores familiares nos seis municípios, criando um canal de comercialização para produtos diversificados como frutas e hortaliças. Trata-se de uma política pública estruturante, de combate e redução da pobreza no meio rural, que tem ampliado a quantidade de recursos, os valores dos contratos e o número de agricultores familiares beneficiados. No entanto, as dificuldades enfrentadas referem-se às incertezas geradas pelo fato do projeto ser anual e sem garantia de permanência, o que não motiva investimentos na produção. Por outro lado, falta assistência técnica para a pequena produção diversificada e existe grande dificuldade para oferecer produtos de origem animal como leite e carnes por causa da incapacidade de atender às normas higiênico-sanitárias. A falta de organização dos produtores em cooperativas acaba restringindo este mercado aos limites municipais o que exclui grande número de famílias de participar como fornecedores.

Os três mercados são bastante distintos, porém, do ponto de vista das suas instituições possuem algumas características comuns que configuram a “pobreza dos mercados”. A estrutura organizacional, as regras formais, os aspectos culturais e a forma de aplicação das regras criam diferentes arranjos institucionais que interferem na construção e acesso aos mercados, configurando distintas formas de poder dentro deles. Apesar de ter ocorrido uma mudança institucional que criou estes novos canais de comercialização, identificou-se uma dependência histórica de fatores institucionais que caracterizam a “pobreza” de tais mercados. Como exemplo desses fatores destacam-se as questões de gênero, pois as três dinâmicas estudadas surgem como atividades essencialmente femininas; o baixo nível de escolaridade dificulta o atendimento a processos mais burocratizados; o assistencialismo político gera certa comodidade; aspectos culturais voltados à produção de subsistência; ênfase em monoculturas tradicionais; a não valorização de pequenas atividades diversificadas; a fragilidade dos agricultores não organizados. Tais aspectos, observados à partir da análise institucional comparada dos “mercados da pobreza”, estão inseridos num processo histórico maior que se refere ao Estado e às suas políticas desiguais de desenvolvimento e que ajudam a compreender a persistência histórica da pobreza nos municípios da Microrregião de Pitanga.

De um modo geral, nesta tese observou-se que os elementos explicativos da pobreza histórica que afeta estes municípios estão associados ao enfoque das políticas de desenvolvimento adotadas pelo Brasil, cuja instituição mais antiga remonta à forma como ocorreu o acesso à terra, que privilegiou o latifúndio desde o processo de colonização. Esta instituição se reproduziu em todo o território nacional e não se desfez com o processo de modernização da agricultura, que reinterou os privilégios às grandes propriedades numa modernização da base tecnológica sem afetar a estrutura fundiária do país. Do ponto de vista

estadual, destaca-se o fato de que os projetos de desenvolvimento do Estado do Paraná, implantados desde a década de 1960, não tiveram como foco a região central e privilegiaram outras regiões. Por outro lado, além de um conjunto de instituições resultantes do ambiente macroinstitucional, ressaltam-se as particularidades da Microrregião de Pitanga. Assim, fatores como a predominância de grandes propriedades com criação extensiva de gado de corte, os aspectos culturais, o analfabetismo e a falta de organização compõe um ambiente microinstitucional. Portanto, o panorama que se vislumbra diante das mudanças institucionais que criaram novas oportunidades de comercialização para a agricultura familiar, a partir das décadas de 1990 e 2000, é um choque entre os novos mercados e as velhas instituições que acabam reproduzindo as condições históricas de pobreza.

O presente processo investigativo deparou-se com algumas dificuldades que redundaram em lacunas do ponto de vista dos resultados obtidos ao final do trabalho. A principal dificuldade está na complexidade de pesquisar três mercados, uma vez que cada um deles poderia ter sido objeto de pesquisa para uma tese. No entanto, assumiu-se tal risco na definição do enfoque da pesquisa, pois vislumbrava-se a possibilidade de comparar diferentes dinâmicas de inserção mercantil da agricultura familiar, até por que, uma das características históricas é a produção e comercialização de vários produtos, tanto é que várias das famílias entrevistadas na pesquisa de campo, produziam leite, plantas medicinais e participavam do Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Por outro lado, uma contribuição relevante refere-se às possibilidades de utilização do quadro teórico inspirado na Economia Institucional e na Sociologia Econômica para a análise do processo de desenvolvimento rural, mais especificamente dos mercados acessados pelos agricultores familiares.

Do ponto de vista das novas possibilidades de pesquisa que derivam desta tese destaca-se o cooperativismo. Nos três mercados analisados, as experiências bem sucedidas estavam diretamente ligadas a esse processo de organização dos agricultores. Entende-se que não foi por acaso que a Organização das Nações Unidas instituiu 2012 como Ano Internacional das Cooperativas, em reconhecimento a sua importância nos processos de desenvolvimento. Portanto, uma investigação sobre a construção social deste arranjo institucional e os seus reflexos no desenvolvimento rural de uma região é uma temática que merece atenção.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64, nov. 2004.

_____. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. Uma nova extensão rural para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1., 1997, Brasília. *Anais...* Brasília: PNUD, 1997.

_____. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo; Rio de Janeiro; Campinas: Hucitec; Anpocs; Unicamp, 1992.

_____. *et al.* Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil. In: COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL); DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (DFID). *Pobreza e mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas*. Brasília: CEPAL; DFID, 2003. p. 235-311.

AGRICULTURA FAMILIAR E NOVOS MERCADOS (AFNM). *Agricultura Familiar e (Novos) Mercados: embeddedness, instituições e políticas públicas no Sul do Brasil: um esforço para compreender dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural*. Porto Alegre, jun. 2010. Projeto de Pesquisa.

_____. *Agricultura Familiar e (Novos) Mercados: embeddedness, instituições e políticas públicas no Sul do Brasil: um esforço para compreender dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural*. Porto Alegre, out. 2012. Relatório Final.

ARBACHE, Jorge Saba. Pobreza e mercados no Brasil. In: COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL); DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (DFID). *Pobreza e mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas*. Brasília: CEPAL; DFID, 2003. p. 09-115.

AREND, Marcelo. Atraso via modernização cultural: uma leitura evolucionista das obras de Raymundo Faoro e Celso Furtado. *Economia*, Brasília, v. 9, n. 3, p. 651-681, set./dez. 2008.

ARVOREDOBRASIL. *Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort (IAF)*. Turvo, 2012. Disponível em: <<http://www.arvoredobrasil.com.br/iaf/>>. Acesso em: 12 set. 2012.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. Paraná moderno. In: EL-KHATIB, Faissal (Org.). *História do Paraná*. v. 1. 2. ed. Curitiba: GRAFIPAR, 1969.

BENGOA, José. Presentación. In: _____. (Ed.). *Territorios rurales*. Santiago de Chile: Catalonia, 2007. p. 11-17.

BEROLDT, Leonardo. *Políticas públicas para a agricultura e dinâmica institucional: as transformações capitalistas na agricultura do Vale do Taquari*, Rio Grande do Sul. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BRADSHAW, Ted K. Theories of poverty and anti-poverty programs in community development. *Rural Poverty Research Center Working Paper*, Columbia, n. 06-05, Feb. 2006. Disponível em: <<http://www.rupri.org/Forms/WP06-05.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2011.

BRASIL. *Lei Nº 10.696 de 02 de julho de 2003*. Dispõe sobre a repactuação e alongamento de dívidas oriundas de crédito rural, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm> Acesso em: 11 out. 2011.

_____. *Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm> Acesso em: 10 out. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006*. Brasília: 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Programa Aquisição de Alimentos – PAA*. Brasília, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *PAA Data 2011*. Brasília, 2011. Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura>. Acesso em: 18 ago. 2012.

BROMLEY, Daniel W. Rethinking markets. *American Journal of Agricultural Economics*, Oxford, v. 79, n. 5, p. 1383-1393, 1997.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CARNEIRO, Maria José. Agricultura, meio ambiente e turismo: desafios para uma agricultora multifuncional (Nova Friburgo, RJ). _____; MALUF, Renato S. (Org.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 88-103.

CHANG, Ha-Joon. *23 coisas que nunca lhe contam sobre a economia*. Lisboa: Clube do Autor, 2011.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CLEVE, Jeorling J. Cordeiro. *Memória de Pitanga*. Curitiba: Artes & Textos, 2010.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL); DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (DFID). *Pobreza e mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas*. Brasília: CEPAL; DFID, 2003.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). *Preços praticados no PAA*. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultaprecopaa.do?method=abrirConsulta>>. Acesso em: 20 set. 2012.

CONSELHO PARITÁRIO PRODUTORES/INDÚSTRIAS DE LEITE DO ESTADO DO PARANÁ (CONSELEITE PARANÁ). *Conseleite*. Curitiba, 2012. Disponível em <<http://www.conseleitepr.com.br/site>>. Acesso em 10 set. 2012.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. Além da transação: uma comparação do pensamento dos institucionalistas com os evolucionários e pós-keynesianos. *Revista de Economia, ANPEC*, Brasília, v. 8, n. 3, p. 01-19, set./dez. 2007.

_____. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, jul./dez. 2002.

COMMONS, John R. Institutional economics. *The American Economic Review*, Pittsburgh, v. 21, n. 4, p. 648-657, Dec. 1931.

COSTA, Rosângela Calado da; FUTEMMA, Célia Regina Tomiko. Racionalidade com compromisso: os assentados do Ribeirão Bonito (Teodoro Sampaio – SP) e o projeto de conservação ambiental. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 9, n. 1, jan./jun, p. 127-148, 2006.

DEVES, Liamara Maria Bressiani; PLEIN, Clério. Agricultura familiar e a produção de autoconsumo: um estudo de caso no município de Marmeleiro-PR. In: SIMPÓSIO ESTADUAL DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 11., 2008, Francisco Beltrão. *Anais ...* Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2008. p. 01-21.

DOPFER, Kurt. Development theory. In: HODGSON, Geoffrey M.; SAMUELS, Warren J.; TOOL, Marc R. (Ed.). *The Elgar companion to institutional and evolutionary economics*. New York: Edward Elgar, 1994. p. 145-152.

ECOCERT. *História*. Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://www.ecocert.com.br/historia.html>>. Acesso em: 14 set. 2012.

ELLIS, Frank. *Peasant economics: farm households and agrarian development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

ELLIS, Frank; BIGGS, Stephen. Evolving themes in rural development 1950s-2000s. *Development Policy Review*, Oxford, v. 19, n. 4, p. 437-448, 2001.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI); CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA (CEPA). *Preços agrícolas*. Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2012.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAVARETO, Arilson. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: Iglu; FAPESP, 2007.

FERNANDES, Rubem César (Org.). *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *O Paraná e seus municípios*. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

FERREIRA, José Maria Carvalho. Atualidade da contribuição do objeto científico da sociologia econômica. *RAE-eletrônica*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 01-22, jan./jun., 2007.

FIANI, Ronaldo. Estado e economia no institucionalismo de Douglass North. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 23, n. 2 (90), p. 135-149, abr./jun. 2003..

FILIPPI, Eduardo Ernesto. *Le déclin de long terme de la Moitié sud du Rio Grande do Sul (Brésil): une approche northienne des dynamiques territoriales*. 2004. Tese (Doutorado em Economia Política) – Université de Versailles, Saint-Quentin-en-Yvelines, França, 2004.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). *Municípios brasileiros por unidades da federação – IFDM 2009 edição 2011: Paraná*. Rio de Janeiro, 2011a. Disponível em <<http://www.firjan.org.br/ifdm/consulta-ao-indice/consulta-ao-indice-grafico.htm?UF=PR&IdCidade=&Indicador=1&Ano=2009>>. Acesso em 17 ago. 2012.

_____. *Publicação IFDM 2009 edição 2011: versão completa*. Rio de Janeiro, 2011b. Disponível em <<http://www.firjan.org.br/Ifdm/versaoimpresa/>>. Acesso em 17 ago. 2012

FLIGSTEIN, Neil. O mercado enquanto política: uma abordagem político-cultural às instituições do mercado. In. PEIXOTO, João; MARQUES, Rafael (Orgs.). *A nova sociologia econômica: uma antologia*. Oeiras: Celta, 2003. p. 195-227.

_____. Market as politics: a political-cultural approach to market institutions. *American Sociological Review*, Nashville, v. 6, n. 4, p. 656-673, 1996.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO); INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília: FAO/INCRA, 1996.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 30. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 23, n. 1 (89), p. 133-148, jan./mar. 2003.

FRIEDMANN, Harriet. Simple commodity production and wage labour in the american plains. *Journal of Peasant Studies*, London, v. 6, n. 1, p. 71-100, 1978.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALA, Paulo. A retórica na economia institucional de Douglass North. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 23, n. 2 (90), p. 123-134, abr./jun. 2003a.

_____. A teoria institucional de Douglass North. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 23, n. 2 (90), p. 89-105, abr./jun. 2003b.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio. *O sul: caminho do roçado (estratégias de reprodução camponesa e transformação social)*. São Paulo. Marco Zero; Unb, 1989.

GERMER, Claus. A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. In: WORKSHOP TEÓRICO DA ECONOMIA POLÍTICA DA AGRICULTURA, 1., 1996, Campinas. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 1996. p. 331-366.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOOGLE MAPS. *Imagem aérea do município de Pitanga*. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>> Acesso em 01 set. 2012.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE – eletrônica*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 01-40, jan./jun. 2007.

_____. Economic institutions as social constructions: a framework for analysis. *Acta Sociologica*, Norway, n. 35, p. 3-11, 1992.

_____. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 91, n. 3, p. 481-510, Nov. 1985.

_____. *Getting a job: a study of contacts and careers*. Chicago: University of Chicago Press, 1974.

_____. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, May. 1973.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

GRISA, Cátia et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 34-41, set. 2011.

HEREDIA, B. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HESPANHA, Pedro. *Com os pés na terra: práticas fundiárias da população rural portuguesa*. Porto: Afrontamentos, 1994.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HODGSON, Geoffrey M. The approach of institutional economics. *Journal of Economic Literature*, Pittsburgh, v. 36, p. 166-192, Mar. 1998.

_____. *Economia e instituições: manifesto por uma economia institucionalista moderna*. Oeiras: Celta, 1994.

_____. *Economía institucional y evolutiva contemporánea*. Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana, 2007.

_____. Institutional economics into the twenty-first century. *Studi e Note di Economia*, Siena, v. 14, n. 1, p. 03-26, 2009.

_____. What are institutions. *Journal of Economics Issues*, Salisbury, v. 40, n. 1, p. 01-25, Mar. 2006.

HOLLINGSWORTH, J. Rogers. Doing institutional analysis: implications for the study of innovations. *Review of International Political Economy*, London, v. 7, n. 4, p. 595-644, Winter 2000.

HUYLENBROECK, Guido Van; VUYLSTEKE, Anne; VERBEKE, Wim. Public good markets: the possible role of hybrid governance structures in institutions for sustainability. In: BECKMANN, Volker.; PADMANABHAN, Martina. (Ed.). *Institutions and sustainability: political economy of agriculture and the environment*. Springer: New York, 2009. p. 175-191.

INSTITUTE FOR MARKETECOLOGY (IMO). *Institute for Marketecology*. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.imo.ch/logicio/pmws/indexDOM.php?client_id=imo&page_id=home&lang_iso639=en>. Acesso em: 15 set. 2012.

INSTITUTO AGROFLORESTAL BERNARDO HAKVOORT (IAF). *Evolução do número de famílias produtoras, produção anual de plantas desidratadas e renda média obtida com a comercialização de plantas medicinais pelas famílias atendidas pelo IAF no município de Turvo (PR), 1998-2009*. Turvo: IAF, 2011.

INSTITUTO BIODINÂMICO (IBD). *Instituto Biodinâmico*. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.ibd.com.br/pt/Default.aspx> />. Acesso em: 15 set. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2010*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtmwww.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

_____. *Censo agropecuário 2006: agricultura familiar – primeiros resultados – Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo agropecuário 2006*. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>> Acesso em: 10 ago. 2012.

_____. *Pesquisa Pecuária Municipal*. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PP&z=t&o=24>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

_____. *Produto Interno Bruto dos municípios brasileiros*. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 10 ago. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região por estado no Brasil. *Comunicados do IPEA*, Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100713_comunicado58.pdf>. Acesso em: 20 set. 2011.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). *Diagnóstico socioeconômico do Território Paraná Centro: 1ª fase: caracterização global*. Curitiba: IPARDES, 2007.

_____. *Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses: sumário executivo*. Curitiba: IPARDES, 2004.

_____. *O mercado de orgânicos no Paraná: caracterização e tendências*. Curitiba: IPARDES, 2007.

_____. *Paraná: economia e sociedade*. 2. ed. Curitiba: IPARDES, 2006a.

_____. *O Paraná reinventado: política e governo*. 2. ed. Curitiba: IPARDES, 2006b.

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 6, p. 51-75, 1994.

KAGEYAMA, Angela. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In: SCHENEIDER, Sergio (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 240-267.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KÖNIG, Sandra (Org.). *Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: território da cidadania Paraná Centro*. Pitanga: Fundação RURECO, 2011.

KRÜGER, Nivaldo. *Sudoeste do Paraná: história de bravura, trabalho e fé*. Curitiba: Posigraf, 2004.

LAMARCHE, Huges (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional: uma realidade multiforme*. v. 1. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

_____. *A agricultura familiar: comparação internacional: do mito à realidade*. v. 2. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAZIER, Hermógenes. *Paraná: terra de todas as gentes e de muita história*. 3. ed. Francisco Beltrão: Grafit, 2005.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LÊNIN, Vladimir Ilich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LÉVESQUE, Benoît. Sociologia econômica. In: HESPANHA, Pedro et al. (Coord.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: CES, 2009. p. 305-309.

LOWRY, S. Todd. Institutional view of the market. In: HODGSON, Geoffrey M.; SAMUELS, Warren J.; TOOL, Marc R. (Ed.). *The Elgar companion to institutional and evolutionary economics*. Hants: Edward Elgar, 1994. p. 47-53.

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. Karl Polanyi e a nova sociologia económica: notas sobre o conceito de (dis)embeddedness. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 90, p. 71-94, set. 2010.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de. *Da construção ao desmanche: análise do projeto de desenvolvimento paranaense*. Curitiba: IPARDES, 2006.

MAIA, Cláudio Machado. *Elementos que conformam a evolução da agricultura na era da globalização: o posicionamento estratégico de atores locais no Sul do Brasil*. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MANN, Suzan A.; DICKINSON, James M. Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista. *Literatura Econômica*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 7-26, 1987.

MARTES, Ana Cristina Baga; DURAND, Maria Rita Loureiro; ABRAMOVAY, Ricardo. Apresentação à edição brasileira. In: STEINER, Philippe. *A sociologia econômica*. São Paulo: Atlas, 2006. p. ix-xii.

MARTELLI, Josyane Milléo. *O uso da imagem na pesquisa educacional*. Curitiba: PUCPR, 2008. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/josyannemilleomartelli.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2008.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia e história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

- MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MARX, Karl. *O capital: o processo global de produção capitalista*. São Paulo: Difel, 1982.
- _____. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MITRANY, David. *Marx contra os camponeses*. Rio de Janeiro: Ipanema, 1957.
- MONTORO FILHO, André Franco. Teoria elementar do funcionamento do mercado. In: _____ et al. (Org.). *Manual de economia*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 109-141.
- MORAES NETO, José. Apresentação. In: PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. 2. ed. Curitiba: IPARDES, 2006. p. 07-10.
- MOREIRA, Roberto José. *Agricultura familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: Mauad; CPDA, 1999.
- NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.
- NORTH, Douglass Cecil. *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994b.
- _____. Economic performance through time. *The American Economic Review*, Pittsburgh, v. 84, n. 3, p. 359-368, Jun. 1994a.
- _____. Entrevista: Douglass North. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1830, p. 11-15, 26 nov. 2003.
- _____. Institutions. *The Journal of Economic Perspectives*, Pittsburgh, v. 5, n. 1, p. 97-112, Winter 1991.
- _____. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- _____. Markets and other allocation systems in history: the challenge of Karl Polanyi. *Journal of European Economic History*, Roma, n. 6, p. 703-716, 1977.
- _____. *Structure and change in economic history*. New York: W. W. Norton, 1981.
- _____. *Understanding the process of economic change*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- NUNES, Manuel Jacinto. *Epistemologia e metodologia econômica*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2004.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Quinze anos depois: comentários sobre o texto Paraná: economia e sociedade. In: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). *Paraná: economia e sociedade*. 2. ed. Curitiba: IPARDES, 2006. p. 147-163.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

ORTEGA, Antônio César. *Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural*. Campinas: Alínea; Uberlândia: Edufu, 2008.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. 2. ed. Curitiba: IPARDES, 2006.

_____. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PARANÁ. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. *Gráficos municipais referentes ao Valor Bruto da Produção rural 2010*. Curitiba, 2012a. Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/grafmun10.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

_____. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. *Evolução dos preços médios nominais mensais (R\$/litro) recebidos pelos produtores de leite no Estado do Paraná, 1995-2011*. Curitiba, 2012b. Disponível em <<http://www.agricultura.pr.gov.br/preços>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

_____. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. *Projeto Paraná 12 Meses*. Curitiba, 2012c. Disponível em: <www.simep.seab.pr.gov.br/pr12meses>. Acesso em 16 ago. 2012.

_____. Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária. *PAA – Programa Aquisição de Alimentos: compra direta local da agricultura familiar*. Curitiba, 2012d. Disponível em: <<http://www.trabalho.pr.gov.br/compradireta>>. Acesso em: 18 set. 2012.

PEIXOTO, João; MARQUES, Rafael. (Org.). *A nova sociologia econômica: uma antologia*. Oeiras: Celta, 2003.

PLEIN, Clério. *As metamorfoses da agricultura familiar: o caso do município de Iporã d' Oeste, Santa Catarina*. 2003. 156f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Capitalismo, agricultura familiar e mercados. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 98-121, set./dez. 2011.

_____; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Do mito do desenvolvimento econômico ao mito do progresso: uma homenagem a Celso Furtado e Gilberto Dupas. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 13-23, jan./jun. 2012.

PLEIN, Clério; SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e mercantilização. In: CASTILHO, Mara Lucy; RAMOS, José Maria (Ed.). *Agronegócio e desenvolvimento sustentável*. Francisco Beltrão: Calgan, 2003. p. 45-70.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.) *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-54.

_____. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, Eduardo Sevilla. *Ecología, campesinato y historia*. Las Ediciones de la Piqueta, 1992. p. 135-195.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

_____. El mercado en la teoría y la historia. In: POLANYI, Karl, ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. (Org.). *Comercio y mercado en los imperios antiguos*. Barcelona: Labor, 1976. p. 405-420.

_____. Nossa obsoleta mentalidade mercantil. *Revista Trimestral de Histórias e Ideias*, Porto, n. 1, p. 01-17, 1978.

_____. *El sustento del hombre*. Madri: Capitán Swing Libros, 2009.

PORTO, Maria Stela Grossi; SIQUEIRA, Deis Elucy. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 6, p. 76-88, 1994.

POSSAS, Mario Luiz. *Estruturas de mercado em oligopólio*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Atlas do desenvolvimento humano*. Brasília, 2010. Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2003.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2003>. Acesso em: 12 jan. 2010.

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INCRA/FAO. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.INCRA.gov.br/fao/>>. Acesso em: 04 jun. 2009.

PROJETO TCP/2905. *Relatório final TCP/BRA/2905: região Sul: Brasil: CONSAD Pitanga (PR)*. Passo Fundo, 2004.

RAMBO, Anelise Graciele. *Análise escalar das dinâmicas territoriais de desenvolvimento e as contribuições da nova sociologia econômica e nova economia institucional: um estudo de experiências no noroeste gaúcho*. 2011. 284f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RAMBO, Anelise Graciele et al. Dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural no Sul do Brasil: laços fracos e instituições na construção de novos mercados para a agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 50., 2012, Vitória. *Anais...* Vitória: SOBER, 2012. p. 01-20.

RAUD-MATTEDI, Cécile. Análise crítica da sociologia econômica de Mark Granovetter: os limites de uma teoria do mercado em termos de redes e imbricação. *Política & Sociedade*, Florianópolis, n. 6, p. 59-82, abr. 2005.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA (ECOVIDA). *Caderno de formação: certificação participativa de produtos ecológicos*. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.

_____. *Rede Ecovida de Agroecologia*. Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/>>. Acesso em: 15 set. 2012.

REIS, José. *Ensaio de economia impura*. 2. ed. Coimbra: Almedina;CES, 2009.

_____. O institucionalismo econômico: crônica sobre os saberes da economia. *Notas Económicas*, Coimbra, n. 11, p. 130-149, dez. 1998.

RICHTER, Rudolf. New economic sociology and new institutional economics. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR NEW INSTITUTIONAL ECONOMICS. Berkeley, 2001. *Annual Conference of The International Society for New Institutional Economics (ISNIE)*. Berkeley, 2001. p. 01-41.

ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SAMUELS, Warren J. The present state of institutional economics. *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, v. 19, p. 569-590, 1995.

SANDRONI, Paulo (Org.). *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *Vida material e econômica*. Curitiba: SEED, 2001.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Org.). *Leituras do conceito de território e de processos espaciais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. *Agricultura familiar e pluriatividade*. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

_____. Apresentação. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 14-23, maio/ago. 2011.

_____. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. In: CONGRESS OF THE EUROPEAN SOCIETY FOR RURAL SOCIOLOGY, 22., 2007, Wageningen. *Proceedings...* Wageningen, 2007. p. 01-40.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 21-49.

_____; ESCHER, Fabiano. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 180-219, maio/ago. 2011.

_____; GAZOLLA, Márcio. Agricultura familiar, produção para autoconsumo e segurança alimentar. In: CASARIL, Kérley Braga Bento; PLEIN, Clério (Org.). *Segurança alimentar numa perspectiva multidisciplinar: contribuição ao debate brasileiro*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 29-58.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVOLIN, Claude. L'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste. In: TAVERNIER, Yves; GERVAIS, Michel; SERVOLIN, Claude. *L'univers politique des paysans dans la France contemporaine*. Paris: Presses de la Fondation National des Sciences Politiques, 1972. p. 41-77.

SIMAN, Renildes Fortunato; CONCEIÇÃO, Octavio A. C.; FILIPPI, Eduardo Ernesto. A economia institucional: em busca de uma teoria do desenvolvimento rural. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 37-55, jul./dez. 2006.

STEINER, Philippe. *A sociologia econômica*. São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, Richard. Market as social structures. In: SMELSER, Neil J.; SWEDBERG, Richard (Ed.). *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 255-282.

_____. Prefácio. In: PEIXOTO, João; MARQUES, Rafael. (Org.). *A nova sociologia econômica: uma antologia*. Oeiras: Celta, 2003. p. xiii-xvii.

_____; GRANOVETTER, Mark. Introduction. In: _____. (Ed.). *The sociology of economic life*. Oxford: Westview Press, 1992. p. 01-26.

THOMAS, Alan. Development as practice in a liberal capitalist world. *Journal of International Development*, Malden, n. 12, p. 773-787, 2000.

TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. Apresentação. In: WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987. p. 05-07.

UNIÃO DE COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ (UNICAFES PARANÁ). *Ramo de leite*. Francisco Beltrão, 2012. Disponível em: <<http://www.unicafesparana.org.br/leite>>. Acesso em: 10 set. 2012.

VAZ, Terezinha Aguiar. *Lendário caminho do Peabiru na Serra da Pitanga*. Guarapuava: Grafel, 2002.

VAZ, Terezinha Aguiar. Ecos da história no turismo do Paraná. Impreset: Guarapuava, 2002?.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio. *The new forces of development: territorial policy for endogenous development*. Singapore: World Scientific Printers, 2010.

VEBLÉN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Editores Associados, 2002.

_____. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec, 1991.

VELASCO, Carmen L. Rodríguez; VILLA, Silvia Pueyo. *Metodologia da investigação científica*. Florianópolis: FUNIBER, 2011.

VELHO, Octávio Guilherme. Entrevista: o fim dos grotões. *Carta Capital*, São Paulo, n. 420, p. 28-30, 22 nov. 2006.

ZELIZER, Viviana A. O significado social do dinheiro: “dinheiros especiais”. In: PEIXOTO, João; MARQUES, Rafael (Org.). *A nova sociologia econômica: uma antologia*. Oeiras: Celta, 2003. p. 125-165.

WACHOVICZ, Ruy. *História do Paraná*. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEBER, Max. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In: _____. *Ensaio de sociologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 413-437.

_____. *Max Weber*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2005. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

WILLIAMSON, Oliver E. *The economic institutions of capitalism*. New York: Free Press, 1985.

_____. Hierarchies, markets and Power in the economy: an economic perspective. *Industrial and Corporate Change*, Oxford, v. 4, n. 1, p. 21-49, 1995.

_____. *Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications*. New York: Free Press, 1975.

WILKINSON, John. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Aspectos gerais introdutórios

Nas entrevistas com atores-chave, faz-se uma caracterização geral de cada mercado com questões sobre: número de produtores, quantidades produzidas, indicadores de produtividade, histórico, comportamento dos preços, aspectos positivos e negativos de cada dinâmica, perspectivas, seguindo com questões mais específicas:

1. Quais são as organizações que participam, direta ou indiretamente, do mercado? Qual é o papel desempenhado por cada organização? Existe articulação entre elas?
2. Quais são as regras formais (normas, leis) que regulamentam o mercado? Existem contratos formalizados?
3. Quais são os hábitos, crenças, costumes, códigos de conduta, ou seja, os aspectos culturais da população? O que pensam e como agem em relação ao mercado?
4. As regras são seguidas? O que acontece quando as regras são quebradas? Quem fiscaliza e como ocorre a fiscalização?
5. Faça um relato do processo histórico de formação e evolução do mercado. O que mudou e o que permaneceu? Que aspectos permaneceram imutáveis no decorrer dos anos?
6. Quais são os principais incentivos que induzem a produção e os aumentos de produtividade no mercado?
7. Quais são as principais restrições que reduzem a produção e a produtividade? O que desestimula os agricultores?
8. O que gera incertezas nesses mercados? Os agricultores tem garantias em relação aos preços, transporte, comercialização, assistência técnica e crédito?
9. Os agricultores conhecem o funcionamento do mercado? Quais são as principais dúvidas?
10. Como, quem e de que forma são tomadas as decisões em relação ao que produzir?
11. Quais são os principais conflitos de interesse entre os produtores e as outras organizações?
12. Quais são as organizações que defendem os interesses dos agricultores e que estão articuladas entre si (rede) e de que forma atuam? Qual é a capacidade de interferência dessas organizações no mercado?
13. Quais são relações sociais que tiveram relevância no surgimento e interferem no funcionamento dos mercados?
14. Os agricultores conseguem interferir na construção e funcionamento do mercado? De que forma?
15. Quais são as características tecnológicas da produção? De que forma o elemento técnico interfere no mercado?
16. Como é a estrutura hierárquica de poder no mercado?

Em caso de agricultor familiar...

1. Desde quando produz e participa deste mercado?
2. O que e quanto produz?
3. Como é feita a comercialização?
4. Como conseguiu participar do mercado?
5. Quais são as regras (normas) que precisa seguir para produzir?
6. O que acontece se não seguir as regras?
7. Conte um pouco da sua história de produtor de (...).
8. Como ficou sabendo do mercado?
9. Quais são as tecnologias que utiliza para produzir?
10. Como foi a decisão inicial de produzir e como ocorrem as decisões sobre essa produção?
11. Qual é o tamanho da sua propriedade?
12. Em quantas pessoas são na família?
13. Qual é a renda bruta total da família e qual é a renda com o mercado específico?
14. Quais são as outras atividades desenvolvidas na propriedade que geram renda?
15. Você se considera pobre? Por quê?
16. Qual é a sua avaliação do mercado?
17. Quais são as expectativas para o futuro na produção? Pretende continuar? Tem garantias?
18. Se pudesse mudar algo no mercado, o que mudaria?
19. Qual é o papel de cada organização no mercado?
20. Quais são as principais incentivos que são importantes para o agricultor?
21. Quais são as principais, restrições (desmotivações) para o agricultor?
22. Tem assistência técnica? De quem? Como avalia?
23. Utiliza crédito rural? Se sim, quantas vezes já utilizou, valores e finalidades?